



DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 61/2022

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Nº 10/2022

VALOR TOTAL:

R\$ 10.678.524,85 (DEZ MILHÕES SEISCENTOS E SETENTA E OITO MIL QUINHENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

PRESIDENCIA.

SOLICITAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pouso Alegre/MG, aos 18 de Julho de 2022.

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

Tendo presente à necessidade da **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência, solicito a Vossa Senhoria, a abertura de processo licitatório visando à execução da referida contratação.

Sendo o que nos cabia para o momento, reiteramos votos de estima e cordial apreço.

Atenciosamente,



Moacir Franco
Diretor Executivo da AMESP

Ao
Ilmo. Sr.
Wagner do Couto
Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



CÓDIGO:

AME-K/TRF/LIC/01-00

**SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
TERMO DE REFERÊNCIA PARA LICITAÇÃO**

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO É COMPOSTO POR 36 (TRINTA E SEIS) FOLHAS, SENDO O TERMO DE REFERÊNCIA COM 11 (ONZE) FOLHAS, O ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM 4 (QUATRO) FOLHAS, ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI COM 2 (DUAS) FOLHAS, ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T COM 3 (TRÊS) FOLHAS E O ANEXO IV – MEMÓRIA DE CÁLCULO COM 16 (DEZESSEIS) FOLHAS.

CLIENTE:

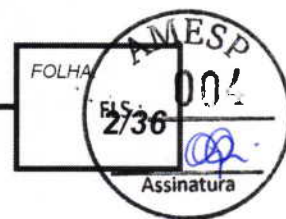
AMESP - Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

CNPJ: 21.564.247/0001-00

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Centro – CEP: 37.553-442 – Pouso Alegre / MG

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

1. DO OBJETO.

Constitui objeto deste PREGÃO o REGISTRO DE PREÇOS na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

3. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS.

3.1. DO LOCAL:

3.1.1. Os serviços serão executados dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

MUNICÍPIOS (ÓRGÃOS PARTICIPANTES)
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO

(CONTINUA...)

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



(...CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIOS
(ÓRGÃOS PARTICIPANTES)
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

3.2. DOS PRAZOS.

- 3.2.1. O prazo para o início dos SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada.
- 3.2.2. Para casos especiais serão negociados novos prazos em função de outras demandas prioritárias da Contratante ou outros serviços que forem necessários. Os atrasos comprovadamente motivados pela Contratante não serão computados.
- 3.2.3. Nos casos de emergência a Contratada deverá dispor de todos os recursos para atendimento no prazo de até 24 horas após emissão de Ordem de Serviço da Contratante ou a critério da Fiscalização
- 3.2.4. Após a conclusão da perfuração de um poço tubular, a CONTRATADA deverá disponibilizar imediatamente uma unidade de teste, com compressor de 150 PCM, para a execução de ensaio de vazão.
- 3.2.5. Somente serão considerados motivos para prorrogação dos prazos fixados no Termo de Referência e no Edital de Licitação, aqueles definidos no artigo 71 da lei Federal nº 13.303/16, devidamente comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela Contratante.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 4.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.
- 4.2. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica deste.
- 4.3. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade de cada município consorciado.
- 4.4. Para execução das obras e serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser obedecidas as normas técnicas da ABNT (NBR 12212/ 1992 e 12244/1992), da Contratante e de Órgãos Públicos, bem como as Leis Federais.
- 4.5. O perfeito funcionamento do Poço Artesiano é de inteira responsabilidade da empresa contratada,

portanto, esta deverá ler e analisar atentamente as Normas Vigentes, e sob nenhuma hipótese poderá alegar o desconhecimento do conteúdo destas.

4.6. SERVIÇOS PRELIMARES:

- 4.6.1. Obtenção junto ao IGAM, da Licença para perfuração do Poço Artesiano.
- 4.6.2. Apresentação de estudo hidrogeológico contendo as informações básicas geofísicas e geológicas dos aquíferos, características hidráulicas e qualidade da água.
- 4.6.3. Em áreas onde não haja conhecimento hidrogeológico suficiente, deve ser elaborado um relatório técnico preliminar com os dados disponíveis a Execução da Perfuração de Poços Artesianos.

4.7. LOCAÇÃO DOS POÇOS:

- 4.7.1. A locação dos poços será de inteira responsabilidade da Contratante, devendo esta informar e fornecer os respectivos croquis à Empresa Contratada.

4.8. PERFURAÇÃO:

- 4.8.1. O construtor deve dispor na obra de máquina perfuratriz e de equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade e capacidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos.
- 4.8.2. Qualquer substituição de máquina, ferramenta ou acessório indispensável durante a perfuração para a execução do programa construtivo do poço deve correr por conta e risco da empresa contratada.
- 4.8.3. Qualquer alteração nos diâmetros estabelecidos e/ou nas correspondentes profundidades só poderão ser efetivadas mediante autorização do Contratante, baseada em parecer técnico da Fiscalização.
- 4.8.4. perfuração pode ser, inicialmente, executada através de um furo-piloto, com posterior alargamento nos diâmetros previstos no programa construtivo do poço.
- 4.8.5. O equipamento indicado para a Perfuração do Poço será determinado em função do estudo hidrogeológico e do Projeto de Perfuração do Poço Artesiano, podendo ser Perfuratrizes Rotativas, Roto-pneumáticas ou Sondas Percussoras.
- 4.8.6. As profundidades das perfurações serão definidas em cada caso pela Fiscalização da Contratante.
- 4.8.7. Deverá ser registrado diariamente os diâmetros da perfuração executada, metros perfurados e profundidade total do poço, material perfurado e avanço da penetração, além da profundidade do nível de água no início e fim da jornada de trabalho.

4.9. CAPTAÇÃO:

- 4.9.1. Captação subterrânea, através de instalação eletromecânica de poço tubular profundo, com o fornecimento de conjunto motobomba submerso de eixo vertical com motor elétrico, potência de 1 a 3 cv, inclusive quadro de comando e proteção de motores, tubulação de extração de água, entrada de energia padrão CEMIG, cabos, eletrodos e registros.

4.10. REVESTIMENTO:

- 4.10.1. O poço deverá ser revestido com uma tubulação que estabeleça ligação única entre o aquífero, ou aquíferos aproveitados, e o ambiente externo, permitindo o isolamento das demais camadas.



4.10.2. O tubo de revestimento deve ser especificado conforme a NBR 5580, NBR 12211, DIN 2440, DIN 2441, DIN 4925, API 5 A, 5Ac, 5B, 5 L e ASTM A 120.

4.10.3. Os tubos de revestimento poderão ser rosqueados, e deverão ter, na extremidade inferior, reforços para sua proteção. Suas conexões deverão ser estanques.

4.11. FILTRO:

4.11.1. O poço, cujos trechos da zona de saturação a serem aproveitados estiverem em aquíferos não consolidados, deve ser provido de filtros.

4.11.2. A velocidade de entrada da água nos filtros deve estar entre 0,03m/s e 0,08m/s.

4.11.3. O diâmetro interno dos filtros deve ser compatível com o dos tubos lisos, com o diâmetro da bomba, com os implementos de exploração da água, e ser suficiente para manter a velocidade vertical máxima em 1,5m/s.

4.11.4. Os filtros deverão assegurar a máxima entrada possível de água ao interior do poço com a menor perda de carga, impedir a passagem de areia, permitir o desenvolvimento do poço e suportar pressões exercidas pelas camadas envolventes.

4.11.5 O filtro não deverá apresentar, após a sua instalação, quebras de alinhamento em quaisquer das juntas.

4.11.6. O filtro deverá ser dotado de conexão estanque para sua ligação com o revestimento permanente.

4.11.7. A escolha dos filtros deve levar em consideração a ação corrosiva ou incrustante da água subterrânea, avaliada por exame bacteriológico e análise físico-química que inclua: pH, temperatura, condutividade, sólidos totais, EH, OD, alcalinidade, dureza, CO₂, acidez, H₂S, cloretos, sulfatos, ferro, manganês, NH₄, cor, turbidez e sólidos em suspensão.

4.12. PRÉ - FILTRO:

4.12.1. O filtro deve ser dotado de pré-filtro quando for necessária a estabilização da fração fina do aquífero friável.

4.12.2. A instalação de filtros deve ser complementada com um envoltório permeável, denominado pré-filtro.

4.12.3. O poço, cujo projeto prevê o uso de pré-filtro, deve ser perfurado em diâmetro adequado à colocação do material filtrante, em espessura condizente com a textura do aquífero e das suas partículas carreadas, sendo recomendado espaço anelar mínimo de 75mm.

4.12.4. O perfil granulométrico do pré-filtro deve assegurar valores de turbidez dentro dos padrões sanitários.

4.12.5. Deverá ser colocado pré-filtro de areia selecionada ou brita apropriada, envolvendo o filtro no espaço anelar circunjacente ao revestimento permanente, desde o fundo até 10,00m (dez metros) abaixo da superfície do terreno.

4.13. DESENVOLVIMENTO

4.13.1. Instalada a coluna de tubos e filtros, deve-se proceder ao desenvolvimento do poço, até que a turbidez e a concentração de areia estejam dentro dos limites admissíveis.

4.13.2. O desenvolvimento do poço poderá ser feito mediante um ou mais dos métodos seguintes:

4.13.2.1. Bombeamento intermitente com bomba sem válvula e pé ou com ar comprimido.

- 4.13.2.2. Injeção forçada de água com aspersão através de bocais na altura do filtro.
- 4.13.2.3. Pistoneamento com êmbolo sólido (pistão), semissólido (com válvula) ou de molas, utilizando-se máquinas perfuratrizes à percussão ou rotativas adaptadas.
- 4.13.3. Nos poços perfurados com lama, podem ser utilizados, durante o desenvolvimento, agentes químicos dispersantes (polifosfatos), a fim de facilitar a remoção das argilas.
- 4.13.4. É totalmente vedado, no preparo da lama de perfuração, o emprego de óleo diesel ou outras substâncias capazes de poluir o aquífero.
- 4.13.5. Nenhum bombeamento efetuado durante o desenvolvimento deve ser considerado como teste de aquífero.

4.14. VEDAÇÃO:

- 4.14.1. O poço deverá ser convenientemente vedado com pasta de cimento, introduzida a partir do fundo para a superfície, com o objetivo de impedir a contaminação por águas superiores e proteger os tubos de revestimento contra corrosão.
- 4.14.2. A pasta será preparada com cimento e areia no traço 1:3, e com no mínimo de água necessária para dar à mistura uma suficiente plasticidade que permita sua livre introdução no espaço anelar.
- 4.14.2. Todo poço deve ter cimentação para proteção sanitária, situada no espaço anelar entre o tubo de revestimento e a parede de perfuração, com espessura mínima de 5,0cm.
- 4.14.3. Nenhum serviço pode ser efetuado no poço durante as 48h seguintes à cimentação, a não ser que se utilize produto químico para aceleração da pega (cura).
- 4.14.4. Em poços empedregulhados, em que a camada envoltória de pedregulho atinja a parte superior do poço, deverá ser feita a cimentação até uma profundidade de 10,00m (dez metros) a partir da superfície, tomando-se o cuidado de deixar embutidos os tubos para a introdução adicional de pedregulhos.
- 4.14.5. Poços tubulares que apresentarem desmoronamentos no espaço anelar, antes da realização da cimentação, deverão ser reabertos com lama de perfuração, para permitir a adequada cimentação conforme previsto em Normas técnicas.

4.15. TESTE DE BOMBEAMENTO:

- 4.15.1. Concluída a execução do Poço Artesiano, deve-se proceder à execução do teste de produção, a fim de determinar a vazão explotável do poço.
- 4.15.2. O equipamento de teste deve ter capacidade para extrair vazão igual ou superior à prevista em projeto. O emprego de ar comprimido só deve ser aceito excepcionalmente e com aprovação da fiscalização.
- 4.15.3. Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar-se do retorno da água ao nível estático.
- 4.15.4. O teste de produção deve ser iniciado com o bombeamento à vazão máxima definida no projeto, em período mínimo de 24h.
- 4.15.5. Uma vez terminado o teste de produção com a vazão máxima, deve-se proceder ao teste de recuperação do nível, durante um período mínimo de 4h.

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



- 4.15.6. A água extraída dever ser medida por qualquer dispositivo que permita determinar a vazão com segurança. A vazão medida deverá ser expressa em l/s (litros por segundo), l/h (litros por hora) ou m³/h (metros cúbicos por hora).
- 4.15.7. Deverão ser anotadas todas as medidas de tempo e retorno do nível d'água no período de recuperação do poço, até que este recupere 80% do rebaixamento medido, não excedendo 24 horas de observação.
- 4.15.8. Deverão ser tomados todos os cuidados para que a água proveniente dos ensaios não cause danos a terceiros.

4.16. COLETA DE ÁGUA PARA ANÁLISE:

- 4.16.1. A Empresa Contratada deverá tomar as precauções que forem necessárias, ou que possam ser exigidas pela Fiscalização da Contratante, para evitar que, através da perfuração, haja entrada de água contaminada ou contendo características físico-químicas indesejáveis etc., na camada aquífera onde se fará a captação.
- 4.16.2. A coleta para análise bacteriológica deve ser feita em frasco apropriado e esterilizado seguindo as recomendações do laboratório. Estas coletas devem ser efetuadas durante os ensaios de bombeamento e de desinfecção final do poço.
- 4.16.3. Durante a coleta de água, devem ser medidos o pH e a temperatura da água no poço.
- 4.16.4. As análises físico-químicas e bacteriológicas, de responsabilidade da Empresa Contratada, deverão ser executadas por laboratórios idôneos, acreditados na ABNT NBR ISO/IEC 17025, para segurança e qualidade das análises.
- 4.16.5. Deverão ser obedecidos os parâmetros mínimos que caracterizam a qualidade da água bruta para manancial subterrâneo de acordo com o IGAM e a Unidade de Serviço de Controle Operacional.

4.17. DESINFECÇÃO:

- 4.17.1. A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50mg/L de cloro livre.
- 4.17.2. Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5L/m³ de água no poço.
- 4.17.3. Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo a desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2h.

4.18. LAJE DE PROTEÇÃO:

- 4.18.1. Deverá ser executada, como acabamento de superfície, uma laje de concreto moldada no local, com consumo mínimo de cimento de 200 kg/m³, envolvendo o tubo de revestimento e impedindo a entrada de águas superficiais no poço.
- 4.18.2. A laje de proteção deve ter declividade do centro para a borda, espessura mínima de 15cm e área não inferior a 1,0 m². A coluna de tubos deve ficar saliente no mínimo 50cm sobre a laje.
- 4.18.3. O tubo de revestimento interno e os tubos de introdução do material adicional ao pré-filtro, se existentes, deverão ficar salientes 40 cm e 10 cm, respectivamente, acima da laje ou da cota de inundação definida pela Fiscalização da Contratante.

4.19. TAMPA:

- 4.19.1. Concluídos todos os serviços, o poço deve ser lacrado com chapa soldada, tampa rosqueável com cadeado ou válvula de segurança.
- 4.19.2. A fim de se permitir futuras medições de nível de água, deverá ser aberto num ponto conveniente da tampa do poço, um orifício obturável de 25 mm de diâmetro que permita a fácil introdução de instrumentos de medidas.

4.20. REGISTRO DE DADOS E RELATÓRIO:

- 4.20.1. Concluído o poço, a Empresa Contratada deverá encaminhar a Contratante o relatório técnico construtivo, sem o qual não será recebido.
- 4.20.2. O relatório deverá conter os seguintes elementos:
- a) nome do proprietário;
 - b) localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado);
 - c) cota do terreno;
 - d) método de perfuração e equipamentos utilizados;
 - e) perfil litológico e profundidade final;
 - f) perfil composto;
 - g) materiais utilizados (diâmetro, tipo, espessura);
 - h) cimentações (indicação dos trechos cimentados);
 - i) planilhas de teste final de bombeamento, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados;
 - j) análise físico-química e bacteriológica da água, firmada por laboratório idôneo;
 - k) indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico;
 - l) nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado;
 - m) Formulário de tamponamento de poço tubular, IGAM, e anexos fotográficos.
- 4.20.3. Em caso de abandono da perfuração por problema técnico, o furo deve ser desinfetado, lacrado e o fato comunicado ao órgão público, estadual ou regional, encarregado do controle das águas.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 5.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).
- 5.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto e ao aqui listado:
- a) Perfuração de poço tubular profundo com diâmetro maior ou igual a 150mm (cento e cinquenta milímetros);

b) Execução de teste de bombeamento (teste de vazão).

- 5.3.** *Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: (01) um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como Responsável Técnico.*
- 5.4.** *A comprovação do profissional do quadro técnico da empresa também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU.*
- 5.5.** *Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, os profissionais indicados pela empresa deverão participar dos serviços objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.*
- 5.6.** *A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:*
- *Nome do contratado e do Contratante;*
 - *Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);*
 - *Localização do serviço;*
 - *Serviços executados (discriminação e quantidades).*
- 5.7.** *O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados.*

6. DOS VALORES, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

6.1. DO VALOR

- 6.1.1.** *O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de R\$ 13.205.063,82 (Treze milhões duzentos e cinco mil, sessenta e três reais e oitenta e dois centavos), que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Termo.*

6.2. DA MEDIÇÃO DOS MATERIAIS FORNECIDOS.

- 6.2.1.** *As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos fornecimentos, de acordo com o termo de referência e ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE.*
- 6.2.2.** *Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR e a cada ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de até 3 (três) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.*
- 6.2.3.** *Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.*
- 6.2.4.** *Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.*



6.2.5. Constatada a perfeita execução dos serviços (com os relatórios preenchidos), e cumpridas todas as exigências, no caso da perfuração de poços e execução de teste de bombeamento, os mesmos estarão aptos a serem medidos.

7. JUSTIFICATIVA.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes.

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em lote único por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, 14 de julho de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691

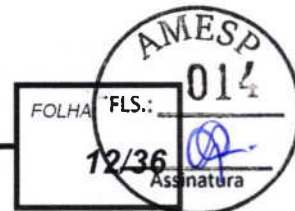
Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.07.15 10:16:08
-03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho

CREA-MG 46.052D



CÓDIGO:

AME-K/DOC/LIC/01-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS” E É COMPOSTO POR 4 (QUATRO) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - BDI 23,66%
SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
BASE DE PREÇO: COPASA MAI/22, SETOP MAR/22, SINAPI ABR/22 E COTAÇÕES

SUB ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
1. PRELIMINARES										
1.1 DOCUMENTAÇÃO										
1.1.1	COPASA - MAI/22	65 001 073	-	UN	84,00	R\$ 190,57	R\$ 16.007,88		R\$ 19.795,34	
1.1.2	COPASA - MAI/22	65 001 115	-	UN	168,00	R\$ 115,35	R\$ 19.378,80	R\$ 95.354,28	R\$ 23.963,82	R\$ 117.915,09
1.1.3	COPASA - MAI/22	65 001 114	-	UN	168,00	R\$ 356,95	R\$ 59.967,60		R\$ 74.155,93	
1.2 SERVIÇOS E INSTALAÇÃO										
1.2.1	SETOP - MAR/22	ED-16660	-	M2	378,00	R\$ 210,39	R\$ 79.527,42		R\$ 98.343,61	
1.2.2	COPASA - MAI/22	65 000 055	-	M2	420,00	R\$ 0,49	R\$ 205,80	R\$ 299.444,92	R\$ 254,49	R\$ 370.293,59
1.2.3	COPASA - MAI/22	65 001 069	-	UN	140,00	R\$ 743,73	R\$ 104.122,20		R\$ 128.757,51	
1.2.4	COPASA - MAI/22	65 001 070	-	KM	5192,70	R\$ 22,26	R\$ 115.589,50		R\$ 142.937,98	
1.3 INSTALAÇÃO ELÉTRICA										
1.1.1	SETOP - MAR/22	ED-20584	-	UN	84,00	R\$ 3.894,52	R\$ 327.139,68	R\$ 327.139,68	R\$ 404.540,93	R\$ 404.540,93
2. PERFURAÇÃO										
2.1 PERFURAÇÃO DO POÇO E ACESSÓRIOS										
2.1.1	COPASA - MAI/22	65 001 092	-	M	12600,00	R\$ 229,13	R\$ 2.887.038,00		R\$ 3.570.111,19	
2.1.2	COPASA - MAI/22	65 001 093	-	M	12600,00	R\$ 205,52	R\$ 2.589.552,00		R\$ 3.202.240,00	
2.1.3	COPASA - MAI/22	65 001 101	-	M	168,00	R\$ 25,41	R\$ 4.268,88		R\$ 5.278,90	
2.1.4	COPASA - MAI/22	65 001 107	-	UN	84,00	R\$ 750,44	R\$ 63.035,96	R\$ 5.869.400,04	R\$ 77.951,50	R\$ 7.258.100,08
2.1.5	COPASA - MAI/22	65 001 106	-	UN	84,00	R\$ 43,37	R\$ 3.643,08		R\$ 4.505,03	
2.1.6	COPASA - MAI/22	65 001 105	-	M3	168,00	R\$ 188,74	R\$ 31.708,32		R\$ 39.210,51	
2.1.7	COPASA - MAI/22	65 001 110	-	H	2520,00	R\$ 115,14	R\$ 290.152,80		R\$ 358.802,95	

SUB ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
2. PERFURAÇÃO (... CONTINUAÇÃO)										
2.2. EQUIPAMENTOS DE BOMBAMENTO E ACESSÓRIOS										
2.2.1	COTAÇÃO-A	-	BOMBA DE 1HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 3.407,00	R\$ 286.188,00		R\$ 353.900,08	
2.2.2	COTAÇÃO-B	-	BOMBA DE 2HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 4.272,67	R\$ 358.904,00		R\$ 443.820,69	
2.2.3	COTAÇÃO-C	-	BOMBA DE 3HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 5.118,00	R\$ 429.912,00		R\$ 531.629,18	
2.2.4	SETOP - MAR/22	ED-49508	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 1,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	R\$ 253,69	R\$ 21.309,96		R\$ 26.351,90	
2.2.5	SETOP - MAR/22	ED-49510	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 2,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	R\$ 310,62	R\$ 26.092,08		R\$ 32.265,47	
2.2.6	SETOP - MAR/22	ED-49512	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 3,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	R\$ 316,09	R\$ 26.551,56		R\$ 32.833,66	
2.2.7	SETOP - MAR/22	ED-49004	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EPR/HEPR, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOFÍXO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM ² , 90°C, 0,6/1KV	M	12600,00	R\$ 31,48	R\$ 396.648,00	R\$ 3.326.974,28	R\$ 490.494,92	R\$ 4.114.136,40
2.2.8	SETOP - MAR/22	ED-48976	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOPLÁSTICO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM ² , 70°C, 450/750V	M	12600,00	R\$ 28,58	R\$ 360.108,00		R\$ 445.309,55	
2.2.9	SINAPI - ABR/22	92335	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_10/2020	M	12600,00	R\$ 111,83	R\$ 1.409.058,00		R\$ 1.742.441,12	
2.2.10	SETOP - MAR/22	ED-49978	REGISTRO DE GAVETA, TIPO BRUTO, ROSCÁVEL 1.1/2" (PARA TUBO SOLDÁVEL OU PPR DN 50MM/CPVC DN 42MM), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	UN	84,00	R\$ 65,21	R\$ 5.477,64		R\$ 6.773,65	
2.2.11	SETOP - MAR/22	ED-50003	REGISTRO DE ESFERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 50MM (1.1/2"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	UN	168,00	R\$ 40,03	R\$ 6.725,04		R\$ 8.316,18	
2.3. FECHAMENTO DO POÇO										
2.3.1	COPASA - MAI/22	65 001 116	RELATÓRIOS FINAIS DE POÇO (BOMBAMENTO E RECUPERAÇÃO DE NÍVEL, PERFIL GEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PERFURAÇÃO)	UN	84,00	R\$ 149,50	R\$ 12.558,00		R\$ 15.529,22	
2.3.2	COPASA - MAI/22	65 002 508	RECUPERAÇÃO E LIMPEZA DE POÇOS ARTESIANOS COM A UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO AQUOSA A BASE DE ORTO-FOSFATO, ESTABILIZANTES, ANTICORROSIVOS E DESINCrustANTES	L	420,00	R\$ 31,78	R\$ 13.347,60	R\$ 33.034,68	R\$ 16.505,64	R\$ 40.850,68
2.3.3	COPASA - MAI/22	65001108	TAMPA DE PROTEÇÃO DO POÇO PROFUNDO EM AÇO PRETO LISO DIN2440	UN	84,00	R\$ 84,87	R\$ 7.129,08		R\$ 8.815,82	
3. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS										
3.1. ITENS E SERVIÇOS										
3.1.1	SINAPI - ABR/22	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	168,00	R\$ 71,28	R\$ 11.975,04		R\$ 14.808,33	
3.1.2	SETOP - MAR/22	ED-51122	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO MANUAL, COM SOQUETE	M2	252,00	R\$ 8,74	R\$ 2.202,48		R\$ 2.723,59	
3.1.3	SINAPI - ABR/22	100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE "10 CM". AF_07/2019	M3	252,00	R\$ 133,23	R\$ 33.573,96		R\$ 41.517,56	
3.1.4	SINAPI - ABR/22	92335	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_10/2020	M	840,00	R\$ 111,83	R\$ 93.937,20		R\$ 116.162,74	
3.1.5	SINAPI - ABR/22	91788	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (INSTALADO EM PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS AF_10/2015	M	1680,00	R\$ 51,18	R\$ 85.982,40		R\$ 106.325,84	

AMESP
016
FLS.:
Assinatura
(CARTILHA)

R\$ 353.111,53

R\$ 285.550,33

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA

15/36

SUB ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
3.	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS (...CONTINUAÇÃO)									
3.1	ITENS E SERVIÇOS									
3.1.6	SINAPI - ABR/22	99623	-	UN	84,00	R\$ 218,99	R\$ 18.395,16		R\$ 22.747,45	
3.1.7	SETOP - MAR/22	ED-50182	INC-ADP-006	UN	84,00	R\$ 80,62	R\$ 6.777,08		R\$ 8.374,35	
3.1.8	SINAPI - ABR/22	94800	-	UN	84,00	R\$ 203,11	R\$ 17.061,24		R\$ 21.097,93	
3.1.9	SINAPI - ABR/22	96995	-	M3	126,00	R\$ 43,22	R\$ 5.445,72		R\$ 6.734,18	
3.1.10	SETOP - MAR/22	ED-51131	TRA-CAR-005	M3	84,00	R\$ 36,18	R\$ 3.035,12		R\$ 3.758,18	
3.1.11	SETOP - MAR/22	RO-41376	OBV-VIA-435	TXKM	10385,40	R\$ 0,69	R\$ 7.165,93		R\$ 8.861,38	
3.2	RESERVATÓRIO									
3.2.1	SINAPI - ABR/22	102619	-	UN	84,00	R\$ 6.360,53	R\$ 534.284,52	R\$ 534.284,52	R\$ 660.696,24	R\$ 660.696,24
4.	ACABAMENTOS									
4.1	LIMPEZA GERAL									
4.1.1	SETOP - MAR/22	ED-50266	LIM-GER-005	M2	420,00	R\$ 6,42	R\$ 2.696,40	R\$ 2.696,40	R\$ 3.334,37	R\$ 3.334,37
TOTAL SEM BDI:									R\$ 10.678.524,85	
TOTAL COM BDI:									R\$ 13.205.063,82	

Pouso Alegre/MG, 14 de julho de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARALAssinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.07.15 10:31:44 -03'00'

ROSSI:47143207691

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D

CÓDIGO:

AME-K/DOC/LIC/01-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE "SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS" E É COMPOSTO POR 2 (DUAS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO****BDI (CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31/08/15)****CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.****Base de Preços: SINAPI MAR/22 E SICRO JAN/22**

DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	PORCENTAGEM DE INCIDÊNCIA	INCIDÊNCIA
CUSTO DIRETO	CD	100,00%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,67%	CD
LUCRO	L	7,30%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,66%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO	(S+G+R)	1,71%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S+G	0,74%	CD
RISCO	R	0,97%	CD
TRIBUTOS	I	7,15%	PV
ISS	ISS	3,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	PV
COFINS	COFINS	3,00%	PV
CPRB	INSS	3,00%	PV

FÓRMULA :

$$BDI = \left\{ \frac{[(1+(AC+S+G+R)) * (1+DF) * (1+I)] - 1}{(1-(I+CPRB))} \right\} - 1$$

BDI (NUMERADOR) = 14,90%

BDI (DENOMINADOR) = 92,85%

BDI = 23,75%**AC | Administração Central** - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua**DF | Despesas Financeiras** - Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data**R | Garantias, Riscos, Seguros e Imprevistos** - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com imprevistos, riscos etc.**L | Lucro** - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.**T | Tributos** - Somatório do COFINS, PIS, ISS e INSS

Pouso Alegre/MG, 14 de julho de 2022.

**CARLOS HENRIQUE
AMARAL**
ROSSI:47143207691Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.07.15 10:32:06 -03'00'**CONSULTOR TÉCNICO**
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D

CÓDIGO:

AME-K/DOC/LIC/01-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS” E É COMPOSTO POR 3 (TRÊS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO



Página 1/2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20221300369

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

RNP: 140255235

Registro: MG0000846052D MG

Empresa contratada: ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Registro Nacional: 0000027533-MG

2. Dados do Contrato

Contratante: Associação dos Municípios do Microrregião do Médio Sapucaí

CPF/CNPJ: 20.362.307/0001-40

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: 774

Complemento:

Bairro: SAUDADE - BOM JESUS

Cidade: POUSO ALEGRE

UF: MG

CEP: 37553442

Contrato: 02/2022

Celebrado em: 01/02/2022

Valor: R\$ 8.793,65

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Orgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: 774

Complemento:

Bairro: SAUDADE - BOM JESUS

Cidade: POUSO ALEGRE

UF: MG

CEP: 37553442

Data de Início: 16/05/2022

Previsão de término: 18/07/2022

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Finalidade: OUTROS

Código: Não Especificado

Proprietário: Associação dos Municípios do Microrregião do Médio Sapucaí

CPF/CNPJ: 20.362.307/0001-40

4. Atividade Técnica

8 - Consultoria

23 - Consultoria > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS

23 - Consultoria > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA

23 - Consultoria > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS

23 - Consultoria > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA

Quantidade

Unidade

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

14 - Elaboração

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA

66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS

66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA

66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS

66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS

Quantidade

Unidade

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

12.600,00

m

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sibac.com.br/publico/>, com a chave: c2x36
Impresso em: 13/07/2022 às 17:50:23 por: , tp: 177.96.151.27

www.crea-mg.org.br
Tel: 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Conjunto 1330 . Centro . Belo Horizonte/MG . 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
e-mail: icthusengenharia.com . rossi@icthusengenharia.com . eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55 35 3025.6092 . Celulares: +55 31 98838.8433 . +55 31 98766.8483 . +55 35 99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO



Página 2/2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20221300369

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA	12.600,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS	12.600,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA	12.600,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS	12.600,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA	12.600,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS	12.600,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA	12.600,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS	12.600,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA	12.600,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

DOCUMENTOS TÉCNICOS (TERMO DE REFERÊNCIA / PLANILHA ORÇAMENTARIA / ESPECIFICAÇÕES / QUANTITATIVOS) PARA LICITAÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.
- A Resolução nº 1.094/17 instituiu o Livro de Ordem de obras e serviços que será obrigatório para a emissão de Certificado de Adequação Técnica - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018. (Res. 1.094, Confes).
- Clausula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declararam concordar.

7. Entidade do Cliente

AEPA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos de Pouso Alegre e Região

CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI: 47143207691

Assinado de forma digital por CARLOS
HENRIQUE AMARAL ROSSI: 47143207691
Data: 2022.07.15 10:32:38 -03'00'

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI - CPF: 471.432.076-91

Local

data

Associação dos Municípios do Interior do Estado de São Paulo - CNPJ: 26.882.867/0001-40

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- * O comprovante de pagamento deverá ser anexado para comprovação de quitação

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78 Registrada em: 13/07/2022 Valor pago: R\$ 17,74 Nosso Número: 8599135537

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sigat.com.br/publico/>, com a chave: 62638
Impresso em: 13/07/2022 às 17:50:25 por: ip: 177.96.151.27

www.crea-mg.org.br
Tel: 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Conjunto 1330 . Centro . Belo Horizonte/MG . 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
e-mail: ichthus@ichthusengenharia.com . rossi@ichthusengenharia.com . eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.98838.8433 . +55.31.98766.8483 . +55.35.99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA

CÓDIGO:

AME-K/DOC/LIC/01-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
ANEXO IV – MEMORIAL DE CÁLCULO

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO IV – MEMORIAL DE CÁLCULO É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS” E É COMPOSTO POR 16 (DEZESSEIS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Para a obtenção do consumo de cada município, considerou-se o consumo médio por habitante para cada equipamento / serviço, conforme apresentado nas tabelas do item 2.

2. PLANILHAS DE CONSUMO PREVISTO POR MUNICÍPIO:

2.1. Referência de cálculo para os itens:

- 1.1.1, 1.3.1, 2.1.4, 2.1.5, 2.2.1 a 2.2.6, 2.2.10, 2.3.1, 2.3.2, 3.1.6 a 3.1.8 e 3.2.1
- Quantidade: **84**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• considerado o consumo médio de 0,0002 UN por habitante – 84 UN				
1	ANDRADAS	41.704	11,05	9
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	1
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	5
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	2
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	2
6	CAREAÇU	6.826	1,81	1
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	2
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	5
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	2
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	5
11	CONGONHAL	12.209	3,24	2
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	1
13	ESTIVA	11.416	3,03	2
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	1
15	IPUIUNA	10.156	2,69	2
16	JACUTINGA	26.538	7,03	6
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	6
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	1
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	5
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	3
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	10
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	1
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	1
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	1
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	1
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	1
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	5
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	84

2.2. Referência de cálculo para o item:

- 3.1.9
- Quantidade: 126

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	13
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	3
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	6
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	4
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	3
6	CAREAÇU	6.826	1,81	3
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	5
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	7
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	4
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	7
11	CONGONHAL	12.209	3,24	4
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	2
13	ESTIVA	11.416	3,03	3
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	3
15	IPUIUNA	10.156	2,69	3
16	JACUTINGA	26.538	7,03	8
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	8
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	2
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	7
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	6
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	14
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	2
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	1
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	2
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	2
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	1
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	2
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	126

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO****2.3. Referência de cálculo para o item:**

- 1.2.3.
- Quantidade: **140**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	14
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	3
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	7
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	4
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	4
6	CAREAÇU	6.826	1,81	3
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	4
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	8
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	4
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	8
11	CONGONHAL	12.209	3,24	4
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	2
13	ESTIVA	11.416	3,03	4
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	4
15	IPUIUNA	10.156	2,69	4
16	JACUTINGA	26.538	7,03	8
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	8
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	2
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	8
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	6
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	15
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	3
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	1
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	3
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	3
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	2
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	3
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	140

2.4. Referência de cálculo para o item:

- 1..1.2,01.1.3, 2.1.3 e 2.2.11
- Quantidade: **168**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	18
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	3
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	9
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	6
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	6
6	CAREAÇU	6.826	1,81	4
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	6
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	9
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	5
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	9
11	CONGONHAL	12.209	3,24	5
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	2
13	ESTIVA	11.416	3,03	5
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	3
15	IPUIUNA	10.156	2,69	5
16	JACUTINGA	26.538	7,03	11
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	10
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	2
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	9
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	7
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	18
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	3
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	2
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	3
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	3
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	2
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	2
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	168

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO****2.5. Referência de cálculo para o item:**

- 3.1.2 e 3.1.3
- Quantidade: **252**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	17
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	5
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	15
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	8
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	8
6	CAREAÇU	6.826	1,81	5
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	8
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	15
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	8
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	15
11	CONGONHAL	12.209	3,24	8
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	4
13	ESTIVA	11.416	3,03	8
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	5
15	IPUIUNA	10.156	2,69	7
16	JACUTINGA	26.538	7,03	16
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	15
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	5
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	14
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	11
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	25
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	5
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	3
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	5
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	5
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	3
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	4
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	5
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	252

2.6. Referência de cálculo para o item:

- 1.2.1
- Quantidade: 378

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	43
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	6
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	20
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	11
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	12
6	CAREAÇU	6.826	1,81	7
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	12
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	22
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	12
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	21
11	CONGONHAL	12.209	3,24	12
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	5
13	ESTIVA	11.416	3,03	11
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	7
15	IPUIUNA	10.156	2,69	10
16	JACUTINGA	26.538	7,03	27
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	24
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	5
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	21
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	17
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	44
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	5
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	3
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	6
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	5
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	4
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	5
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	378

2.7. Referência de cálculo para o item:

- 1.2.2, 2.3.2 e 4.1.1
- Quantidade: 420

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	46
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	7
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	22
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	12
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	13
6	CAREAÇU	6.826	1,81	8
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	13
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	25
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	13
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	23
11	CONGONHAL	12.209	3,24	13
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	5
13	ESTIVA	11.416	3,03	13
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	8
15	IPUIUNA	10.156	2,69	11
16	JACUTINGA	26.538	7,03	29
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	27
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	5
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	23
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	19
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	49
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	6
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	4
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	6
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	6
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	3
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	5
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	6
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	420

2.8. Referência de cálculo para o item:

- 3.1.4.
- Quantidade: **840**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	92
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	13
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	44
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	24
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	26
6	CAREAÇU	6.826	1,81	15
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	27
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	48
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	26
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	46
11	CONGONHAL	12.209	3,24	27
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	12
13	ESTIVA	11.416	3,03	25
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	16
15	IPUIUNA	10.156	2,69	22
16	JACUTINGA	26.538	7,03	58
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	53
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	12
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	47
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	37
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	97
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	12
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	8
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	12
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	12
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	6
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	11
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	12
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	840

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO****2.9. Referência de cálculo para o item:**

- 3.1.5.
- Quantidade: **1.680**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	183
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	28
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	87
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	48
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	51
6	CAREAÇU	6.826	1,81	30
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	54
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	96
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	52
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	93
11	CONGONHAL	12.209	3,24	54
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	24
13	ESTIVA	11.416	3,03	50
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	35
15	IPUIUNA	10.156	2,69	45
16	JACUTINGA	26.538	7,03	110
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	107
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	24
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	94
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	74
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	195
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	25
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	14
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	27
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	26
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	10
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	20
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	24
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	1.680

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO****2.10. Referência de cálculo para o item:**

- 2.1.7.
- Quantidade: **2.520**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	275
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	42
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	131
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	72
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	77
6	CAREAÇU	6.826	1,81	47
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	80
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	144
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	78
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	139
11	CONGONHAL	12.209	3,24	81
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	35
13	ESTIVA	11.416	3,03	75
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	49
15	IPUIUNA	10.156	2,69	67
16	JACUTINGA	26.538	7,03	175
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	160
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	35
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	141
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	112
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	292
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	37
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	20
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	38
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	36
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	15
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	31
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	36
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	2.520

2.11. Referência de cálculo para o item:

- 1.2.4.
- Quantidade: 5.193

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	571
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	80
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	271
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	150
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	159
6	CAREAÇU	6.826	1,81	94
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	167
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	299
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	162
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	288
11	CONGONHAL	12.209	3,24	167
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	69
13	ESTIVA	11.416	3,03	156
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	101
15	IPUIUNA	10.156	2,69	139
16	JACUTINGA	26.538	7,03	364
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	332
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	69
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	293
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	232
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	606
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	74
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	42
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	77
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	74
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	25
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	60
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	72
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	5.193

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO****2.12. Referência de cálculo para o item:**

- 1.2.4.
- Quantidade: **10.385**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	1.147
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	160
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	545
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	302
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	319
6	CAREAÇU	6.826	1,81	188
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	335
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	600
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	326
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	579
11	CONGONHAL	12.209	3,24	336
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	130
13	ESTIVA	11.416	3,03	314
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	203
15	IPUIUNA	10.156	2,69	279
16	JACUTINGA	26.538	7,03	730
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	667
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	130
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	587
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	465
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	1.216
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	149
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	75
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	154
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	148
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	48
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	113
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	140
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	10.385

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**

FOLHA:

34/36

FLS.: 036

Assinatura

2.13. Referência de cálculo para o item:

- 1.2.4.
- Quantidade: **12.600**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	1.389
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	203
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	660
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	366
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	387
6	CAREAÇU	6.826	1,81	227
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	406
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	727
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	395
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	701
11	CONGONHAL	12.209	3,24	407
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	157
13	ESTIVA	11.416	3,03	380
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	246
15	IPUIUNA	10.156	2,69	338
16	JACUTINGA	26.538	7,03	884
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	807
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	157
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	711
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	563
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	1.473
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	180
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	101
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	186
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	179
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	63
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	137
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	170
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	12.600

3. PLANILHA DE QUILOMETRAGEM MÉDIA POR MUNICÍPIO:

3.1. Referência de cálculo:

Para a elaboração da planilha abaixo, foi considerado o deslocamento médio dos municípios associados até a sede da AMESP em Pouso Alegre/MG

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	DISTÂNCIA ATÉ A SEDE (KM)
1	ANDRADAS	93,50
2	BANDEIRA DO SUL	108,90
3	BORDA DA MATA	28,60
4	BUENO BRANDÃO	69,90
5	CACHOEIRA DE MINAS	33,60
6	CAREAÇU	40,00
7	CARMO DA CACHOEIRA	136,40
8	CAMANDUCAIA	71,60
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	41,90
10	CAMPESTRE	120,20
11	CONGONHAL	16,70
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	26,10
13	ESTIVA	35,70
14	INCONFIDENTES	48,60
15	IPUIUNA	40,90
16	JACUTINGA	83,30
17	MONTE SIÃO	89,60
18	NATÉRCIA	71,80
19	PARAISÓPOLIS	59,50
20	POÇO FUNDO	60,80
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	28,60
22	SÃO BENTO ABADE	145,40
23	SÃO JOÃO DA MATA	41,90
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	34,90
25	SENADOR AMARAL	68,70
26	SENADOR JOSÉ BENTO	35,80
27	TOCOS DO MOJI	45,40
28	TURVOLÂNDIA	52,60
MÉDIA DE D.M.T (KM)		61,82

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA

36/36

4. COTAÇÕES REALIZADAS:

4.1. Cotações para equipamentos necessários aos serviços de perfuração e execução de Poço Artesiano – Genérico.

COTAÇÕES								
SUBITEM	NÚMERO	EMPRESA	CNPJ	DATA	CONTATO	SERVIÇO / PRODUTO	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
COTAÇÃO-A	COT-1	EL SHADAY POÇOS	26.376.501/0001-60	03/06/2022	(35) 99994-0218	BOMBA DE 1HP MONOFÁSICA 220V	1	R\$ 2.178,00
	COT-2	CENTRÃO DAS BOMBAS	29.760.712/0001-90	03/06/2022	(35) 99916-6865		1	R\$ 6.264,00
	COT-3	PAULISTANA BOMBAS	22.575.215/0001-73	03/06/2022	(35) 99734-5376		1	R\$ 1.779,00
VALOR DA COTAÇÃO (MÉDIA):								R\$ 3.407,00
COTAÇÃO-B	COT-1	EL SHADAY POÇOS	26.376.501/0001-60	03/06/2022	(35) 99994-0218	BOMBA DE 2HP MONOFÁSICA 220V	1	R\$ 2.793,00
	COT-2	CENTRÃO DAS BOMBAS	29.760.712/0001-90	03/06/2022	(35) 99916-6865		1	R\$ 7.596,00
	COT-3	PAULISTANA BOMBAS	22.575.215/0001-73	03/06/2022	(35) 99734-5376		1	R\$ 2.429,00
VALOR DA COTAÇÃO (MÉDIA):								R\$ 4.272,67
COTAÇÃO-C	COT-1	EL SHADAY POÇOS	26.376.501/0001-60	03/06/2022	(35) 99994-0218	BOMBA DE 3HP MONOFÁSICA 220V	1	R\$ 3.128,00
	COT-2	CENTRÃO DAS BOMBAS	29.760.712/0001-90	03/06/2022	(35) 99916-6865		1	R\$ 9.247,00
	COT-3	PAULISTANA BOMBAS	22.575.215/0001-73	03/06/2022	(35) 99734-5376		1	R\$ 2.979,00
VALOR DA COTAÇÃO (MÉDIA):								R\$ 5.118,00

Pouso Alegre/MG, 14 de julho de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.07.15 10:33:08 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi
Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052DSede: Rua da Bahia, nº 1148, Bloco I, Conjunto 1330, Centro, Belo Horizonte/MG, 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550/1, Boa Vista, Pouso Alegre/MG, 37.552-094
e-mail: ictus@ictusengenharia.com, rossi@ictusengenharia.com, eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55 35 3025 6097 Celulares: +55 31 98838 8433 +55 31 98766 8483 +55 35 99730 8483

Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2.022

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO
PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO
SAPUCAÍ – AMESP.**

O Presidente do Consórcio AMESP, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 3º, Inciso IV da Lei Federal nº 10.520/02;

I - Determina que os editais de licitações deverão ser assinados pela autoridade que o expedir, no caso o Pregoeiro do Consórcio AMESP;

II - Que compete ao Consórcio AMESP instituir Comissões, para fins de organização e efetivação de seus atos administrativos,

RESOLVE:

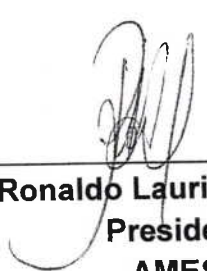
Art. 1º - Instituir o Pregoeiro e Equipe de Apoio Técnico, conforme dispositivo da Lei Federal nº 10.520\2002.

Art. 2º - Fica nomeado o funcionário para exercer as atribuições de Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, o **Sr. Wagner do Couto** como Pregoeiro Oficial.

Art. 3º - Ficam nomeados para compor equipe de apoio e para atuar nos processos de Pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, os servidores Sr. José Vitor da Rosa Júnior e Sr. Roque José dos Santos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, em 02 de Janeiro de 2022.



Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente
AMESP



Do Pregoeiro

Para Assessoria Jurídica

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

Pouso Alegre/MG, aos 18 de julho de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro



AUTORIZO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 18 de julho de 2022.


Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP



PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DATA DE ABERTURA: 02/08/2022

HORÁRIO: 09h00min

I – OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. Para a execução dos serviços licitados haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP e a licitante declarada vencedora.

1.3. A **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência.

II – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO.

2.1. A execução dos serviços deverá ser nas condições previstas no Termo de Referência.

2.2. A empresa vencedora somente executará os serviços mediante solicitação e Ordem de Serviços – OS, emitida pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



3.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

Pouso Alegre/MG, aos 18 de julho de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DATA DE ABERTURA: 02/08/2022

HORÁRIO: 09h00min

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2022**, usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas da AMESP, nos termos do artigo 112 §1º da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Art. 19 do Decreto Federal n.º 6.017/2007, e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** que são:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

I – INFORMAÇÕES.

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP através do telefone nº (35) 3025-6589 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

II – OBJETO.

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada

para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

3.1.1. O Pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

3.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

3.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

3.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail.

IV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de (12) doze meses, contado a partir de sua assinatura.

4.2. O ORGÃO GERENCADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE não estarão obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

5.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

5.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

5.1.2. Atendam a todas as exigências deste edital;

5.2. Será vedada a participação de empresas:

5.2.1. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

5.2.2. Suspensas de participar de licitações realizadas pela Associação da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP;

5.2.3. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

5.2.3.1. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.

11.101 de 2005, bem como dos demais requisitos exigidos no edital, se for o caso, relacionados à comprovação da capacidade econômico-financeira do proponente.

5.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

5.2.5. Reunidas em consórcio do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

VI – DO CREDENCIAMENTO.

6.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação”.

6.1.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

6.1.2. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Proposta Comercial”.

6.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

6.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

b) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

c) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemblado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.

6.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2.3. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

6.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

VII - QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte**, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

VIII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO.

8.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

8.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

8.1.2. Recebimento dos envelopes "Proposta Comercial;

8.1.3. Abertura dos envelopes "Proposta Comercial;

8.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

8.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

8.1.6. Em não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.1.5., poderão as empresas autoras das melhores propostas, **até o máximo de 03 (três)**, oferecer novos lances verbais e sucessivos;

8.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço global, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

8.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;

8.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

8.1.10. Abertura do envelope "Documentação" apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

8.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope "Documentação" da segunda classificada.

8.1.12. Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço global.

8.1.13. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

8.1.14. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

IX – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO.

9.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

Envelope nº. 01 "PROPOSTA COMERCIAL"
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP
Pregão n.º 10/2022
Objeto: Registro de Preços – PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS
ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Licitante:

Envelope nº. 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP
Pregão n.º 10/2022
Objeto: Registro de Preços – PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS
ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Licitante:

9.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

9.2. O Envelope nº 01 – Proposta Comercial conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do **Anexo III, bem como da Planilha Orçamentária constante do Anexo VIII**, em papel timbrado da empresa, **utilizando-se de 02 (duas) casas decimais (0,00)**, sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

9.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

9.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

9.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

9.3. Serão **DECLASSIFICADAS** as propostas:

9.3.1. Que não apresentem suas propostas por preços unitário e global, sendo que as propostas que apresentarem os preços unitários superiores aos constantes no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária também serão desclassificadas.

9.3.2. Que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

9.3.3. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

9.3.5. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

9.4. Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação das Empresas deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

9.4.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

9.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.1.2. Ato constitutivo, alterações subsequentes ou última alteração consolidada devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

9.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.5. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV**, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

9.4.2.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).

9.4.2.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou Conselho de

Arquitetura e Urbanismo – CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto e ao aqui listado:

a) Perfuração de poço tubular profundo com diâmetro maior ou igual a 150mm (cento e cinquenta milímetros);

b) Execução de teste de bombeamento (teste de vazão).

9.4.2.3. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: (01) um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como Responsável Técnico.

9.4.2.4 A comprovação do profissional do quadro técnico da empresa também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU.

9.4.2.5. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, os profissionais indicados pela empresa deverão participar dos serviços objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

9.4.2.6. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

9.4.2.8. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados.

9.5. A documentação relativa à **qualificação econômica – financeira das empresas** é a seguinte:

9.5.1. **Certidão Negativa de Falência**, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não

anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.

9.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

9.5.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

9.5.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

9.5.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.5.6. Os documentos relativos ao subitem 9.5.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

9.5.7. Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

9.5.8. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

9.5.9. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 9.5.7. a memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9.6. A documentação relativa à **regularidade fiscal das empresas** é a seguinte:

9.6.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

9.6.2. Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

9.6.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

9.6.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

9.6.6. Prova de regularidade para com a **Seguridade Social – INSS**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade;

9.6.7. Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de registro de preços;

9.6.9. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

9.7. **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.8. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

9.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02.

9.10. As **certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo de validade** serão aceitas com **até 60 (sessenta) dias** da data de sua expedição.

X – VISITA TÉCNICA.

10.1. **A visita técnica não é obrigatória, podendo ser realizada apenas por questão de logística, tendo em vista o número de prefeituras consorciadas.**

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS.

11.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

11.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro.

11.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

XII - DOS PROCEDIMENTOS.

12.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro nomeado, contando com equipe de apoio, conforme determinado na **Portaria n.º 01/2022**, segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste Edital.

12.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste Edital.

12.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

12.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

12.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

12.7. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço por hora e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento)**.

12.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentarem as melhores propostas, **até o máximo de 03 (três)**, quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

12.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

12.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

12.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

12.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

12.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

12.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

12.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

12.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

12.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

12.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pelo Pregoeiro.

12.21. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

12.22. Se houver a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço**.

12.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas, e será aberto o envelope de documentação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

12.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

12.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

12.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

12.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

12.28. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

12.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

12.30. É facultado ao ÓRGÃO GERENCIADO, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

12.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização da contratação.

XIII – DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES.

13.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante dele vencedora.

13.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

13.3. Os preços propostos serão fixos e irrealizáveis pelo período de 01 (um) ano.

13.4 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.6. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.7. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.9. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela empresa contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

13.12. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

13.13. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

13.14. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

13.15. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.16. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

13.17. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.18. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião do pregão da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

13.19. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.1. As obrigações resultantes deste Pregão constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo V**.

14.2. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses.**

14.3. O prazo para a **assinatura da Ata de Registro de Preços** será de **05 (cinco) dias** úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

14.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

14.5. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

14.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que, porventura venham a consorciar-se a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

XV – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

15.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

15.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

15.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

15.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.

15.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

15.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

15.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

15.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA.

16.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

16.2. Indicar preposto, aceito pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, para representá-lo na execução do contrato;

16.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

16.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

16.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

16.6. Os serviços - objeto da contratação - deverão ser vistoriados pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

16.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

16.8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no contrato, acarretará a aplicação de sanções à contratada.

16.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

16.10. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável para vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

16.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

16.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

16.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

16.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

16.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

16.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

16.17. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

16.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos serviços prestados.

16.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

16.20. Após a conclusão e aprovação do serviço/obra pela fiscalização da Contratante a Empresa Contratada deverá elaborar relatório fotográfico, comprovando os serviços executados e disponibilizá-lo, em meio físico e digital, para a fiscalização da Contratante.

16.21. Designar um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como responsável técnico pelos serviços referentes à perfuração de poços e execução de teste de bombeamento e acompanhamento dos equipamentos em campo.

16.22. Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, IGAM, ANVISA e demais órgãos necessários, as especificações, projetos e instruções da fiscalização.

XVII – DOS PAGAMENTOS.

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

17.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos materiais entregues.

17.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

17.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

17.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

17.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

17.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

17.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

17.8. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços, a matrícula CEI e o endereço da obra onde os mesmos foram prestados.

17.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

17.10. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

XVIII - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

18.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos fornecimentos, de acordo com o termo de referência e ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE.

18.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

18.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

18.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

18.5. Constatada a perfeita execução dos serviços (com os relatórios preenchidos), e cumpridas todas as exigências, no caso da perfuração de poços e execução de teste de bombeamento, os mesmos estarão aptos a serem medidos.

XX – DAS PENALIDADES.

19.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

19.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

19.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

19.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

19.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

19.7. Quando a empresa contratada deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

19.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a empresa contratada multa, conforme tabela 3 a seguir:

• Tabela 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início da obra.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

19.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos,

no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

19.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

19.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

19.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

19.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

19.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

XX - DA RESCISÃO DO CONTRATO.

20.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;
- c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93.

20.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, também, rescindir a futura ata/contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 20.1, por mútuo acordo.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

21.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

21.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos, todas as condições de habilitação.

21.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, são facultadas ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio.

21.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

XXII – DOS ANEXOS.

Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP OU ME

ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Pouso Alegre/MG, aos 18 de Julho de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro

ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo _____ presente _____ instrumento, _____ a
empresa....., inscrita no
CNPJ/MF sob o nº, com sede na
....., através de seu
representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a)
....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº
.....e inscrito no CPF/MF sob o nº
....., outorgando-lhe plenos poderes para representá-la
na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para
interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente
os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as
exigências constantes do Edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

Obs.: Apresentar cópia do contrato social (autenticada) juntamente com este credenciamento.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO.

2.1. Os serviços de perfuração de poços artesianos deverão ser executados conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, bem como na planilha orçamentária.

3. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS.

3.1. DO LOCAL.

3.1.1. Os serviços de execução de perfuração de poços artesianos serão executados dentro da área territorial de abrangência da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA

INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

3.2. DOS PRAZOS.

3.2.1. O prazo para o início do serviço de execução de perfuração de poços artesianos será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada.

3.2.2. Para casos especiais serão negociados novos prazos em função de outras demandas prioritárias da Contratante ou outros serviços que forem necessários. Os atrasos comprovadamente motivados pela Contratante não serão computados.

3.2.3. Nos casos de emergência a Contratada deverá dispor de todos os recursos para atendimento no prazo de até 24 horas após emissão de Ordem de Serviço da Contratante ou a critério da Fiscalização

3.2.4. Após a conclusão da perfuração de um poço tubular, a CONTRATADA deverá disponibilizar imediatamente uma unidade de teste, com compressor de 150 PCM, para a execução de ensaio de vazão.

3.2.5. Somente serão considerados motivos para prorrogação dos prazos fixados no Termo de Referência e no Edital de Licitação, aqueles definidos no artigo 71 da lei Federal nº 13.303/16, devidamente comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela Contratante.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

4.2. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica deste.

4.3. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade de cada município consorciado.

4.4. Para execução das obras e serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser obedecidas as normas técnicas da ABNT (NBR 12212/ 1992 e 12244/1992), da Contratante e de Órgãos Públicos, bem como as Leis Federais.

4.5. O perfeito funcionamento do Poço Artesiano é de inteira responsabilidade da empresa contratada, portanto, esta deverá ler e analisar atentamente as Normas Vigentes, e sob nenhuma hipótese poderá alegar o desconhecimento do conteúdo destas.

4.6. SERVIÇOS PRELIMARES:

4.6.1. Obtenção junto ao IGAM, da Licença para perfuração do Poço Artesiano.

4.6.2. Apresentação de estudo hidrogeológico contendo as informações básicas geofísicas e geológicas dos aquíferos, características hidráulicas e qualidade da água.

4.6.3. Em áreas onde não haja conhecimento hidrogeológico suficiente, deve ser elaborado um relatório técnico preliminar com os dados disponíveis a Execução da Perfuração de Poços Artesianos.

4.7. LOCAÇÃO DOS POÇOS:

4.7.1. A locação dos poços será de inteira responsabilidade da Contratante, devendo esta informar e fornecer os respectivos croquis à Empresa Contratada.

4.8. PERFURAÇÃO:

4.8.1. O construtor deve dispor na obra de máquina perfuratriz e de equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade e capacidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos.

4.8.2. Qualquer substituição de máquina, ferramenta ou acessório indispensável durante a perfuração para a execução do programa construtivo do poço deve correr por conta e risco da empresa contratada.

4.8.3. Qualquer alteração nos diâmetros estabelecidos e/ou nas correspondentes profundidades só poderão ser efetivadas mediante autorização do Contratante, baseada em parecer técnico da Fiscalização.

4.8.4. perfuração pode ser, inicialmente, executada através de um furo-piloto, com posterior alargamento nos diâmetros previstos no programa construtivo do poço.

4.8.5. O equipamento indicado para a Perfuração do Poço será determinado em função do estudo hidrogeológico e do Projeto de Perfuração do Poço Artesiano, podendo ser Perfuratrizes Rotativas, Roto-pneumáticas ou Sondas Percussoras.

4.8.6. As profundidades das perfurações serão definidas em cada caso pela Fiscalização da Contratante.

4.8.7. Deverá ser registrado diariamente os diâmetros da perfuração executada, metros perfurados e profundidade total do poço, material perfurado e avanço da penetração, além da profundidade do nível de água no início e fim da jornada de trabalho.

4.9. CAPTAÇÃO:

4.9.1. Captação subterrânea, através de instalação eletromecânica de poço tubular profundo, com o fornecimento de conjunto motobomba submerso de eixo vertical com motor elétrico, potência de 1 a 3 cv, inclusive quadro de comando e proteção de motores, tubulação de extração de água, entrada de energia padrão CEMIG, cabos, eletrodos e registros.

4.10. REVESTIMENTO:

4.10.1. O poço deverá ser revestido com uma tubulação que estabeleça ligação única entre o aquífero, ou aquíferos aproveitados, e o ambiente externo, permitindo o isolamento das demais camadas.

4.10.2. O tubo de revestimento deve ser especificado conforme a NBR 5580, NBR 12211, DIN 2440, DIN 2441, DIN 4925, API 5 A, 5Ac, 5B, 5 L e ASTM A 120.

4.10.3. Os tubos de revestimento poderão ser rosqueados, e deverão ter, na extremidade inferior, reforços para sua proteção. Suas conexões deverão ser estanques.

4.11. FILTRO:

4.11.1. O poço, cujos trechos da zona de saturação a serem aproveitados estiverem em aquíferos não consolidados, deve ser provido de filtros.

4.11.2. A velocidade de entrada da água nos filtros deve estar entre 0,03m/s e 0,08m/s.

4.11.3. O diâmetro interno dos filtros deve ser compatível com o dos tubos lisos, com o diâmetro da bomba, com os implementos de exploração da água, e ser suficiente para manter a velocidade vertical máxima em 1,5m/s.

4.11.4. Os filtros deverão assegurar a máxima entrada possível de água ao interior do poço com a menor perda de carga, impedir a passagem de areia, permitir o desenvolvimento do poço e suportar pressões exercidas pelas camadas envolventes.

4.11.5 O filtro não deverá apresentar, após a sua instalação, quebras de alinhamento em quaisquer das juntas.

4.11.6. O filtro deverá ser dotado de conexão estanque para sua ligação com o revestimento permanente.

4.11.7. A escolha dos filtros deve levar em consideração a ação corrosiva ou incrustante da água subterrânea, avaliada por exame bacteriológico e análise físico-química que inclua: pH, temperatura, condutividade, sólidos totais, EH, OD, alcalinidade, dureza, CO₂, acidez, H₂S, cloretos, sulfatos, ferro, manganês, NH₄, cor, turbidez e sólidos em suspensão.

4.12. PRÉ - FILTRO:

4.12.1. O filtro deve ser dotado de pré-filtro quando for necessária a estabilização da fração fina do aquífero frível.

4.12.2. A instalação de filtros deve ser complementada com um envoltório permeável, denominado pré-filtro.

4.12.3. O poço, cujo projeto prevê o uso de pré-filtro, deve ser perfurado em diâmetro adequado à colocação do material filtrante, em espessura condizente com a textura do aquífero e das suas partículas carregáveis, sendo recomendado espaço anelar mínimo de 75mm.

4.12.4. O perfil granulométrico do pré-filtro deve assegurar valores de turbidez dentro dos padrões sanitários.

4.12.5. Deverá ser colocado pré-filtro de areia selecionada ou brita apropriada, envolvendo o filtro no espaço anelar circunjacente ao revestimento permanente, desde o fundo até 10,00m (dez metros) abaixo da superfície do terreno.

4.13. DESENVOLVIMENTO:

4.13.1. Instalada a coluna de tubos e filtros, deve-se proceder ao desenvolvimento do poço, até que a turbidez e a concentração de areia estejam dentro dos limites admissíveis.

4.13.2. O desenvolvimento do poço poderá ser feito mediante um ou mais dos métodos seguintes:

4.13.2.1. Bombeamento intermitente com bomba sem válvula e pé ou com ar comprimido.

4.13.2.2. Injeção forçada de água com aspersão através de bocais na altura do filtro.

4.13.2.3. Pistoneamento com êmbolo sólido (pistão), semissólido (com válvula) ou de molas, utilizando-se máquinas perfuratrizes à percussão ou rotativas adaptadas.

4.13.3. Nos poços perfurados com lama, podem ser utilizados, durante o desenvolvimento, agentes químicos dispersantes (polifosfatos), a fim de facilitar a remoção das argilas.

4.13.4. É totalmente vedado, no preparo da lama de perfuração, o emprego de óleo diesel ou outras substâncias capazes de poluir o aquífero.

4.13.5. Nenhum bombeamento efetuado durante o desenvolvimento deve ser considerado como teste de aquífero.

4.14. VEDAÇÃO:

4.14.1. O poço deverá ser convenientemente vedado com pasta de cimento, introduzida a partir do fundo para a superfície, com o objetivo de impedir a contaminação por águas superiores e proteger os tubos de revestimento contra corrosão.

4.14.2. A pasta será preparada com cimento e areia no traço 1:3, e com no mínimo de água necessária para dar à mistura uma suficiente plasticidade que permita sua livre introdução no espaço anelar.

4.14.2. Todo poço deve ter cimentação para proteção sanitária, situada no espaço anelar entre o tubo de revestimento e a parede de perfuração, com espessura mínima de 5,0cm.

4.14.3. Nenhum serviço pode ser efetuado no poço durante as 48h seguintes à cimentação, a não ser que se utilize produto químico para aceleração da pega (cura).

4.14.4. Em poços empedregulhados, em que a camada envoltória de pedregulho atinja a parte superior do poço, deverá ser feita a cimentação até uma profundidade de

10,00m (dez metros) a partir da superfície, tomando-se o cuidado de deixar embutidos os tubos para a introdução adicional de pedregulhos.

4.14.5. Poços tubulares que apresentarem desmoronamentos no espaço anelar, antes da realização da cimentação, deverão ser reabertos com lama de perfuração, para permitir a adequada cimentação conforme previsto em Normas técnicas.

4.15. TESTE DE BOMBEAMENTO:

4.15.1. Concluída a execução do Poço Artesiano, deve-se proceder à execução do teste de produção, a fim de determinar a vazão explotável do poço.

4.15.2. O equipamento de teste deve ter capacidade para extrair vazão igual ou superior à prevista em projeto. O emprego de ar comprimido só deve ser aceito excepcionalmente e com aprovação da fiscalização.

4.15.3. Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar-se do retorno da água ao nível estático.

4.15.4. O teste de produção deve ser iniciado com o bombeamento à vazão máxima definida no projeto, em período mínimo de 24h.

4.15.5. Uma vez terminado o teste de produção com a vazão máxima, deve-se proceder ao teste de recuperação do nível, durante um período mínimo de 4h.

4.15.6. A água extraída deve ser medida por qualquer dispositivo que permita determinar a vazão com segurança. A vazão medida deverá ser expressa em l/s (litros por segundo), l/h (litros por hora) ou m³/h (metros cúbicos por hora).

4.15.7. Deverão ser anotadas todas as medidas de tempo e retorno do nível d'água no período de recuperação do poço, até que este recupere 80% do rebaixamento medido, não excedendo 24 horas de observação.

4.15.8. Deverão ser tomados todos os cuidados para que a água proveniente dos ensaios não cause danos a terceiros.

4.16. COLETA DE ÁGUA PARA ANÁLISE:

4.16.1. A Empresa Contratada deverá tomar as precauções que forem necessárias, ou que possam ser exigidas pela Fiscalização da Contratante, para evitar que, através da perfuração, haja entrada de água contaminada ou contendo características físico-químicas indesejáveis etc., na camada aquífera onde se fará a captação.

4.16.2. A coleta para análise bacteriológica deve ser feita em frasco apropriado e esterilizado seguindo as recomendações do laboratório. Estas coletas devem ser efetuadas durante os ensaios de bombeamento e de desinfecção final do poço.

4.16.3. Durante a coleta de água, devem ser medidos o pH e a temperatura da água no poço.

4.16.4. As análises físico-químicas e bacteriológicas, de responsabilidade da Empresa Contratada, deverão ser executadas por laboratórios idôneos, acreditados na ABNT NBR ISO/IEC 17025, para segurança e qualidade das análises.

4.16.5. Deverão ser obedecidos os parâmetros mínimos que caracterizam a qualidade da água bruta para manancial subterrâneo de acordo com o IGAM e a Unidade de Serviço de Controle Operacional.

4.17. DESINFECÇÃO:

4.17.1. A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50mg/L de cloro livre.

4.17.2. Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5L/m³ de água no poço.

4.17.3. Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo a desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2h.

4.18. LAJE DE PROTEÇÃO:

4.18.1. Deverá ser executada, como acabamento de superfície, uma laje de concreto moldada no local, com consumo mínimo de cimento de 200 kg/m³, envolvendo o tubo de revestimento e impedindo a entrada de águas superficiais no poço.

4.18.2. A laje de proteção deve ter declividade do centro para a borda, espessura mínima de 15cm e área não inferior a 1,0 m². A coluna de tubos deve ficar saliente no mínimo 50cm sobre a laje.

4.18.3. O tubo de revestimento interno e os tubos de introdução do material adicional ao pré-filtro, se existentes, deverão ficar salientes 40 cm e 10 cm, respectivamente, acima da laje ou da cota de inundação definida pela Fiscalização da Contratante.

4.19. TAMPA:

4.19.1. Concluídos todos os serviços, o poço deve ser lacrado com chapa soldada, tampa rosqueável com cadeado ou válvula de segurança.

4.19.2. A fim de se permitir futuras medições de nível de água, deverá ser aberto num ponto conveniente da tampa do poço, um orifício obturável de 25 mm de diâmetro que permita a fácil introdução de instrumentos de medidas.

4.20. REGISTRO DE DADOS E RELATÓRIO:

4.20.1. Concluído o poço, a Empresa Contratada deverá encaminhar a Contratante o relatório técnico construtivo, sem o qual não será recebido.

4.20.2. O relatório deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome do proprietário;
- b) localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado);
- c) cota do terreno;
- d) método de perfuração e equipamentos utilizados;
- e) perfil litológico e profundidade final;
- f) perfil composto;
- g) materiais utilizados (diâmetro, tipo, espessura);
- h) cimentações (indicação dos trechos cimentados);
- i) planilhas de teste final de bombeamento, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados;
- j) análise físico-química e bacteriológica da água, firmada por laboratório idôneo;
- k) indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico;
- l) nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado;
- m) Formulário de tamponamento de poço tubular, IGAM, e anexos fotográficos.

4.20.3. Em caso de abandono da perfuração por problema técnico, o furo deve ser desinfetado, lacrado e o fato comunicado ao órgão público, estadual ou regional, encarregado do controle das águas.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).

5.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico

- CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto e ao aqui listado:

a) Perfuração de poço tubular profundo com diâmetro maior ou igual a 150mm (cento e cinquenta milímetros);

b) Execução de teste de bombeamento (teste de vazão).

5.3. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: (01) um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como Responsável Técnico.

5.4. A comprovação do profissional do quadro técnico da empresa também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU.

5.5. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, os profissionais indicados pela empresa deverão participar dos serviços objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

5.6. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do Contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

5.7. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

6.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.2. Indicar preposto, aceito pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, para representá-lo na execução do contrato.

6.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

6.6. Os serviços - objetos da contratação - deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

6.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

6.8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste Termo de Referência, acarretará a aplicação de sanções à contratada.

6.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

6.10. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável - vapores orgânicos VOP2; bandeirola; protetor solar; protetor auditivo.

6.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

6.12. Fornecer todo o material e mão de obra pertinente à execução dos serviços.

6.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

6.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

6.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

6.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

6.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

6.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade material fornecido.

6.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa contratada.

7.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.

7.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar os serviços executados.

7.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

8. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

8.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública do Pregão, se outro prazo não constar do documento.

8.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

8.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

8.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em Jornal; ou

a) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

b) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

8.6. Os documentos relativos ao subitem 8.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação

do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

8.7. Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do orçamento estimado conforme a Planilha Orçamentária admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

8.8. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

8.9. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 8.7. a memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9. DOS VALORES, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

9.1. DO VALOR.

9.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 13.205.063,82 (treze milhões duzentos e cinco mil e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Termo.

9.2. DA MEDIÇÃO DOS MATERIAIS FORNECIDOS.

9.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme fornecimento dos serviços de execução de perfuração de poços artesianos pela empresa contratada e aprovado a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.2.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

9.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

9.3. DO PAGAMENTO.

9.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

9.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelo material entregue.

9.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

9.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

9.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

9.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

9.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

9.3.8. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços, a matrícula CEI e o endereço da obra onde estes foram prestados.

9.3.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

9.3.10. A despesa referente ao fornecimento será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

10. CRITERIO DE JULGAMENTO.

10.1. Buscando auferir os melhores resultados para a população como um todo e para Administração Pública justificamos a escolha da licitação - Pregão Presencial para Registro de Preços - do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES / ÓRGÃO GERENCIADOR;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

11.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

11.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

11.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

11.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• **Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05

Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	01
07	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02

11.7. Quando a empresa contratada deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para o fornecimento previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

11.8. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a empresa contratada multa, conforme tabela 3 a seguir:

• **Tabela 3**

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	1. Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço.
02	3%	2. Por dia de atraso na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	3. Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

11.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

11.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;

- e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES / ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

12. DOS PRAZOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DAS ADESÕES E DOS CONTRATOS.

12.1. A Empresa contratada poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

12.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

12.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

12.4. **A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

12.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

13.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela empresa contratada.

13.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

13.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.5. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

13.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

13.6. Fica facultada a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela contratada.

13.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, sendo lavrado termo aditivo.

13.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.7.2. **A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

13.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

13.10. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

14.1. A empresa que vier a causar impedimento ao normal e legal andamento do processo licitatório, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE em função da não conclusão do processo licitatório bem como do objeto pretendido.

14.1.1. A participação da empresa na licitação importa na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Termo de Referência, no Edital e seus Anexos, que fazem parte integrante do Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

14.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR se reserva ainda, o direito de revogar ou anular a licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que estas não atendam às condições estabelecidas no Edital, sem que caiba as proponentes o direito de qualquer reclamação ou indenização.

14.3. A partir da sua entrega, as propostas serão consideradas objeto de análise, vedando-se a qualquer interessado procurar empregados do ÓRGÃO GERENCIADOR ou membros da Comissão para tratar de assuntos relacionados com a licitação, ressalvadas as hipóteses e formas previstas pela legislação pertinente.

14.4. Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Termo de Referência.

14.5. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao processo licitatório.

14.6. A empresa proponente, durante o processo de licitação, é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

14.7. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Termo de Referência serão sanados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, obedecida a legislação vigente.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

15.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

16. DA JUSTIFICATIVA.

A contratação de empresa especializada para perfuração de poços artesianos se justifica mediante a necessidade dos Municípios de captarem água que se encontra nos lenções freáticos e nos aquíferos. Essa água armazenada no subsolo está infiltrada em rochas e sedimentos, em grande profundidade ou se encontra nos lençóis freáticos, próximos à superfície, em geral, é uma água com melhor qualidade física, química e biológica. As obras de perfuração de poços têm curto período de duração, comparado às outras formas de captação de água, possui um menor impacto ambiental, se caracteriza por um bom investimento em longo prazo.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que **a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.**

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...](Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de

participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes.

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em LOTE Único por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, aos 15 de Julho de 2022.

Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Responsável
CREA nº 46.052/D
Consultor Técnico

Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa....., estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, propõe fornecer à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R\$
01	LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, de acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.	

Validade da Proposta: 60 dias

OBS.: AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTES DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (em Formato Excel).

Pouso Alegre/MG.....de de 2022.

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG nº.....

Cargo:



ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(local e data)

.....
(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 61/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

Aos.....dias do mês de do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr.**, portador da Cédula de Identidade RG nº....., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº....., **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de ANDRADAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Vinte e Dois de Fevereiro s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.884.412/0001-34, representado pela Prefeita Municipal, Margot Navarro Graziani Pioli, brasileira, casada, psicóloga, portadora do CPF nº 271.764.526-87; **Município de BANDEIRA DO SUL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Dias Araújo nº 305, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.175.794/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Edervan Leandro de Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 972.797.576-34; **Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAMPESTRE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.631.604/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, Marco Antônio Messias Franco, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 623.401.666-91; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45

Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hécio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, nº 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Êlder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocal Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-

36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representado pelo Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. **A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ORGÃO GERENCADOR**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **ORGÃO GERENCADOR**.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

14.3. **A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

14.4. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo

decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme fornecimento do concreto usinado pela DETENTORA e aprovado a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa DETENTORA pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelo material entregue.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrealizáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo,

calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da

cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa DETENTORA.

7.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto da contratação.

7.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa DETENTORA através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber serviços executados.

7.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

8.1. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.2. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante;

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços, sem a prévia e expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO CONTRATANTE.

8.6. Os serviços - objeto da contratação – deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal DO ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

8.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa DETENTORA não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

8.8. O não comparecimento da DETENTORA para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência, acarretará a aplicação de sanções à DETENTORA.

8.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

8.10. A DETENTORA deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação

em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável - vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

8.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

8.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

8.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

8.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

8.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços e Obras executados.

8.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato, resultante da presente Ata de Registro de Preços, poderá ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

- **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• **Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

10.7. Quando a DETENTORA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA multa, conforme tabela 3 a seguir:

• **Tabela 3**

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
------	-------	----------------

01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início da obra.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

a) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

c) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;

d) apresentação, ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

e) f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

12.1 Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CMA Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos".

Pouso Alegre/MG, de de 2022.

AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Ronaldo Laurindo Bueno

ANDRADAS
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli

BANDEIRA DO SUL
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Edervan Leandro de Freitas



BORDA DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza

BUENO BRANDÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix

CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

CAMANDUCAIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hécio Antônio Chagas Reis

CAMPESTRE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Marco Antônio Messias Franco



CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal

ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário

INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo



MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior

NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas

PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira

POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz



SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA DETENTORA



ANEXO VI

TERMO DE CONTRATO N° XX/2022

PROCESSO N.º 61/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

Aos.....dias do mês de do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada à (Rua, Av.) Bairro, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n° neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr....., portador da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n°, doravante denominada **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na (Rua, Av.), no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o n°, com Inscrição Estadual registrada sob n°, neste ato representado pelo Sr., portador da Cédula de Identidade RG n°, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o n°, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Para o Registro de Preços**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A CONTRATADA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo PARTICIPANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

14.3. O Contrato decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

O valor de referência para o fornecimento objeto deste Contrato é de **R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Contrato.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento das obras/serviços, de acordo com o croqui previamente apresentado pela CONTRATADA e aprovado a

critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

4.2.5. Constatada a perfeita execução dos serviços (com os relatórios preenchidos), e cumpridas todas as exigências, no caso da perfuração de poços e execução de teste de bombeamento, os mesmos estarão aptos a serem medidos.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa CONTRATADA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa CONTRATADA pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelo material entregue.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela CONTRATADA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrealizáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO

PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ÓRGÃO GERENCIADOR, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência do Contrato o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da CONTRATADA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se

inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa CONTRATADA.

7.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto da contratação.

7.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa CONTRATADA através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber serviços executados.

7.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.2. Indicar preposto, aceito pelo ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do Contrato;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante;

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO CONTRATANTE.

8.6. Os serviços, objeto da contratação, deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal do ORGÃO PARTICIPANTE contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

8.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa CONTRATADA não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

8.8. O não comparecimento da CONTRATADA para a execução dos serviços, ou na impossibilidade desta trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência, acarretará a aplicação de sanções à CONTRATADA.

8.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

8.10. A CONTRATADA deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável para vapores orgânicos VOP2; bandeirola; protetor solar; protetor auditivo.

8.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

8.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

8.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

8.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.16. Assumir, automaticamente, ao firmar o Contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

8.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços e Obras executados.

8.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes deste Contrato serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da CONTRATADA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela CONTRATADA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato resultante do presente Contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto Contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• Tabela 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04

04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

10.7. Quando a DETENTORA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA multa, conforme tabela 3 a seguir:

• **Tabela 3**

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início da obra.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;]

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

12.1 Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CMA Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com o seu Regulamento de



Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos".

Pouso Alegre/MG,..... de de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ORGÃO PARTICIPANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre/MG,de.....de 2022.

Assinatura do representante

Nome:

RG n.º:

ANEXO VIII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS - BDI 23,66%

BASE DE PREÇO: COPASA MAI/22, SETOP MAR/22, SINAPI ABR/22 E COTAÇÕES

SUB ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
1. PRELIMINARES										
1.1 DOCUMENTAÇÃO										
1.1.1	COPASA - MAI/22	65 001 073	-	UN	84,00	R\$ 190,57	R\$ 16.007,88		R\$ 19.795,34	R\$ 117.915,09
1.1.2	COPASA - MAI/22	65 001 115	-	UN	168,00	R\$ 115,35	R\$ 19.378,80	R\$ 95.354,28	R\$ 23.963,82	
1.1.3	COPASA - MAI/22	65 001 114	-	UN	168,00	R\$ 356,95	R\$ 59.967,60		R\$ 74.155,93	
1.2 SERVIÇOS E INSTALAÇÃO										
1.2.1	SETOP - MAR/22	ED-16660	-	M2	378,00	R\$ 210,39	R\$ 79.527,42		R\$ 98.343,61	R\$ 370.293,59
1.2.2	COPASA - MAI/22	65 000 055	-	M2	420,00	R\$ 0,49	R\$ 205,80	R\$ 299.444,92	R\$ 254,49	
1.2.3	COPASA - MAI/22	65 001 069	-	UN	140,00	R\$ 743,73	R\$ 104.122,20		R\$ 128.757,51	
1.2.4	COPASA - MAI/22	65 001 070	-	KM	5192,70	R\$ 22,26	R\$ 115.595,50		R\$ 142.937,98	
1.3 INSTALAÇÃO ELÉTRICA										
1.1.1	SETOP - MAR/22	ED-20584	-	UN	84,00	R\$ 3.894,52	R\$ 327.139,68	R\$ 327.139,68	R\$ 404.540,93	R\$ 404.540,93
2. PERFURAÇÃO										
2.1 PERFURAÇÃO DO POÇO E ACESSÓRIOS										
2.1.1	COPASA - MAI/22	65 001 092	-	M	12600,00	R\$ 229,13	R\$ 2.887.038,00		R\$ 3.570.111,19	R\$ 7.258.100,08
2.1.2	COPASA - MAI/22	65 001 093	-	M	12600,00	R\$ 205,52	R\$ 2.589.552,00		R\$ 3.202.240,00	
2.1.3	COPASA - MAI/22	65 001 101	-	M	168,00	R\$ 25,41	R\$ 4.268,88		R\$ 5.278,90	
2.1.4	COPASA - MAI/22	65 001 107	-	UN	84,00	R\$ 750,44	R\$ 63.036,96	R\$ 5.869.400,04	R\$ 77.951,50	
2.1.5	COPASA - MAI/22	65 001 106	-	UN	84,00	R\$ 43,37	R\$ 3.643,08		R\$ 4.505,03	
2.1.6	COPASA - MAI/22	65 001 105	-	M3	168,00	R\$ 188,74	R\$ 31.708,32		R\$ 39.210,51	
2.1.7	COPASA - MAI/22	65 001 110	-	H	2520,00	R\$ 115,14	R\$ 290.152,80		R\$ 358.802,95	

2. PERFURAÇÃO (...CONTINUAÇÃO)											
EQUIPAMENTOS DE BOMBAMENTO E ACESSÓRIOS											
2.2.1	COTAÇÃO-A	-	-	BOMBA DE 1HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 3.407,00	R\$ 286,188,00	R\$ 353.900,08		
2.2.2	COTAÇÃO-B	-	-	BOMBA DE 2HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 4.272,67	R\$ 358.904,00	R\$ 443.820,69		
2.2.3	COTAÇÃO-C	-	-	BOMBA DE 3HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 5.118,00	R\$ 429.912,00	R\$ 531.629,18		
2.2.4	SETOP - MAR/22	ED-49508	ELE-QUA-040	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 1,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	R\$ 253,69	R\$ 21.309,96	R\$ 26.351,90		
2.2.5	SETOP - MAR/22	ED-49510	ELE-QUA-050	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 2,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	R\$ 310,62	R\$ 26.092,08	R\$ 32.265,47		
2.2.6	SETOP - MAR/22	ED-49512	ELE-QUA-060	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 3,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	R\$ 316,09	R\$ 26.551,56	R\$ 32.833,66		
2.2.7	SETOP - MAR/22	ED-49004	ELE-CAB-300	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EPR/HEPR, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOFÓXO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM ² , 90°C, 0,6/1KV	M	12600,00	R\$ 31,48	R\$ 396.648,00	R\$ 490.494,92		R\$ 4.114.136,40
2.2.8	SETOP - MAR/22	ED-48976	ELE-CAB-260	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LS/HI/ATOX, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOPLÁSTICO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM ² , 70°C, 450/750V	M	12600,00	R\$ 28,58	R\$ 360.108,00	R\$ 445.309,55		
2.2.9	SINAPI - ABR/22	92335	-	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	M	12600,00	R\$ 111,83	R\$ 1.409.058,00	R\$ 1.742.441,12		
2.2.10	SETOP - MAR/22	ED-49978	HID-REG-036	REGISTRO DE GAVETA, TIPO BRUTO, ROSCÁVEL 1 1/2" (PARA TUBO SOLDÁVEL OU PPR DN 50MM/CPVC DN 42MM), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	UN	84,00	R\$ 65,21	R\$ 5.477,64	R\$ 6.773,65		
2.2.11	SETOP - MAR/22	ED-50003	HID-REG-120	REGISTRO DE ESFERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 50MM (1 1/2"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	UN	168,00	R\$ 40,03	R\$ 6.725,04	R\$ 8.316,18		
2.3. FECHAMENTO DO POÇO											
2.3.1	COPASA - MAI/22	65 001 116	-	RELATÓRIOS FINAIS DE POÇO (BOMBAMENTO E RECUPERAÇÃO DE NÍVEL, PERFIL GEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PERFURAÇÃO)	UN	84,00	R\$ 149,50	R\$ 12.558,00	R\$ 15.529,22		
2.3.2	COPASA - MAI/22	65 002 508	-	RECUPERAÇÃO E LIMPEZA DE POÇOS ARTESIANOS COM A UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO AQUOSA A BASE DE ORTO-FOSFATO, ESTABILIZANTES, ANTICORROSIVOS E DESINCrustANTES	L	420,00	R\$ 31,78	R\$ 13.347,60	R\$ 16.505,64		R\$ 40.850,68
2.3.3	COPASA - MAI/22	65001108	-	TAMPA DE PROTEÇÃO DO POÇO PROFUNDO EM AÇO PRETO LISO DIN2440	UN	84,00	R\$ 84,87	R\$ 7.129,08	R\$ 8.815,82		
3. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS											
3.1. ITENS E SERVIÇOS											
3.1.1	SINAPI - ABR/22	93358	-	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M, AF_02/2021	M3	168,00	R\$ 71,28	R\$ 11.975,04	R\$ 14.808,33		
3.1.2	SETOP - MAR/22	ED-51122	TER-REG-005	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO MANUAL, COM SOQUETE	M2	252,00	R\$ 8,74	R\$ 2.202,48	R\$ 2.723,59		
3.1.3	SINAPI - ABR/22	100323	-	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE 10 CM*, AF_07/2019	M3	252,00	R\$ 133,23	R\$ 33.573,96	R\$ 41.517,56		
3.1.8	SINAPI - ABR/22	92335	-	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	M	840,00	R\$ 111,83	R\$ 93.937,20	R\$ 116.162,74		R\$ 353.111,53
3.1.9	SINAPI - ABR/22	91798	-	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (INSTALADO EM PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS, AF_10/2015	M	1680,00	R\$ 51,18	R\$ 85.982,40	R\$ 106.325,84		
3.1.10	SINAPI - ABR/22	99623	-	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_08/2021	UN	84,00	R\$ 216,99	R\$ 18.395,16	R\$ 22.747,45		

3. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS (....CONTINUAÇÃO)												
3.1.12	SETOP - MAR/22	ED-50182	INC-ADP-006	ADAPTADOR EM LATÃO PARA INSTALAÇÃO PREDIAL DE COMBATE A INCÊNDIO ENGATE RÁPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				UN	84,00	R\$ 80,62	R\$ 6.772,08	R\$ 8.374,35
3.1.13	SINAPI - ABR/22	94800	-	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCAVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021				UN	84,00	R\$ 203,11	R\$ 17.061,24	R\$ 21.097,93
3.1.14	SINAPI - ABR/22	96995	-	REATERRO MANUAL APOIADO COM SOQUETE. AF_10/2017				M3	126,00	R\$ 43,22	R\$ 5.445,72	R\$ 6.734,18
3.1.15	SETOP - MAR/22	ED-51131	TRA-CAR-005	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL				M3	84,00	R\$ 36,18	R\$ 3.039,12	R\$ 3.758,18
3.1.16	SETOP - MAR/22	RO-41376	OBR-VIA-435	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE >= 50,10 KM				TXKM	10385,40	R\$ 0,69	R\$ 7.165,93	R\$ 8.861,38
3.2	RESERVATÓRIO											
3.2.1	SINAPI - ABR/22	102619	-	CAIXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 10000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021				UN	84,00	R\$ 6.360,53	R\$ 534.284,52	R\$ 660.696,24
4. ACABAMENTOS												
4.1	LIMPEZA GERAL											
4.1.1	SETOP - MAR/22	ED-50266	LIM-GER-005	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA				M2	420,00	R\$ 6,42	R\$ 2.696,40	R\$ 3.334,37
TOTAL SEM BDI:											R\$ 10.678.524,85	
TOTAL COM BDI:											R\$ 13.205.063,82	



PARECER JURÍDICO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

EMENTA: REGISTRO DE PREÇOS na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP. OBJETO ESPECIFICADO EM TERMO DE REFERÊNCIA – ANÁLISE DE EDITAL – REGULARIDADE DO PROCESSO – APROVAÇÃO DO EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS.

RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo que visa o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para REGISTRO DE PREÇOS na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.



O Pregoeiro da AMESP Licitação encaminhou o Edital e anexos para esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação do edital de licitação na modalidade Pregão Presencial e respectivos anexos.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que:

Art. 37. omissis;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

A Lei Maior estabelece que as contratações realizadas pela administração pública devem ser precedidas de processo de licitação, ressalvados os casos específicos, nos termos do dispositivo acima transcrito.

Todavia quando se fala em processo de licitação, imprescindível que seja seguido o procedimento estabelecido na legislação vigente, com atenção aos requisitos lá estatuídos.



O processo de licitação, desta forma, deve atender aos requisitos legais desde a sua instauração, com o início da fase interna, até a assinatura do contrato de fornecimento de produtos ou prestação de serviços, onde se encerra a fase externa.

Para tanto, o Edital de licitação e seus anexos devem atender aos pressupostos da Lei 8.666/93 e, no caso em tela, considerando a modalidade adotada, os ditames da Lei nº 10.520/02.

Em relação ao Edital e anexos da presente licitação verifica-se, após sua análise, que o mesmo atende aos requisitos constantes no art. 40, da Lei 8.666/93.

Com relação a modalidade licitatória adotada, não vemos óbice por se tratar de serviços comuns.

Isto posto, não vemos óbice na adoção da modalidade pregão presencial para o objeto que se pretende contratar.

No tocante à adoção da licitação na forma compartilhada temos que a mesma está em consonância com o permissivo legal contido no § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666/97:

Art. 112. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)



§ 2º É facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise desta Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes, planilhas de preços e quantitativos, etc., posto não deter conhecimento técnico e nem tampouco competência legal para tanto, sendo a presente manifestação de cunho exclusivamente jurídico.

Assim, verifica-se que o processo se encontra regular tendo sua fase interna legalmente concluída, com o Edital de Licitação e respectivos anexos atendendo ao disposto na legislação aplicável.

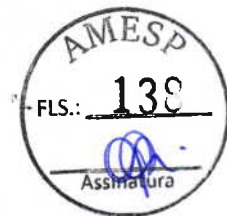
CONCLUSÃO

Diante do exposto, e norteado pelo ordenamento jurídico em vigência, APROVO o Edital de Pregão Presencial nº 10/2022 e respectivos anexos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, devendo ser iniciada a fase externa da licitação, tudo nos termos da Lei nº 8.666/93, ressaltando que devem ser seguidos todos os procedimentos legais para tanto.

É o parecer, S.M.J.

Pouso Alegre, 18 de julho de 2022.

José Otávio Ferreira Amaral
Advogado – OAB nº 74.071-B



Pregão Presencial Para o Registro de Preços n.º 10/2022

AVISO

Wagner do Couto, Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **Edital** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto consiste na **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência” e demais disposições constantes do Edital e dos respectivos anexos, aquisição do Edital através de um CD ou Pen Drive ou pelo site amesp.mg.gov.br

Data da Abertura dos Envelopes: Dia 02 de Agosto de 2022 às 09h00min.

Pouso Alegre/MG, aos 18 de Julho de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro



ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022** – Objeto: “**FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**”. A sessão pública será realizada no dia **02 de Agosto de 2022 às 09h00min**, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site **amesp.mg.gov.br** para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: **licitacao@amesp.mg.gov.br** –

WAGNER DO COUTO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:4E71FF29

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 19/07/2022. Edição 3308
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

Alunos da rede municipal recebem premiação pelo concurso do Festival do Morango

DA REDAÇÃO
jordlario@gmail.com

Alunos de três escolas municipais da zona rural de Pouso Alegre que se destacaram no concurso do 2º Festival do Morango foram premiados na noite desta sexta-feira (15). A entrega dos prêmios foi realizada no Shopping Serra Sul, com a presença dos profissionais da educação da Prefeitura e os parceiros Supermercados BH e Acipia.

"Essa é mais uma oportunidade de trabalharmos e incentivarmos a educação de maneira lúdica. Respeitando cada faixa etária, nos dividimos os trabalhos entre redação, desenho e slogan para que todos pudessem participar. Cada ação que incentive a educação é sempre bem-vinda", destaca a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Leila de Fátima Fonseca.

Os classificados na pri-



meira colocação receberam bicicletas e os demais foram contemplados com material escolar. Confira quem foram os vencedores:

Categoria Desenho: 1º Lugar - Yasmim Katrinny de Andrade Pereira - Esco-

la Municipal São Benedito
2º Lugar - Davi Martins Henrique - Escola Municipal Santo Antônio
3º Lugar - Escola Municipal Gustavo Henrique Clementino - Escola Municipal Professora Maria Barbosa

Categoria Slogan: 1º Lugar - Ana Clara Andrade Raimundo - Escola Municipal Professora Maria Barbosa - Slogan: Morango dá água na boca.
2º Lugar - Davi Emanuel Costa de Souza - Escola Municipal Santo Antônio -

Slogan: Morango: O doce sabor do ouro vermelho!
3º Lugar - Ana Laura Lopes Pereira - Escola Municipal Professora Maria Barbosa - Slogan: Morango: Energia saudável.

Categoria Redação: 1º Lugar - Emanuel Luiz Lopes de Moraes - Professora Marilene

- Título: A cultura do morango
2º Lugar - Weber Pereira Santos da Silva - Professor Paulo - Título: A importância do morango
3º Lugar: Beatriz Santos da Costa - Professor Paulo - Título: Morango
*Todos da Escola Municipal Professora Maria Barbosa



Ocorrências de furtos de hidrômetros aumentam quase 60% em P. Alegre

DA REDAÇÃO
jordlario@gmail.com

O número de ocorrências de furtos de hidrômetros em Pouso Alegre (MG) aumentou em 2022. Conforme dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), o crescimento deste tipo de crime é de 60% na cidade.

Os dados da Sejusp foram computados nos cinco primeiros meses desde ano, entre janeiro e maio, e divulgados em reportagem da EPTV, nesta segunda-feira (18).

Os criminosos, segundo os moradores, têm agido tanto em casas que estão em construção, quanto em casas que já estão prontas na cidade.

Um dos casos foi registrado por câmeras de segurança na Cidade Foch. Nas imagens é possível ver um homem subindo em um poste para contar a fiação e levar o hidrômetro.

Dados da Copasa também registraram aumento no número deste tipo de crime em Pouso Alegre.

Conforme a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, entre os meses de março e julho deste ano foram furtados 33 hidrômetros na cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE. Pregão eletrônico nº 56/2022. Processo administrativo nº 101/2022. Objeto: Aquisição e instalação de bicicletário. REVOGAÇÃO - art. 49 da Lei nº 8.666/93. João Romão De Lima. Superintendente de Gestão de Recursos Materiais. Pouso Alegre 18/07/2022.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022 - Objeto: "FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP". A sessão pública será realizada no dia 02 de Agosto de 2022 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br - Wagner do Couto - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Silvianópolis - MG, nos termos da Lei 8.666-93 e Lei 10.520/02, realizará abertura do Pregão Presencial nº 23/2022 - Processo nº 050/2022, objetivando para contratações de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP para fornecimento de peças e acessórios ORIGINAIS/GENUINOS, para manutenção das máquinas pesadas que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Silvianópolis (MG), com maior desconto (%) no preço da tabela de peças. Abertura: 29/07/2022 às 13:00 horas. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados, pelo site: licita@silvianopolis.mg.gov.br, ou quaisquer outras Tel. (35) 3451-1200 Silvianópolis/MG. 18 de julho de 2022. Andreza Lima Rocha Soares. Pregoeira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA E MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Rua Adolfo Ottoni, 702, Centro
CEP: 37.560-000 Tel. (35) 3423-3252
Sebastião Sampaio Vilelano
Oficial
Fábio Gomes Rocha
Substituto

EDITAL DE PROCLAMAS

MATRICULA:
0557720155 2022 6 00009 243 0026260 12

Faço saber que pretendem se casar LUCIANO ALBERTI e ANA PAULA SOUZA GOMES, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro.

Ele é natural de Apucarana - PR, nascido a 11 de abril de 1975, de profissão técnico eletrônico, de estado civil solteiro, residente e domiciliado em Pouso Alegre - MG, na Rua Pernambuco, 18, apto 103, bairro Medicina, filho de ROMULO CARLOS ALBERTI e CLEUSA MARIA RIBEIRO ALBERTI.

Ela é natural de Toledo - PR, nascida a 05 de setembro de 1984, de profissão analista de sistema de qualidade, de estado civil solteira, residente e domiciliada em Pouso Alegre - MG, na Rua Pernambuco, 18, apto 103, bairro Medicina, filha de PAULO IRINEU GOMES e ALEXANDRINA MARKOSKI FRANCELINA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Livro o presente para ser afixado neste Ofício no lugar de costume e publicado na imprensa local.

Pouso Alegre, 18 de julho de 2022.

Sebastião Sampaio Vilelano
Oficial Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA E MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Rua Adolfo Ottoni, 702, Centro
CEP: 37.560-000 Tel. (35) 3423-3252
Sebastião Sampaio Vilelano
Oficial
Fábio Gomes Rocha
Substituto

EDITAL DE PROCLAMAS

MATRICULA:
0557720155 2022 6 00009 243 0026260 17

Faço saber que pretendem se casar MAYCON HENRI RAMOS e VERÔNICA REBECCA BANGORINI, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro.

Ele é natural de Pouso Alegre - MG, nascido a 12 de dezembro de 1985, de profissão assistente administrativo, de estado civil solteiro, residente e domiciliado em Pouso Alegre - MG, na Rua Clemente Sodré, 141, bairro São Jorge, filho de JOÃO BATISTA RAMOS e ROSANA ALVES RAMOS.

Ela é natural de Pouso Alegre - MG, nascida a 09 de agosto de 2002, de profissão recepcionista, de estado civil solteira, residente e domiciliada em Pouso Alegre - MG, no bairro Pinheirão, filha de Vanderlei Leves Marchini e Lucile de Fátima Marchini Marchini.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Livro o presente para ser afixado neste Ofício no lugar de costume e publicado na imprensa local.

Pouso Alegre, 18 de julho de 2022.

Sebastião Sampaio Vilelano
Oficial Substituto



DESPACHO DE SUSPENSÃO

Ref.: Pregão Presencial RP nº 10/2022

Objeto: LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Após publicação do Pregão em tela verificou-se a necessidade de readequações na planilha orçamentária. Diante do exposto, e baseado no princípio da auto tutela, determino a SUSPENSÃO do Pregão.

Pouso Alegre/MG, ao 01 de Agosto de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
Processo Licitatório nº 061/2022
Pregão Presencial nº 035/2022
Objeto: Aquisição de material odontológico para manutenção da Secretaria de Saúde Municipal.
Prazo: 01/08/2022 à 01/08/2023
Data: 01/08/2022

Contrato nº 306/2022
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
DENTAL SÃO CRISTÓVÃO LTDA
Valor: R\$ 54.232,07

Contrato nº 307/2022
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
E. C. DOS SANTOS COMERCIAL EIRELI - EPP
Valor: R\$ 78.685,16

Contrato nº 308/2022
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
BH BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS LTDA
Valor: R\$ 26.063,99

Contrato nº 309/2022
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
DIPROM - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS LTDA
Valor: R\$ 54.973,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
3º Termo Aditivo do Contrato 208/2019
Processo nº 048/2019
Dispensa nº 006/2019
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
CRISTIANO PEDRO MACHADO
Objeto: Locação de área rural, situada no Sítio Serra, Rodovia Fernão Dias, Km 763, município de Careaçú-MG, para descarte de entulhos da construção civil.
Prazo: 29/07/2022 à 29/07/2023
Valor: R\$ 1.365,00 por mês
Data: 29/07/2022

Processo Licitatório nº 046/2018
Pregão Presencial nº 033/2018
Objeto: Contratação de serviços elétricos para a manutenção de veículos pesados (caminhões e ônibus), máquinas e veículos leves, pertencente à frota municipal.
Prazo: 29/07/2022 à 29/07/2023
Data: 29/07/2022

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 235/2018
Pregão Presencial nº 033/2018
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
CENTRO AUTOMOTIVO COMENDADOR LTDA
Valor: R\$ 360.000,00

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 236/2018
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
AUTOMEC PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI
Valor: R\$ 152.000,00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA E MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Rua Adolfo Olinto, 702, Centro
CEP: 37.550-000. Tel: (35) 3423-3252
Sebastião Sando Valério
Oficial

EDITAL DE PROCLAMAS

MATRICULA:
0557720155 2022 6 00009 243 0026289 88

Faço saber que pretendem se casar: **PABLO SOUSA RIBEIRO e MARIA EDUARDA POSSIDONIO**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro.

Ele é natural de Pouso Alegre, MG, nascido a 09 de janeiro de 1998, de profissão operador de logística, de estado civil solteiro, residente e domiciliado em Pouso Alegre, MG, na Rua São João, nº 343, bairro São João, filho de SILVIO MACHADO RIBEIRO e ROSAMARY CRISTINA DE SOUSA.

Ela é natural de Pouso Alegre, MG, nascida a 03 de novembro de 2004, de profissão estudante, de estado civil solteira, residente e domiciliada em Pouso Alegre, MG, na Rua São João, nº 343, bairro São João, filha de SERGIO POSSIDONIO e MARIA JÓRGE GARCIA POSSIDONIO.

Se algum souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavo o presente para ser afixado neste Ofício no lugar de costume e publicado na imprensa local.

Pouso Alegre, 27 de julho de 2022.

Sebastião Sando Valério
Oficial Substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA/MG
-PROCESSO Nº 114/2022, DISPENSA Nº 040/2022, conforme Artigo 24, Inciso XIII da Lei Federal nº 8666/93, torna público o extrato do CONTRATO Nº 109/2022, referente contratação de empresa especializada na prestação de serviço para realização de ações turísticas, instrutória para fortalecimento de governança empresarial, instrutória para realizar o curso cultcoop para o desenvolvimento do grupo de artesanato e no festival de inverno de Delfim Moreira, organização e contratação de estrutura para a exposição da produção associada ao turismo. Contratada: Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais- SEBRAE/MG - CNPJ: 16.589.137/0001-63. Valor do Contrato: R\$ 103.000,00. Vigência: 15/07/2022 a 15/06/2023. Prefeito Municipal Srº Edilberto Marquês da Cruz.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022 - Processo Administrativo Nº 482/2022 - O Prefeito Municipal de Senador Amaral (MG), Ademilson Lopes da Silveira, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Prefeitura Municipal de SENADOR AMARAL (MG), nos termos da Lei 8.666/93, realizará Tomada de Preços nº 005/2022, objetivando a Contratação de Empresa para Execução de Obras de Pavimentação em Piso Intertravado de Concreto nas Estradas Vicinais que interliga a sede de Senador Amaral aos Bairros rurais e urbanizados dentro do Município. As Propostas Serão Recebidas até as 10:00 horas do dia 17 de Agosto de 2022. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Senador Amaral (MG), situada a Avenida Vereador José Alves de Rezende, nº 34. Loteamento Elisa Bueno. Informações: Tel: (35) 3437-1137, E-mail: dir.licitacoes@senadoramaral.mg.gov.br - Senador Amaral (MG), 29 de Julho de 2022. Ademilson Lopes da Silveira - Prefeito Municipal.

SUSPENSÃO - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022 - Objeto: "LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP". Fica SUSPENSA a sessão pública do dia 02 de Agosto de 2022 às 09h00min. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br - Wagner do Couto - Pregoeiro.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA E MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Rua Adolfo Olinto, 702, Centro
CEP: 37.550-000. Tel: (35) 3423-3252
Sebastião Sando Valério
Oficial

EDITAL DE PROCLAMAS

MATRICULA:
0557720155 2022 6 00009 243 0026289 79

Faço saber que pretendem se casar: **HENRIQUE FRUGOLI FERREIRA e MARIA LUISA BRUNHARA MARCONDES**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro.

Ele é natural de Pouso Alegre, MG, nascido a 10 de maio de 1997, de profissão desenvolvedor júnior, de estado civil solteiro, residente e domiciliado em Pouso Alegre, MG, na Rua Antônio Lemos da Silva, nº 460, apto. 21, bloco 03, bairro Fátima 1, filho de JORGE LUIZ FERREIRA e ELISÂNGELA BIAGIONI FERREIRA.

Ela é natural de Pouso Alegre, MG, nascida a 05 de junho de 1998, de profissão arquiteta e urbanista, de estado civil solteira, residente e domiciliada em Pouso Alegre, MG, na Rua Antônio Lemos da Silva, nº 460, apto. 21, bloco 03, bairro Fátima 1, filha de CARLOS ALBERTO MARCONDES e MARIÂNGELA MONTEIRO BRUNHARA MARCONDES.

Se algum souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavo o presente para ser afixado neste Ofício no lugar de costume e publicado na imprensa local.

Pouso Alegre, 29 de julho de 2022.

Sebastião Sando Valério
Oficial Substituto

NÃO DÊ O CAMINHO
"ESMOLA NÃO LIBERTA, APRISIONA"

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA (MG)
- PUBLICAÇÃO - AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0045/2022 - Processo Administrativo Nº 0104/2022 - Objetivando a Eventual e Futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS COM BASE NO MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%) CONSTANTES NA TABELA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS - PREÇO FABRICA (PF) EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA/MG. Tendo em vista a necessidade de adequação do Termo de Referência, fica suspenso o processo, em momento oportuno será republicado. São João da Mata (MG), 29 de julho de 2022. Rosemíro de Paiva Muniz - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Processo Seletivo Simplificado nº 042/2022

CONTRATAÇÃO EMPREGADA PARA A SAÚDE

3 Prefeitos Municipais de Pouso Alegre, em nome da Lei Municipal nº 6.477/2021 e nº 6.665/2023, servida de Secretaria Municipal de Saúde, considerando:

A necessidade de contratação temporária de excepcional interesse público, das seguintes perfis/profissões para a área de Saúde:

Nº	CARGO	LOCAL	REQUISITACÃO	ESPECIALIDADE	VALOR MENSAL
01	Medico Clínico	Pouso Alegre - E	R\$ 7.376,11	Ordinário em Medicina e Cirurgia	20 horas semanais
02	Enfermeiro	Pouso Alegre - E	R\$ 5.504,56	Ordinário em Enfermagem em geral	12 horas semanais
03	Fisioterapeuta	Pouso Alegre - E	R\$ 4.312,91	Ordinário em Fisioterapia com ênfase em reabilitação	10 horas semanais
04	Assistente Social	Pouso Alegre - E	R\$ 4.240,02	Ordinário em Assistência Social com ênfase em trabalho com a comunidade	10 horas semanais
05	Técnicos de Radiologia	Pouso Alegre - E	R\$ 2.765,74	Ordinário em Radiologia em geral	8 horas semanais
06	Sanitários	Pouso Alegre - E	R\$ 1.738,96	Civil e Especialista em Manutenção	12 horas semanais

REGRAS INSCRIÇÕES

4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

4.2 Inscrição de até 07/08/2022, no endereço eletrônico: www.amesp.mg.gov.br (no sistema eletrônico deverá ser anexado em PDF PARA FIM DE LANCAMENTO DO DOCUMENTO).

4.3 Documento de identificação com foto, Carteira de identidade profissional (COREN - MG, CREA - MG, CREA - SP ou CREA - RJ) e Diploma.

4.4 Cartão assinado com o crachá de classe (COREN - MG, CREA - MG, CREA - SP ou CREA - RJ) ou 4.5 Documento comprobatório de especialização profissional, emitido após o curso de Pós-graduação, declaração de Tempo de Trabalho ou carta de recomendação, para cada uma das especializações.

O Edital completo está em www.amesp.mg.gov.br ou no endereço eletrônico da Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação de Pouso Alegre.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA E MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Rua Adolfo Olinto, 702, Centro
CEP: 37.550-000. Tel: (35) 3423-3252
Sebastião Sando Valério
Oficial

EDITAL DE PROCLAMAS

MATRICULA:
0557720155 2022 6 00009 243 0026297 98

Faço saber que pretendem se casar: **LUCAS MATURANO BARRETO e RAFAELA APARECIDA FLORENTINA PEREIRA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro.

Ele é natural de São Paulo - SP, nascido a 10 de abril de 1996, de profissão engenheiro de produção, de estado civil solteiro, residente e domiciliado em Pouso Alegre - MG, na Rua Aymores Sales Nogueira, 20, bairro Costa de Santa Bárbara, filho de ANDRÉ FABIANO BARRETO e SONIA MATURANO BARRETO.

Ela é natural de Pouso Alegre - MG, nascida a 23 de novembro de 1996, de profissão farmácia, de estado civil solteira, residente e domiciliada em Pouso Alegre - MG, na Rua Urutima, 295, bairro Jardim Canadá, filha de ILZA DAS GRACAS PEREIRA.

Se algum souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavo o presente para ser afixado neste Ofício no lugar de costume e publicado na imprensa local.

Pouso Alegre, 29 de julho de 2022.

Sebastião Sando Valério
Oficial Substituto

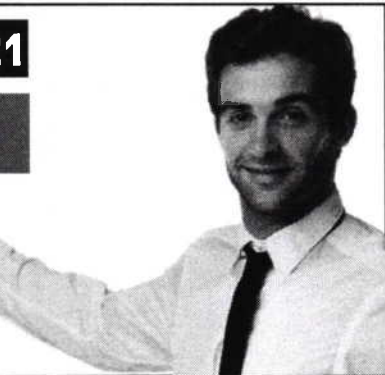
ESSA CORRENTE PRECISA DE VOCE.
DOE SANGUE.

ATENÇÃO GESTOR LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em jornais Diários de grande circulação





ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

SUSPENSÃO - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022** – Objeto: **“LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP”**. Fica **SUSPENSA** a sessão pública do dia **02 de Agosto de 2022 às 09h00min**. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br –

WAGNER DO COUTO
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador: 7394298C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 02/08/2022. Edição 3318
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>



DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 61/2022

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Nº 10/2022

VALOR TOTAL:

R\$ 26.071.484,02 (VINTE SEIS MILHÕES SETENTA E UM MIL QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E DOIS CENTAVOS).

PRESIDENCIA.



CÓDIGO:

AME-K/TRF/LIC/01-01

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
TERMO DE REFERÊNCIA PARA LICITAÇÃO

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO É COMPOSTO POR 40 (QUARENTA) FOLHAS, SENDO O TERMO DE REFERÊNCIA COM 14 (QUATORZE) FOLHAS, O ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM 4 (QUATRO) FOLHAS, ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI COM 2 (DUAS) FOLHAS, ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T COM 3 (TRÊS) FOLHAS E O ANEXO IV – MEMÓRIA DE CÁLCULO COM 17 (DEZESSETE) FOLHAS.

CLIENTE:

AMESP - Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

CNPJ: 21.564.247/0001-00

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Centro – CEP: 37.553-442 – Pouso Alegre / MG

Sede: Rua da Bahia, nº 1148, Bloco I, Conjunto 1330, Centro, Belo Horizonte/MG, 30.160-906

Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1, Boa Vista, Pouso Alegre / MG, 37.552-094
e-mail: ictus@ictusengenharia.com, rossi@ictusengenharia.com, eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092, Celulares: +55.31.98838.8433, +55.31.98766.8483, +55.35.99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

1. DO OBJETO.

Constitui objeto deste PREGÃO o REGISTRO DE PREÇOS na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Os serviços deverão ser executados conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

3. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS.

3.1. DO LOCAL:

3.1.1. Os serviços serão executados dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

MUNICÍPIOS (ÓRGÃOS PARTICIPANTES)
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO

(CONTINUA...)

Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Conjunto 1330 . Centro . Belo Horizonte/MG . 30.160-906

Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
e-mail: ictus@ictusengenharia.com , rossi@ictusengenharia.com , eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.98838.8433 . +55.31.98766.8483 . +55.35.99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA

(...CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIOS
(ÓRGÃOS PARTICIPANTES)
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

3.2. DOS PRAZOS.

- 3.2.1. O prazo para o início dos SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada.
- 3.2.2. Para casos especiais serão negociados novos prazos em função de outras demandas prioritárias da Contratante ou outros serviços que forem necessários. Os atrasos comprovadamente motivados pela Contratante não serão computados.
- 3.2.3. Nos casos de emergência a Contratada deverá dispor de todos os recursos para atendimento no prazo de até 24 horas após emissão de Ordem de Serviço da Contratante ou a critério da Fiscalização
- 3.2.4. Após a conclusão da perfuração de um poço tubular, a CONTRATADA deverá disponibilizar imediatamente uma unidade de teste, com compressor de 150 PCM, para a execução de ensaio de vazão.
- 3.2.5. Somente serão considerados motivos para prorrogação dos prazos fixados no Termo de Referência e no Edital de Licitação, aqueles definidos no artigo 71 da lei Federal nº 13.303/16, devidamente comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela Contratante.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 4.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.
- 4.2. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica deste.
- 4.3. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade de cada município consorciado.
- 4.4. Para execução das obras e serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser obedecidas as normas técnicas da ABNT (NBR 12212/1992 e 12244/1992), da Contratante e de Órgãos Públicos, bem como as Leis Federais.
- 4.5. O perfeito funcionamento do Poço Artesiano é de inteira responsabilidade da empresa contratada, que

deverá ler e analisar atentamente as Normas Vigentes, e sob nenhuma hipótese poderá alegar o desconhecimento do conteúdo destas.

4.6. SERVIÇOS PRELIMARES:

- 4.6.1. Obtenção junto ao IGAM, da Licença para perfuração do Poço Artesiano.
- 4.6.2. Apresentação de estudo hidrogeológico contendo as informações básicas geofísicas e geológicas dos aquíferos, características hidráulicas e qualidade da água.
- 4.6.3. Em áreas onde não haja conhecimento hidrogeológico suficiente, deve ser elaborado um relatório técnico preliminar com os dados disponíveis a Execução da Perfuração de Poços Artesianos.

4.7. LOCAÇÃO DOS POÇOS:

- 4.7.1. A locação dos poços será de inteira responsabilidade da Contratante, devendo esta informar e fornecer os respectivos croquis à Empresa Contratada.

4.8. PERFURAÇÃO:

- 4.8.1. O construtor deve dispor na obra de máquina perfuratriz e de equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade e capacidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos.
- 4.8.2. Qualquer substituição de máquina, ferramenta ou acessório indispensável durante a perfuração para a execução do programa construtivo do poço deve correr por conta e risco da empresa contratada.
- 4.8.3. Qualquer alteração nos diâmetros estabelecidos e/ou nas correspondentes profundidades só poderão ser efetivadas mediante autorização do Contratante, baseada em parecer técnico da Fiscalização.
- 4.8.4. perfuração pode ser, inicialmente, executada através de um furo-piloto, com posterior alargamento nos diâmetros previstos no programa construtivo do poço.
- 4.8.5. O equipamento indicado para a Perfuração do Poço será determinado em função do estudo hidrogeológico e do Projeto de Perfuração do Poço Artesiano, podendo ser Perfuratrizes Rotativas, Roto-pneumáticas ou Sondas Percussoras.
- 4.8.6. As profundidades das perfurações serão definidas em cada caso pela Fiscalização da Contratante.
- 4.8.7. Deverá ser registrado diariamente os diâmetros da perfuração executada, metros perfurados e profundidade total do poço, material perfurado e avanço da penetração, além da profundidade do nível de água no início e fim da jornada de trabalho.

4.9. CAPTAÇÃO:

- 4.9.1. Captação subterrânea, através de instalação eletromecânica de poço tubular profundo, com o fornecimento de conjunto motobomba submerso de eixo vertical com motor elétrico, potência de 1 a 3 cv, inclusive quadro de comando e proteção de motores, tubulação de extração de água, entrada de energia padrão CEMIG, cabos, eletrodos e registros.

4.10. REVESTIMENTO:

- 4.10.1. O poço deverá ser revestido com uma tubulação que estabeleça ligação única entre o aquífero, ou aquíferos aproveitados, e o ambiente externo, permitindo o isolamento das demais camadas.

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



4.10.2. O tubo de revestimento deve ser especificado conforme a NBR 5580, NBR 12211, DIN 2440, DIN 2441, DIN 4925, API 5 A, 5Ac, 5B, 5 L e ASTM A 120.

4.10.3. Os tubos de revestimento poderão ser rosqueados, e deverão ter, na extremidade inferior, reforços para sua proteção. Suas conexões deverão ser estanques.

4.11. FILTRO:

4.11.1. O poço, cujos trechos da zona de saturação a serem aproveitados estiverem em aquíferos não consolidados, deve ser provido de filtros.

4.11.2. A velocidade de entrada da água nos filtros deve estar entre 0,03m/s e 0,08m/s.

4.11.3. O diâmetro interno dos filtros deve ser compatível com o dos tubos lisos, com o diâmetro da bomba, com os implementos de exploração da água, e ser suficiente para manter a velocidade vertical máxima em 1,5m/s.

4.11.4. Os filtros deverão assegurar a máxima entrada possível de água ao interior do poço com a menor perda de carga, impedir a passagem de areia, permitir o desenvolvimento do poço e suportar pressões exercidas pelas camadas envolventes.

4.11.5 O filtro não deverá apresentar, após a sua instalação, quebras de alinhamento em quaisquer das juntas.

4.11.6. O filtro deverá ser dotado de conexão estanque para sua ligação com o revestimento permanente.

4.11.7. A escolha dos filtros deve levar em consideração a ação corrosiva ou incrustante da água subterrânea, avaliada por exame bacteriológico e análise físico-química que inclua: pH, temperatura, condutividade, sólidos totais, EH, OD, alcalinidade, dureza, CO₂, acidez, H₂S, cloretos, sulfatos, ferro, manganês, NH₄, cor, turbidez e sólidos em suspensão.

4.12. PRÉ - FILTRO:

4.12.1. O filtro deve ser dotado de pré-filtro quando for necessária a estabilização da fração fina do aquífero friável.

4.12.2. A instalação de filtros deve ser complementada com um envoltório permeável, denominado pré-filtro.

4.12.3. O poço, cujo projeto prevê o uso de pré-filtro, deve ser perfurado em diâmetro adequado à colocação do material filtrante, em espessura condizente com a textura do aquífero e das suas partículas carreadas, sendo recomendado espaço anelar mínimo de 75mm.

4.12.4. O perfil granulométrico do pré-filtro deve assegurar valores de turbidez dentro dos padrões sanitários.

4.12.5. Deverá ser colocado pré-filtro de areia selecionada ou brita apropriada, envolvendo o filtro no espaço anelar circunjacente ao revestimento permanente, desde o fundo até 10,00m (dez metros) abaixo da superfície do terreno.

4.13. DESENVOLVIMENTO

4.13.1. Instalada a coluna de tubos e filtros, deve-se proceder ao desenvolvimento do poço, até que a turbidez e a concentração de areia estejam dentro dos limites admissíveis.

4.13.2. O desenvolvimento do poço poderá ser feito mediante um ou mais dos métodos seguintes:

4.13.2.1. Bombeamento intermitente com bomba sem válvula e pé ou com ar comprimido.

- 4.13.2.2. *Injeção forçada de água com aspersão através de bocais na altura do filtro.*
- 4.13.2.3. *Pistoneamento com êmbolo sólido (pistão), semissólido (com válvula) ou de molas, utilizando-se máquinas perfuratrizes à percussão ou rotativas adaptadas.*
- 4.13.3. *Nos poços perfurados com lama, podem ser utilizados, durante o desenvolvimento, agentes químicos dispersantes (polifosfatos), a fim de facilitar a remoção das argilas.*
- 4.13.4. *É totalmente vedado, no preparo da lama de perfuração, o emprego de óleo diesel ou outras substâncias capazes de poluir o aquífero.*
- 4.13.5. *Nenhum bombeamento efetuado durante o desenvolvimento deve ser considerado como teste de aquífero.*

4.14. VEDAÇÃO:

- 4.14.1. *O poço deverá ser convenientemente vedado com pasta de cimento, introduzida a partir do fundo para a superfície, com o objetivo de impedir a contaminação por águas superiores e proteger os tubos de revestimento contra corrosão.*
- 4.14.2. *A pasta será preparada com cimento e areia no traço 1:3, e com no mínimo de água necessária para dar à mistura uma suficiente plasticidade que permita sua livre introdução no espaço anelar.*
- 4.14.2. *Todo poço deve ter cimentação para proteção sanitária, situada no espaço anelar entre o tubo de revestimento e a parede de perfuração, com espessura mínima de 5,0cm.*
- 4.14.3. *Nenhum serviço pode ser efetuado no poço durante as 48h seguintes à cimentação, a não ser que se utilize produto químico para aceleração da pega (cura).*
- 4.14.4. *Em poços empedregulhados, em que a camada envoltória de pedregulho atinja a parte superior do poço, deverá ser feita a cimentação até uma profundidade de 10,00m (dez metros) a partir da superfície, tomando-se o cuidado de deixar embutidos os tubos para a introdução adicional de pedregulhos.*
- 4.14.5. *Poços tubulares que apresentarem desmoronamentos no espaço anelar, antes da realização da cimentação, deverão ser reabertos com lama de perfuração, para permitir a adequada cimentação conforme previsto em Normas técnicas.*

4.15. TESTE DE BOMBEAMENTO:

- 4.15.1. *Concluída a execução do Poço Artesiano, deve-se proceder à execução do teste de produção, a fim de determinar a vazão explotável do poço.*
- 4.15.2. *O equipamento de teste deve ter capacidade para extrair vazão igual ou superior à prevista em projeto. O emprego de ar comprimido só deve ser aceito excepcionalmente e com aprovação da fiscalização.*
- 4.15.3. *Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar-se do retorno da água ao nível estático.*
- 4.15.4. *O teste de produção deve ser iniciado com o bombeamento à vazão máxima definida no projeto, em período mínimo de 24h.*
- 4.15.5. *Uma vez terminado o teste de produção com a vazão máxima, deve-se proceder ao teste de recuperação do nível, durante um período mínimo de 4h.*

- 4.15.6. A água extraída deve ser medida por qualquer dispositivo que permita determinar a vazão com segurança. A vazão medida deverá ser expressa em l/s (litros por segundo), l/h (litros por hora) ou m³/h (metros cúbicos por hora).
- 4.15.7. Deverão ser anotadas todas as medidas de tempo e retorno do nível d'água no período de recuperação do poço, até que este recupere 80% do rebaixamento medido, não excedendo 24 horas de observação.
- 4.15.8. Deverão ser tomados todos os cuidados para que a água proveniente dos ensaios não cause danos a terceiros.

4.16. COLETA DE ÁGUA PARA ANÁLISE:

- 4.16.1. A Empresa Contratada deverá tomar as precauções que forem necessárias, ou que possam ser exigidas pela Fiscalização da Contratante, para evitar que, através da perfuração, haja entrada de água contaminada ou contendo características físico-químicas indesejáveis etc., na camada aquífera onde se fará a captação.
- 4.16.2. A coleta para análise bacteriológica deve ser feita em frasco apropriado e esterilizado seguindo as recomendações do laboratório. Estas coletas devem ser efetuadas durante os ensaios de bombeamento e de desinfecção final do poço.
- 4.16.3. Durante a coleta de água, devem ser medidos o pH e a temperatura da água no poço.
- 4.16.4. As análises físico-químicas e bacteriológicas, de responsabilidade da Empresa Contratada, deverão ser executadas por laboratórios idôneos, acreditados na ABNT NBR ISO/IEC 17025, para segurança e qualidade das análises.
- 4.16.5. Deverão ser obedecidos os parâmetros mínimos que caracterizam a qualidade da água bruta para manancial subterrâneo de acordo com o IGAM e a Unidade de Serviço de Controle Operacional.

4.17. DESINFECÇÃO:

- 4.17.1. A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50mg/L de cloro livre.
- 4.17.2. Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5L/m³ de água no poço.
- 4.17.3. Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo a desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2h.

4.18. LAJE DE PROTEÇÃO:

- 4.18.1. Deverá ser executada, como acabamento de superfície, uma laje de concreto moldada no local, com consumo mínimo de cimento de 200 kg/m³, envolvendo o tubo de revestimento e impedindo a entrada de águas superficiais no poço.
- 4.18.2. A laje de proteção deve ter declividade do centro para a borda, espessura mínima de 15cm e área não inferior a 1,0 m². A coluna de tubos deve ficar saliente no mínimo 50cm sobre a laje.
- 4.18.3. O tubo de revestimento interno e os tubos de introdução do material adicional ao pré-filtro, se existentes, deverão ficar salientes 40 cm e 10 cm, respectivamente, acima da laje ou da cota de inundação definida pela Fiscalização da Contratante.

4.19. TAMPA:

- 4.19.1. Concluídos todos os serviços, o poço deve ser lacrado com chapa soldada, tampa rosqueável com cadeado ou válvula de segurança.
- 4.19.2. A fim de se permitir futuras medições de nível de água, deverá ser aberto num ponto conveniente da tampa do poço, um orifício obturável de 25 mm de diâmetro que permita a fácil introdução de instrumentos de medidas.

4.20. REGISTRO DE DADOS E RELATÓRIO:

- 4.20.1. Concluído o poço, a Empresa Contratada deverá encaminhar a Contratante o relatório técnico construtivo, sem o qual não será recebido.
- 4.20.2. O relatório deverá conter os seguintes elementos:
- a) nome do proprietário;
 - b) localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado);
 - c) cota do terreno;
 - d) método de perfuração e equipamentos utilizados;
 - e) perfil litológico e profundidade final;
 - f) perfil composto;
 - g) materiais utilizados (diâmetro, tipo, espessura);
 - h) cimentações (indicação dos trechos cimentados);
 - i) planilhas de teste final de bombeamento, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados;
 - j) análise físico-química e bacteriológica da água, firmada por laboratório idôneo;
 - k) indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico;
 - l) nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado;
 - m) Formulário de tamponamento de poço tubular, IGAM, e anexos fotográficos.
- 4.20.3. Em caso de abandono da perfuração por problema técnico, o furo deve ser desinfectado, lacrado e o fato comunicado ao órgão público, estadual ou regional, encarregado do controle das águas.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 5.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).
- 5.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto e ao aqui listado:
- a) Perfuração de poço tubular profundo com diâmetro maior ou igual a 150mm (cento e cinquenta milímetros);

b) Execução de teste de bombeamento (teste de vazão).

- 5.3. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: (01) um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como Responsável Técnico.
- 5.4. A comprovação do profissional do quadro técnico da empresa também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU.
- 5.5. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, os profissionais indicados pela empresa deverão participar dos serviços objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.
- 5.6. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
- Nome do contratado e do Contratante;
 - Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
 - Localização do serviço;
 - Serviços executados (discriminação e quantidades).
- 5.7. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

- 6.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 6.2. Indicar preposto, aceito pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, para representá-lo na execução do contrato.
- 6.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 6.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 6.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.
- 6.6. Os serviços - objetos da contratação - deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

- 6.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.
- 6.8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste Termo de Referência, acarretará a aplicação de sanções à contratada.
- 6.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.
- 6.10. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável - vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.
- 6.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.
- 6.12. Fornecer todo o material e mão de obra pertinente à execução dos serviços.
- 6.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.
- 6.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.
- 6.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.
- 6.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.
- 6.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.
- 6.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade material fornecido.
- 6.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.
- 6.20. Após a conclusão e aprovação do serviço/obra pela fiscalização da Contratante a Empresa Contratada deverá elaborar relatório fotográfico, comprovando os serviços executados e disponibilizá-lo, em meio físico e digital, para a fiscalização da Contratante.
- 6.21. Designar um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como responsável técnico pelos serviços referentes à perfuração de poços e execução de teste de bombeamento e acompanhamento dos equipamentos em campo.

6.22. Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, IGAM, ANVISA e demais órgãos necessários, as especificações, projetos e instruções da fiscalização.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

- 7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa contratada.
- 7.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.
- 7.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
- 7.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.
- 7.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
- 7.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.
- 7.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar os serviços executados.
- 7.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

8. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

- 8.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública do Pregão, se outro prazo não constar do documento.
- 8.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.
- 8.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.
- 8.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.
- 8.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - a) Publicados em Diário Oficial; ou
 - b) Publicados em Jornal; ou

- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

8.6. Os documentos relativos ao subitem 8.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

8.7. Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do orçamento estimado conforme a Planilha Orçamentária admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

8.8. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

8.9. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 8.7. a memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9. DOS VALORES, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

9.1. DO VALOR

9.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de R\$ 19.697.231,47 (Dezenove milhões seiscentos e noventa sete mil e duzentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos), que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Termo.

9.2. DA MEDIÇÃO DOS MATERIAIS FORNECIDOS.

9.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos fornecimentos, de acordo com o termo de referência e ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE.

- 9.2.2. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR e a cada ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de até 3 (três) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.
- 9.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.
- 9.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.
- 9.2.5. Constatada a perfeita execução dos serviços (com os relatórios preenchidos), e cumpridas todas as exigências, no caso da perfuração de poços e execução de teste de bombeamento, os mesmos estarão aptos a serem medidos.

10. JUSTIFICATIVA.

A contratação de empresa especializada para perfuração de poços artesianos se justifica mediante a necessidade dos Municípios de captarem água que se encontra nos lençõs freáticos e nos aquíferos. Essa água armazenada no subsolo está infiltrada em rochas e sedimentos, em grande profundidade ou se encontra nos lençóis freáticos, próximos à superfície, em geral, é uma água com melhor qualidade física, química e biológica. As obras de perfuração de poços têm curto período de duração, comparado às outras formas de captação de água, possui um menor impacto ambiental, se caracteriza por um bom investimento em longo prazo.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei Federal nº8.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que **a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.**

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes.

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em lote único por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, 5 de agosto de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.08.05 17:03:24 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

Engenharia Consultiva – Termo de Referência para Licitação



CÓDIGO:

AME-K/DOC/LIC/01-01

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS” E É COMPOSTO POR 4 (QUATRO) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Conjunto 1330 . Centro . Belo Horizonte/MG . 30.160-906

Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
e-mail: ictus@ictusengenharia.com . rossi@ictusengenharia.com . eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.98838.8433 . +55.31.98766.8483 . +55.35.99730.8483

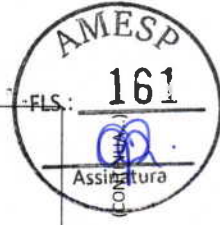
**ICTHUS
ENGENHARIA**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - BDI 23,66%
SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
BASE DE PREÇO: COPASA MAI/22, SETOP MAR/22, SINAPI ABR/22 E COTAÇÕES

SUB ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
1. PRELIMINARES										
1.1 DOCUMENTAÇÃO										
1.1.1	COPASA - MAI/22	65.001.073	AUTORIZAÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO JUNTO AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS	UN	84,00	R\$ 190,57	R\$ 16.007,88		R\$ 19.795,34	
1.1.2	COPASA - MAI/22	65.001.115	ANÁLISE BACTERIOLÓGICA	UN	168,00	R\$ 115,35	R\$ 19.378,80	R\$ 95.354,28	R\$ 23.963,82	R\$ 117.915,09
1.1.3	COPASA - MAI/22	65.001.114	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA	UN	168,00	R\$ 356,95	R\$ 59.967,60		R\$ 74.155,93	
1.2 SERVIÇOS E INSTALAÇÃO										
1.2.1	SETOP - MAR/22	ED-16660	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45 MM, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFIADA COM REBITES 4,8X40 MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20 MM, ESP. 1,25 MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCALAVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS	M2	378,00	R\$ 210,39	R\$ 79.527,42		R\$ 98.343,61	
1.2.2	COPASA - MAI/22	65.000.055	LIMPEZA DE TERRENO COM ROÇADEIRA MECÂNICA	M2	420,00	R\$ 0,49	R\$ 205,80	R\$ 299.444,92	R\$ 254,49	R\$ 370.293,59
1.2.3	COPASA - MAI/22	65.001.069	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS PARA BARRAÇÃO DE OBRAS PARA PERFURAÇÃO DE POÇO	UN	140,00	R\$ 743,73	R\$ 104.122,20		R\$ 128.757,51	
1.2.4	COPASA - MAI/22	65.001.070	MOBILIZAÇÃO E DESLOCAIMENTO DAS EQUIPES, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E FERRAMENTAS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS COM Sonda ROTO-PNEUMÁTICA	KM	5192,70	R\$ 22,26	R\$ 115.589,50		R\$ 142.937,98	
1.3 INSTALAÇÃO ELÉTRICA										
1.1.1	SETOP - MAR/22	ED-20584	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO C4, PADRÃO CEMIG, CARGA INSTALADA DE 27,1KVA ATÉ 38KVA, TRIFÁSICO, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UN	84,00	R\$ 3.894,52	R\$ 327.139,68	R\$ 327.139,68	R\$ 404.540,93	
2. PERFURAÇÃO										
2.1 PERFURAÇÃO DO POÇO E ACESSÓRIOS										
2.1.1	COPASA - MAI/22	65.001.092	PERFURAÇÃO ROTATIVA PARA POÇO PROFUNDO EM ALUVIÃO E CAMADAS INCONSISTENTES - DIÂMETRO DO FURO = 12" (300MM)	M	12.600,00	R\$ 229,13	R\$ 2.887.038,00		R\$ 3.570.111,19	
2.1.2	COPASA - MAI/22	65.001.093	PERFURAÇÃO ROTO-PNEUMÁTICA PARA POÇO PROFUNDO EM ROCHA Sã - DIÂMETRO DO FURO = 6" (150MM)	M	12.600,00	R\$ 205,52	R\$ 2.589.552,00		R\$ 3.202.240,00	
2.1.3	COMPOSIÇÃO	COMP-IHS-001	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 6", E=4,85 MM PARA REVESTIMENTO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	25.200,00	R\$ 409,10	R\$ 10.309.320,00		R\$ 12.748.505,11	
2.1.4	COPASA - MAI/22	65.001.101	CIMENTAÇÃO DO ESPAÇO ANELAR COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO DE 1:3	M	168,00	R\$ 25,41	R\$ 4.268,88	R\$ 16.178.720,40	R\$ 5.278,90	R\$ 20.006.605,19
2.1.5	COPASA - MAI/22	65.001.107	LAJE EM CONCRETO SIMPLES, CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO DE 200 KG/M3, ESPESURA = 20 CM, DIÂMETRO = 2,50 M	UN	84,00	R\$ 750,44	R\$ 63.036,96		R\$ 77.951,50	
2.1.6	COPASA - MAI/22	65.001.106	DESINFECÇÃO DE POÇO COM UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	UN	84,00	R\$ 43,37	R\$ 3.643,08		R\$ 4.505,03	
2.1.7	COPASA - MAI/22	65.001.105	PRÉ-FILTRO COM PEDRA BRITADA	M3	168,00	R\$ 188,74	R\$ 31.708,32		R\$ 39.210,51	
2.1.8	COPASA - MAI/22	65.001.110	DESENVOLVIMENTO E TESTE DE VAZÃO COM COMPRESSOR DE ATÉ 150 PCM	H	2.520,00	R\$ 115,14	R\$ 290.152,80		R\$ 358.802,95	

AMESP
FLS.: 160
Assinatura
(CONTINUA...)

SUB ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
2. PERFURAÇÃO (..CONTINUAÇÃO)										
2.2 EQUIPAMENTOS DE BOMBAMENTO E ACESSÓRIOS										
2.2.1	COTAÇÃO A	-	BOMBA DE 1HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 3.407,00	R\$ 286.188,00		R\$ 353.900,08	
2.2.2	COTAÇÃO B	-	BOMBA DE 2HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 4.272,67	R\$ 358.904,00		R\$ 443.820,69	
2.2.3	COTAÇÃO C	-	BOMBA DE 3HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	R\$ 5.118,00	R\$ 429.912,00		R\$ 531.629,18	
2.2.4	SETOP - MAR/22	ED-49508	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 1,0 CV. RECALQUE	UN	84,00	R\$ 253,69	R\$ 21.309,96		R\$ 26.351,90	
2.2.5	SETOP - MAR/22	ED-49510	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 2,0 CV. RECALQUE	UN	84,00	R\$ 310,62	R\$ 26.092,08		R\$ 32.765,47	
2.2.6	SETOP - MAR/22	ED-49512	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 3,0 CV. RECALQUE	UN	84,00	R\$ 316,09	R\$ 26.551,56		R\$ 32.833,66	
2.2.7	SETOP - MAR/22	ED-49004	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EPR/HEPR, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOFÍXIO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM ² , 90°C, 0,6/1KV	M	12.600,00	R\$ 31,48	R\$ 396.648,00	R\$ 3.326.974,28	R\$ 490.494,92	R\$ 4.114.136,40
2.2.8	SETOP - MAR/22	ED-48976	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LS/H/ATOX, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOPLÁSTICO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM ² , 70°C, 450/750V	M	12.600,00	R\$ 28,58	R\$ 360.108,00		R\$ 445.309,55	
2.2.9	SINAPI - ABR/22	92335	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	12.600,00	R\$ 111,83	R\$ 1.409.058,00		R\$ 1.742.441,12	
2.2.10	SETOP - MAR/22	ED-49978	REGISTRO DE GAVETA, TIPO BRUTO, ROSCÁVEL 1 1/2" (PARA TUBO SOLDÁVEL OU PPR DN 50MM/CPVC DN 42MM), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	UN	84,00	R\$ 65,21	R\$ 5.477,64		R\$ 6.773,65	
2.2.11	SETOP - MAR/22	ED-50003	REGISTRO DE ESFERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 50MM (1 1/2"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	UN	168,00	R\$ 40,03	R\$ 6.725,04		R\$ 8.316,18	
2.3 FECHAMENTO DO POÇO										
2.3.1	COPASA - MAI/22	65.001.116	RELATÓRIOS FINAIS DE POÇO (BOMBAMENTO E RECUPERAÇÃO DE NÍVEL, PERFIL GEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PERFURAÇÃO)	UN	84,00	R\$ 149,50	R\$ 12.558,00		R\$ 15.529,22	
2.3.2	COPASA - MAI/22	65.002.508	RECUPERAÇÃO E LIMPEZA DE POÇOS ARTESIANOS COM A UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO AQUOSA A BASE DE ORTO-FOSFATO, ESTABILIZANTES, ANTICORROSIVOS E DESINCrustANTES	L	420,00	R\$ 31,78	R\$ 13.347,60	R\$ 33.034,68	R\$ 16.505,64	R\$ 40.850,68
2.3.3	COPASA - MAI/22	65001108	TAMPA DE PROTEÇÃO DO POÇO PROFUNDO EM AÇO PRETO USO DIN2440	UN	84,00	R\$ 84,87	R\$ 7.129,08		R\$ 8.815,82	
3. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS										
3.1 ITENS E SERVIÇOS										
3.1.1	SINAPI - ABR/22	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	168,00	R\$ 71,28	R\$ 11.975,04		R\$ 14.808,33	
3.1.2	SETOP - MAR/22	ED-51122	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO MANUAL, COM SOQUETE	M2	252,00	R\$ 8,74	R\$ 2.202,48	R\$ 141.688,68	R\$ 2.723,59	
3.1.3	SINAPI - ABR/22	100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO. ESPESURA DE *10 CM*. AF_07/2019	M3	252,00	R\$ 133,23	R\$ 33.573,96		R\$ 41.517,56	R\$ 175.212,22
3.1.4	SINAPI - ABR/22	92335	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	840,00	R\$ 111,83	R\$ 93.937,20		R\$ 116.162,74	



SUB ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
3. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS (... CONTINUAÇÃO)										
3.1. ITENS E SERVIÇOS										
3.1.5	SINAPI - ABR/22	91788	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDAVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (INSTALADO EM PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	1.680,00	R\$ 51,18	R\$ 85.982,40		R\$ 106.325,84	
3.1.6	SINAPI - ABR/22	99623	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	84,00	R\$ 218,99	R\$ 18.395,16		R\$ 22.747,45	
3.1.7	SETOP - MAR/22	ED-50182	ADAPTADOR EM LATÃO PARA INSTALAÇÃO PREDIAL DE COMBATE A INCÊNDIO ENGATE RÁPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	84,00	R\$ 80,62	R\$ 6.772,08		R\$ 8.374,35	
3.1.8	SINAPI - ABR/22	94800	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	84,00	R\$ 203,11	R\$ 17.061,24	R\$ 143.861,65	R\$ 21.097,93	R\$ 177.899,31
3.1.9	SINAPI - ABR/22	96995	REATERRO MANUAL APOIADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3	126,00	R\$ 43,22	R\$ 5.445,72		R\$ 6.734,18	
3.1.10	SETOP - MAR/22	ED-51131	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	84,00	R\$ 36,18	R\$ 3.039,12		R\$ 3.758,18	
3.1.11	SETOP - MAR/22	RO-41376	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE >= 50,10 KM	TXKM	10.385,40	R\$ 0,69	R\$ 7.165,93		R\$ 8.861,38	
3.2	RESERVATÓRIO									
3.2.1	SINAPI - ABR/22	102619	CAIXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 10000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	84,00	R\$ 6.360,53	R\$ 534.284,52	R\$ 534.284,52	R\$ 660.696,24	R\$ 660.696,24
4. ACABAMENTOS										
4.1. LIMPEZA GERAL										
4.1.1	SETOP - MAR/22	ED-50266	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	M2	420,00	R\$ 6,42	R\$ 2.696,40	R\$ 2.696,40	R\$ 3.334,37	R\$ 3.334,37

TOTAL SEM BDI: R\$ 21.083.199,13

TOTAL COM BDI: R\$ 26.071.484,02

Pouso Alegre/MG, 5 de agosto de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691 -03'00"

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691

Dados: 2022.08.05 17:04:00

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D



CÓDIGO:

AME-K/DOC/LIC/01-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS
ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS” E É COMPOSTO POR 2 (DUAS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO



BDI (CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31/08/15)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Base de Preços: SINAPI MAR/22 E SICRO JAN/22

DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	PORCENTAGEM DE INCIDÊNCIA	INCIDÊNCIA
CUSTO DIRETO	CD	100,00%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,89%	CD
LUCRO	L	7,40%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,84%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO	(S+G+R)	2,27%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S+G	1,00%	CD
RISCO	R	1,27%	CD
TRIBUTOS	I	6,15%	PV
ISS	ISS	2,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	PV
COFINS	COFINS	3,00%	PV
CPRB	INSS	3,00%	PV

FÓRMULA:

$$BDI = \left\{ \frac{[(1+(AC+S+G+R)) * (1+DF) * (1+I)] - 1}{(1-(I+CPRB))} \right\} - 1$$

BDI (NUMERADOR) = 16,05%

BDI (DENOMINADOR) = 93,85%

BDI = 23,66%

AC | Administração Central - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua

DF | Despesas Financeiras - Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data

R | Garantias, Riscos, Seguros e Imprevistos - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com imprevistos, riscos etc.

L | Lucro - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.

T | Tributos - Somatório do COFINS, PIS, ISS e INSS

Pouso Alegre/MG, 5 de agosto de 2022.

**CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691**

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.08.05 17:05:19 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D



CÓDIGO:

AME-K/DOC/LIC/01-00

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS” E É COMPOSTO POR 3 (TRÊS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO



Página 1/2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20221300369

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

RNP: 1402355235

Registro: MG00088480520-MG

Empresa contratada: ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Registro Nacional: 0000627339-MG

2. Dados do Contrato

Contratante: Associação dos Municípios do Microrregião do Médio Sapucaí
RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

CPF/CNPJ: 20.362.307/0001-40

Nº: 774

Complemento:

Bairro: SAUDADE - BOM JESUS

Cidade: POUSO ALEGRE

UF: MG

CEP: 37553442

Contrato: 02/2022

Celebrado em: 01/02/2022

Valor: R\$ 8.733,55

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Orgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: 774

Complemento:

Bairro: SAUDADE - BOM JESUS

Cidade: POUSO ALEGRE

UF: MG

CEP: 37553442

Data de início: 16/05/2022

Previsão de término: 18/07/2022

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Finalidade: OUTROS

Código: Não Especificado

Proprietário: Associação dos Municípios do Microrregião do Médio Sapucaí

CPF/CNPJ: 20.362.307/0001-40

4. Atividade Técnica

B - Consultoria

23 - Consultoria > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS

Quantidade

Unidade

12.600,00

m

23 - Consultoria > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA

12.600,00

m

23 - Consultoria > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS

12.600,00

m

23 - Consultoria > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA

12.600,00

m

14 - Elaboração

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS

Quantidade

Unidade

12.600,00

m

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA

12.600,00

m

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS

12.600,00

m

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA

12.600,00

m

66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS

12.600,00

m

66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA

12.600,00

m

66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS

12.600,00

m

66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA

12.600,00

m

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS

12.600,00

m

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA

12.600,00

m

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS

12.600,00

m

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: d2e3b
impresso em: 13/07/2022 às 17:50:23 por: , ltr: 177.96.151.27

www.crea-mg.org.br
Tel: 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Sede: Rua da Bahia, nº 1148 - Bloco I, Conjunto 1330 - Centro - Belo Horizonte/MG - 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550/1 - Boa Vista - Pouso Alegre/MG - 37.552-094
e-mail: ictus@ictusengenharia.com - rossi@ictusengenharia.com - eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092 - Celulares: +55.31.98838.8433 - +55.31.98766.8483 - +55.35.99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO



Página 2/2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20221300369

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

40 - Estudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA	12.600,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISCALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS	12.600,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA	12.600,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS	12.600,00	m
38 - Especificação > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA	12.600,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > PRESSÕES SOBRE OS SOLOS E RESISTÊNCIA AO CISCALHAMENTO > #3.7.1 - DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS	12.600,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.4 - DE PERFURAÇÃO DE ROCHA SUBTERRÂNEA	12.600,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS > #3.8.1 - DE ABERTURA DE VIAS SUBTERRÂNEAS	12.600,00	m
35 - Elaboração de orçamento > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.4 - MISTA	12.600,00	m

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

DOCUMENTOS TÉCNICOS (TERMO DE REFERÊNCIA / PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / ESPECIFICAÇÕES / QUANTITATIVOS) PARA LICITAÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.
- A Resolução nº 1.094/17 Institui o Livro de Ordem de obras e serviços que será obrigatório para a emissão de Certificado de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018. (Res. 1.094, Confitea).
- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade da Classe

AEPA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos de Pouso Alegre e Região

CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por CARLOS
HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Dados: 2022.08.05 17:05:55 -03'00'

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI - CPF: 471.432.076-91

_____, _____ de _____ de _____
Local data

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Espírito Santo - CNPJ:
26.382.267/0001-40

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * O comprovante de pagamento deverá ser anexado para comprovação de quitação

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78 Registrada em: 13/07/2022 Valor pago: R\$ 17,74 Nosso Número: 8599135537

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: d2c36
Impresso em: 13/07/2022 às 17:50:25 por: J. 177.96.151.27

www.crea-mg.org.br
Tel: 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

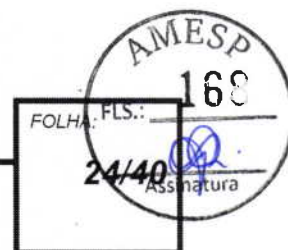


Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Conjunto 1330 . Centro . Belo Horizonte/MG . 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
e-mail: ichthus@ichthusengenharia.com . rossi@ichthusengenharia.com . eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.98838.8433 . +55.31.98766.8483 . +55.35.99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO



CÓDIGO:

AME-K/DOC/LIC/01-00

**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**

ANEXO IV – MEMORIAL DE CÁLCULO

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO IV – MEMORIAL DE CÁLCULO É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS” E É COMPOSTO POR 17 (DEZESSETE) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Conjunto 1330 . Centro . Belo Horizonte/MG . 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
e-mail: ictus@ictusengenharia.com . rossi@ictusengenharia.com . eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.98838.8433 . +55.31.98766.8483 . +55.35.99730.8483

**ICTHUS
ENGENHARIA**

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Para a obtenção do consumo de cada município, considerou-se o consumo médio por habitante para cada equipamento / serviço, conforme apresentado nas tabelas do item 2.

2. PLANILHAS DE CONSUMO PREVISTO POR MUNICÍPIO:

2.1. Referência de cálculo para os itens:

- 1.11, 1.3.1, 2.1.5, 2.1.6, 2.2.1 ao 2.2.6, 2.2.10, 2.3.1, 2.3.3, 3.1.6 ao 3.1.8, 3.1.10 e 3.2.1
- Quantidade: **84**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• considerado o consumo médio de 0,0002 UN por habitante – 84 UN				
1	ANDRADAS	41.704	11,05	9
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	1
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	5
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	2
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	2
6	CAREAÇU	6.826	1,81	1
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	2
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	5
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	2
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	5
11	CONGONHAL	12.209	3,24	2
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	1
13	ESTIVA	11.416	3,03	2
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	1
15	IPUIUNA	10.156	2,69	2
16	JACUTINGA	26.538	7,03	6
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	6
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	1
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	5
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	3
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	10
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	1
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	1
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	1
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	1
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	1
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	5
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	84

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

2.2. Referência de cálculo para o item:

- 3.1.9
- Quantidade: **126**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	13
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	3
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	6
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	4
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	3
6	CAREAÇU	6.826	1,81	3
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	5
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	7
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	4
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	7
11	CONGONHAL	12.209	3,24	4
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	2
13	ESTIVA	11.416	3,03	3
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	3
15	IPUIUNA	10.156	2,69	3
16	JACUTINGA	26.538	7,03	8
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	8
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	2
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	7
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	6
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	14
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	2
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	1
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	2
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	2
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	1
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	2
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	126

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**

FOLHA:

FLS.:

171

27/40

Assinatura

2.3. Referência de cálculo para o item:

- 1.2.3.
- Quantidade: **140**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	14
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	3
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	7
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	4
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	4
6	CAREAÇU	6.826	1,81	3
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	4
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	8
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	4
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	8
11	CONGONHAL	12.209	3,24	4
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	2
13	ESTIVA	11.416	3,03	4
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	4
15	IPIUNA	10.156	2,69	4
16	JACUTINGA	26.538	7,03	8
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	8
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	2
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	8
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	6
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	15
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	3
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	1
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	3
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	3
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	2
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	3
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	140

2.4. Referência de cálculo para o item:

- 1..1.2, 1.1.3, 2.1.4, 2.1.7 e 3.1.1
- Quantidade: **168**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	18
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	3
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	9
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	6
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	6
6	CAREAÇU	6.826	1,81	4
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	6
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	9
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	5
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	9
11	CONGONHAL	12.209	3,24	5
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	2
13	ESTIVA	11.416	3,03	5
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	3
15	IPUIUNA	10.156	2,69	5
16	JACUTINGA	26.538	7,03	11
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	10
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	2
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	9
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	7
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	18
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	3
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	2
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	3
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	3
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	2
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	2
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	168

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

2.5. Referência de cálculo para o item:

- 3.1.2 e 3.1.3
- Quantidade: **252**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	17
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	5
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	15
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	8
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	8
6	CAREAÇU	6.826	1,81	5
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	8
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	15
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	8
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	15
11	CONGONHAL	12.209	3,24	8
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	4
13	ESTIVA	11.416	3,03	8
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	5
15	IPUIUNA	10.156	2,69	7
16	JACUTINGA	26.538	7,03	16
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	15
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	5
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	14
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	11
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	25
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	5
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	3
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	5
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	5
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	3
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	4
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	5
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	252

SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**

FOLHA:

FLS.:

174

30/40

Assinatura

2.6. Referência de cálculo para o item:

- 1.2.1
- Quantidade: **378**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	43
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	6
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	20
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	11
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	12
6	CAREAÇU	6.826	1,81	7
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	12
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	22
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	12
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	21
11	CONGONHAL	12.209	3,24	12
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	5
13	ESTIVA	11.416	3,03	11
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	7
15	IPUIUNA	10.156	2,69	10
16	JACUTINGA	26.538	7,03	27
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	24
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	5
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	21
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	17
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	44
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	5
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	3
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	6
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	5
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	1
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	4
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	5
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	378

2.7. Referência de cálculo para o item:

- 1.2.2, 2.3.2 e 4.1.1
- Quantidade: 420

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	46
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	7
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	22
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	12
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	13
6	CAREAÇU	6.826	1,81	8
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	13
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	25
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	13
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	23
11	CONGONHAL	12.209	3,24	13
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	5
13	ESTIVA	11.416	3,03	13
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	8
15	IPUIUNA	10.156	2,69	11
16	JACUTINGA	26.538	7,03	29
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	27
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	5
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	23
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	19
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	49
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	6
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	4
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	6
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	6
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	3
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	5
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	6
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	420

2.8. Referência de cálculo para o item:

- 3.1.4.
- Quantidade: **840**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	92
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	13
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	44
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	24
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	26
6	CAREAÇU	6.826	1,81	15
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	27
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	48
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	26
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	46
11	CONGONHAL	12.209	3,24	27
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	12
13	ESTIVA	11.416	3,03	25
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	16
15	IPUIUNA	10.156	2,69	22
16	JACUTINGA	26.538	7,03	58
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	53
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	12
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	47
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	37
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	97
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	12
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	8
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	12
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	12
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	6
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	11
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	12
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	840

2.9. Referência de cálculo para o item:

- 3.1.5.
- Quantidade: **1.680**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	183
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	28
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	87
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	48
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	51
6	CAREAÇU	6.826	1,81	30
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	54
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	96
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	52
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	93
11	CONGONHAL	12.209	3,24	54
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	24
13	ESTIVA	11.416	3,03	50
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	35
15	IPUIUNA	10.156	2,69	45
16	JACUTINGA	26.538	7,03	110
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	107
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	24
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	94
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	74
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	195
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	25
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	14
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	27
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	26
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	10
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	20
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	24
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	1.680

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

2.10. Referência de cálculo para o item:

- 2.1.8.
- Quantidade: **2.520**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	275
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	42
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	131
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	72
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	77
6	CAREAÇU	6.826	1,81	47
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	80
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	144
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	78
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	139
11	CONGONHAL	12.209	3,24	81
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	35
13	ESTIVA	11.416	3,03	75
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	49
15	IPUIUNA	10.156	2,69	67
16	JACUTINGA	26.538	7,03	175
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	160
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	35
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	141
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	112
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	292
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	37
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	20
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	38
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	36
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	15
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	31
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	36
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	2.520

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

2.11. Referência de cálculo para o item:

- 1.2.4.
- Quantidade: **5.193**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	571
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	80
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	271
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	150
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	159
6	CAREAÇU	6.826	1,81	94
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	167
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	299
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	162
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	288
11	CONGONHAL	12.209	3,24	167
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	69
13	ESTIVA	11.416	3,03	156
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	101
15	IPUIUNA	10.156	2,69	139
16	JACUTINGA	26.538	7,03	364
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	332
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	69
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	293
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	232
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	606
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	74
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	42
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	77
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	74
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	25
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	60
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	72
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	5.193

2.12. Referência de cálculo para o item:

- 3.1.11
- Quantidade: **10.385**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	1.147
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	160
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	545
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	302
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	319
6	CAREAÇU	6.826	1,81	188
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	335
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	600
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	326
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	579
11	CONGONHAL	12.209	3,24	336
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	130
13	ESTIVA	11.416	3,03	314
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	203
15	IPUIUNA	10.156	2,69	279
16	JACUTINGA	26.538	7,03	730
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	667
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	130
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	587
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	465
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	1.216
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	149
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	75
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	154
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	148
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	48
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	113
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	140
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	10.385

2.13. Referência de cálculo para o item:

- 2.1.1, 2.1.2 e 2.2.7 ao 2.2.9
- Quantidade: 12.600

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	1.392
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	194
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	662
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	367
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	388
6	CAREAÇU	6.826	1,81	228
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	407
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	730
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	396
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	703
11	CONGONHAL	12.209	3,24	408
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	158
13	ESTIVA	11.416	3,03	382
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	247
15	IPUIUNA	10.156	2,69	339
16	JACUTINGA	26.538	7,03	886
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	810
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	158
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	713
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	564
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	1.477
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	180
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	92
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	186
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	179
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	48
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	137
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	170
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	12.600

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

2.14. Referência de cálculo para o item:

- 2.1.3
- Quantidade: **25.200**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
1	ANDRADAS	41.704	11,05	2.785
2	BANDEIRA DO SUL	5.808	1,54	388
3	BORDA DA MATA	19.809	5,25	1.323
4	BUENO BRANDÃO	10.982	2,91	733
5	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,08	776
6	CAREAÇU	6.826	1,81	456
7	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,23	814
8	CAMANDUCAIA	21.831	5,79	1.459
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,14	791
10	CAMPESTRE	21.052	5,58	1.406
11	CONGONHAL	12.209	3,24	816
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,25	315
13	ESTIVA	11.416	3,03	764
14	INCONFIDENTES	7.387	1,96	494
15	IPUIUNA	10.156	2,69	678
16	JACUTINGA	26.538	7,03	1.772
17	MONTE SIÃO	24.247	6,43	1.620
18	NATÉRCIA	4.727	1,25	315
19	PARAISÓPOLIS	21.353	5,66	1.426
20	POÇO FUNDO	16.900	4,48	1.129
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	11,72	2.953
22	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,43	360
23	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,73	184
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,48	373
25	SENADOR AMARAL	5.365	1,42	358
26	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,38	96
27	TOCOS DO MOJI	4.117	1,09	275
28	TURVOLÂNDIA	5.099	1,35	340
SOMATÓRIO TOTAL		377.308	100,00	25.200

3. PLANILHA DE QUILOMETRAGEM MÉDIA POR MUNICÍPIO:**3.1. Referência de cálculo:**

Para a elaboração da planilha abaixo, foi considerado o deslocamento médio dos municípios associados até a sede da AMESP em Pouso Alegre/MG

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	DISTÂNCIA ATÉ A SEDE (KM)
1	ANDRADAS	93,50
2	BANDEIRA DO SUL	108,90
3	BORDA DA MATA	28,60
4	BUENO BRANDÃO	69,90
5	CACHOEIRA DE MINAS	33,60
6	CAREAÇU	40,00
7	CARMO DA CACHOEIRA	136,40
8	CAMANDUCAIA	71,60
9	CONCEIÇÃO DOS OUROS	41,90
10	CAMPESTRE	120,20
11	CONGONHAL	16,70
12	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	26,10
13	ESTIVA	35,70
14	INCONFIDENTES	48,60
15	IPUIUNA	40,90
16	JACUTINGA	83,30
17	MONTE SIÃO	89,60
18	NATÉRCIA	71,80
19	PARAISÓPOLIS	59,50
20	POÇO FUNDO	60,80
21	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	28,60
22	SÃO BENTO ABADE	145,40
23	SÃO JOÃO DA MATA	41,90
24	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	34,90
25	SENADOR AMARAL	68,70
26	SENADOR JOSÉ BENTO	35,80
27	TOCOS DO MOJI	45,40
28	TURVOLÂNDIA	52,60
MÉDIA DE D.M.T (KM)		61,82



Do Pregoeiro

Para Assessoria Jurídica

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

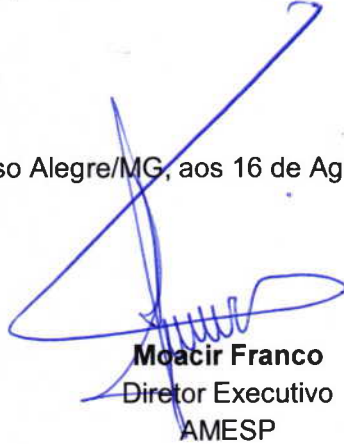
Pouso Alegre/MG, aos 16 de Agosto de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro



AUTORIZO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 16 de Agosto de 2022.



Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP



PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DATA DE ABERTURA: 30/08/2022

HORÁRIO: 09h00min

I – OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. Para a execução dos serviços licitados haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP e a licitante declarada vencedora.

1.3. A **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência.

II – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO.

2.1. A execução dos serviços deverá ser nas condições previstas no Termo de Referência.

2.2. A empresa vencedora somente executará os serviços mediante solicitação e Ordem de Serviços – OS, emitida pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



3.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

Pouso Alegre/MG, aos 16 de Agosto de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro

EDITAL**PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022****MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA
FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA****TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL****ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP****DATA DE ABERTURA: 30/08/2022****HORÁRIO: 09h00min**

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2022**, usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas da AMESP, nos termos do artigo 112 §1º da Lei Federal nº 8.666/93 e do Art. 19 do Decreto Federal nº 6.017/2007, e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** que são:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

I – INFORMAÇÕES.

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP através do telefone nº (35) 3025-6589 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

II – OBJETO.

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada

para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

3.1.1. O Pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

3.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

3.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

3.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail.

IV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de (12) doze meses, contado a partir de sua assinatura.

4.2. O ORGÃO GERENCADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE não estarão obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

5.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

5.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

5.1.2. Atendam a todas as exigências deste edital;

5.2. Será vedada a participação de empresas:

5.2.1. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

5.2.2. Suspensas de participar de licitações realizadas pela Associação da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP;

5.2.3. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

5.2.3.1. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.

11.101 de 2005, bem como dos demais requisitos exigidos no edital, se for o caso, relacionados à comprovação da capacidade econômico-financeira do proponente.

5.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

5.2.5. Reunidas em consórcio do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

VI – DO CREDENCIAMENTO.

6.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação”.

6.1.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

6.1.2. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Proposta Comercial”.

6.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

6.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

b) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

c) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemelhado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.

6.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2.3. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

6.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

VII - QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte**, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

VIII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO.

8.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

8.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

8.1.2. Recebimento dos envelopes “Proposta Comercial”;

8.1.3. Abertura dos envelopes “Proposta Comercial”;

8.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

8.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

8.1.6. Em não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.1.5., poderão as empresas autoras das melhores propostas, **até o máximo de 03 (três)**, oferecer novos lances verbais e sucessivos;

8.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço global, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

8.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;

8.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

8.1.10. Abertura do envelope "Documentação" apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

8.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope "Documentação" da segunda classificada.

8.1.12. Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço global.

8.1.13. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

8.1.14. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

IX – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO.

9.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

<p style="text-align: center;">Envelope nº. 01 "PROPOSTA COMERCIAL" A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP Pregão n.º 10/2022 Objeto: Registro de Preços – PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.</p> <p style="text-align: center;">Licitante:</p>
--

<p style="text-align: center;">Envelope nº. 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP Pregão n.º 10/2022 Objeto: Registro de Preços – PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.</p>

Licitante:

9.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

9.2. O Envelope nº 01 – Proposta Comercial conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do **Anexo III, bem como da Planilha Orçamentária constante do Anexo VIII**, em papel timbrado da empresa, **utilizando-se de 02 (duas) casas decimais (0,00)**, sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

9.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

9.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

9.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

9.3. Serão **DESCCLASSIFICADAS** as propostas:

9.3.1. Que não apresentem suas propostas por preços unitário e global, sendo que as propostas que apresentarem os preços unitários superiores aos constantes no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária também serão desclassificadas.

9.3.2. Que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

9.3.3. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

9.3.5. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

9.4. Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação das Empresas deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

9.4.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

9.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.1.2. Ato constitutivo, alterações subsequentes ou última alteração consolidada devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

9.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.5. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV**, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

9.4.2.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).

9.4.2.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou Conselho de

Arquitetura e Urbanismo – CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto e ao aqui listado:

a) Perfuração de poço tubular profundo com diâmetro maior ou igual a 150mm (cento e cinquenta milímetros);

b) Execução de teste de bombeamento (teste de vazão).

9.4.2.3. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: (01) um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como Responsável Técnico.

9.4.2.4 A comprovação do profissional do quadro técnico da empresa também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU.

9.4.2.5. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, os profissionais indicados pela empresa deverão participar dos serviços objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

9.4.2.6. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

9.4.2.8. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados.

9.5. A documentação relativa à **qualificação econômica – financeira das empresas** é a seguinte:

9.5.1. **Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não

anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.

9.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

9.5.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

9.5.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

9.5.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.5.6. Os documentos relativos ao subitem 9.5.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

9.5.7. Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

9.5.8. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

9.5.9. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 9.5.7. a memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9.6. A documentação relativa à **regularidade fiscal das empresas** é a seguinte:

9.6.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

9.6.2. Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

9.6.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

9.6.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

9.6.6. Prova de regularidade para com a **Seguridade Social – INSS**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade;



9.6.7. Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de registro de preços;

9.6.9. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

9.7. **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.8. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

9.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02.

9.10. As **certidões que não possuem especificação a respeito do prazo de validade** serão aceitas com **até 60 (sessenta) dias** da data de sua expedição.

X – VISITA TÉCNICA.

10.1. A visita técnica não é obrigatória, podendo ser realizada apenas por questão de logística, tendo em vista o número de prefeituras consorciadas.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS.

11.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

11.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro.

11.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

XII - DOS PROCEDIMENTOS.

12.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro nomeado, contando com equipe de apoio, conforme determinado na **Portaria n.º 01/2022**, segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste Edital.

12.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste Edital.

12.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

12.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

12.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

12.7. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço por hora e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento)**.

12.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentarem as melhores propostas, **até o máximo de 03 (três)**, quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

12.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

12.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

12.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

12.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

12.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

12.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

12.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

12.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

12.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

12.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pelo Pregoeiro.

12.21. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

12.22. Se houver a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço**.

12.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas, e será aberto o envelope de documentação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

12.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

12.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

12.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

12.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

12.28. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

12.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

12.30. É facultado ao ÓRGÃO GERENCIADO, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

12.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização da contratação.

XIII – DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES.

13.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante dele vencedora.

13.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

13.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano.

13.4 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.6. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.7. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.9. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela empresa contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

13.12. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

13.13. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

13.14. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

13.15. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.16. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

13.17. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.18. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião do pregão da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

13.19. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.1. As obrigações resultantes deste Pregão constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo V**.

14.2. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses.**

14.3. O prazo para a **assinatura da Ata de Registro de Preços** será de **05 (cinco) dias** úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

14.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

14.5. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

14.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que, porventura venham a consorciar-se a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

XV – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

15.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

15.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

15.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

15.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.

15.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

15.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

15.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

15.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA.

16.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

16.2. Indicar preposto, aceito pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, para representá-lo na execução do contrato;

16.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

16.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

16.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

16.6. Os serviços - objeto da contratação - deverão ser vistoriados pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

16.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

16.8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no contrato, acarretará a aplicação de sanções à contratada.

16.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

16.10. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável para vapores orgânicos VOP2; bandeirola; protetor solar; protetor auditivo.

16.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

16.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

16.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

16.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

16.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

16.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

16.17. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

16.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos serviços prestados.

16.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

16.20. Após a conclusão e aprovação do serviço/obra pela fiscalização da Contratante a Empresa Contratada deverá elaborar relatório fotográfico, comprovando os serviços executados e disponibilizá-lo, em meio físico e digital, para a fiscalização da Contratante.

16.21. Designar um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como responsável técnico pelos serviços referentes à perfuração de poços e execução de teste de bombeamento e acompanhamento dos equipamentos em campo.

16.22. Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, IGAM, ANVISA e demais órgãos necessários, as especificações, projetos e instruções da fiscalização.

XVII – DOS PAGAMENTOS.

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

17.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos materiais entregues.

17.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

17.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

17.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

17.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

17.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

17.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

17.8. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços, a matrícula CEI e o endereço da obra onde os mesmos foram prestados.

17.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

17.10. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

XVIII - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

18.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos fornecimentos, de acordo com o termo de referência e ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE.

18.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

18.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

18.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

18.5. Constatada a perfeita execução dos serviços (com os relatórios preenchidos), e cumpridas todas as exigências, no caso da perfuração de poços e execução de teste de bombeamento, os mesmos estarão aptos a serem medidos.

XX – DAS PENALIDADES.

19.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

19.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

19.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

19.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

19.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

19.7. Quando a empresa contratada deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

19.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a empresa contratada multa, conforme tabela 3 a seguir:

• **Tabela 3**

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início da obra.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

19.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos,

no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

19.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

19.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

19.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

19.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

19.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

XX - DA RESCISÃO DO CONTRATO.

20.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;
- c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93.

20.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, também, rescindir a futura ata/contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 20.1, por mútuo acordo.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

21.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

21.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos, todas as condições de habilitação.

21.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, são facultadas ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio.

21.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

XXII – DOS ANEXOS.

Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP OU ME

ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Pouso Alegre/MG, aos 16 de Agosto de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro



ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo _____ presente _____ instrumento, _____ a
empresa....., inscrita no
CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na
_____, através de seu
representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a)
_____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº
_____e inscrito no CPF/MF sob o nº
_____, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la
na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para
interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente
os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as
exigências constantes do Edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

Obs.: Apresentar cópia do contrato social (autenticada) juntamente com este credenciamento.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1. LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO.

2.1. Os serviços de perfuração de poços artesianos deverão ser executados conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, bem como na planilha orçamentária.

3. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS.

3.1. DO LOCAL.

3.1.1. Os serviços de execução de perfuração de poços artesianos serão executados dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA

INCONFIDENTES
IPIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

3.2. DOS PRAZOS.

3.2.1. O prazo para o início do serviço de execução de perfuração de poços artesianos será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Prefeitura consorciada.

3.2.2. Para casos especiais serão negociados novos prazos em função de outras demandas prioritárias da Contratante ou outros serviços que forem necessários. Os atrasos comprovadamente motivados pela Contratante não serão computados.

3.2.3. Nos casos de emergência a Contratada deverá dispor de todos os recursos para atendimento no prazo de até 24 horas após emissão de Ordem de Serviço da Contratante ou a critério da Fiscalização

3.2.4. Após a conclusão da perfuração de um poço tubular, a CONTRATADA deverá disponibilizar imediatamente uma unidade de teste, com compressor de 150 PCM, para a execução de ensaio de vazão.

3.2.5. Somente serão considerados motivos para prorrogação dos prazos fixados no Termo de Referência e no Edital de Licitação, aqueles definidos no artigo 71 da lei Federal nº 13.303/16, devidamente comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela Contratante.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

4.2. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica deste.

4.3. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade de cada município consorciado.

4.4. Para execução das obras e serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser obedecidas as normas técnicas da ABNT (NBR 12212/ 1992 e 12244/1992), da Contratante e de Órgãos Públicos, bem como as Leis Federais.

4.5. O perfeito funcionamento do Poço Artesiano é de inteira responsabilidade da empresa contratada, portanto, esta deverá ler e analisar atentamente as Normas Vigentes, e sob nenhuma hipótese poderá alegar o desconhecimento do conteúdo destas.

4.6. SERVIÇOS PRELIMARES:

4.6.1. Obtenção junto ao IGAM, da Licença para perfuração do Poço Artesiano.

4.6.2. Apresentação de estudo hidrogeológico contendo as informações básicas geofísicas e geológicas dos aquíferos, características hidráulicas e qualidade da água.

4.6.3. Em áreas onde não haja conhecimento hidrogeológico suficiente, deve ser elaborado um relatório técnico preliminar com os dados disponíveis a Execução da Perfuração de Poços Artesianos.

4.7. LOCAÇÃO DOS POÇOS:

4.7.1. A locação dos poços será de inteira responsabilidade da Contratante, devendo esta informar e fornecer os respectivos croquis à Empresa Contratada.

4.8. PERFURAÇÃO:

4.8.1. O construtor deve dispor na obra de máquina perfuratriz e de equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade e capacidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos.

4.8.2. Qualquer substituição de máquina, ferramenta ou acessório indispensável durante a perfuração para a execução do programa construtivo do poço deve correr por conta e risco da empresa contratada.

4.8.3. Qualquer alteração nos diâmetros estabelecidos e/ou nas correspondentes profundidades só poderão ser efetivadas mediante autorização do Contratante, baseada em parecer técnico da Fiscalização.

4.8.4. perfuração pode ser, inicialmente, executada através de um furo-piloto, com posterior alargamento nos diâmetros previstos no programa construtivo do poço.

4.8.5. O equipamento indicado para a Perfuração do Poço será determinado em função do estudo hidrogeológico e do Projeto de Perfuração do Poço Artesiano, podendo ser Perfuratrizes Rotativas, Roto-pneumáticas ou Sondas Percussoras.

4.8.6. As profundidades das perfurações serão definidas em cada caso pela Fiscalização da Contratante.

4.8.7. Deverá ser registrado diariamente os diâmetros da perfuração executada, metros perfurados e profundidade total do poço, material perfurado e avanço da penetração, além da profundidade do nível de água no início e fim da jornada de trabalho.

4.9. CAPTAÇÃO:

4.9.1. Captação subterrânea, através de instalação eletromecânica de poço tubular profundo, com o fornecimento de conjunto motobomba submerso de eixo vertical com motor elétrico, potência de 1 a 3 cv, inclusive quadro de comando e proteção de motores, tubulação de extração de água, entrada de energia padrão CEMIG, cabos, eletrodos e registros.

4.10. REVESTIMENTO:

4.10.1. O poço deverá ser revestido com uma tubulação que estabeleça ligação única entre o aquífero, ou aquíferos aproveitados, e o ambiente externo, permitindo o isolamento das demais camadas.

4.10.2. O tubo de revestimento deve ser especificado conforme a NBR 5580, NBR 12211, DIN 2440, DIN 2441, DIN 4925, API 5 A, 5Ac, 5B, 5 L e ASTM A 120.

4.10.3. Os tubos de revestimento poderão ser rosqueados, e deverão ter, na extremidade inferior, reforços para sua proteção. Suas conexões deverão ser estanques.

4.11. FILTRO:

4.11.1. O poço, cujos trechos da zona de saturação a serem aproveitados estiverem em aquíferos não consolidados, deve ser provido de filtros.

4.11.2. A velocidade de entrada da água nos filtros deve estar entre 0,03m/s e 0,08m/s.

4.11.3. O diâmetro interno dos filtros deve ser compatível com o dos tubos lisos, com o diâmetro da bomba, com os implementos de exploração da água, e ser suficiente para manter a velocidade vertical máxima em 1,5m/s.

4.11.4. Os filtros deverão assegurar a máxima entrada possível de água ao interior do poço com a menor perda de carga, impedir a passagem de areia, permitir o desenvolvimento do poço e suportar pressões exercidas pelas camadas envolventes.

4.11.5 O filtro não deverá apresentar, após a sua instalação, quebras de alinhamento em quaisquer das juntas.

4.11.6. O filtro deverá ser dotado de conexão estanque para sua ligação com o revestimento permanente.

4.11.7. A escolha dos filtros deve levar em consideração a ação corrosiva ou incrustante da água subterrânea, avaliada por exame bacteriológico e análise físico-química que inclua: pH, temperatura, condutividade, sólidos totais, EH, OD, alcalinidade, dureza, CO₂, acidez, H₂S, cloretos, sulfatos, ferro, manganês, NH₄, cor, turbidez e sólidos em suspensão.

4.12. PRÉ - FILTRO:

4.12.1. O filtro deve ser dotado de pré-filtro quando for necessária a estabilização da fração fina do aquífero frível.

4.12.2. A instalação de filtros deve ser complementada com um envoltório permeável, denominado pré-filtro.

4.12.3. O poço, cujo projeto prevê o uso de pré-filtro, deve ser perfurado em diâmetro adequado à colocação do material filtrante, em espessura condizente com a textura do aquífero e das suas partículas carreáveis, sendo recomendado espaço anelar mínimo de 75mm.

4.12.4. O perfil granulométrico do pré-filtro deve assegurar valores de turbidez dentro dos padrões sanitários.

4.12.5. Deverá ser colocado pré-filtro de areia selecionada ou brita apropriada, envolvendo o filtro no espaço anelar circunjacente ao revestimento permanente, desde o fundo até 10,00m (dez metros) abaixo da superfície do terreno.

4.13. DESENVOLVIMENTO:

4.13.1. Instalada a coluna de tubos e filtros, deve-se proceder ao desenvolvimento do poço, até que a turbidez e a concentração de areia estejam dentro dos limites admissíveis.

4.13.2. O desenvolvimento do poço poderá ser feito mediante um ou mais dos métodos seguintes:

4.13.2.1. Bombeamento intermitente com bomba sem válvula e pé ou com ar comprimido.

4.13.2.2. Injeção forçada de água com aspersão através de bocais na altura do filtro.

4.13.2.3. Pistoneamento com êmbolo sólido (pistão), semissólido (com válvula) ou de molas, utilizando-se máquinas perfuratrizes à percussão ou rotativas adaptadas.

4.13.3. Nos poços perfurados com lama, podem ser utilizados, durante o desenvolvimento, agentes químicos dispersantes (polifosfatos), a fim de facilitar a remoção das argilas.

4.13.4. É totalmente vedado, no preparo da lama de perfuração, o emprego de óleo diesel ou outras substâncias capazes de poluir o aquífero.

4.13.5. Nenhum bombeamento efetuado durante o desenvolvimento deve ser considerado como teste de aquífero.

4.14. VEDAÇÃO:

4.14.1. O poço deverá ser convenientemente vedado com pasta de cimento, introduzida a partir do fundo para a superfície, com o objetivo de impedir a contaminação por águas superiores e proteger os tubos de revestimento contra corrosão.

4.14.2. A pasta será preparada com cimento e areia no traço 1:3, e com no mínimo de água necessária para dar à mistura uma suficiente plasticidade que permita sua livre introdução no espaço anelar.

4.14.2. Todo poço deve ter cimentação para proteção sanitária, situada no espaço anelar entre o tubo de revestimento e a parede de perfuração, com espessura mínima de 5,0cm.

4.14.3. Nenhum serviço pode ser efetuado no poço durante as 48h seguintes à cimentação, a não ser que se utilize produto químico para aceleração da pega (cura).

4.14.4. Em poços empedregulhados, em que a camada envoltória de pedregulho atinja a parte superior do poço, deverá ser feita a cimentação até uma profundidade de

10,00m (dez metros) a partir da superfície, tomando-se o cuidado de deixar embutidos os tubos para a introdução adicional de pedregulhos.

4.14.5. Poços tubulares que apresentarem desmoronamentos no espaço anelar, antes da realização da cimentação, deverão ser reabertos com lama de perfuração, para permitir a adequada cimentação conforme previsto em Normas técnicas.

4.15. TESTE DE BOMBEAMENTO:

4.15.1. Concluída a execução do Poço Artesiano, deve-se proceder à execução do teste de produção, a fim de determinar a vazão explotável do poço.

4.15.2. O equipamento de teste deve ter capacidade para extrair vazão igual ou superior à prevista em projeto. O emprego de ar comprimido só deve ser aceito excepcionalmente e com aprovação da fiscalização.

4.15.3. Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar-se do retorno da água ao nível estático.

4.15.4. O teste de produção deve ser iniciado com o bombeamento à vazão máxima definida no projeto, em período mínimo de 24h.

4.15.5. Uma vez terminado o teste de produção com a vazão máxima, deve-se proceder ao teste de recuperação do nível, durante um período mínimo de 4h.

4.15.6. A água extraída deve ser medida por qualquer dispositivo que permita determinar a vazão com segurança. A vazão medida deverá ser expressa em l/s (litros por segundo), l/h (litros por hora) ou m³/h (metros cúbicos por hora).

4.15.7. Deverão ser anotadas todas as medidas de tempo e retorno do nível d'água no período de recuperação do poço, até que este recupere 80% do rebaixamento medido, não excedendo 24 horas de observação.

4.15.8. Deverão ser tomados todos os cuidados para que a água proveniente dos ensaios não cause danos a terceiros.

4.16. COLETA DE ÁGUA PARA ANÁLISE:

4.16.1. A Empresa Contratada deverá tomar as precauções que forem necessárias, ou que possam ser exigidas pela Fiscalização da Contratante, para evitar que, através da perfuração, haja entrada de água contaminada ou contendo características físico-químicas indesejáveis etc., na camada aquífera onde se fará a captação.

4.16.2. A coleta para análise bacteriológica deve ser feita em frasco apropriado e esterilizado seguindo as recomendações do laboratório. Estas coletas devem ser efetuadas durante os ensaios de bombeamento e de desinfecção final do poço.

4.16.3. Durante a coleta de água, devem ser medidos o pH e a temperatura da água no poço.

4.16.4. As análises físico-químicas e bacteriológicas, de responsabilidade da Empresa Contratada, deverão ser executadas por laboratórios idôneos, acreditados na ABNT NBR ISO/IEC 17025, para segurança e qualidade das análises.

4.16.5. Deverão ser obedecidos os parâmetros mínimos que caracterizam a qualidade da água bruta para manancial subterrâneo de acordo com o IGAM e a Unidade de Serviço de Controle Operacional.

4.17. DESINFECÇÃO:

4.17.1. A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50mg/L de cloro livre.

4.17.2. Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5L/m³ de água no poço.

4.17.3. Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo a desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2h.

4.18. LAJE DE PROTEÇÃO:

4.18.1. Deverá ser executada, como acabamento de superfície, uma laje de concreto moldada no local, com consumo mínimo de cimento de 200 kg/m³, envolvendo o tubo de revestimento e impedindo a entrada de águas superficiais no poço.

4.18.2. A laje de proteção deve ter declividade do centro para a borda, espessura mínima de 15cm e área não inferior a 1,0 m². A coluna de tubos deve ficar saliente no mínimo 50cm sobre a laje.

4.18.3. O tubo de revestimento interno e os tubos de introdução do material adicional ao pré-filtro, se existentes, deverão ficar salientes 40 cm e 10 cm, respectivamente, acima da laje ou da cota de inundação definida pela Fiscalização da Contratante.

4.19. TAMPA:

4.19.1. Concluídos todos os serviços, o poço deve ser lacrado com chapa soldada, tampa rosqueável com cadeado ou válvula de segurança.

4.19.2. A fim de se permitir futuras medições de nível de água, deverá ser aberto num ponto conveniente da tampa do poço, um orifício obturável de 25 mm de diâmetro que permita a fácil introdução de instrumentos de medidas.

4.20. REGISTRO DE DADOS E RELATÓRIO:

4.20.1. Concluído o poço, a Empresa Contratada deverá encaminhar a Contratante o relatório técnico construtivo, sem o qual não será recebido.

4.20.2. O relatório deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome do proprietário;
- b) localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado);
- c) cota do terreno;
- d) método de perfuração e equipamentos utilizados;
- e) perfil litológico e profundidade final;
- f) perfil composto;
- g) materiais utilizados (diâmetro, tipo, espessura);
- h) cimentações (indicação dos trechos cimentados);
- i) planilhas de teste final de bombeamento, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados;
- j) análise físico-química e bacteriológica da água, firmada por laboratório idôneo;
- k) indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico;
- l) nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado;
- m) Formulário de tamponamento de poço tubular, IGAM, e anexos fotográficos.

4.20.3. Em caso de abandono da perfuração por problema técnico, o furo deve ser desinfetado, lacrado e o fato comunicado ao órgão público, estadual ou regional, encarregado do controle das águas.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).

5.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico

- CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto e ao aqui listado:

a) Perfuração de poço tubular profundo com diâmetro maior ou igual a 150mm (cento e cinquenta milímetros);

b) Execução de teste de bombeamento (teste de vazão).

5.3. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: (01) um geólogo e/ou engenheiro de minas e/ou engenheiro geólogo como Responsável Técnico.

5.4. A comprovação do profissional do quadro técnico da empresa também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU.

5.5. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, os profissionais indicados pela empresa deverão participar dos serviços objeto deste Termo de Referência, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

5.6. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do Contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Localização do serviço;
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

5.7. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

6.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.2. Indicar preposto, aceito pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, para representá-lo na execução do contrato.

6.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

6.6. Os serviços - objetos da contratação - deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

6.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

6.8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste Termo de Referência, acarretará a aplicação de sanções à contratada.

6.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

6.10. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável - vapores orgânicos VOP2; bandeirola; protetor solar; protetor auditivo.

6.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

- 6.12. Fornecer todo o material e mão de obra pertinente à execução dos serviços.
- 6.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.
- 6.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.
- 6.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.
- 6.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.**
- 6.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.
- 6.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade material fornecido.
- 6.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

- 7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa contratada.
- 7.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.
- 7.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
- 7.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.
- 7.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
- 7.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e fiscalizar os serviços executados.

7.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

8. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

8.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública do Pregão, se outro prazo não constar do documento.

8.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

8.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

8.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

8.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em Jornal; ou

a) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

b) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

8.6. Os documentos relativos ao subitem 8.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação

do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

8.7. Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do orçamento estimado conforme a Planilha Orçamentária admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

8.8. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

8.9. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 8.7. a memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9. DOS VALORES, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

9.1. DO VALOR.

9.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 26.071.484,02 (vinte e seis milhões setenta e um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e dois centavos)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Termo.

9.2. DA MEDIÇÃO DOS MATERIAIS FORNECIDOS.

9.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme fornecimento dos serviços de execução de perfuração de poços artesianos pela empresa contratada e aprovado a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.2.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

9.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

9.3. DO PAGAMENTO.

9.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

9.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelo material entregue.

9.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

9.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

9.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

9.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

9.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

9.3.8. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços, a matrícula CEI e o endereço da obra onde estes foram prestados.

9.3.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

9.3.10. A despesa referente ao fornecimento será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

10. CRITERIO DE JULGAMENTO.

10.1. Buscando auferir os melhores resultados para a população como um todo e para Administração Pública justificamos a escolha da licitação - Pregão Presencial para Registro de Preços - do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES / ÓRGÃO GERENCIADOR;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

11.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

11.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

11.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

11.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• **Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05

Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	01
07	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02

11.7. Quando a empresa contratada deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para o fornecimento previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

11.8. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a empresa contratada multa, conforme tabela 3 a seguir:

• **Tabela 3**

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	1. Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço.
02	3%	2. Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	3. Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

11.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

11.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;

- e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES / ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

12. DOS PRAZOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DAS ADESÕES E DOS CONTRATOS.

12.1. A Empresa contratada poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ORGÃO GERENCIADOR, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR.

12.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

12.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

12.4. **A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

12.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

13.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela empresa contratada.

13.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

13.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.5. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

13.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

13.6. Fica facultada a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela contratada.

13.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, sendo lavrado termo aditivo.

13.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.7.2. **A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

13.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

13.10. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

14.1. A empresa que vier a causar impedimento ao normal e legal andamento do processo licitatório, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE em função da não conclusão do processo licitatório bem como do objeto pretendido.

14.1.1. A participação da empresa na licitação importa na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Termo de Referência, no Edital e seus Anexos, que fazem parte integrante do Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

14.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR se reserva ainda, o direito de revogar ou anular a licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que estas não atendam às condições estabelecidas no Edital, sem que caiba as proponentes o direito de qualquer reclamação ou indenização.

14.3. A partir da sua entrega, as propostas serão consideradas objeto de análise, vedando-se a qualquer interessado procurar empregados do ÓRGÃO GERENCIADOR ou membros da Comissão para tratar de assuntos relacionados com a licitação, ressalvadas as hipóteses e formas previstas pela legislação pertinente.

14.4. Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Termo de Referência.

14.5. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao processo licitatório.

14.6. A empresa proponente, durante o processo de licitação, é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

14.7. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Termo de Referência serão sanados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, obedecida a legislação vigente.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

15.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

16. DA JUSTIFICATIVA.

A contratação de empresa especializada para perfuração de poços artesianos se justifica mediante a necessidade dos Municípios de captarem água que se encontra nos lenções freáticos e nos aquíferos. Essa água armazenada no subsolo está infiltrada em rochas e sedimentos, em grande profundidade ou se encontra nos lençóis freáticos, próximos à superfície, em geral, é uma água com melhor qualidade física, química e biológica. As obras de perfuração de poços têm curto período de duração, comparado às outras formas de captação de água, possui um menor impacto ambiental, se caracteriza por um bom investimento em longo prazo.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que **a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.**

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...](Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de

participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes.

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em LOTE Único por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, aos 05 de Agosto de 2022.

Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Responsável
CREA nº 46.052/D
Consultor Técnico

Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa....., estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, propõe fornecer à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R\$
01	LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, de acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.	

Validade da Proposta: 60 dias

OBS.: AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTES DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (em Formato Excel).

Pouso Alegre/MG.....de de 2022.

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG nº.....

Cargo:

ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(local e data)

.....
(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 61/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

Aos.....dias do mês de do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº....., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de ANDRADAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Vinte e Dois de Fevereiro s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.884.412/0001-34, representado pela Prefeita Municipal, Margot Navarro Graziani Pioli, brasileira, casada, psicóloga, portadora do CPF nº 271.764.526-87; **Município de BANDEIRA DO SUL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Dias Araújo nº 305, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.175.794/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Edervan Leandro de Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 972.797.576-34; **Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAMPESTRE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.631.604/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, Marco Antônio Messias Franco, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 623.401.666-91; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45

Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hécio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, nº 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-

36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representado pelo Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE** signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

14.3. A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

14.4. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo

decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme fornecimento do concreto usinado pela DETENTORA e aprovado a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa DETENTORA pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelo material entregue.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrealizáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo,

calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da

cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa DETENTORA.

7.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto da contratação.

7.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa DETENTORA através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber serviços executados.

7.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

8.1. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.2. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante;

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO CONTRATANTE.

8.6. Os serviços - objeto da contratação – deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal DO ORGÃO PARTICIPANTE contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

8.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa DETENTORA não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

8.8. O não comparecimento da DETENTORA para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência, acarretará a aplicação de sanções à DETENTORA.

8.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

8.10. A DETENTORA deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação

em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável - vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

8.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

8.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

8.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

8.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

8.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços e Obras executados.

8.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato, resultante da presente Ata de Registro de Preços, poderá ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

- **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

10.7. Quando a DETENTORA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA multa, conforme tabela 3 a seguir:

• Tabela 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
------	-------	----------------

01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início da obra.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

a) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE;

c) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;

d) apresentação, ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

e) f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

12.1 Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CMA Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos".

Pouso Alegre/MG, de de 2022.

AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Ronaldo Laurindo Bueno

ANDRADAS
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli

BANDEIRA DO SUL
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Edervan Leandro de Freitas



BORDA DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza

BUENO BRANDÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix

CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

CAMANDUCAIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hécio Antônio Chagas Reis

CAMPESTRE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Marco Antônio Messias Franco



CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal

ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário

INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo



MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior

NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas

PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira

POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz



SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA DETENTORA



ANEXO VI

TERMO DE CONTRATO N° XX/2022

PROCESSO N.º 61/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

Aos.....dias do mês de do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada à (Rua, Av.) Bairro cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n° neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.....**, portador da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n° doravante denominada **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, e, de outro lado, a empresa pessoa jurídica de direito privado, sediada na (Rua, Av.) no Município de Estado de cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o n° com Inscrição Estadual registrada sob n° neste ato representado pelo **Sr.....**, portador da Cédula de Identidade RG n° inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o n° doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Para o Registro de Preços**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A CONTRATADA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo PARTICIPANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

14.3. O Contrato decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

O valor de referência para o fornecimento objeto deste Contrato é de **R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Contrato.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento das obras/serviços, de acordo com o croqui previamente apresentado pela CONTRATADA e aprovado a

critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

4.2.5. Constatada a perfeita execução dos serviços (com os relatórios preenchidos), e cumpridas todas as exigências, no caso da perfuração de poços e execução de teste de bombeamento, os mesmos estarão aptos a serem medidos.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa CONTRATADA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa CONTRATADA pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelo material entregue.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela CONTRATADA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrealizáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO

PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ÓRGÃO GERENCIADOR, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência do Contrato o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da CONTRATADA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se

inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa CONTRATADA.

7.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto da contratação.

7.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa CONTRATADA através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber serviços executados.

7.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.2. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do Contrato;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo ORGÃO PARTICIPANTE contratante;

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, sem a prévia e expressa concordância do ORGÃO CONTRATANTE.

8.6. Os serviços, objeto da contratação, deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal do ORGÃO PARTICIPANTE contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

8.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa CONTRATADA não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

8.8. O não comparecimento da CONTRATADA para a execução dos serviços, ou na impossibilidade desta trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência, acarretará a aplicação de sanções à CONTRATADA.

8.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

8.10. A CONTRATADA deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável para vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

8.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

8.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

8.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

8.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.16. Assumir, automaticamente, ao firmar o Contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

8.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços e Obras executados.

8.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes deste Contrato serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da CONTRATADA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela CONTRATADA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato resultante do presente Contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto Contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• Tabela 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04

04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

10.7. Quando a DETENTORA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA multa, conforme tabela 3 a seguir:

• **Tabela 3**

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início da obra.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;]

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

12.1 Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CMA Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com o seu Regulamento de



Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos".

Pouso Alegre/MG,..... de de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ORGÃO PARTICIPANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre/MG,de.....de 2022.

Assinatura do representante

Nome:

RG n.º:

SUB-ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTDE	MEMORIAL DE ESTIMA DE QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
1. PRELIMINARES												
1.1 DOCUMENTAÇÃO												
1.1.1	COPASA - MAI/22	65.001.073	AUTORIZAÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO JUNTO AOS ORÇADOS AMBIENTAIS	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 190,57	R\$ 16.007,88		R\$ 235,66	R\$ 19.795,34	
1.1.2	COPASA - MAI/22	65.001.115	ANÁLISE BACTERIOLÓGICA	UN	168,00	ESTIMADO 6 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 115,35	R\$ 19.378,80	R\$ 95.354,28	R\$ 142,64	R\$ 23.963,82	R\$ 117.915,09
1.1.3	COPASA - MAI/22	65.001.114	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA	UN	168,00	ESTIMADO 6 UNIDADES POR MUNICÍPIO E PARA CADA ANTES	R\$ 356,95	R\$ 59.967,60		R\$ 441,40	R\$ 74.155,93	
1.2 SERVIÇOS E INSTALAÇÃO												
1.2.1	SETOP - MAR/22	ED-16660	CONFERIMENTO E COTAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM OBRA GALVANIZADA 10x5 CM, PARA MARCAÇÃO COM ADESIÃO VINÍLICA, ALFABETA COM REBITES LINGU MAL	M2	378,00	ESTIMADO PLACA DE 1,5x0,10 M, ESTIMADO 10 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 210,39	R\$ 79.577,42		R\$ 260,17	R\$ 98.343,61	
1.2.2	COPASA - MAI/22	65.000.055	LIMPEZA DE TERRENO COM MOEDADEIRA MECÂNICA	M2	420,00	CADA OBRA SENDO 3 POR MUNICÍPIO	R\$ 0,49	R\$ 206,80	R\$ 259.444,92	R\$ 0,61	R\$ 254,49	
1.2.3	COPASA - MAI/22	65.001.069	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA PARA BARBAÇÃO DE OBRAS PARA PERFURAÇÃO DE POÇO	UN	140,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 743,73	R\$ 104.122,20		R\$ 919,70	R\$ 128.757,51	R\$ 370.293,59
1.2.4	COPASA - MAI/22	65.001.070	MOBILIZAÇÃO E DESMONTAGEM DE EQUIPES, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E FERRAMENTAS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS COM SONDAS ROTÓRIAS	KM	5.192,70	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO E PARA CADA ANTES	R\$ 22,26	R\$ 115.589,50		R\$ 27,53	R\$ 142.937,98	
1.3 INTAÇÃO ELÉTRICA												
1.3.1	SETOP - MAR/22	ED-20584	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, TIPO CAI PADRÃO CEMIG, CARGA INSTALADA DE 17,10VA ATÉ 100VA, 3 FASES, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, PARA MUNICÍPIO	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 3.894,52	R\$ 327.139,68	R\$ 3.327.139,68	R\$ 4.815,96	R\$ 404.540,93	R\$ 404.540,93
2. PERFURAÇÃO												
2.1 PERFURAÇÃO DO POÇO E ACESSÓRIOS												
2.1.1	COPASA - MAI/22	65.001.092	PERFURAÇÃO ROTATIVA PARA POÇO PROFUNDO EM ALUMINUM E CAMARAS	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 229,13	R\$ 2.887.038,00		R\$ 283,34	R\$ 3.570.111,19	
2.1.2	COPASA - MAI/22	65.001.093	PERFURAÇÃO ROTATIVA PARA POÇO PROFUNDO EM BOCA SA - DIAMETRO 100 MM	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 205,52	R\$ 2.589.552,00		R\$ 254,15	R\$ 3.202.240,00	
2.1.3	COMPOSIÇÃO	COMP-HS-001	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 6", 12,485 MM PARA TUBO DE AÇO GALVANIZADO	M	25.200,00	CONFORME A NITAGEM DO ITEM	R\$ 409,10	R\$ 10.309.320,00		R\$ 506,89	R\$ 12.748.505,11	
2.1.4	COPASA - MAI/22	65.001.101	RELEVAMENTO DO TERRENO, ALICERCE E INSTALAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ESTABO ALICERCE COM PARAFUSOS DE CIMENTO E AREIA NO TRACO	M	168,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 25,41	R\$ 4.268,88		R\$ 31,42	R\$ 5.278,90	
2.1.5	COPASA - MAI/22	65.001.107	LAJE EM CONCRETO SIMPLES, CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO DE 200 KG/M2, ESPESURA = 20 CM, DIAMETRO = 3,50 M	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 750,44	R\$ 63.036,96	R\$ 16.178.720,04	R\$ 937,99	R\$ 77.951,50	R\$ 20.006.605,19
2.1.6	COPASA - MAI/22	65.001.106	DESINFECÇÃO DE POÇO COM UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 43,37	R\$ 3.643,08		R\$ 53,63	R\$ 4.505,03	
2.1.7	COPASA - MAI/22	65.001.105	PRE-FILTRO COM PEDRA BRITADA	M3	168,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 188,74	R\$ 31.708,32		R\$ 233,40	R\$ 39.210,51	
2.1.8	COPASA - MAI/22	65.001.110	DESENVOLVIMENTO E TESTE DE VAZÃO COM COMPRESSOR DE ATE 150 PCM	H	2.520,00	ESTIMADO 30 H PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 115,14	R\$ 290.152,80		R\$ 142,38	R\$ 358.802,95	
2.2 EQUIPAMENTOS DE BOMBAMENTO E ACESSÓRIOS												
2.2.1	COTAÇÃO A	-	BOMBA DE 1HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 3.407,00	R\$ 286.188,00		R\$ 4.213,10	R\$ 353.900,08	
2.2.2	COTAÇÃO B	-	BOMBA DE 2HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 4.272,67	R\$ 358.904,00		R\$ 5.283,58	R\$ 443.820,69	
2.2.3	COTAÇÃO C	-	BOMBA DE 3HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 5.118,00	R\$ 429.912,00		R\$ 6.328,92	R\$ 531.629,18	
2.2.4	SETOP - MAR/22	ED-49508	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 1,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 253,69	R\$ 21.309,36		R\$ 313,71	R\$ 26.351,90	
2.2.5	SETOP - MAR/22	ED-49510	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 2,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 310,62	R\$ 26.092,08		R\$ 384,11	R\$ 32.165,47	
2.2.6	SETOP - MAR/22	ED-49512	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 3,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 316,09	R\$ 26.551,56		R\$ 390,88	R\$ 32.833,66	
2.2.7	SETOP - MAR/22	ED-49504	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EP/PRPE, NÃO HALOGENADO, ANTICHAAMA, TERMOFÍLO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM2, 90°C, 0,67KV	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 31,48	R\$ 396.648,00	R\$ 3.326.974,28	R\$ 38,93	R\$ 490.494,92	R\$ 4.114.136,40
2.2.8	SETOP - MAR/22	ED-48976	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO GFI/ATOK, NÃO HALOGENADO, ANTICHAAMA, TERMOPLÁSTICO, UNIPOLAR, SEÇÃO 35 MM2, 70°C, 450/750V	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 28,58	R\$ 360.108,00		R\$ 35,34	R\$ 445.309,55	
2.2.9	SINAPI - ABR/22	93.335	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRIMÁRIOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF-10/2020	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 111,83	R\$ 1.409.058,00		R\$ 138,29	R\$ 1.742.441,12	
2.2.10	SETOP - MAR/22	ED-49978	REGISTRO DE GAVETA, TIPO BRUTO, ROSCÁVEL 1 1/2" (PARA TUBO SOLDÁVEL DO PPR DN 50MM/CPVC DN 42MM), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACONTECIMENTO	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 65,21	R\$ 5.477,64		R\$ 80,64	R\$ 6.773,65	
2.2.11	SETOP - MAR/22	ED-50003	REGISTRO DE ESPERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 50MM (1 1/2"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACONTECIMENTO	UN	168,00	ESTIMADO 6 UNIDADES POR MUNICÍPIO (2 PARA CADA OBRA)	R\$ 40,09	R\$ 6.725,04		R\$ 49,50	R\$ 8.316,18	

2.3 FECHAMENTO DO POÇO									
2.3.1	COPASA - MAI/22	65.001.116	-	RELATÓRIOS FINAIS DE POÇO (BOMBAMENTO E RECUPERAÇÃO DE NÍVEL, PERFIL GEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PERFURAÇÃO)	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 149,50	R\$ 12.558,00
2.3.2	COPASA - MAI/22	65.001.508	-	RECUPERAÇÃO E LIMPEZA DE POÇOS ARTESIANOS COM A UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO AQUÍOSA À BASE DE ORTO FOSFATO, ESTABILIZANTES, ANTICORROSIVOS E DE SINCRISTANTES	L	420,00	ESTIMADO 15 L POR MUNICÍPIO (5 L PARA CADA OBRA)	R\$ 31,78	R\$ 13.347,60
2.3.3	COPASA - MAI/22	65.001.108	-	TAMPA DE PROTEÇÃO DO POÇO PROFUNDO EM AÇO PRETO ISO DIN2440	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 84,87	R\$ 7.129,08
3. INSTALAÇÕES HIDRAULICAS									
3.1. ITENS E SERVIÇOS									
3.1.1	SINAPI - ABR/22	93356	-	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	168,00	ESTIMADO 2 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 71,28	R\$ 11.975,04
3.1.2	SETOP - MAR/22	ED 51122	TER REG.005	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO MANUAL, COM SOQUETE	M2	252,00	ESTIMADO 3 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 8,74	R\$ 2.202,48
3.1.3	SINAPI - ABR/22	100323	-	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE *10 CM*. AF_07/2019	M3	252,00	ESTIMADO 3 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 133,23	R\$ 33.573,96
3.1.4	SINAPI - ABR/22	93335	-	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANhurADA, UN 50 (12"), INSTALADO EM PRIMÁRIAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_10/2020	M	840,00	ESTIMADO 10 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 111,83	R\$ 93.937,20
3.1. ITENS E SERVIÇOS (Continuação)									
3.1.5	SINAPI - ABR/22	91788	-	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (INSTALADO EM PRIMÁRIA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E ENCAIXES, PARA PREÇOS AF_10/2015	M	1.680,00	ESTIMADO 20 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 51,18	R\$ 85.982,40
3.1.6	SINAPI - ABR/22	99623	-	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_08/2021	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 218,99	R\$ 18.395,16
3.1.7	SETOP - MAR/22	ED 50182	INC ADP.006	ADAPTADOR EM LATAÇÃO PARA INSTALAÇÃO PRECISA DE COMBATE A INCÊNDIO ENGATE RÁPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 80,62	R\$ 6.772,08
3.1.8	SINAPI - ABR/22	94800	-	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_08/2021	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 203,11	R\$ 17.061,24
3.1.9	SINAPI - ABR/22	96995	-	REATERRO MANUAL APLICADO COM SOQUETE AF_10/2017	M3	126,00	ESTIMADO 1,5 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 43,22	R\$ 5.445,72
3.1.10	SETOP - MAR/22	ED 51131	TPA COR.005	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	84,00	ESTIMADO 1,0 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 36,18	R\$ 3.039,12
3.1.11	SETOP - MAR/22	RO 41376	OBV VIA.435	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE >= 50,10 KM	TAXM	10.385,40	ESTIMADO PESO ESPECÍFICO DO SOLO EM 2 T/M³, ENCONTRANDO (78 M³ X 2,7 T/M³) 156 T, SENDO ESTE VALOR MULTIPLICADO PELA DISTÂNCIA MÉDIA	R\$ 0,69	R\$ 7.165,93
3.2. RESERVATÓRIO									
3.2.1	SINAPI - ABR/22	106619	-	CAIXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 10000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF_06/2021	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 6.360,53	R\$ 534.284,52
4. ACABAMENTOS									
4.1. LIMPEZA GERAL									
4.1.1	SETOP - JUL/21	ED 50266	LIM GEL.005	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	M2	420,00	ESTIMADO 5,0 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 6,42	R\$ 2.696,40
TOTAL SEM BDI:									R\$ 21.083.199,13
TOTAL COM BDI:									R\$ 26.071.484,02
<div> <div>ISS = 3%</div> <div>BDI (%)</div> <div>VALOR C BDI</div> </div> <div> <div>R\$ 0,238600</div> <div>R\$ 1,238600</div> </div>									



ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022 – Objeto: “FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP”. A sessão pública será realizada no dia 30 de Agosto de 2022 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br –

WAGNER DO COUTO
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:691C7854

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 17/08/2022. Edição 3329
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>



EXTRATO DE CONTRATO - PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2022. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CALÇAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCOS SEXTAVADOS DE CONCRETO ESPECIAR DE 8,0CM. DIMENSÕES 25,0CM X 25,0CM. MEIO FIO PRÉ MOLDADO, PARA O TRAVAMENTO DOS BLOCOS, SENDO A ÁREA A SER PAVIMENTADA DE 654,00M2 LOCALIZADA NO BAIRRO RURAL CASCAVELZINHO, VILA NOSSA SENHORA APARECIDA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. EMPRESA CONTRATADA: PAVIMENTAÇÃO SANTA ROSA LTDA, CNPJ: 21.313.838/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/08/22 a 31/07/23. PREÇO: Valor Global de R\$ 68.914,34 (sessenta e oito mil novecentos e quatorze reais trinta e quatro centavos). DATA DA ASSINATURA: 01/08/2022. ROGILSON APARECIDO MARQUES NOGUEIRA, PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2022. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO. PISO EM CONCRETO ARMADO, A SER EXECUTADA NA GARAGEM MUNICIPAL, SENDO A ÁREA DE CALÇAMENTO DE 833,00 M2 E ÁREA DE CONCRETO DE 64,00M2. LOCALIZADA A RUA JOSÉ PINHO NOGUEIRA, CENTRO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. EMPRESA CONTRATADA: PAVIMENTAÇÃO SANTA ROSA LTDA, CNPJ: 21.313.838/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/08/22 a 31/07/23. PREÇO: Valor Global de R\$ 72.791,75 (setenta e dois mil setecentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 01/08/2022. ROGILSON APARECIDO MARQUES NOGUEIRA, PREFEITO MUNICIPAL.

SUSPENSÃO - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE), objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2022 - Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS ESCOLARES AOS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP". Fica SUSPESA a sessão pública do dia 22 de Agosto de 2022 às 09h00min. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br - Wagner do Couto - Pregoeiro

MUNICÍPIO DE SILVIANÓPOLIS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Silvianópolis/MG, realizará o Pregão Presencial nº 029/2022. Processo Administrativo nº 068/2022, para aquisição de equipamento e acessórios de informática para atender as diversas Secretarias e Setor Administrativo do Município de Silvianópolis/MG. A abertura será às 09:00h do dia 26/08/2022. O edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados pelo endereço eletrônico: <https://silvianopolis.mg.gov.br/licitacoes/> ou poderá ser solicitado pelo e-mail: licita@silvianopolis.mg.gov.br. Para maiores informações: Tel. (35) 3451-1200. Silvianópolis/MG, 15/08/2022. Andreza Lima Rocha Soares. Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2022
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Careacu, através do Setor de Licitações, torna público que fará realizar, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, Pregão Presencial nº 043/2022, para a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de artefatos de cimento para a manutenção do Setor de Obras e Serviços Urbanos do Município de Careacu-MG. O Edital completo estará disponível a partir do dia 16/08/2022, no horário de 08h00min às 17h00min, no Setor de Licitações, situada a Av. Saturnino de Faria, 140, informações Tel (35) 3452-1103. A abertura das propostas comerciais será no dia 31/08/2022, às 09h00min, na Prefeitura Municipal de Careacu/MG.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022 - Objeto: "FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIAIS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP". A sessão pública será realizada no dia 30 de Agosto de 2022 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador Jose Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br - Wagner do Couto - Pregoeiro.

Prefeitura municipal de Delfim Moreira
Processo 118/2022 - Pregão Eletrônico 27/2022 Torna pública o Edital para Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, para atendimento da Farmácia Básica Municipal e das Unidades de Saúde do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Delfim Moreira-MG. Sessão Pública às 09h do dia 30/08/2022. Credenciamento: até às 09h do dia 30/08/2022. Apresentação das propostas: até às 09h do dia 30/08/2022. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3624-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br - Evelyn Cristina Gonçalves Ribeiro - Pregoeira Oficial.

EXTRATO - MUNICÍPIO DE CORREGO DO BOM JESUS/MG
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2022 Processo Licitatório Nº 197/2022 - Pregão Presencial Nº 066/2022. Tipo menor preço por item. Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Persianas, com instalação pelo fornecedor, conforme solicitação das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde e Turismo. Valor: R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais). Vigência: 16/08/2022 a 15/08/2023. Signatários: Município de Corrego do Bom Jesus e SPAZIO DECORAÇÕES LTDA - ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIUNA/MG - Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 43/2022 - Objeto: "AQUISIÇÃO DE TONERS, CARTUCHOS E FITAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIUNA/MG". A sessão pública será realizada no dia 30 de Agosto 2022 às 09h00min pelo portal www.bll.org.br. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, ou pelos sites www.ipiuna.mg.gov.br e www.bll.org.br. Informações: tel. (35) 3732-2487 ou e-mail: licita@ipm@gmail.com Mainara Franco Melo - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - MG. TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2022 - Processo administrativo nº 182/2022 - "Contratação de empresa especializada para a realização de obras de melhoria viária da avenida das carmelitas, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra". A sessão pública será realizada no dia 12 (doze) de setembro de 2022 às 09h00min. O valor total estimado para a execução do objeto é de R\$ 268.861,10 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e dez centavos). O edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos gratuitamente em dias úteis e em horário comercial mediante a apresentação de PEN DRIVE, para cópia do arquivo e no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Edital de Licitação". Mais informações: (35) 3449-4023 ou email: editaispmpa@gmail.com, com Vanessa Moraes Skielka Silva - Presidente da CPL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2022 - Objeto: "Aquisição de pranchões, aname farpado, grampo galvanizado e pregos". A sessão pública será realizada no dia 30 de agosto de 2022 às 9:00 h. O Edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de PEN_DRIVE, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre e ainda através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>. Informações tel. (35) 3449-4023 ou email: editaispmpa@gmail.com --- Derek William Moreira Rosa- Pregoeiro Municipal - Pouso Alegre 16 de agosto de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG - PREGÃO ELETRÔNICO 94/2022 - Objeto: "Aquisição de trator cabinado e implementos". A sessão pública será realizada no dia 05 de setembro de 2022 às 09:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de pendrive, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ou ainda através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações tel. (35) 3449-4023 ou e-mail editaispmpa@gmail.com ---Rodrigo Rodrigues Pereira- Pregoeiro Municipal - Pouso Alegre 16 de agosto de 2022.

CISAMESP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AVISO DE LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2022
A Comissão Permanente de Licitação do CISAMESP - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí torna público que fará realizar, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e com a Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores, Pregão Presencial para a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos médicos - hospitalares para atender às necessidades do CISAMESP. O Edital completo estará disponível a partir do dia 17/08/2022, das 8h às 16h, na sede do CISAMESP, localizada na Avenida Major Armando Rubens Storino, nº 2.200, Jardim Canadá, Pouso Alegre/MG, e também poderá ser solicitado pelo telefone (35)3423-3353, ou pelo e-mail licitacaocisamesp@gmail.com. A abertura das propostas comerciais será dia 30/08/2022, às 08h30min, na sede do CISAMESP.

CISAMESP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AVISO DE LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2022
A Comissão Permanente de Licitação do CISAMESP - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí torna público que fará realizar, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e com a Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores, Pregão Presencial para a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para o fornecimento de materiais gráficos para atender às necessidades do CISAMESP. O Edital completo estará disponível a partir do dia 17/08/2022, das 8h às 16h, na sede do CISAMESP, localizada na Avenida Major Armando Rubens Storino, nº 2.200, Jardim Canadá, Pouso Alegre/MG, e também poderá ser solicitado pelo telefone (35)3423-3353, ou pelo e-mail licitacaocisamesp@gmail.com. A abertura das propostas comerciais será dia 31/08/2022, às 08h30min, na sede do CISAMESP.

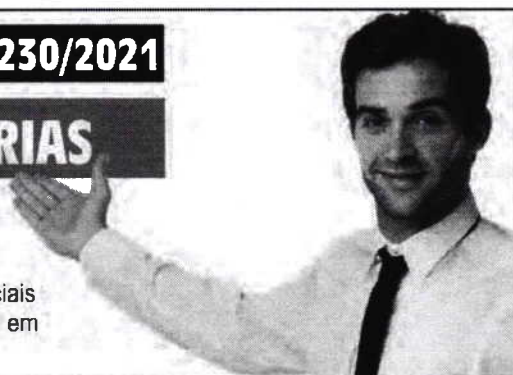
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - MG. TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2022 - Processo administrativo nº 175/2022 - "Contratação de empresa especializada para construção de sistema de tratamento de efluentes (fossa séptica), incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra". A sessão pública será realizada no dia 08 (oito) de setembro de 2022 às 09h00min. Valor estimado da obra: R\$ 43.171,73 (quarenta e três mil cento e setenta e um reais e setenta e três centavos). O edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos gratuitamente em dias úteis e em horário comercial mediante a apresentação de PEN DRIVE, para cópia do arquivo e no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Edital de Licitação". Mais informações: (35) 3449-4023 ou email: editaispmpa@gmail.com, com Vanessa Moraes Skielka Silva - Presidente da CPL.

ATENÇÃO GESTOR LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em jornais Diários de grande circulação



NICOMÁQUINAS REPAROS LTDA

PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POÇOS TUBULARES.
OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL E HIDRÁULICA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

Referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2022

A empresa NICOMÁQUINAS REPAROS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 07.730.481/0001-30, sediada à Rua Pinto Martins, 210, Belo Horizonte -MG, neste ato representada pela seu sócio infra-assinado, respeitosamente vem a presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 41, da Lei 8.666/93, e item 3.1 deste edital apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** devidamente enviado dentro do prazo previsto na legislação pertinente, consoante as razões que adiante se vê, deverão ser apreciadas também pelo órgão superior competente, e analise para deferimento dos pedidos elencados.

TEMPESTIVIDADE E RAZÕES

Tempestiva se apresenta esta impugnação, tendo em vista que a data marcada para o certame é no dia 30/08;2022 as 09:00 horas e o item 3.1 estabelece até o dia 28.08.2022, para a impugnação.

DOS FATOS

O edital exige no item 9.5.7, "Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações" e item 9.5.8 " . A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas" com índices ILG e ILC > 1,00 e GE < 1,00.

Exigência simultânea, para fim de qualificação econômicofinanceira, da comprovação de capital social mínimo item 9.5.7 e da apresentação dos índices ILG e ILC > 1,00 e GE < 1,00 item 9.5.8 do edital, além de restringir a participação de vários licitantes, apenas traz vantagem indevida para as grandes empresas, prejudicando e contrariando o princípio básico da licitação.

É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

Nesse sentido, é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, criem restrições ou frustrem o seu caráter competitivo, ou estabeleçam qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (Lei 8.666/93, Art. 3º, § 1º, I).

A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante deve ser realizada através de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação, sendo vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

De outro lado, quando as exigências do edital excedem as necessárias, então a Administração fica sujeita aos riscos de impugnação ao edital, representação ao respectivo Tribunal de Contas, suspensão do certame por mandado de segurança ou ação popular, além da perda de competitividade no certame porque as exigências excessivas afastam os potenciais interessados.

Exigência simultânea, para fim de qualificação econômico-financeira, da comprovação de capital social mínimo item 9.5.7 e da apresentação dos índices ILG e ILC > 1,00 e GE < 1,00 item 9.5.8 do edital, além de restringir a participação de vários licitantes, apenas traz vantagem indevida para as grandes empresas, prejudicando e contrariando o princípio básico da licitação, contrariando o art. 31, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

"A simultaneidade de exigência de requisitos de capital social mínimo item 9.5.7 e da apresentação dos índices ILG e ILC > 1,00 e GE < 1,00 item 9.5.8 do edital, além de restringir a participação de vários licitantes, apenas traz vantagem indevida para as grandes empresas, prejudicando e contrariando o princípio básico da licitação para a comprovação da qualificação econômico-financeira não se coaduna com a lei e caracteriza restrição ao caráter competitivo que "atente para as disposições contidas no art. 31, § 2º, da Lei nº 8.666/93, de forma a não exigir simultaneamente, nos instrumentos convocatórios de licitações, requisitos de capital social mínimo item 9.5.7 e da apresentação dos índices ILG e ILC > 1,00 e GE < 1,00 item 9.5.8 do edital, além de restringir a participação de vários licitantes, apenas traz vantagem indevida para as grandes empresas, prejudicando e contrariando o princípio básico da licitação para a comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes". Precedentes citados: Acórdão n.º 170/2007-Plenário e Decisão n.º 1.521/2002-Plenário. Acórdão n.º 326/2010-Plenário, TC-002.774/2009-5, rel. Min. Benjamin Zymler, 03.03.2010.

Acórdão 211/2021-TCU-Plenário

1.6. Dar ciência ao [...], ao seu órgão de controle interno, à [...], e à [...], com fundamento no art. 106, § 4º, inciso II da Resolução TCU 259/2014, de que ocorreu restrição à competitividade, em razão das exigências abaixo listadas, feitas no âmbito do convênio Siafi nº [...], firmado em [...], com validade até [...], que redundou na celebração do Contrato [...], rescindido em [...], cujo objeto era "Pavimentação e drenagem de diversas ruas no [...]":

1.6.4. Comprovação de Disponibilidade Financeira Líquida-DFL, no item 12.5.7 do Edital, sem previsão no art. 31 da Lei 8.666/1993, que trata da documentação relativa à qualificação econômico-financeira dos licitantes, afrontando a livre concorrência e a competitividade, como se vê na proposta de deliberação do Acórdão 3097/2016-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Weder de Oliveira.

Acórdão 2326/2019-TCU-Plenário 9.6. dar ciência à [...] acerca das seguintes impropriedades:

9.6.1. a exigência de capital social mínimo integralizado (10%) como condição de habilitação econômico-financeira, identificada nos subitens 5.5 e 8.5.2 do edital, afronta o art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdão 265/2017-TCU-Plenário, 1.944/2015 -Plenário, 2.329/2014 -2ª Câmara e 6.613/2009-1ª Câmara; (...)

9.6.6. a exigência de apresentação de Declaração de Habilitação Profissional (DHP) para fins de qualificação econômico-financeira, identificada no subitem 8.5.1 do edital, afronta o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 2.993/2009, 1.052/2011, 1.924/2011, 2.344/2011, 643/2012, 971/2012 e 1.146/2015, todos do Plenário

REQUERIMENTO FINAL

Certos do deferimento, desde já agradecemos a atenção dispensada.

Solicitamos o envio de comprovação do recebimento dessa impugnação.

NICOMÁQUINAS REPAROS LTDA

Kleber Duarte Murça – Representante Legal

CPF 374.258.546-00

NICOMAQUINAS
AS REPAROS
LTDA:077304
81000130

Assinado de forma
digital por
NICOMAQUINAS
REPAROS
LTDA:07730481000130
Dados: 2022.08.23
19:18:48 -03'00'

RUA PINTO MARTINS, 210 – VILA OESTE BELO HORIZONTE – MG. CEP 30.532-140
CNPJ 07.730.481/0001-30 – INSC. ESTADUAL 003.668.470.0056
EMAIL nicomaquinas@gmail.com – (031) 9 9967-9442

DECISÃO - IMPUGNAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022

IMPUGNANTE: NICOMÁQUINAS REPAROS LTDA.

IMPUGNADA: CONSÓRCIO AMESP

1. DECISÃO:

O Pregoeiro da AMESP diante das razões expostas, DECIDE:

Conhecer da impugnação interposta pela empresa **NICOMÁQUINAS REPAROS LTDA.** posto que tempestiva, para, no mérito, NEGAR-LHE PROCEDENCIA, à referida impugnação.

2 – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em apertada síntese, alega a impugnante:

- a) Que Exigência simultânea, para fim de qualificação econômico financeira, da comprovação de capital social mínimo item 9.5.7 e da apresentação dos índices ILG e ILC > 1,00 e GE < 1,00 item 9.5.8 do edital, além de restringir a participação de vários licitantes, apenas traz vantagem indevida para as grandes empresas, prejudicando e contrariando o princípio básico da licitação.



Para dar supedâneo às suas informações, a Impugnante colaciona algumas jurisprudências do E. TCU, e ao final não especifica qual seria sua pretensão, concluindo este Pregoeiro que talvez seja a retificação do Edital.

3 - DO MÉRITO

Inicialmente temos que, das três jurisprudências colacionadas pela Impugnante, somente um dos acórdãos (Acórdão n.º 326/2010) guarda relação com as razões de impugnação.

Dito isso temos que, conforme a condição expressa no § 2º do art. 31 da Lei n. 8.666/93, a Administração deverá optar por uma das espécies enumeradas no dispositivo legal (exigência de capital social ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta lei), como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado, e que ante o estabelecimento da condição alternativa, exclui-se a hipótese de cumulatividade.

Contudo, tal dispositivo não veda a exigência cumulativa de comprovação de capital social mínimo com a demonstração de índices contábeis.



Vejamos o que dispõe o artigo 31 da Lei nº 8.666/93 acerca das exigências contidas no Edital:


Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

[...]

§ 1o A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2o A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de



capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1o do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3o O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

[...]

**§ 5o A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)**



Como se constata, a exigência está em perfeita consonância com os dispositivos legais, Inexistindo o uso de conjunções alternativas relacionadas aos §§ 1º e 2º do art. 31.

A alternativa de exigências abrange, tão somente, o disposto no § 2º, de forma que o apontamento trazido em sede de impugnação não merece prosperar.

Nesse sentido a jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO. NÃO CABIMENTO. EXIGÊNCIA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO CUMULADA COM ÍNDICES CONTÁBEIS DE LIQUIDEZ GERAL, CORRENTE E SOLVÊNCIA GERAL. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO CERTAME. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Agravo de instrumento interposto por particular contra decisão que, nos autos do mandado de segurança, rejeitou os embargos de declaração opostos pelo ora recorrente para manter incólume ato judicial anterior que indeferiu medida liminar requestada com o escopo de assegurar a suspensão de pregão eletrônico, promovido pela JFRN para contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância patrimonial armada. 2. Nos termos do art. 31, parágrafo 3º, da Lei nº. 8.666/93, o capital mínimo ou o



valor do patrimônio líquido não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. 3. Na espécie, inexistente qualquer ilegalidade na exigência de demonstração de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em face de tal condição ter sido estabelecida em lei, bem como em razão de reiteradas experiências pretéritas experimentadas pela administração com empresas prestadoras de serviço, que não conseguiram honrar os compromissos assumidos, como o pagamento dos funcionários terceirizados, fato que ocasionou a adoção de medida administrativa de pagamento direto destes últimos. 4. Conforme o art. 31, parágrafos 1º e 5º, da Lei nº. 8.666/93, não há vedação legal a exigência do patrimônio líquido mínimo cumulativamente com os índices contábeis de liquidez geral, corrente e solvência geral, tendo o próprio Plenário do TCU ratificado a possibilidade dessa exigência cumulativa, recomendando a sua adoção à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 5. Agravo de instrumento improvido.



**(TRF-5 - AG: 08074632220164050000, Relator:
Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto, Data
de Julgamento: 09/03/2017, 4ª Turma)**

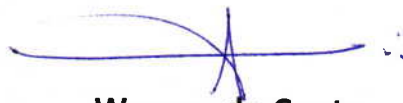
4. DA CONCLUSÃO

Diante do todo exposto, conheço da Impugnação, posto que tempestiva para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantidas as previsões editalícias.

Pelo que DECIDO.

Publique-se e registre-se.

Pouso Alegre, 29 de agosto de 2022.



Wagner do Couto

Pregoeiro da AMESP

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14;

OUTORGADOS: MATHEUS HENRIQUE HUDSON, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000 e/ou **RAFAEL MACIEL GOMES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CI nº MG 15807948 SSP/MG e do CPF nº 112.159.716-56, residente e domiciliado na rua Nossa Senhora do Carmo, nº 1225, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000.

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, o outorgante constitui e nomeia seu(s) bastante(s) procurador(es) os outorgados, que podem atuar em conjunto ou separadamente, para o fim especial de promover a participação do outorgante em licitações públicas, perante todo e qualquer órgão público nas esferas municipal, estadual e federal, podendo para tanto concordar com todos os termos dos Editais, assistir a abertura de propostas; fazer impugnações, reclamações, protestos, recursos hierárquicos; prestar cauções, levantá-las, receber as importâncias caucionadas ou depositadas; transigir, desistir e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato; constituir procurador "ad judicium" e substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Lassance, 27 de junho de 2022.

1º OFÍCIO


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME
Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23
CPF nº 038.813.916-14

Serviço Notarial do 1º Ofício de Várzea da Palma
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(FNF69776) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

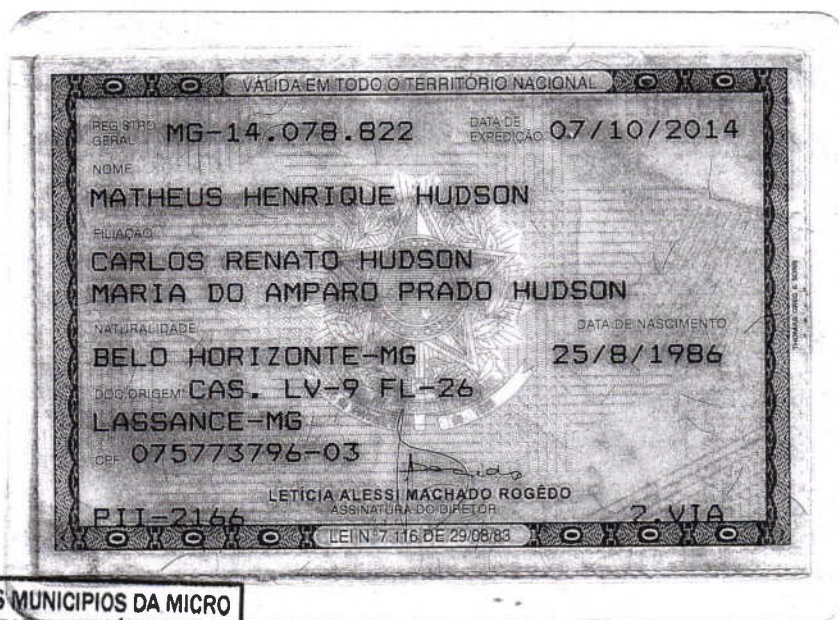
Várzea da Palma, 28/06/2022 08:12:11 26076
SELO DE CONSULTA: FNF69776
CODIGO DE SEGURANÇA: 2591.2432.2780.1397
Quantidade de atos praticados: 01
Atos praticados por:
ANA PAULA DE OLIVEIRA REIS - ESCRIVENTE JURAMENTADA
Emol: R\$7,04 TFR: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,20
Consulte a validade desta selo no site: <https://selos.fingjus.br>

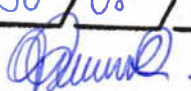
Nº DA ETIQUETA: A80377092








ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /

CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Itália, Várzea da Palma - MG - 39260-000



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 30 / 08 / 22

FUNCIONÁRIO

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000, para participar das reuniões relativas ao **Pregão Presencial nº 010/2022 - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP /MG** outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

Por ser verdade, firmamos o presente credenciamento sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.

NOTAS
LASSANCE-MG



ADRIANO RICARDO MALTA MENDES – ME
Sócio-Proprietário
CNPJ nº 16.600.086/0001-23
CPF nº 038.813.916-14

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA
DE PEQUENO PORTE

Para fins do disposto no Edital do **Pregão Presencial nº 010/2022**, declaro, sob as penas da lei, que a empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, na pessoa de seu procurador legalmente constituído o Sr. **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000 cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.



ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME

Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23

CPF nº 038.813.916-14

MATHEUS HENRIQUE HUDSON

CPF nº 075.773.796-03



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1640213053

NOME
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/AUF
MG5977698 SSP MG

CPF
038.813.916-14

DATA NASCIMENTO
29/12/1978

FILIAÇÃO
RICARDO MENDES
ANA MARIA LIMP MALTA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
02154631425

VALIDADE
09/05/2023

1ª HABILITAÇÃO
11/01/2002

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
10/05/2018

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

91591844650
MG533633800

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.600.086/0001-23 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/07/2012
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TATU POCOS ARTESIANOS	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente 47.44-9-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.71-7-04 - Comércio varejista de medicamentos veterinários 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO R PROFESSORA DEUSANA FERRAZ	NÚMERO 92	COMPLEMENTO *****
--	---------------------	-----------------------------

CEP 39.260-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM ITALIA	MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG
--------------------------	---	-------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM	TELEFONE (38) 9738-8528
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/07/2012
------------------------------------	---

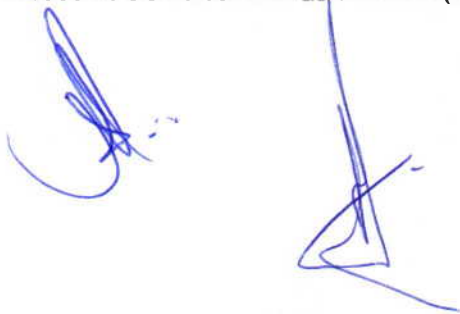
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

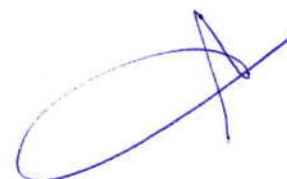
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/08/2022 às 08:59:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1








Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME

Natureza Jurídica: EMPRESARIO

CNPJ
16.600.086/0001-23

Data de Arquivamento do Ato de Inscrição
30/07/2012

Data de Início de Atividade
30/07/2012

Endereço Completo:

RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ 92 - BAIRRO JARDIM ITALIA CEP 39260-000 - VARZEA DA PALMA/MG

Objeto:

PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS,, SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES.

Capital: R\$ 2.700.000,00
DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
(Lei Complementar nº 123, de 2006)

MICRO EMPRESA

Situação: ATIVA

Status: xxxxxxxx

Último Arquivamento: 22/08/2022

Número: 9540414

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2247 - ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela:

CNPJ Endereço

16.600.086/0002-04 RUA ELPIDIO SOARES DIAS, 491, BAIRRO CENTRO, 39250-000, LASSANCE/MG

Nome do Empresário: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Identidade: MG5977698

CPF: 038.813.916-14

Estado Civil: Solteiro

Regime de Bens: Comunhao Parcial

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 26 de Agosto de 2022 14:22

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETÁRIA GERAL



22/442.665-6

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C220002367073 e visualize a certidão)



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGN2266103905

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

VARZEA DA PALMA

Local

26 JULHO 2022

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADD441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/383.759-8	MGN2266103905	27/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES





NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.400.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4222701 4299599 4313400 4321500 4322301	DESCRIÇÃO DO OBJETO PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POÇO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUcoes CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS,, SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 26/07/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2266103905



MG82524009



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADD441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.400.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4520001 4520005 4530703 4742300 4744003	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			
DATA DA ASSINATURA 26/07/2022			
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2266103905



MG82524006



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADD441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CNPJ 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ		NÚMERO 92	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CNPJ 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.400.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4744005 4744099 4771704 7112000 7119702	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 26/07/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2266103905



MG82524006





REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.400.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 7119799	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 26/07/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2266103905



MG82524006



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADDCC441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/383.759-8	MGN2266103905	27/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de NIRE 3180233197-7 e protocolado sob o número 22/383.759-8 em 27/07/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9494062, em 28/07/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zelia da Costa Cavalcanti.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Belo Horizonte. quinta-feira, 28 de julho de 2022



Documento assinado eletronicamente por Zelia da Costa Cavalcanti, Servidor(a) Público(a), em 28/07/2022, às 09:22 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 22/383.759-8.

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 28 de julho de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADDC441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGN2253028376

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

VARZEA DA PALMA
Local

19 AGOSTO 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/428.924-1	MGN2253028376	19/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES





REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 2.700.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4222701 4299599 4313400 4321500 4322301	DESCRIÇÃO DO OBJETO PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POÇO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS,, SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 19/08/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2253028376



MG15386272



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 2.700.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4520001 4520005 4530703 4742300 4744003	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 19/08/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO	
		AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2253028376



MG15388272



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av., etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verificadas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av., etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ		NÚMERO 92	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 2.700.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4744005 4744099 4771704 7112000 7119702	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 19/08/2022		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2253028376



MG15388272



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

AMESP

316

Assinatura

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CNPJ 464
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ		NÚMERO 92	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CNPJ 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 2.700.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 7119799	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 19/08/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO	
		AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2253028376



MG15388272



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/428.924-1	MGN2253028376	19/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de NIRE 3180233197-7 e protocolado sob o número 22/428.924-1 em 19/08/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9540414, em 22/08/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Viviane de Bastos Mariano.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Belo Horizonte, segunda-feira, 22 de agosto de 2022



Documento assinado eletronicamente por Viviane de Bastos Mariano, Servidor(a) Público(a), em 22/08/2022, às 13:42 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumento.jsf) informando o número do protocolo 22/428.924-1.

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhWM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 22 de agosto de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhWM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2100262191

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		024	1	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		2211	1	ALTERACAO DE ENDereco DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

VARZEA DA PALMA

Local

24 Março 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/13



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/314.752-1	MGP2100262191	24/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MAURIELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 2/13



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2015	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
EVENTO 2211	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000	
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4222701 4299599 4313400 4321500 4322301	DESCRIÇÃO DO OBJETO PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POÇO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS,, SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021			
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPE, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG65295648



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA-GERAL



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2015	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
EVENTO 2211	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000	
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFARZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4520001 4520005 4530703 4742300 4744003	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG65298648



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 298208AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2015	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
EVENTO 2211	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ENDereco DENTRO DO MESMO MUNICIPIO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFATZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4744005 4744099 4771704 7112000 7119702	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



1665285848



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPADM@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2015	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
EVENTO 2211	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 7119799	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPE, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG65295648



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/314.752-1	MGP2100262191	24/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/13



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 491
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4322301 4399105 4520005 4530703 4742300	DESCRIÇÃO DO OBJETO PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POÇO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, INSTALACAO DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES, SERVICOS COM GUINCHO INTRAMUNICIPAL, GUINDASTES E (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000204	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG02450025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 298208AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

AMESP

FLS.: 322
Assinatura

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPADM@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 491
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4744003 4744005 4744099 4930202 5229002	DESCRIÇÃO DO OBJETO ICAMENTO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000204	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPE, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MO2456025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 491
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 7731400	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000204	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPE, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MS02450025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



REMP de Filial

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/314.752-1	MGP2100262191	24/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES** 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/13



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de NIRE 3180233197-7 e protocolado sob o número 21/314.752-1 em 24/03/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8445525, em 25/03/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aleidson Cinquini Franco e Silva.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

REMP de Filial

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Belo Horizonte, quinta-feira, 25 de março de 2021



Documento assinado eletronicamente por Aleidson Cinquini Franco e Silva, Servidor(a) Público(a), em 25/03/2021, às 12:20 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/314.752-1.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/13



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, quinta-feira, 25 de março de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FLS.: 327

Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J173298401333

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		024	1	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		206	1	PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)

LASSANCE

Local

28 Março 2017

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/15



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 206	DESCRIÇÃO DO EVENTO PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) ESTRADA REGIAO DE SAO GONCALO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO ZONA RURAL		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) SOARESCONTABILIDADEVZPADM@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 5510801 Atividades secundárias 4744001 4763604 4771704 4789004 5229099 5590602 5611202 5611203	DESCRIÇÃO DO OBJETO POUSADA, ALUGUEL DE APARELHOS DE JOGOS ELETRONICOS, LANCHONETE, BAR E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE CACA, PESCA E CAMPING, TRANSPORTE DE ANIMAIS, CAMPING, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0001-23	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 206	DESCRIÇÃO DO EVENTO PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) ESTRADA REGIAO DE SAO GONCALO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO ZONA RURAL		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 5510801 Atividades secundárias 7729201 7731400	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0001-23	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO	
		AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/15



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA			NÚMERO 94
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4530703 4541205 4732600 4742300 4744001 4744003 4744005 4753900	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS, FERRAMENTAS E PARAFUSO, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING, TRANSPORTE DE ANIMAIS, CAMPING, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO, COMERCIO VAREJISTA DE OLEOS LUBRIFICANTES E MOTORES, COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MATEIRAL PARA SERRALHERIA, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS, COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS PARA MOTOCICETAS E MOTONETAS, COMERCIO A VAREJOS DE E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO VAREJISTA DE AGROTOXICOS, INSUMOS E ADUBOS, (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0002-04	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)			
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO	
		AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333



MG60964680



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Orgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA			NÚMERO 94
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4754701 4755503 4763604 4781400 4782201 4789004 4789099 5229099	DESCRIÇÃO DO OBJETO HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMESTICOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0002-04	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333



MG60964680



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Orgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA			NÚMERO 94
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 5590602 7731400 4751201	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0002-04	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO	
		AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333



MG66064680



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



REMP de Filial

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

(Assinaturas manuscritas)

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

(Assinatura)
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/15



SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO

Comarca de Várzea da Palma - Minas Gerais

Rua Salvador Roberto, 1111 - Centro - Fone: (38) 3731-4377

Tabeliã: Laura Maria Malachias Galizes Aguiar

Escreventes Juramentados: Carlos Antônio Aguiar / Maria Alzira Lacerda Martins



LIVRO:62

FOLHA:132

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ (EM)
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
03881391614-ME e OUTRA NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete) nesta Cidade de Várzea da Palma, no Estado de Minas Gerais, no 1º Ofício de Notas à Rua Salvador Roberto, nº 1111, compareceu(ram) como Outorgantes: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614-ME**, NIRE 3180233197-7, CNPJ nº 16.600.086/0001-23 e Inscrição Estadual nº 002.153449.00-27, com sede na Estrada Região de São Gonçalo, s/nº, CEP: 39.250-000, Zona Rural, na cidade de Lassance, Minas Gerais, e-mail: adrianomakininha@yahoo.com.br e sua filial NIRE:3190247224-6 em 04/05/2016, CNPJ nº 16.600.086/0002-04 e Inscrição Estadual 002.153449.01-08, com endereço na Rua Jose Leonardo Gomes, nº 374, Centro, CEP: 39.250-000, na cidade de Lassance, Minas Gerais; com seu representante legal **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 29/12/1978, portador do CPF nº 038.813.916-14 e da Carteira de Identidade nº MG-5.977.698, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Elpidio Soares Dias, nº 471, CEP : 39.250-000, Centro, na cidade de Lassance/MG, onde assina digitalmente e-mail: adrianomakininha@yahoo.com.br; Partes que se identificou(ram) serem as próprias, conforme documentação apresentada do que dou fé. Reconheço a identidade e a capacidade dos comparecentes para a lavratura do presente ato. E, pelas outorgantes me foi dito que, nomeiam e constituem seu bastante Outorgado: **ELSON JORGE SOARES**, brasileiro, solteiro, maior, contador, identidade Profissional nº MG-076042/0-4 CRC/MG, CPF nº 634.982.006-15, com escritório na Praça Frei Jorge, nº 779-A, CEP : 39.260-000, Centro, na cidade de Várzea da Palma, Minas Gerais, e-mail: soarescontabilidadevzpadm@gmail.com; a quem confere poderes para requerer o arquivamento de atos da JUCEMG, assinar capa de processo, requerimento de empresário para alteração de endereço dentro do mesmo município, alterações de atividades econômicas principal e secundárias, do objeto social, capital social, título do estabelecimento, podendo subscrever quotas, endereço, administração e outras cláusulas que serão alterados, na Matriz e Filial, podendo ainda o outorgado assinar documentos necessários à instrução do ato respectivo, praticados com o uso de certificação digital, vedado o substabelecimento a terceiros dos poderes ora conferidos. Os documentos apresentados para a lavratura deste ato foram arquivados por força da Lei Estadual nº 19.414/10 e pelo artigo 164 do Provimento 260/2013, sendo que as cópias dos citados documentos foram conferidos com o original. Foram cumpridas as exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do presente ato. Quantidade: 2 - (Código: 1437-3 - Procuração genérica) - Emolumentos: R\$ 37,04; Recompe: R\$ 2,22; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 12,36 - Valor total: R\$ 51,62. Quantidade: 5 - (Código: 8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 27,10; Recompe: R\$ 1,60; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 9,00 - Valor total: R\$ 37,70. Assim o disseram, do que dou fé e me pediram este instrumento, que lhes lavrei nas minhas notas, lendo-o às outorgantes, e, tendo achado conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, dispensada a presença de testemunhas, nos termos da legislação vigente, do que dou fé. Eu, **LAURA MARIA MALACHIAS GALIZES AGUIAR**, TABELIÃ a fiz digitar. Eu, **LAURA MARIA MALACHIAS GALIZES AGUIAR**, TABELIÃ a subscrevo e assino. (aa) **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**; Traslada em

CARTÓRIO AGUIAR 1º OFÍCIO DE NOTAS
Comarca de Várzea da Palma-MG
Tabeliã: Laura Maria Malachias Galizes Aguiar



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/15

seguida..

EM TESTO. [assinatura] DA VERDADE.
TABELIÃ, [assinatura]

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça
1º Ofício de Notas de Várzea da Palma - MG
Selo de Fiscalização: **AXU68128**
Código de Segurança: **5864.3699.6356.1690**
Quantidade de Atos: 7
Emol.: R\$ 67,98; Taxa de Fiscalização: R\$ 21,36; Total: R\$ 89,32
Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

CARTÓRIO AGUIAR 1º OFÍCIO DE NOTAS
Comarca de Várzea da Palma-MG
Tabeliã: Laura Maria Malachias Galizes Aguiar



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/15



Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de nire 3180233197-7 e protocolado sob o número 17/178.369-7 em 28/03/2017, encontra-se registrado na Jucemg sob o número 6250520, em 29/03/2017. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Omar Dutra das Neves.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

REMP de Filial

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Termo de Autenticação

Assinante(s)	
CPF	Nome
456.162.216-00	OMAR DUTRA DAS NEVES
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 29 de Março de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança iKiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 14/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
456.162.216-00	OMAR DUTRA DAS NEVES
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM
456.162.216-00	OMAR DUTRA DAS NEVES
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 29 de Março de 2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO da Junta Comercial



JUCEMG - UD116
UD116 - MF PIRAPORA

16/194.815-4

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31802331977
Código da Natureza Jurídica 2135
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCNREMP



J163222183999

Nº DE CÓDIGO DO ATO DO ATO
VIAS DO ATO

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2209	1	ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

LASSANCE
Local

Nome: **Adriano Ricardo Malta Mendes**

Assinatura: *Adriano Ricardo Malta Mendes*

Telefone de Contato: **(38) 3731-3541**

8 Março 2016
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

15/03/2016
Data

DECISÃO COL

☐ Processo

☐ Processo

☐ Processo



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5717809
EM 15/03/2016.

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME

Protocolo: 16/194.815-4

AN1042703

Presidente da Turma

JUCEMG

1ª Exigência

2ª Exigência

3ª Exigência

5ª Exigência

Vogal



REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LASSANCE-MG
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Adriano Ricardo Malta Mendes
Dou fé.
LASSANCE MG **09 MAR. 2016**
Em test* *Lorena Tabachi Amado* da verdade
Lorena Tabachi Amado
Oficial



Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

FLS.: 343

1/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
CPF (número) 038.813.916-14			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) ESTRADA REGIÃO DE SÃO GONÇALO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO ZONA RURAL	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	PAÍS BRASIL
CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) soarescontabilidadevzpadm@gmail.com			
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 5510801 Atividades secundárias 4744001 4763604 4771704 4789004 5229099 5590602 5611202 5611203	DESCRIÇÃO DO OBJETO POUSADA, ALUGUEL DE APARELHOS DE JOGOS ELETRONICOS, LANCHONETE, BAR E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE CACA, PESCA E CAMPING, TRANSPORTE DE ANIMAIS, CAMPING, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0001-23	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
DATA DA ASSINATURA 03/03/2016	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		NOTAS
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBLICO Omar Dória dos Santos Assessor do Secretário-Geral Matr: 1048736-1 15/03/2016		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J163222183999



MG31952761

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5717809 em 15/03/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948154 - 11/03/2016. Autenticação: 483F8E54B39B6E46A22F27AE96FC9AB9B6ACD3D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.815-4 e o código de segurança sGWh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LASSANCE - MG
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Adriano Ricardo Malta Mendes Dou fé.
LASSANCE 09 MAR. 2016
MG
Em testº [assinatura] da verdade
Lorena Tabachi Amado
Oficiala

EMOL: 4,20 REC. 0,25 TFI 1,38 TOTAL 5,83



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5717809 em 15/03/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948154 - 11/03/2016. Autenticação: 483F8E64B39B6E46A22F27AE96FC9AB9B6ACD3D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.815-4 e o código de segurança sGWh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
CPF (número) 038.813.916-14			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) ESTRADA REGIÃO DE SÃO GONÇALO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO ZONA RURAL	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) soarescontabilidadevzpadm@gmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
Atividade principal 5510801 Atividades secundárias 7729201 7731400			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0001-23	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
DATA DA ASSINATURA 03/03/2016			
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUB. DESEMPENHO REQUER-SE.		AUTENTICAÇÃO	
Omar Dutra de Melo Assessoria de Empresas Mace: 1048735-1 15.03.2016		AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPE, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J163222183999



MG31952161

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5717809 em 15/03/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948154 - 11/03/2016. Autenticação: 483F8E64B39B6E46A22F27AE96FC9AB9B6ACD3D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.815-4 e o código de segurança sGWh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LASSANCE-MG
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Adriano Ricardo Malta Mendes Dou fé.
LASSANCE 09 MAR. 2016
MG
Em testº [assinatura] da verdade
Lorena Tabachi Amado
Oficiala

EMOL: 4,20 REC: 0,25 TR: 1,38 TOTAL 5,83



[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5717809 em 15/03/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948154 - 11/03/2016. Autenticação: 483F8E64B39B6E46A22F27AE96FC9AB9B6ACD3D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.815-4 e o código de segurança sGWh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



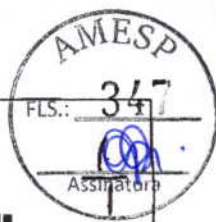
Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



JUCEMG - UD116
UD116 - MF PIRAPORA

16/194.857-0



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

31802331977

2135

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

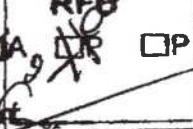
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J163007214586

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERAÇÃO
		023	1	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE



Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

LASSANCE

Local

Nome: **Adriano Ricardo Malta Mendes**

Assinatura: *[Handwritten Signature]*

Telefone de Contato: **(38) 3732-3541**

29 Março 2016

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo Indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

04.05.2016

Data

[Handwritten Signature]
Omar Dutra dos Santos
Assessor da Secretária-Geral
Assinatura: 1248726-1

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo Indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5745347
EM 04/05/2016.

OBSERVAÇÕES

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME

Protocolo: 16/194.857-0

AN1860265

JUCEMG

Vogal



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5745347 em 04/05/2016 da Empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**, Nire 31802331977 e protocolo 161948570 - 01/04/2016. Autenticação: 439C75F724BBDE47C564D51EB7BC1521876636E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.857-0 e o código de segurança UruT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

[Handwritten Signature]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
Secretária-Geral



Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se este referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS		NÚMERO 471	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	EVENTO 023	DESCRIÇÃO DO EVENTO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO		EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA JOSE LEONARDO GOMES		NÚMERO 374	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	PAÍS BRASIL
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00		CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4744001 4763604 4789004 5229099 5590602 7731400	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTACAO PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE CACA, PESCA E CAMPING, TRANSPORTE DE ANIMAIS, CAMPING, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) Adriano Ricardo Malta Mendes 03881391614 - ME			
DATA DA ASSINATURA 28/03/2016			
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBLIQUEI em 04/05/2016 Marinelly de Paula Bomfim Secretária-Geral		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J163007214586



MG84175886



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5745347 em 04/05/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948570 - 01/04/2016. Autenticação: 439C75F724BBDE47C564D51EB7BC1521876636E, Marinelly de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.857-0 e o código de segurança UruT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2016 por Marinelly de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELLY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 16/194.857-0 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 5745347 em 04/05/2016 da empresa 3180233197-7 ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
3190247224-6	RUA JOSE LEONARDO GOMES 374 - BAIRRO CENTRO CEP 39250-000 - LASSANCE/MG

05/05/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5745347 em 04/05/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948570 - 01/04/2016. Autenticação: 439C75F724BBDE47C564D51EB7BC1521876636E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.857-0 e o código de segurança UruT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

ANEXO I

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

PROCESSO N.º 61/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

Pelo presente instrumento, a empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 -ME, com sede a Rua José Rosa nº 90, bairro Foch II, na Cidade de Pouso Alegre - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 26.376.501/0001-60 nomeia e credencia o (a) Sr.(a) David Lucas Garcia Fogaça, portador(a) do Documento de Identidade n.º MG 15.110.170, inscrito no CPF sob o nº 055.236.376-61, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

Pouso Alegre, 30 de Agosto de 2022.

Sócio Proprietário: Edicarlos Ferreira Lopes
CPF n.º 044.967.766-42

EL SHADAY POCOS
CNPJ: 26.376.501/0001-60
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002849273.00-64
ENDEREÇO: RUA JOSÉ ROSA, Nº 90,
BAIRRO FOCH II, POUSO ALEGRE-MG
TELEFONE: (35) 3025-1768

El Shaday Poços
CNPJ: 26.376.501/0001-60

2º Tabelionato de Notas de Pouso Alegre

Livro nº291-P

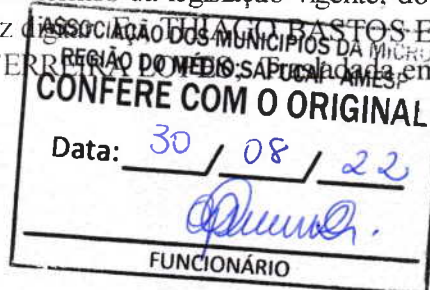
Humberto Libânio da Silveira Santos
Tabelião



Fls.099

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ EDICARLOS FERREIRA LOPES
04496776642 - ME NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 10 (dez) dias do mês de maio do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) nesta Cidade de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, no 2º Ofício de Notas de Pouso Alegre à Rua Vieira de Carvalho, nº 200, compareceu(ram) como Outorgante: a empresa **EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME**, Empresário Individual, inscrita no CNPJ nº 26.376.501/0001-60, com sede Rua José Rosa, nº 90, Bairro Foch II, Pouso Alegre, Minas Gerais, neste ato representada por **EDICARLOS FERREIRA LOPES**, brasileiro, nascido em data de 02 de dezembro de 1978, sondador, casado, portador da Carteira de Identidade nº MG-11.056.083 expedido por SSP/MG, CPF nº 044.967.766-42, residente e domiciliado na Rua Eliezer de Godoi, nº 120, Bairro Curralinho, Pouso Alegre, Minas Gerais; nos termos do Requerimento do Empresário, devidamente registrada pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, sob nº 8364218 em data de 10 de fevereiro de 2021; e, Certidão Simplificada Digital, expedida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, em data de 05 de maio de 2022, sob validação visual nº C220001129101. Parte(s) que se identificou(ram) ser(em) a(s) própria(s), conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pelo(a-s) outorgante(s) me foi dito que, nomeia(m) e constitui(em) seu(a-s) procurador: **DAVID LUCAS GARCIA FOGAÇA**, brasileiro, técnico em geologia, casado, portador da Carteira de Identidade nº MG-15.110.170 SSP/MG, CPF nº 055.236.376-61, residente e domiciliado na Rua Sargento Joaquim Francisco de Almeida, n. 130, Bairro Inconfidentes, Pouso Alegre, Minas Gerais; com poderes amplos, necessários e gerais para representar a firma outorgante; podendo para tanto, representá-la em quaisquer licitações públicas atualmente abertas ou que venham a ser futuramente, fazer inscrição e/ou opções, representá-la junto ao Órgão que estiver promovendo a licitação, participar de reuniões da comissão especial de licitação, assinar contratos de prestação de serviços, autorizar e requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa licitante; desistir de interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas; re e ratificar, requerendo certidões e o que mais necessário for, enfim, acompanhar a empresa licitante até o fim, podendo dar assistência e assinar todo e qualquer documentos, desde que estejam dentro dos interesses da empresa licitante; podendo praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato e substabelecer, no todo ou em parte. Por fim, por este escrevente é declarado que foram apresentados os documentos pessoais originais necessários para a prática do presente ato, conforme exigido no artigo 189, do Provimento Conjunto nº 93/20, dos quais foram extraídas cópias, que ficarão arquivadas nestas Notas, no cartão de assinaturas, cujas autenticidades dou fé. **valores** - Quantidade: 1 - (Código: 1458-9 - Procuração relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro) - Emolumentos: R\$ 129,16; Recomepe: R\$ 7,75; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 43,03; ISS: R\$ 6,46 - Valor total: R\$ 186,40. Quantidade: 1 - (Código: 8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 7,94; Recomepe: R\$ 0,48; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 2,64; ISS: R\$ 0,40 - Valor total: R\$ 11,46. Assim o dissera(m), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram). dispensada a presença de testemunhas, nos termos da legislação vigente, do que dou fé. Eu, **THIAGO BASTOS ESPOSITO, ESCRIVENTE** a fiz e registrei em 05 de maio de 2022, em Pouso Alegre, em seguida.



6277381



Carteira de Identidade Profissional - CFT
Lei nº 13.639, de 26 de MARÇO de 2018

Conselho Federal dos Técnicos Industriais

CRT MG

Página 1/1

FLS.: 352

Assinatura

República Federativa do Brasil Serviço Público Federal Conselho Federal dos Técnicos Industriais Conselho Regional dos Técnicos Industriais		CRT MG	
2020	Nome DAVID LUCAS GARCIA FOGACA		
	Data de Registro 06/01/2021		
	Título Profissional TÉCNICO EM GEOLOGIA		
	Registro Nacional AMR23637661		
Data de Emissão 06/01/2021		Expediente de acordo com o estabelecido no artigo 28 da Lei 13.639/2018 Válida em todo Território Nacional	
Assinatura do Profissional		Assinatura do Profissional	

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 30 / 08 / 22
Funcionário



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FLS.: 353

Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31809074031

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2100124050

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

POUSO ALEGRE

Local

10 Fevereiro 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8364218 em 10/02/2021 da Empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME, Nire 31809074031 e protocolo 212200917 - 10/02/2021. Autenticação: E2A5E28B91D027DCC34E72B6F84246AAE2A55D8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/220.091-7 e o código de segurança 5ugv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
Secretária-Geral

pág. 1/6



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/220.091-7	MGE2100124050	10/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
044.967.766-42	EDICARLOS FERREIRA LOPES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8364218 em 10/02/2021 da Empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME, Nire 31809074031 e protocolo 212200917 - 10/02/2021. Autenticação: E2A5E28B91D027DCC34E72B6F84246AAE2A55D8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/220.091-7 e o código de segurança 5ugv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
Secretária-Geral

pág. 2/6



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180907403-1		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) EDICARLOS FERREIRA LOPES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO GILBERTO FERREIRA LOPES		(mãe) MARIA CANDIDA LOPES	
NASCIDO EM (data de nascimento) 02/12/1978	IDENTIDADE (número) MG-11.056.083	Órgão Emissor SSP	UF MG
CPF (número) 044.967.766-42		EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	
EMAIL			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) AREA RURAL			NÚMERO S/N
COMPLEMENTO 1º TRAVESSA DA ESTRADA DO CURRALINHO		BAIRRO / DISTRITO AREA RURAL DE POUSO ALEGRE	CEP 37561899
MUNICÍPIO POUSO ALEGRE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA JOSE ROSA			NÚMERO 90
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO FOCH II	CEP 37558348
MUNICÍPIO POUSO ALEGRE	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) elshadaypocos@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 100.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) CEM MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONOMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4742300 4744003	DESCRIÇÃO DO OBJETO SERVICOS DE PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA - POCEIRO/CISTERNEIRO/CACIMBEIRO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS - COMERCIANTE DE MATERIAIS HIDRAULICOS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO - COMERCIANTE DE MATERIAL ELETRICO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 18/10/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 26376501000160	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 05/02/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGE2100124050



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8364218 em 10/02/2021 da Empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME, Nire 31809074031 e protocolo 212200917 - 10/02/2021. Autenticação: E2A5E28B91D027BCC34E72B6F84246AAE2A55D8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/220.091-7 e o código de segurança 5ugv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/220.091-7	MGE2100124050	10/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
044.967.766-42	EDICARLOS FERREIRA LOPES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8364218 em 10/02/2021 da Empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME, Nire 31809074031 e protocolo 212200917 - 10/02/2021. Autenticação: E2A5E28B91D027DCC34E72B6F84246AAE2A55D8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/220.091-7 e o código de segurança 5ugv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
Secretária-Geral

pág. 4/6



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME, de NIRE 3180907403-1 e protocolado sob o número 21/220.091-7 em 10/02/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8364218, em 10/02/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Fabricio Sgarbosa Naves.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
044.967.766-42	EDICARLOS FERREIRA LOPES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
044.967.766-42	EDICARLOS FERREIRA LOPES

Belo Horizonte, quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021



Documento assinado eletronicamente por Fabricio Sgarbosa Naves, Servidor(a) Público(a), em 10/02/2021, às 15:10 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/220.091-7.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8364218 em 10/02/2021 da Empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME, Nire 31809074031 e protocolo 212200917 - 10/02/2021. Autenticação: E2A5E28B91D027DCC34E72B6F84246AAE2A55D8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/220.091-7 e o código de segurança 5ugv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
Secretária-Geral

pág. 5/6



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8364218 em 10/02/2021 da Empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME, Nire 31809074031 e protocolo 212200917 - 10/02/2021. Autenticação: E2A5E28B91D027DCC34E72B6F84246AAE2A55D8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/220.091-7 e o código de segurança 5ugv Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2180333486

NOME
EDICARLOS FERREIRA LOPES

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF
MG11056083 SSP MG

CPF
044.367.766-42

DATA NASCIMENTO
02/10/1970

FILIAÇÃO
GILBERTO FERREIRA LOPES
MARIA CANDIDA LOPES

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
A/B

Nº REGISTRO
00676611557

VALIDADE
27/01/2026

1ª HABILITAÇÃO
12/06/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
POUSO ALEGRE, MG

DATA EMISSÃO
01/02/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

48717862052
MG580581283

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Handwritten signatures and initials in blue ink.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 26.376.501/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/10/2016
NOME EMPRESARIAL EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ELSHADAY POCOS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R JOSE ROSA	NÚMERO 90	COMPLEMENTO *****
CEP 37.558-348	BAIRRO/DISTRITO FOCH II	MUNICÍPIO POUSO ALEGRE
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO elshadaypocos@hotmail.com		TELEFONE (35) 9885-1768
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/04/2022** às **07:06:44** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CARTA DE PROCESSO N.º 61/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 -ME, com sede a Rua José Rosa nº 90, bairro Foch II, na Cidade de Pouso Alegre - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 26.376.501/0001-60 é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre, 30 de Agosto de 2022.



Sócio Proprietário: Edicarlos Ferreira Lopes
CPF n.º 044.967.766-42



EL SHADAY POCOS
CNPJ: 26.376.501/0001-60
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002849273.00-64
ENDEREÇO: RUA JOSÉ ROSA, Nº 90,
BAIRRO FOCH II, POUSO ALEGRE-MG
TELEFONE: (35) 3025-1768



El Shaday Pocos
CNPJ: 26.376.501/0001-60



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 - ME		
Natureza Jurídica:	EMPRESARIO		
CNPJ	Data de Arquivamento do Ato de Inscrição	Data de Início de Atividade	
26.376.501/0001-60	18/10/2016	18/10/2016	
Endereço Completo:			
RUA JOSE ROSA 90 - BAIRRO FOCH II CEP 37558-348 - POUSO ALEGRE/MG			
Objeto:			
SERVICOS DE PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA - POCEIRO/CISTERNEIRO/CACIMBEIRO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS - COMERCIANTE DE MATERIAIS HIDRAULICOS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO - COMERCIANTE DE MATERIAL ELETRICO			
Capital:	R\$ 100.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	
CEM MIL REAIS		(Lei Complementar nº 123, de 2006)	
		MICRO EMPRESA	
Situação: ATIVA		Status: xxxxxxx	
Último Arquivamento: 10/02/2021		Número: 8364218	
Ato 002 - ALTERACAO			
Evento(s) 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			
Nome do Empresário: EDICARLOS FERREIRA LOPES			
Identidade: MG-11.056.083		CPF: 044.967.766-42	
Estado Civil: Casado		Regime de Bens: Comunhao Parcial	
NADA MAIS#			

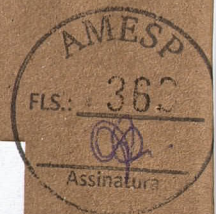
Belo Horizonte, 29 de Agosto de 2022 15:26

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETÁRIA GERAL



22/445.412-9

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C220002388846 e visualize a certidão)



ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /
CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Ilália, Várzea da Palma - MG -
39260-000

Envelope nº. 01 "PROPOSTA COMERCIAL"

A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP
Pregão n.º 10/2022

Objeto: Registro de Pregos - PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPR
ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS,
MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

Licitante: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME CNPJ nº 16.600.086/0001-23

Associação dos Municípios da
Região do Médio Sapucaí - AMESP

- PROTOCOLO -

Em, 30/08/22

Horas: 08:54

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

PROPOSTA COMERCIAL

A empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, na pessoa de seu procurador legalmente constituído o Sr. **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000, propõe fornecer à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R\$
01	LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP , de acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.	R\$ 24.229.790,93

Validade da Proposta: 60 dias

Valor total: R\$ 24.229.790,93 (VINTE E QUATRO MILHÕES DUZENTOS E VINTE E NOVE MIL SETECENTOS E NOVENTA REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS)

Apresentamos nossa proposta para a execução do objeto do referido Processo licitatório, pelos preços unitários e total aqui definidos, declarando que neles encontram-se incluídas além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação;

Declaramos que o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data para a entrega das propostas conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520/2002;

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as exigências, condições gerais e especiais estabelecidas no Edital para a presente licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Conforme art. 9º da Lei 8.666/93), e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 97 da Lei nº. 8.666/93.

Depois de homologado o resultado nos comprometemos a assinar o CONTRATO, no prazo determinado no documento de convocação.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.



ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME

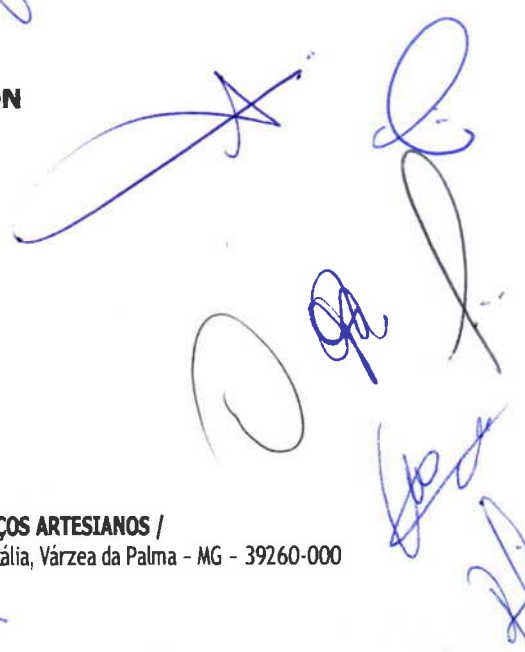
Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23

CPF nº 038.813.916-14


MATHEUS HENRIQUE HUDSON

CPF nº 075.773.796-03



ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /

CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Itália, Várzea da Palma - MG - 39260-000



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - BDI 23,66%
POÇO ARTESIANO

SUB-ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QTD	MEMORIAL DE ESTIMA DE QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO SUBITEM SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO SUBITEM COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
1. PRELIMINARES												
1.1 DOCUMENTAÇÃO												
1.1.1	COPASA - MAI/22	65 001 073	AUTORIZAÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO JUNTO AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 190,57	R\$ 16.007,88	R\$ 235,66	R\$ 19.795,34		
1.1.2	COPASA - MAI/22	65 001 115	ANÁLISE BACTERIOLÓGICA	UN	168,00	ESTIMADO 6 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 115,35	R\$ 19.378,80	R\$ 95.354,28	R\$ 142,64	R\$ 23.963,82	R\$ 117.915,09
1.1.3	COPASA - MAI/22	65 001 114	ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA	UN	168,00	ESTIMADO 6 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 356,95	R\$ 59.967,50		R\$ 441,40	R\$ 74.155,99	
1.2 SERVIÇOS E INSTALAÇÃO												
1.2.1	SETOP - MAR/22	ED-16680	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA 42X48 CM, 0,45 MM, LAUDADA COM ADESO VINÍLICO, AFIXADA COM FIBRITA 4 BRAN 1MM.	M2	378,00	ESTIMADO PLACA DE 15x3,0 M, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 210,39	R\$ 79.527,42		R\$ 250,17	R\$ 98.348,01	
1.2.2	COPASA - MAI/22	65 001 055	Limpeza de Terreno com Rodadeira Mecânica	M2	420,00	ESTIMADO LIMA ÁREA DE 5M² POR CADA OBRA SENDO 3 POR MUNICÍPIO	R\$ 0,49	R\$ 205,80		R\$ 0,61	R\$ 254,49	
1.2.3	COPASA - MAI/22	65 001 069	Instalações provisórias para barragem de obras para perfuração de poço	UN	140,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 743,73	R\$ 104.122,20	R\$ 299.444,92	R\$ 919,70	R\$ 128.757,51	R\$ 370.293,59
1.2.4	COPASA - MAI/22	65 001 070	Mobilização e desmobilização das equipes, equipamentos, materiais e ferramentas para perfuração de poços com sondas tipo presurizada	XM	5.192,70	ESTIMADO A DISTÂNCIA MÉDIA DAS CIDADES PARTINDO DE POÇOS	R\$ 22,26	R\$ 115.589,50		R\$ 27,53	R\$ 142.937,98	
1.3 INTAÇÃO ELÉTRICA												
1.3.1	SETOP - MAR/22	ED-20584	INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, TIPO CA, PARADO CEMIM, CARGA INSTALADA DE 27 KW, ATÉ 300V, TRIFÁSICO, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE CAVAL	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 3.894,51	R\$ 327.139,68	R\$ 327.139,68	R\$ 4.815,96	R\$ 404.540,93	R\$ 404.540,93
2. PERFURAÇÃO DO POÇO E ACESSÓRIOS												
2.1 PERFURAÇÃO DO POÇO												
2.1.1	COPASA - MAI/22	65 001 092	PERFURAÇÃO ROTATIVA PARA POÇO PROFUNDO EM ALUVIÃO E CAMADAS INCONSISTENTES - DIÂMETRO DO FURO = 12" (303MM)	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 229,13	R\$ 2.887.038,00		R\$ 283,34	R\$ 3.570.111,19	
2.1.2	COPASA - MAI/22	65 001 093	PERFURAÇÃO ROTATIVA PARA POÇO PROFUNDO EM ROCHA SA - DIÂMETRO DO FURO = 12" (303MM)	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 205,52	R\$ 2.588.552,00		R\$ 254,15	R\$ 3.202.240,00	
2.1.3	COMPOSIÇÃO COMP-HS-001	-	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 6" - 644,85 MM PARA REVESTIMENTO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	25.300,00	CONFORME A METRAGEM DO ITEM 2.1.2	R\$ 350,00	R\$ 8.820.000,00		R\$ 432,81	R\$ 10.906.812,00	
2.1.4	COPASA - MAI/22	65 001 101	UMENTAÇÃO DO ESPAÇO ANELAR COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO DE 1:3	M	158,00	ESTIMADO 2 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 25,41	R\$ 4.258,88		R\$ 31,42	R\$ 5.278,90	
2.1.5	COPASA - MAI/22	65 001 107	REVESTIMENTO DO ESPAÇO ANELAR COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO DE 1:3	M	84,00	ESTIMADO 2 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 750,44	R\$ 63.036,96	R\$ 14.689.400,04	R\$ 927,99	R\$ 77.951,50	R\$ 18.164.912,09
2.1.6	COPASA - MAI/22	65 001 106	DEFINICÃO DE POÇO COM UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 43,37	R\$ 3.643,08		R\$ 53,63	R\$ 4.505,03	
2.1.7	COPASA - MAI/22	65 001 105	PRE-FILTRO COM PEDRA BRITADA	M3	158,00	ESTIMADO 2 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 188,74	R\$ 31.708,32		R\$ 233,40	R\$ 39.210,51	
2.1.8	COPASA - MAI/22	65 001 110	DESENVOLVIMENTO E TESTE DE VAZÃO COM COMPRESSOR DE ATÉ 150 PCM	H	2.520,00	ESTIMADO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 115,14	R\$ 290.152,80		R\$ 142,38	R\$ 358.802,95	
2.2 EQUIPAMENTOS DE BOMBAMENTO E ACESSÓRIOS												
2.2.1	COTAÇÃO-A	-	BOMBA DE JHP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 3.407,00	R\$ 286.188,00		R\$ 4.213,10	R\$ 353.900,08	
2.2.2	COTAÇÃO-B	-	BOMBA DE 2HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 4.272,67	R\$ 358.904,00		R\$ 5.283,58	R\$ 443.820,69	
2.2.3	COTAÇÃO-C	-	BOMBA DE 3HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 5.118,00	R\$ 429.912,00		R\$ 6.328,92	R\$ 531.629,18	
2.2.4	SETOP - MAR/22	ED-49508	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 1,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 253,69	R\$ 21.309,96		R\$ 313,71	R\$ 26.351,90	
2.2.5	SETOP - MAR/22	ED-49510	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 2,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 310,62	R\$ 26.092,08		R\$ 384,11	R\$ 32.285,47	
2.2.6	SETOP - MAR/22	ED-49512	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 3,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 316,09	R\$ 26.551,55		R\$ 390,88	R\$ 32.833,66	
2.2.7	SETOP - MAR/22	ED-49004	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EPR/HEPR, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMO-FIXO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM², 30°C, 0,6/1KV	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 31,48	R\$ 396.648,00	R\$ 326.974,28	R\$ 38,93	R\$ 490.494,92	R\$ 4.114.130,00
2.2.8	SETOP - MAR/22	ED-48976	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSH/ATOX, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOPLÁSTICO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM², 70°C, 450/750V	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 38,55	R\$ 380.108,00		R\$ 35,34	R\$ 445.309,55	
2.2.9	SINAPI - ABN/22	93335	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 10/2020	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 111,83	R\$ 1.408.058,00		R\$ 138,29	R\$ 1.742.441,12	
2.2.10	SETOP - MAR/22	ED-49978	REGISTRO DE GAVETA, TIPO BRUTO, ROSCÁVEL 1 1/2", PARA TUBO COLÁVEL CUI PPR DN 50MM (CUI DN 43MM), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACOMODAMENTO	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 65,21	R\$ 5.477,64		R\$ 80,64	R\$ 6.773,65	
2.2.11	SETOP - MAR/22	ED-50003	REGISTRO DE GAVETA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 50MM (1 1/2"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACOMODAMENTO	UN	168,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 40,03	R\$ 6.725,04		R\$ 49,50	R\$ 8.916,18	

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

FECHAMENTO DO POÇO											
2.3											
2.3.1	COPASA - MAI/22	65.000.115	-	RELATÓRIOS FINAIS DE POÇO (BOMBAMENTO E RECUPERAÇÃO DE NÍVEL, PERFIL GEOLOGICO E HISTÓRICO DE PERFURAÇÃO)	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 149,50	R\$ 12.598,00	R\$ 184,87	R\$ 15.539,22
2.3.2	COPASA - MAI/22	65.000.508	-	RECUPERAÇÃO E LIMPEZA DE POÇOS ANTIGOS COM A UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO AQUOSA A BASE DE ORTO-FOSFATO, ESTABILIZANTES, ANTICORROSIVOS E DESINCERSTANTES	L	420,00	ESTIMADO 15 L POR MUNICÍPIO (5 L PARA CADA OBRA)	R\$ 31,78	R\$ 13.347,60	R\$ 39,30	R\$ 16.506,64
2.3.3	COPASA - MAI/22	65000.108	-	TAMPA DE PROTEÇÃO DO POÇO PROFUNDO EM AÇO PRETO LISO DIN2440	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 84,87	R\$ 7.139,08	R\$ 104,95	R\$ 8.815,62
3. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS											
3.1. ITENS E SERVIÇOS											
3.1.1	SINAPI - ABR/22	93358	-	ESCOVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2021	M3	185,00	ESTIMADO 2 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 71,28	R\$ 13.197,54	R\$ 88,14	R\$ 14.808,33
3.1.2	SETOP - MAR/22	ED-51122	-	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO MANUAL, COM SOQUETE	M2	252,00	ESTIMADO 1 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 8,74	R\$ 2.202,48	R\$ 10,81	R\$ 2.723,59
3.1.3	SINAPI - ABR/22	100323	-	LASTRO COM MATERIA GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE 7,0 CM - AF_07/2018	M3	252,00	ESTIMADO 1 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 133,23	R\$ 33.573,96	R\$ 164,75	R\$ 41.517,56
3.1.4	SINAPI - ABR/22	92335	-	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRIMARIAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	840,00	ESTIMADO 10 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 111,83	R\$ 99.937,20	R\$ 139,29	R\$ 116.162,74
3.1. ITENS E SERVIÇOS (Continuação)											
3.1.5	SINAPI - ABR/22	91788	-	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC SOLDAVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (INSTALADO EM PRIMÁRIA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES PARA PREÇOS AF_10/2015	M	1.680,00	ESTIMADO 20 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 51,18	R\$ 85.982,40	R\$ 63,79	R\$ 106.325,84
3.1.6	SINAPI - ABR/22	99623	-	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROZCAVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021.	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 218,99	R\$ 18.395,16	R\$ 270,80	R\$ 22.747,45
3.1.7	SETOP - MAR/22	ED-50182	-	ADAPTADOR EM LATÃO PARA INSTALAÇÃO PRECISA DE COMBATE A INCÊNDIO ENGATE BÁP DO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2". FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 80,62	R\$ 6.772,08	R\$ 99,69	R\$ 8.374,35
3.1.8	SINAPI - ABR/22	94800	-	TORNEIRA DE BOMBA PARA CAXA D'ÁGUA, ROZCAVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2021.	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 203,11	R\$ 17.061,24	R\$ 251,17	R\$ 21.097,93
3.1.9	SINAPI - ABR/22	96995	-	RESTERIO MANUAL APLICADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3	126,00	ESTIMADO 1,5 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 43,22	R\$ 5.445,72	R\$ 53,45	R\$ 6.734,18
3.1.10	SETOP - MAR/22	ED-51131	-	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	84,00	ESTIMADO 1,0 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 36,18	R\$ 3.099,12	R\$ 44,74	R\$ 3.758,18
3.1.11	SETOP - MAR/22	RO-41376	-	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE >= 50,10 KM	TKM	10.985,40	ESTIMADO PESO ESPECÍFICO DO SOLO EM 2 7MM², ENCONTRANDO (78 M³ x 277MM³) 156 T, SENDO ESTE VALOR MULTIPLICADO PELA DISTÂNCIA MÉDIA	R\$ 0,69	R\$ 7.165,93	R\$ 0,85	R\$ 8.861,38
3.2	RESERVATÓRIO		-								
3.2.1	SINAPI - ABR/22	102619	-	CAXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 10000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021.	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 6.360,53	R\$ 534.284,52	R\$ 7.865,43	R\$ 660.696,24
4. ACABAMENTOS											
4.1. LIMPEZA GERAL											
4.1.1	SETOP - JUL/21	ED-50266	-	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	M2	420,00	ESTIMADO 5,0 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 6,42	R\$ 2.696,40	R\$ 7,94	R\$ 3.134,37
										TOTAL SEM BDI:	
										TOTAL COM BDI:	
										R\$ 19.593.879,13	
										R\$ 24.229.790,93	
										TOTAL SEM BDI:	
										TOTAL COM BDI:	
										R\$ 0.236600	
										R\$ 1.734600	



ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /

CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jar dimília Várzea da Palma — MG — 39260-000



Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME
Sócio-Proprietário
CNPJ nº 16.600.086/0001-23
CPF nº 038.813.916-14
MATHEUS HENRIQUE HUDSON
CPF nº 075.773.796-03


CAMILA NUNES DA SILVA
Engenheira de Minas
CRE nº 603.326-07
CREA/MG nº 245094/D


LORENA APARECIDA DA SILVA LÚCIO
Engenheira Civil
CPF nº 105.582.896-65
CREA/MG nº 194732/D





Envelope n.º 01 "PROPOSTA COMERCIAL"
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

Pregão n.º 10/2022

Objeto: Registro de Preços - PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

PROPONENTE EL SHADAY POÇOS
CNPJ 26.376.501/0001-60, AV. SEBASTIÃO BENTO MARTINS, Nº 90, BAIRRO FOCH, POUSO ALEGRE-MG, TELEFONE E FAX:(35) 3025-7090

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -

Em, 30 / 08 / 22

Horas: 08 : 54

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO N.º 61/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

A empresa EDICARLOS FERREIRA LOPES 04496776642 -ME, com sede a Rua José Rosa nº 90, bairro Foch II, na Cidade de Pouso Alegre - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 26.376.501/0001-60, propõe fornecer à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R\$
01	LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, de acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.	23.093.367,53

VALOR R\$ 23.093.367,53 (Vinte e Três Milhões Noventa e Três Mil Trezentos e Sessenta e Sete Reais e Cinquenta e Três Centavos)

Validade da Proposta: 60 dias

Pouso Alegre, 30 de Agosto de 2022.

26.376.501/0001-60

EDICARLOS FERREIRA LOPES

Rua José Rosa, Num 90
Bairro Foch II - CEP 37558-348

POUSO ALEGRE - MG

Sócio Proprietário: Edicarlos Ferreira Lopes
CPF n.º 044.967.766-42

EL SHADAY POCOS
CNPJ: 26.376.501/0001-60
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002849273.00-64
ENDEREÇO: RUA JOSÉ ROSA, Nº 90,
BAIRRO FOCH II, POUSO ALEGRE-MG
TELEFONE: (35) 3025-1768

El Shaday Poços
CNPJ: 26.376.501/0001-60

BASE DE PREÇO: COPASA MAI/22, SETOP MAR/22, SINAPI ABR/22 E COTAÇÕES

Handwritten signature: [Signature]

AMESP
FLS.: 371
Assinatura

3. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS											
3.1. ITENS E SERVIÇOS											
3.1.1	SINAPI - ABR/22	93358	-	M3	168	RESCOVAÇÃO MANUAL DE VALIA COM PROFUNDIDADE MENOR DO IGUAL A 1,30 M AF. 07/2021	ESTIMADO 2 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 70,00	R\$ 11.760,00	R\$ 14.542,42	R\$ 138.936,00
3.1.2	SETOP - MAR/22	ED-51122	TER-REG-005	M2	252	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO MANUAL, COM SOQUETE	ESTIMADO 3 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 8,00	R\$ 2.016,00	R\$ 2.492,96	
3.1.3	SINAPI - ABR/22	100113	-	M3	252	LACTRO COM MATERIAL GRANULARES AREIA MÉDIA, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESURA DE "10 CM" AF. 07/2019	ESTIMADO 3 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 130,00	R\$ 32.760,00	R\$ 40.511,02	
3.1.4	SINAPI - ABR/22	92335	-	M	840	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONDIÇÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRIMARIAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF. 10/2020	ESTIMADO 10 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 110,00	R\$ 92.400,00	R\$ 114.261,84	
3.1. ITENS E SERVIÇOS (CONTINUAÇÃO)											
3.1.5	SINAPI - ABR/22	91788	-	M	1.680	COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLAVAL, ÁGUA FRIA, DN 40 MM (INSTALADO EM PRIMÁRIA), INCLUSIVE CONDIÇÕES, CORTES E FRAÇÕES, PARA PIEDROS AF. 10/2015	ESTIMADO 20 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 50,00	R\$ 84.000,00	R\$ 103.874,40	R\$ 139.045,93
3.1.6	SINAPI - ABR/22	99823	-	UN	84	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE, ROSCAVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF. 08/2021	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 200,00	R\$ 16.800,00	R\$ 20.774,88	
3.1.7	SETOP - MAR/22	ED-50182	INC-ADP-005	UN	84	ADAPTAÇÃO EM LATÃO PARA INSTALAÇÃO PREDIAL DE COMBATE A INCÊNDIO ENGATE RAPIDO 3,127" ROSCA INTERNA 5 FDS 2,127" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 80,00	R\$ 6.720,00	R\$ 8.309,95	
3.1.8	SINAPI - ABR/22	94800	-	UN	84	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCAVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF. 08/2021	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 200,00	R\$ 16.800,00	R\$ 20.774,88	
3.1.9	SINAPI - ABR/22	96895	-	M3	126	REATERRO MANUAL APLICADO COM SOQUETE AF. 10/2017	ESTIMADO 1,5 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 40,00	R\$ 5.040,00	R\$ 6.232,46	
3.1.10	SETOP - MAR/22	ED-51131	TRA-CAR-005	M3	84	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	ESTIMADO 1,0 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 30,00	R\$ 2.520,00	R\$ 3.116,23	
3.1.11	SETOP - MAR/22	RD-41376	ORR-VIA-415	TKM	10.385	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA - DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE 14-50,10 KM	ESTIMADO PISO ESPECÍFICO DO SOLO EM 3 TAMP. ENCONTRANDO 18 M² + 27/ M²) 186 T, SENDO ESTE VALOR MULTIPLICADO PELA DISTÂNCIA MÉDIA	R\$ 0,68	R\$ 7.165,95	R\$ 8.861,38	
3.2	RESERVATÓRIO						CAIXA D'ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 10000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF. 06/2022	R\$ 8.000,00	R\$ 504.000,00	R\$ 623.246,40	R\$ 623.246,40
3.2.1	SINAPI - ABR/22	102519	-	UN	84	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 8.000,00	R\$ 504.000,00	R\$ 623.246,40	R\$ 623.246,40
4. ACABAMENTOS											
4.1. LIMPEZA GERAL											
4.1.1	SETOP - MAR/22	ED-50266	LIM-GER-005	M2	420	ESTIMADO 5,0 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	ESTIMADO 5,0 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 6,00	R\$ 2.520,00	R\$ 3.116,23	R\$ 3.116,23
TOTAL SEM BDI										R\$ 2.520,00	R\$ 18.675.333,63
TOTAL COM BDI										R\$ 2.520,00	R\$ 23.093.367,53
ISS=3%										BDI(%)	0,236600
										VALOR COM BDI	1,23666

Pouso Alegre, 30 de Agosto de 2022.

Sócio Proprietário: Edicarlos Ferreira Lopes
CPF nº 044.967.766-42

EL SHADAY FOCOS
CNPJ: 26.376.501/0001-60
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002849713-00-64
ENDERECO: RUA JOSÉ ROSA, Nº 90,
BAIRRO FOCH II, POUSO ALEGRE-MG
TELEFONE: (35) 3025-1768

26.376.501/0001-60
EDICARLOS FERREIRA LOPES
Rua José Rosa, Num 90
Bairro Foch II - CEP 37558-348
POUSO ALEGRE - MG



TERMO DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

OBJETO: LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.

TERMO DE LANCE- ITEM ÚNICO

Proposta da Empresa	EDICARLOS FERREIRA LOPES ME	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME
01	R\$ 23.093.367,53	R\$ 24.229.790,93
02	R\$ 23.050.000,00	R\$ 23.092.000,00
03	Sem Lances	R\$ 23.000.000,00
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		

Pouso Alegre/MG, aos 30 de Agosto de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro



ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /
CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Itália, Várzea da Palma - MG -
39260-000

Envelope nº. 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP
Pregão n.º 10/2022

Objeto: Registro de Pregos - PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

Licitante: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME CNPJ nº 16.600.086/0001-23

Associação dos Municípios da Micro Região do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -
Em, <u>30 / 08 / 22</u>
Horas: <u>08</u> : <u>54</u>



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME		
Natureza Jurídica:	EMPRESARIO		
CNPJ	Data de Arquivamento do Ato de Inscrição	Data de Início de Atividade	
16.600.086/0001-23	30/07/2012	30/07/2012	
Endereço Completo:			
RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ 92 - BAIRRO JARDIM ITALIA CEP 39260-000 - VARZEA DA PALMA/MG			
Objeto:			
PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS,, SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES.			
Capital:	R\$ 2.700.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	
DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS		(Lei Complementar nº 123, de 2006)	
		MICRO EMPRESA	
Situação: ATIVA		Status: xxxxxxxx	
Último Arquivamento: 22/08/2022		Número: 9540414	
Ato 002 - ALTERACAO			
Evento(s) 2247 - ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL			
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela:			
CNPJ	Endereço		
16.600.086/0002-04	RUA ELPIDIO SOARES DIAS, 491, BAIRRO CENTRO, 39250-000, LASSANCE/MG		
Nome do Empresário: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
Identidade: MG5977698		CPF: 038.813.916-14	
Estado Civil: Solteiro		Regime de Bens: Comunhao Parcial	
NADA MAIS#			

Belo Horizonte, 26 de Agosto de 2022 14:22

MARINELY DE PAULA BOMPIM
SECRETARIA GERAL



22/442.665-6

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C220002367073 e visualize a certidão)



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31802331977	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGN2253028376

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

VARZEA DA PALMA

Local

19 AGOSTO 2022

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/428.924-1	MGN2253028376	19/08/2022

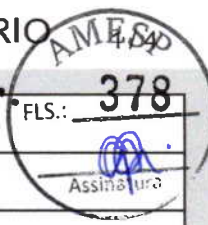
Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000	
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 2.700.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4222701 4299599 4313400 4321500 4322301	DESCRIÇÃO DO OBJETO PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POÇO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS,, SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 19/08/2022	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2253028376



MG15388272



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)		FLS.: 379	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES					
NACIONALIDADE BRASILEIRA			ESTADO CIVIL SOLTEIRO		
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		REGIME DE BENS (se casado)			
FILIAÇÃO RICARDO MENDES			(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA		
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978		IDENTIDADE (número) MG5977698		CPF (número) 038.813.916-14	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR		
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS				NÚMERO 464	
COMPLEMENTO			BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE				UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006					
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP					
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:					
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO		
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME					
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ				NÚMERO 92	
COMPLEMENTO			BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA		UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM	
VALOR DO CAPITAL - R\$ 2.700.000,00		VALOR DO CAPITAL (por extenso) DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4520001 4520005 4530703 4742300 4744003		DESCRIÇÃO DO OBJETO			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123		TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	
DATA DA ASSINATURA 19/08/2022		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)					
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL					
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.			AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPE, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO		

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2253028376



MG15388272



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

AME 3/4P

FLS.: 380

Assinatura

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)		FLS.: 380	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES					
NACIONALIDADE BRASILEIRA			ESTADO CIVIL SOLTEIRO		
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		REGIME DE BENS (se casado)			
FILIAÇÃO RICARDO MENDES			(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA		
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978		IDENTIDADE (número) MG5977698		CPF (número) 038.813.916-14	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR		
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS				NÚMERO 464	
COMPLEMENTO			BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE				UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006					
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:					
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO		EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL	
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO		EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME					
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ				NÚMERO 92	
COMPLEMENTO			BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA		UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM	
VALOR DO CAPITAL - R\$ 2.700.000,00		VALOR DO CAPITAL (por extenso) DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4744005 4744099 4771704 7112000 7119702		DESCRIÇÃO DO OBJETO			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123		TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO			
DATA DA ASSINATURA 19/08/2022		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL					
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO			

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2253028376



MG16388272

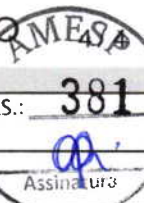


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)		*FLS.: 381	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES					
NACIONALIDADE BRASILEIRA			ESTADO CIVIL SOLTEIRO		
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		REGIME DE BENS (se casado)			
FILIAÇÃO RICARDO MENDES			(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA		
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978		IDENTIDADE (número) MG5977698		CPF (número) 038.813.916-14	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR		
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS				NÚMERO 464	
COMPLEMENTO			BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE				UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006					
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP					
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:					
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO		EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL	
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO		EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME					
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ				NÚMERO 92	
COMPLEMENTO			BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA		UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM	
VALOR DO CAPITAL - R\$ 2.700.000,00		VALOR DO CAPITAL (por extenso) DOIS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 7119799		DESCRIÇÃO DO OBJETO			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123		TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		UF		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 19/08/2022		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL					
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.			AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO		

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2253028376



MG15388272



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/428.924-1	MGN2253028376	19/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de NIRE 3180233197-7 e protocolado sob o número 22/428.924-1 em 19/08/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9540414, em 22/08/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Viviane de Bastos Mariano.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Belo Horizonte, segunda-feira, 22 de agosto de 2022



Documento assinado eletronicamente por Viviane de Bastos Mariano, Servidor(a) Público(a), em 22/08/2022, às 13:42 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumento.jsf) informando o número do protocolo 22/428.924-1.

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 22 de agosto de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9540414 em 22/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 224289241 - 19/08/2022. Autenticação: 8EC440EF99F522E371476AA1E61363FFC423E946. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/428.924-1 e o código de segurança FhwM. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGN2266103905

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

VARZEA DA PALMA
Local

26 JULHO 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADDCC441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/383.759-8	MGN2266103905	27/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)		FLS.: 387	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES					
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO			
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		REGIME DE BENS (se casado)			
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA			
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978		IDENTIDADE (número) MG5977698		Órgão Emissor SSP	
		UF MG		CPF (número) 038.813.916-14	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS				NÚMERO 464	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE				UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006					
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:					
ATO 002		DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO		EVENTO 2247	
		DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL			
EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO		EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO			
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME					
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ				NÚMERO 92	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000	
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA		UF MG		PAÍS BRASIL	
		CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM			
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.400.000,00		VALOR DO CAPITAL (por extenso) UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4222701 4299599 4313400 4321500 4322301		DESCRIÇÃO DO OBJETO PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POÇO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS,, SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES.			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123		TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	
		UF		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)					
DATA DA ASSINATURA 26/07/2022		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL					
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO			

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2266103905



MG82524006



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADD441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

AME 234

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)		FLS.: 388	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES					
NACIONALIDADE BRASILEIRA			ESTADO CIVIL SOLTEIRO		
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>		REGIME DE BENS (se casado)			
FILIAÇÃO RICARDO MENDES			(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA		
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978		IDENTIDADE (número) MG5977698		CPF (número) 038.813.916-14	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR		
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS				NÚMERO 464	
COMPLEMENTO			BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE				UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006					
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:					
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO		
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME					
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ				NÚMERO 92	
COMPLEMENTO			BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA		UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM	
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.400.000,00		VALOR DO CAPITAL (por extenso) UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4520001 4520005 4530703 4742300 4744003		DESCRIÇÃO DO OBJETO			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123		TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		UF		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 26/07/2022		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL					
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO			

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2266103905



MG82524006



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADDC441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

AME 3/40

FLS.: 389

Assinatura

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.400.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Unidades secundárias 4744005 4744099 4771704 7112000 7119702	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 26/07/2022		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2266103905



MG82524006



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADDC441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança HJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG5977698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL CONTABIL@MOTTACONT.COM.BR	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.400.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 7119799	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123		TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 26/07/2022		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGN2266103905



MG82524006



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADD441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/383.759-8	MGN2266103905	27/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADD441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de NIRE 3180233197-7 e protocolado sob o número 22/383.759-8 em 27/07/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9494062, em 28/07/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zelia da Costa Cavalcanti.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Belo Horizonte, quinta-feira, 28 de julho de 2022



Documento assinado eletronicamente por Zelia da Costa Cavalcanti, Servidor(a) Público(a), em 28/07/2022, às 09:22 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 22/383.759-8.

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 28 de julho de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9494062 em 28/07/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802381977 e protocolo 223837598 - 27/07/2022. Autenticação: 46E2A4AADD441354E348DBAFE1F7D4A417A5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/383.759-8 e o código de segurança hJWG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/07/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

FLS.: 394

Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2100262191

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		024	1	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

VARZEA DA PALMA

Local

24 Março 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/13



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/314.752-1	MGP2100262191	24/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 - ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/13



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

FLS.: 174

396

Assinatura

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2015	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
EVENTO 2211	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000	
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONOMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4222701 4299599 4313400 4321500 4322301	DESCRIÇÃO DO OBJETO PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POÇO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS,, SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)			
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG65285648



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS		EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPADM@GMAIL.COM	
COMPLEMENTO CASA		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2015	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
EVENTO 2211	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICÍPIO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ		NÚMERO 92	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4520001 4520005 4530703 4742300 4744003	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA
24/03/2021

ASSINATURA DO EMPRESÁRIO

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO
§ 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM
RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG05295648





REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2015	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
EVENTO 2211	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICÍPIO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA	CEP 39260000	
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 4744005 4744099 4771704 7112000 7119702	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG65295648





REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

FLS.: 399
474

Assinatura

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
		EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 2015	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
EVENTO 2211	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO	EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ			NÚMERO 92
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO JARDIM ITALIA		CEP 39260000
MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) CASADOFARZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4399105 Atividades secundárias 7119799	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000123	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	

DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL	
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.	AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG65295648



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/314.752-1	MGP2100262191	24/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/13



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

AMESP

1/3 401



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPDM@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 491
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4322301 4399105 4520005 4530703 4742300	DESCRIÇÃO DO OBJETO PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POÇO DE AGUA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS, SERVICOS DE ENGENHARIA, COMERCIO VAREJISTA DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, SERVICOS DE MANUTENCAO E REFORMA MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TECNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALACAO, INSTALACAO DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR, COMERCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES, SERVICOS COM GUINCHO INTRAMUNICIPAL, GUINDASTES E (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000204	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG02450025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Orgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS		EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPADM@GMAIL.COM	
COMPLEMENTO CASA		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS		NÚMERO 491	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4744003 4744005 4744099 4930202 5229002	DESCRIÇÃO DO OBJETO ICAMENTO		
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000204	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 24/03/2021		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG02450025



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

FLS.: 403

3/3

Assinatura

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILIAÇÃO RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
EMAIL SOARESCONTABILIDADEVZPADM@GMAIL.COM			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA R ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 464
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
Declaro que a atividade se <input type="checkbox"/> ENQUADRA <input type="checkbox"/> REENQUADRA <input type="checkbox"/> DESENQUADRA nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006			
Porte <input checked="" type="checkbox"/> MICROEMPRESA - ME <input type="checkbox"/> EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP			
Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 491
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000	
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 7731400	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16600086000204	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	

DATA DA ASSINATURA 24/03/2021	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL	
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.	AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2100262191



MG02450025





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



REMP de Filial

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/314.752-1	MGP2100262191	24/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/13



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de NIRE 3180233197-7 e protocolado sob o número 21/314.752-1 em 24/03/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8445525, em 25/03/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aleidson Cinquini Franco e Silva.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

REMP de Filial

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Belo Horizonte, quinta-feira, 25 de março de 2021



Documento assinado eletronicamente por Aleidson Cinquini Franco e Silva, Servidor(a) Público(a), em 25/03/2021, às 12:20 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 21/314.752-1.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 12/13



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 25 de março de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8445525 em 25/03/2021 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 213147521 - 24/03/2021. Autenticação: 2982C8AD41E52621538E2E3FF54036ABFD46A64E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/314.752-1 e o código de segurança 3PSV. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J173298401333

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		024	1	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		206	1	PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)

LASSANCE

Local

28 Março 2017

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança iKiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/15



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Orgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av. etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 206	DESCRIÇÃO DO EVENTO PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av. etc.) ESTRADA REGIAO DE SAO GONCALO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO ZONA RURAL		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) SOARESCONTABILIDADEVZPADM@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 5510801 Atividades secundárias 4744001 4763604 4771704 4789004 5229099 5590602 5611202 5611203	DESCRIÇÃO DO OBJETO POUSADA, ALUGUEL DE APARELHOS DE JOGOS ELETRONICOS, LANCHONETE, BAR E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE CACA, PESCA E CAMPING, TRANSPORTE DE ANIMAIS, CAMPING, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0001-23	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333





NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Orgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 206	DESCRIÇÃO DO EVENTO PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) ESTRADA REGIAO DE SAO GONCALO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO ZONA RURAL		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) SOARESCONTABILIDADEVZPADM@GMAIL.COM
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 5510801 Atividades secundárias 7729201 7731400	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0001-23	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[Handwritten signature]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/15



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG CPF (número) 038.813.916-14
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA			NÚMERO 94
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4530703 4541205 4732600 4742300 4744001 4744003 4744005 4753900	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS, FERRAMENTAS E PARAFUSO, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CACA, PESCA E CAMPING, TRANSPORTE DE ANIMAIS, CAMPING, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO, COMERCIO VAREJISTA DE OLEOS LUBRIFICANTES E MOTORES, COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA IRRIGACAO, COMERCIO VAREJISTA DE MATEIRAL PARA SERRALHERIA, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS, COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS PARA MOTOCICETAS E MOTONETAS, COMERCIO A VAREJOS DE E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO VAREJISTA DE AGROTOXICOS, INSUMOS E ADUBOS, (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0002-04	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)			
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401338



MG60964680



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA			NÚMERO 94
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias: 4754701 4755503 4763604 4781400 4782201 4789004 4789099 5229099	DESCRIÇÃO DO OBJETO HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMESTICOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0002-04	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF MG
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333



MG60964680



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CN76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança iKiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) 3190247224-6	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 024	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA			NÚMERO 94
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 5590602 7731400 4751201	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0002-04	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 28/03/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.		AUTENTICAÇÃO	
		AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPE, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J173298401333



MG60964680



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



REMP de Filial

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/15



SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO

Comarca de Várzea da Palma - Minas Gerais

Rua Salvador Roberto, 1111 - Centro - Fone: (38) 3731-4377

Tabeliã: Laura Maria Malachias Galizes Aguiar

Escreventes Juramentados: Carlos Antônio Aguiar / Maria Alzira Lacerda Martins



LIVRO:62

FOLHA:132

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ (EM)
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
03881391614-ME e OUTRA NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete) nesta Cidade de Várzea da Palma, no Estado de Minas Gerais, no 1º Ofício de Notas à Rua Salvador Roberto, nº 1111, compareceu(ram) como Outorgantes: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614-ME**, NIRE 3180233197-7, CNPJ nº 16.600.086/0001-23 e Inscrição Estadual nº 002.153449.00-27, com sede na Estrada Região de São Gonçalo, s/nº, CEP: 39.250-000, Zona Rural, na cidade de Lassance, Minas Gerais, e-mail: adrianomakininha@yahoo.com.br e sua filial NIRE:3190247224-6 em 04/05/2016, CNPJ nº 16.600.086/0002-04 e Inscrição Estadual 002.153449.01-08, com endereço na Rua Jose Leonardo Gomes, nº 374, Centro, CEP: 39.250-000, na cidade de Lassance, Minas Gerais; com seu representante legal **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 29/12/1978, portador do CPF nº 038.813.916-14 e da Carteira de Identidade nº MG-5.977.698, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Elpidio Soares Dias, nº 471, CEP : 39.250-000, Centro, na cidade de Lassance/MG, onde assina digitalmente e-mail: adrianomakininha@yahoo.com.br; Partes que se identificou(ram) serem as próprias, conforme documentação apresentada do que dou fé. Reconheço a identidade e a capacidade dos comparecentes para a lavratura do presente ato. E, pelas outorgantes me foi dito que, nomeiam e constituem seu bastante Outorgado: **ELSON JORGE SOARES**, brasileiro, solteiro, maior, contador, identidade Profissional nº MG-076042/0-4 CRC/MG, CPF nº 634.982.006-15, com escritório na Praça Frei Jorge, nº 779-A, CEP : 39.260-000, Centro, na cidade de Várzea da Palma, Minas Gerais, e-mail: soarescontabilidadevzpadm@gmail.com; a quem confere poderes para requerer o arquivamento de atos da JUCEMG, assinar capa de processo, requerimento de empresário para alteração de endereço dentro do mesmo município, alterações de atividades econômicas principal e secundárias, do objeto social, capital social, título do estabelecimento, podendo subscrever quotas, endereço, administração e outras cláusulas que serão alterados, na Matriz e Filial, podendo ainda o outorgado assinar documentos necessários à instrução do ato respectivo, praticados com o uso de certificação digital, vedado o substabelecimento a terceiros dos poderes ora conferidos. Os documentos apresentados para a lavratura deste ato foram arquivados por força da Lei Estadual nº 19.414/10 e pelo artigo 164 do Provimento 260/2013, sendo que as cópias dos citados documentos foram conferidos com o original. Foram cumpridas as exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do presente ato. Quantidade: 2 - (Código: 1437-3 - Procuração genérica) - Emolumentos: R\$ 37,04; Recompe: R\$ 2,22; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 12,36 - Valor total: R\$ 51,62. Quantidade: 5 - (Código: 8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 27,10; Recompe: R\$ 1,60; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 9,00 - Valor total: R\$ 37,70. Assim o disseram, do que dou fé e me pediram este instrumento, que lhes lavrei nas minhas notas, lendo-o às outorgantes, e, tendo achado conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, dispensada a presença de testemunhas, nos termos da legislação vigente, do que dou fé. Eu, LAURA MARIA MALACHIAS GALIZES AGUIAR, TABELIÃ a fiz digitar. Eu, LAURA MARIA MALACHIAS GALIZES AGUIAR, TABELIÃ a subscrevo e assino. (aa) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES; Traslada em

CARTÓRIO AGUIAR 1º OFÍCIO DE NOTAS
Comarca de Várzea da Palma-MG
Tabeliã: Laura Maria Malachias Galizes Aguiar



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança iKiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 10/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/15

seguida..

EM TESTO. [assinatura] DA VERDADE.
TABELIÃ, [assinatura]

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça

1º Ofício de Notas de Várzea da Palma - MG

Selo de Fiscalização: **AXU68128**

Código de Segurança: **5864.3699.6356.1690**

Quantidade de Atos: 7

Emol.: R\$ 67,98; Taxa de Fiscalização: R\$ 21,36; Total: R\$ 89,32

Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

CARTÓRIO AGUIAR 1º OFÍCIO DE NOTAS

Comarca de Várzea da Palma-MG

Tabeliã: Laura Maria Malachias Galizes Aguiar



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/178.369-7	J173298401333	28/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/15



Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de nire 3180233197-7 e protocolado sob o número 17/178.369-7 em 28/03/2017, encontra-se registrado na Jucemg sob o número 6250520, em 29/03/2017. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Omar Dutra das Neves.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

REMP de Filial

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.982.006-15	ELSON JORGE SOARES

Termo de Autenticação

Assinante(s)	
CPF	Nome
456.162.216-00	OMAR DUTRA DAS NEVES
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 29 de Março de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
456.162.216-00	OMAR DUTRA DAS NEVES
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM
456.162.216-00	OMAR DUTRA DAS NEVES
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. Quarta-feira, 29 de Março de 2017

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6250520 em 29/03/2017 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 171783697 - 28/03/2017. Autenticação: CF76BE491E7FA495CF214AD3EF513699863ED1BB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17/178.369-7 e o código de segurança ikiB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO da Junta Comercial



JUCEMG - UD116
UD116 - MF PIRAPORA

16/194.815-4

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCNREMP



J163222183999

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002	-	-	ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2209	1	ALTERACAO DE ENDEREÇO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

LASSANCE
Local

Nome: Adriano Ricardo Malta Mendes

Assinatura: [Assinatura]

Telefone de Contato: (38) 3731-3541

8 Março 2016
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

DECISÃO COL

☐ Processo

☐ Processo

☐ Processo



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5717809
EM 15/03/2016.

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME

Protocolo: 16/194.815-4

AM1042703

Presidente da _____ Turma

JUCEMG

Exigência

☐

Exigência

☐

Exigência

☐

Vogal



REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LASSANCE-MG
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Adriano Ricardo Malta Mendes
Dou fé.
LASSANCE MG 09 MAR. 2016
Em test. [Assinatura] da verdade
Lorena Tabachi Amado Oficial



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

FLS.: 423

Assinatura

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES	(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA		
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
CPF (número) 038.813.916-14			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av. etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERACAO	EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av. etc.) ESTRADA REGIÃO DE SÃO GONÇALO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO ZONA RURAL	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) soarescontabilidadevzpadm@gmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal: 5510801 Atividades secundárias: 4744001 4763604 4771704 4789004 5229099 5590602 5611202 5611203	DESCRIÇÃO DO OBJETO POUSADA, ALUGUEL DE APARELHOS DE JOGOS ELETRONICOS, LANCHONETE, BAR E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE CACA, PESCA E CAMPING, TRANSPORTE DE ANIMAIS, CAMPING, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0001-23	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
DATA DA ASSINATURA 03/03/2016	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		NOTAS
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBLICADO Omar Daltro dos Santos Assessor do Secretário-Geral Mesa: 1048738-1 15.03.2016		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J163222183999



MG31952151

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5717809 em 15/03/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948154 - 11/03/2016. Autenticação: 483F8E64B39B6E46A22F27AE96FC9AB9B6ACD3D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.815-4 e o código de segurança sGWh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral



REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LASSANCE-MG
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de
Adriano Ricardo Malta Mendes Dou fé.
LASSANCE 09 MAR. 2016
MG
Em testº [assinatura] da verdade
Lorena Tabachi Amado
Oficiária

EMOL: 4,20 REC. 0,25 TFE 1,38 TOTAL 5,83



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5717809 em 15/03/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948154 - 11/03/2016. Autenticação: 483F8E64B39B6E46A22F27AE96FC9AB9B6ACD3D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.815-4 e o código de segurança sGWh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

FLS.: 425

425

ASSINATURA

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHÃO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
CPF (número) 038.813.916-14			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av. etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS			NÚMERO 471
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE			UF MG
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	EVENTO 021	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
EVENTO 2244	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E	EVENTO 2247	DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av. etc.) ESTRADA REGIÃO DE SÃO GONÇALO			NÚMERO SN
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO ZONA RURAL	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE	UF MG	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) soarescontabilidadevzpadm@gmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 5510801 Atividades secundárias 7729201 7731400	DESCRIÇÃO DO OBJETO		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/07/2012	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 16.600.086/0001-23	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
DATA DA ASSINATURA 03/03/2016			
ASSINATURA DO EMPRESÁRIO			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBL. EM 15/03/2016 Omar Dutra da Silva Assessoria Jurídica Mg: 1046735-1		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPE, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J163222183999



MG31952161

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5717809 em 15/03/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948154 - 11/03/2016. Autenticação: 483F8E64B39B6E46A22F27AE96FC9AB9B6ACD3D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.815-4 e o código de segurança sGWh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2016 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LASSANCE-MG	
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de <u>Adriano Ricardo Malta Mendes</u> Dou 16.	
LASSANCE MG	09 MAR. 2016
Em test ^o <u>[assinatura]</u> da verdade	
Lorena Tabachi Amado Oficiala	



EMOL: 4.20 REC: 0.25 TET 1.38 TOTAL 5.83



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5717809 em 15/03/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948154 - 11/03/2016. Autenticação: 483F8E64B39B6E46A22F27AE96FC9AB9B6ACD3D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.815-4 e o código de segurança sGWh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/03/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

SOATPS

 Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República Secretaria de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais		Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial) JUCEMG - UD116 UD116 - MF PIRAPORA  16/194.857-0
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31802331977	Código da Natureza Jurídica 2135	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

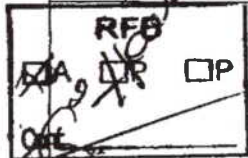
Nº FCN/REMP



J163007214586

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

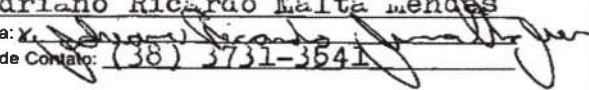
1	002	023	1	ALTERAÇÃO
				ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE



Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

LASSANCE
Local

Nome: **Adriano Ricardo Malta Mendes**

Assinatura: 

Telefone de Contato: **(38) 3731-3641**

29 Março 2016
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
A decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo Indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

04.05.2016
Data

Omar Augusto dos Neves
Assessor do Secretário-Geral
Assinatura: 164872R-1

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo Indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5745347
EM 04/05/2016.

Vogal

OBSERVAÇÕES

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME

Protocolo: 16/194.857-0

AH1860265

JUCEMG



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 3180233197-7		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) ADRIANO RICARDO MALTA MENDES			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) COMUNHAO PARCIAL		
FILHO DE (pai) RICARDO MENDES		(mãe) ANA MARIA LIMP MALTA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/12/1978	IDENTIDADE (número) MG 5.977.698	Órgão Emissor SSP	UF MG
EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)		CPF (número) 038.813.916-14	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av., etc.) RUA ELPIDIO SOARES DIAS		NÚMERO 471	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do ESTADO DE MINAS GERAIS:			
ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	EVENTO 023	DESCRIÇÃO DO EVENTO ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO		EVENTO DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME			
LOGRADOURO (rua, av., etc.) RUA JOSE LEONARDO GOMES		NÚMERO 374	
COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 39250000
MUNICÍPIO LASSANCE		UF MG	PAÍS BRASIL
VALOR DO CAPITAL - R\$ 20.000,00		CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
VALOR DO CAPITAL (por extenso) VINTE MIL REAIS			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4771704 Atividades secundárias 4744001 4763604 4789004 5229099 5590602 7731400	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINARIOS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTACAO PARA ANIMAIS DE ESTIMACAO, COMERCIO VAREJISTA DE CACA, PESCA E CAMPING, TRANSPORTE DE ANIMAIS, CAMPING, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 28/03/2016	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) Adriano Ricardo Malta Mendes 03881391614 - ME			
DATA DA ASSINATURA 28/03/2016	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUEI em 04/05/2016 Marinelly de Paula Bomfim - Secretária-Geral Moss. 1648730-1 04/05/2016		AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO	

MÓDULO INTEGRADOR: J163007214586



MG84175866



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5745347 em 04/05/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948570 - 01/04/2016. Autenticação: 439C75F724BBDE47C564D51EB7BC1521876636E. Marinelly de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.857-0 e o código de segurança UruT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2016 por Marinelly de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELLY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 16/194.857-0 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 5745347 em 04/05/2016 da empresa 3180233197-7 ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
3190247224-6	RUA JOSE LEONARDO GOMES 374 - BAIRRO CENTRO CEP 39250-000 - LASSANCE/MG



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5745347 em 04/05/2016 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 161948570 - 01/04/2016. Autenticação: 439C75F724BBDE47C564D51EB7BC1521876636E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/194.857-0 e o código de segurança UruT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/05/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

M G

NOME
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

DOC. IDENTIDADE-ORG EMISSOR/UF
MG5977698 SSP MG

CPF
038.813.916-14

DATA NASCIMENTO
29/12/1978

FILIAÇÃO
RICARDO MENDES
ANA MARIA LIMP MALTA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
A/B

Nº REGISTRO
02154611435

VALIDADEZ
09/05/2023

1ª HABILITAÇÃO
11/01/2002

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1640213053

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

DATA EMISSÃO
10/05/2018

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

91591844650
MG533633800

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

1640213053

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA
(inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República de 1988)

Para fins do disposto no Edital do **Pregão Presencial nº 010/2022**, declaro, sob as penas da lei, que a empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, na pessoa de seu procurador legalmente constituído o Sr. **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000 DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, **nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República de 1988.**

Declara ainda que não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.

NOTAS
LASSANCE-MG


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME
Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23
CPF nº 038.813.916-14

MATHEUS HENRIQUE HUDSON
CPF nº 075.773.796-03


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /
CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Itália, Várzea da Palma - MG - 39260-000



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2947142/2022

Emissão: 26/08/2022

Validade: 31/03/2023

Chave: Yxc07



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME

CNPJ: 16.600.086/0001-23

Registro: 0001046080

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 2.700.000,00

Data do Capital: 22/08/2022

Faixa: 6

Objetivo Social Pleno: PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇO DE ÁGUA, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLÓGICOS, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO VAREJISTA DE PISCINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUA INSTALAÇÃO, COMÉRCIO VAREJISTA DE PLACAS E EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA SOLAR, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REFORMA MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, ATIVIDADE TÉCNICA RELACIONADA A ENGENHARIA E ARQUITETURA, OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO, COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS, SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.***OBS:A FILIAL NA CIDADE DE LASSANCE/MG, CUJO CNPJ É: 16.600.086/0002-04, TEM COMO ENDEREÇO:R ELPÍDIO SOARES DIAS, 491, CENTRO, CEP:39.250-000.***

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ, 92, JARDIM ITÁLIA, VÁRZEA DA PALMA, MG, 39260000

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA

Data Inicial: 07/10/2021

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0000105287DDMG

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: CAMILA NUNES DA SILVA

Registro: 1418767131

CPF: 089.603.326-07

Data Início: 03/01/2022

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRA DE MINAS

Atribuição: ATRIBUIÇÕES INICIAIS DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS: ARTIGO 7 DA LEI 5194/66 E ARTIGO 14 DA RES 218/73 DO CONFEA PARA EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES 01 A 18 DO PARÁGRAFO 1 DO ARTIGO 5 DA RES 1073/16 DO CONFEA. ATRIBUIÇÕES INICIAIS DE CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: CONFORME CITADO NO ARTIGO 14 DA RES 218/73 DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: LORENA APARECIDA DA SILVA LUCIO

Registro: 1414591268

CPF: 105.582.896-65

Data Início: 07/10/2021





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2947142/2022

Emissão: 26/08/2022

Validade: 31/03/2023

Chave: Yxc07

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2931867/2022

Emissão: 04/07/2022

Validade: 31/03/2023

Chave: Bxcba

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.
CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com Assinatura
CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: CAMILA NUNES DA SILVA

Registro: 1418767131

CPF: 089.603.326-07

Endereço: RUA DOUTOR ANTONIO GOMES PINTO COELHO, 1000, CENTRO, VARZEA DA PALMA, MG, 39260000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 13/08/2019

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA DE MINAS

Atribuição: ATRIBUICOES INICIAIS DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS: ARTIGO 7 DA LEI 5194/66 E ARTIGO 14 DA RES 218/73 DO CONFEA PARA EXERCICIO DAS ATIVIDADES 01 A 18 DO PARAGRAFO 1 DO ARTIGO 5 DA RES 1073/16 DO CONFEA. ATRIBUICOES INICIAIS DE CAMPOS DE ATUACAO PROFIS SIONAL: CONFORME CITADO NO ARTIGO 14 DA RES 218/73 DO CONFEA.

Data de Formação: 20/12/2018

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (6/6)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DEYVSON LUCAS GONCALVES DE JESUS

Registro: 0001056670

CNPJ: 33.278.684/0001-47

Data Início: 26/10/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Empresa: HIDROCONECTA POÇO ARTESIANO LTDA

Registro: 0000967033

CNPJ: 41.276.175/0001-03

Data Início: 16/06/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Empresa: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME

Registro: 0001046080

CNPJ: 16.600.086/0001-23

Data Início: 03/01/2022

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: Bxcba

Impresso em: 04/07/2022 às 14:27:33 por: adapt, ip: 186.248.213.49





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
 Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2923973/2022

Emissão: 07/06/2022

Validade: 31/03/2023

Chave: 1Z7yd

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.
 CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: LORENA APARECIDA DA SILVA LUCIO
 Registro: 1414591268
 CPF: 105.582.896-65
 Endereço: AV BARAO DO GUAICUI, 961, CS, CENTRO, VARZEA DA PALMA, MG, 39260000
 Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
 Data de registro: 06/08/2015

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL
 Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
 Data de Formação: 17/07/2015

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME
 Registro: 0001046080
 CNPJ: 16.600.086/0001-23
 Data Início: 07/10/2021
 Data Fim: Indefinido
 Data Fim de Contrato: Indefinido
 Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

CONTRATANTE: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES, inscrita no CNPJ de nº 16.600.086/0001-23 com sede à Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, bairro Jardim Itália no município de Várzea da Palma MG, CEP 39.260-000, neste ato representada por ADRIANO RICARDO MALTA MENDES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, portador da Cédula de Identidade nº MG 5.977.698 SSP- MG, CPF 038.813.916-11, residente e domiciliado a Rua Elpidio Soares, N.º 471, Bairro Centro, CEP 39.250-000, Lassance MG.

CONTRATADA: CAMILA NUNES DA SILVA, nacionalidade BRASILEIRA estado civil SOLTEIRA profissão ENGENHEIRA DE MINAS, portadora do Registro Profissional nº CREA-MG 245094/D inscrito no CPF nº 089.603.326-07 e Carteira de Identidade nº MG 15.976.835 PC-MG, residente domiciliada a Rua Doutor Antônio Gomes Pinto Coelho, nº 1000, bairro Centro, CEP: 39.260-000, Várzea da Palma – MG.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de pagamento descritas no presente.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato tem como OBJETO, a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de engenharia, à CONTRATANTE.

DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços contratados neste instrumento consistem em: orientações técnicas quanto a construção, limpeza e manutenção de poços tubulares, avaliação de áreas utilizando ferramentas online e bibliográficas;

DA REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA – A contratada receberá a remuneração de R\$ 1000,00 (Um mil reais), para uma jornada de 10 horas semanais, que será pago MENSALMENTE, devendo seguir os critérios estabelecidos na Lei Federal 4.950-A/66. **Ocorrerá de forma unilateral a suspensão ou interrupção dos serviços quando por falta de pagamento. Este devendo ser realizado todo dia 10 de cada mês, iniciando em 10/01/2022. Cessada a causa que ensejou a interrupção, o contrato será revigorado em sua plenitude.**

CLÁUSULA QUARTA – Estão inclusos neste CONTRATO, além da Responsabilidade Técnica, até 30 requerimentos de licenças de perfuração junto ao IGAM por mês proveniente de licitações. As demais licenças de perfuração bem como outorga de águas subterrâneas serão pagas a parte. Este contrato não contempla estudo hidrogeológico para locação de poços, licenças ambientais, outorgas de águas superficiais, e nenhum outro serviço que não tenha sido mencionado acima.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de validade deste contrato é por tempo indeterminado, iniciando-se no dia 01/01/2022;

DO FORO



CLAUSULA QUINTA – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de VÁRZEA DA PALMA;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Várzea da Palma 01/01/2022.

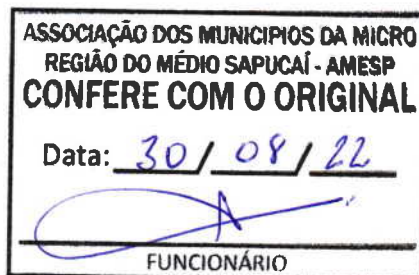


1º OFÍCIO
CONTRATANTE
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
CNPJ: 16.600.086/0001-23

CONTRATADA
CAMILA NUNES DA SILVA
CPF: 089.603.326-07

TESTEMUNHA 1
CPF: 01543496-20

TESTEMUNHA 2
CPF: 112159416-56



SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO DE VÁRZEA DA PALMA
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de em testemunho da verdade.
(FER75344) CAMILA NUNES DA SILVA

Várzea da Palma, 21/01/2022 10:40:25 32320

SELO DE CONSULTA: FER75344

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6038.3724.3623.1322

Quantidade de atos praticados: 01

Ato(s) praticado(s) por:
LAURA MARIA MALACHIAS GALIZES AGUIAR - TABELIA

Emol: R\$7,04 TFI: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,20

Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
ABO371521

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CONSELHARIA GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil com Atribuição de Notas Lásance
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de ADRIANO RICARDO MALTA MENDES em testemunho da verdade.
///Lásance-MG, 21 de Janeiro de 2022
SELO DE CONSULTA: FDL63931
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8268.4697.6189.7422
Cod. e Quantidade do(s) ato(s) Praticados: 1 (1501)
Ato(s) praticado(s) por: MARISANA PEREIRA DE OLIVEIRA - ESCRIVENTE
Emol.: R\$ 7,04 - Tx.Judic.: R\$ 2,19 - Total: R\$ 9,23 - ISS: R\$ 0,00
Consulte a validade deste selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
ABK277741

Marisana Pereira de Oliveira

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

Crea de Registro
CREA-MG

Nome
CAMILA NUNES DA SILVA

Filiação
NADIR NUNES DA SILVA
ARI ES SOARES DA SILVA

Nascimento CPF
24/04/1988 089.603.326-07

Doc. de Identidade
MG-15.976.835 PC-MG

Nacionalidade
BRASIL

Naturalidade
PIRAPORA

Tipo Seng
Título de Eleitor
162573110213

Assinatura do Profissional

Assinatura: *Camila Nunes da Silva*

RODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO DE VÂRZEA DA PALMA
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Várzea da Palma, 01/08/2022 11:45:28 31812

SELO DE CONSULTA: FNF72576
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3297.2201.2112.4008
Quantidade de atos praticados: 1

Atos praticados por
MARIA ALZIRA LACERDA MARTINS - TABELA SUBSTITUTA
Emol: R\$7,04 TF: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS R\$0,20
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA
AB0378404

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

CREA-MG

Registro Crea Nº
0400000245094

Nome
CAMILA NUNES DA SILVA

Data do Registro no CREA-MG
13/08/2019

Título Profissional
ENGENHEIRA DE MINAS

Presidente do Conselho

Presidente do CREA-MG

Vale como Documento de Identidade em todo o território nacional e tem fé pública, conforme o art. 2º do art. 1º da Lei nº 5.134 de 24/12/64 e Lei nº 6.269 de 07/05/73

[Handwritten signatures and marks]

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS:
EMPREITADA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL

Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços que entre si fazem, de um lado a empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma – MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, **LORENA APARECIDA DA SILVA LÚCIO**, brasileira, solteira, engenheira civil, portador da Carteira Profissional do CREA MG nº 194792/D, inscrito no CPF sob o nº 105.582.896-65, residente e domiciliado à Rua Gardenia, nº 55, Bairro Cidade Nova, na cidade de Várzea da Palma/MG – CEP 39260-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do contrato consiste na prestação de serviços de engenharia civil para a **CONTRATANTE**, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA

Após a assinatura do contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços prestados o valor mensal R\$1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais) a título de honorários, sendo uma carga horária de trabalho de 4 horas semanais.

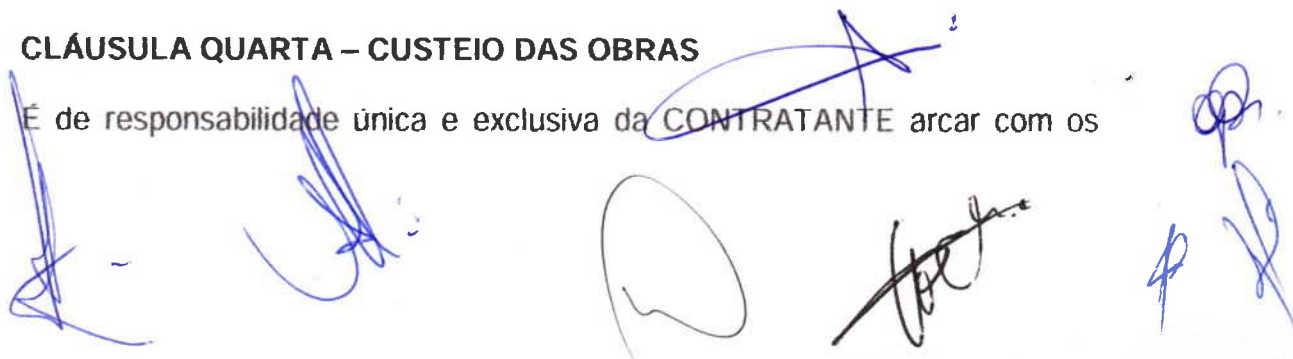
§1º - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** percentual fixo de 2% (dois por cento) calculados sobre o valor da obra objeto de licitações públicas, referente a anotação de responsabilidade técnica para execução destes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de validade deste contrato é: **INDETERMINADO**, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA – CUSTEIO DAS OBRAS

É de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATANTE** arcar com os



custos totais das obras. A CONTRATADA compromete-se a realizar as obras e serviços administrativos de engenharia necessários.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I. Executar sob sua responsabilidade ética profissional, os serviços administrativos de engenharia e corresponsável juntamente com a CONTRATANTE;
- II. Supervisionar, dirigir, coordenar, administrar tecnicamente as obras e serviços e executar a construção segundo os padrões de qualidade, de acordo com os projetos aprovados e com as especificações técnicas;
- III. Prestar informações à CONTRATANTE sobre o andamento das obras e serviços, sempre que solicitados;
- IV. Em geral, exercer todas as atribuições necessárias à execução completa e adequada das obras, em todas as suas fases e etapas, até sua respectiva conclusão;
- V. Observar, rigorosamente, os projetos arquitetônico, estrutural e demais projetos de instalações complementares, o memorial descritivo, bem como todos os demais documentos relacionados à execução das obras;
- VI. Proceder a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - do CREA, nos termos da Lei 6.496/77.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Efetuar, pontualmente, o pagamento do serviço, nos termos da cláusula segunda.
- II. Deverá dar à CONTRATADA todas as condições necessárias de acesso ao imóvel na qual serão executadas as obras, não lhe perturbando nem dificultando a execução do serviço;
- III. Manifestar-se, quando solicitado pela CONTRATADA, a respeito das dúvidas, opções ou detalhamento de especificações necessárias para o normal andamento da obra;
- IV. Fornecer outros elementos e materiais, na quantidade e qualidade indispensáveis para a boa execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

Fica facultado à CONTRATANTE exercer a ampla fiscalização do objeto do presente contrato, tanto na parte administrativa e financeira, tendo acesso aos documentos da CONTRATADA diretamente concernentes aos serviços objeto deste Contrato, comprometendo-se a CONTRATADA, neste ato, a facilitar referida fiscalização e a permitir que a CONTRATANTE tenha acesso aos locais de obra.



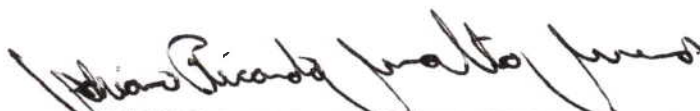
CLÁUSULA OITAVA – DO FORO:

Fica eleito o foro da comarca de Várzea da Palma, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda deste Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

Várzea da Palma, 08 de Outubro de 2020.

CONTRATANTE:


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES – ME
CNPJ nº 16.600.086/0001-23
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
CPF nº 038.813.916-14

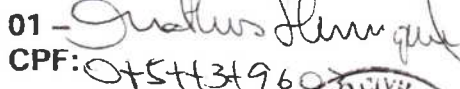
CONTRATADA:

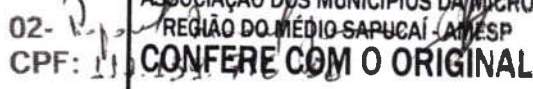
**LORENA APARECIDA
DA SILVA**
LUCIO:10558289665

Assinado de forma digital por
LORENA APARECIDA DA SILVA
LUCIO:10558289665
Dados: 2021.11.04 12:35:29 -03'00'

LORENA APARECIDA DA SILVA LÚCIO
CREA MG nº 194792/D
CPF nº 105.582.896-65

TESTEMUNHAS:

01 - 
CPF: 07544349607

02 - 
CPF: 111.111.111-11

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 30 / 08 / 22
FUNCIONÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil com Atribuição de Notas Lassence
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de ADRIANO
RICARDO MALTA MENDES em testemunho da verdade.
///Lassence-MG, 22 de novembro de 2021
SELO DE CONSULTA: FDL62863
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7436.7790.0696.1723
Quantidade de atos praticados: 01
Atos(s) praticados(s) por: MARISANA PEREIRA DE - ESCRIVENTE
Valor: R\$ 6,82 - Tx.Judic.: R\$ 1,81 - Total: R\$ 7,63 - ISS: R\$ 0,00
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
ABK277493
Marisana Pereira de Oliveira



Nome
LORENA APARECIDA DA SILVA LUCIO

Filiação
LIMAR GONCALVES DA SILVA
JOSE CARLOS LUCIO

Nascimento 16/11/1990 CPF 105.502.896-65 Doc. de Identidade MG-16.762.253 PC-MG

Naturalidade
VARZEA DA PALMA MG

Tipo Seng Título de Eleitor
182905300264

Lorena Aparecida da Silva Lucio
Assinatura do Profissional

Crea de Registro
CREA-MG



Nacionalidade
BRASIL

PIS/PASEP

República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
Carteira de Identidade Profissional

Nome
LORENA APARECIDA DA SILVA LUCIO

Data do Registro no Crea-MG
06/08/2015

Título Profissional
ENGENHEIRA CIVIL

Registro Nacional
1414591268
Data de Emissão
07/03/2017

Assinatura

Presidente do CREA-MG

Valer como Documento de Identidade em todo o território nacional e tem fé pública, conforme o § 2º do art. 36 da Lei nº 8194 de 24/12/66 e Lei nº 6200 de 07/05/75.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 30 / 08 / 22

FUNCIONÁRIO



Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
 Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
 Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
 Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2934335/2022

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **CAMILA NUNES DA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CAMILA NUNES DA SILVA**Registro: **MG0000245094D MG** RNP: **1418767131**Título profissional: **ENGENHEIRA DE MINAS, ENGENHEIRA DE MINAS**Número da ART: **MG20221023553**Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**Registrada em: **28/03/2022**Baixada em: **14/07/2022**Forma de registro: **INICIAL**Participação técnica: **INDIVIDUAL**Empresa contratada: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS**CPF/CNPJ: **18.128.223/0001-02**Endereço do contratante: **RUA PADRE MACÁRIO**Nº: **19**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **TOCANTINS**UF: **MG**CEP: **36512000**Contrato: **012/2022**Celebrado em: **14/02/2022**Valor do contrato: **R\$ 45.400,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **AVENIDA LUCAS PIRES CORBELL**Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **SÃO LUCAS**Cidade: **TOCANTINS**UF: **MG**CEP: **36512000**Data de início: **29/03/2022**Conclusão efetiva: **29/09/2022**Finalidade: **AMBIENTAL**Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS**CPF/CNPJ: **18.128.223/0001-02**

Atividade Técnica: **16 - Execução HIDROGEOLOGIA > POÇOS TUBULARES > DE POÇOS TUBULARES > #27.4.1.1 - ENSAIO DE BOMBEAMENTO 55 - Execução de serviço técnico 1.00 unidade; 16 - Execução HIDROGEOLOGIA > POÇOS TUBULARES > DE POÇOS TUBULARES > #27.4.1.2 - DE MEDIÇÃO DE VAZÃO DE POÇO TUBULAR 55 - Execução de serviço técnico 1.00 unidade; 16 - Execução HIDROGEOLOGIA > POÇOS TUBULARES > DE POÇOS TUBULARES > #27.4.1.9 - PERFURAÇÃO 55 - Execução de serviço técnico 1.00 unidade;**

Observações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO ATÉ 150 METROS. INCLUSO REVESTIMENTO EM TUBO DE AÇO, TESTE DE VAZÃO E ANÁLISE FÍSICA, QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DE ÁGUA. O POÇO DEVERÁ SER PERFURADO NO BAIRRO SÃO LUCAS.

Número da ART: **MG20221210931**Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**Registrada em: **09/06/2022**Baixada em: **14/07/2022**Forma de registro: **INICIAL**Participação técnica: **INDIVIDUAL**Empresa contratada: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS**CPF/CNPJ: **18.128.223/0001-02**Endereço do contratante: **RUA PADRE MACÁRIO**Nº: **19**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **TOCANTINS**UF: **MG**CEP: **36512000**

Contrato:

Celebrado em:

Valor do contrato: **R\$ 58.000,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **AVENIDA LUCAS PIRES CORBELL**Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **SÃO LUCAS**Cidade: **TOCANTINS**UF: **MG**CEP: **36512000**Data de início: **09/06/2022**Conclusão efetiva: **09/12/2022**Finalidade: **OUTROS**Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS**CPF/CNPJ: **18.128.223/0001-02**

Atividade Técnica: **23 - Supervisão HIDROGEOLOGIA > POÇOS TUBULARES > DE POÇOS TUBULARES > #27.4.1.9 - PERFURAÇÃO 14 - Condução de equipe de instalação 1.00 unidade;**

Observações

CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSO 18 ESTÁGIOS 18hp - 220V TRIFÁSICO, COM MOTOR REFRIGERADO À ÁGUA, VAZÃO 12m³ a 244mca e 22m³ a 132mca. INCLUSO NA PROPOSTA: QUADRO DE COMANDO MONTADO E INSTALADO; TODOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS; TRANSPORTE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 25/07/2022, às 14:56





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
 Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
 Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
 Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2934335/2022

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.



Certidão de Acervo Técnico nº 2934335/2022
 25/07/2022, 13:05
 WY722

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: WY722

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
 Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
 Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 25/07/2022, às 14:56.
 Agronomia de Minas Gerais





PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS

TEL: (32) 3574-1319 – e-mail: licitacao@tocantins.mg.gov.br
Avenida Padre Macário, 129 – Bairro Centro

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS**, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº: 18.128.223/0001-02, com sede à **Avenida Padre Macário, Nº 129, Bairro Centro CEP: 36.512-000, Tocantins/MG**, declara e atesta em atendimento ao Contrato de nº 12/2022, celebrado em: 14/02/2022 no valor contratual de **R\$ 45.400,00 (quarenta e cinco mil e quatrocentos reais)**, e Contrato de nº 0035/2022, celebrado em: 04/05/2022 no valor contratual de **58.000,00 (cinquenta e oito mil reais)**, sendo este atestado referente aos serviços prestados dos números de contratos acima citados, em que a empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, inscrita no CNPJ: 16.600.086/0001-23 INSC. ESTADUAL: 141/13, com sede à **Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, bairro Jardim Itália no município de Várzea da Palma/MG, CEP 39.260-000. Objetivo do contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO ATÉ 150 METROS. INCLUSO REVESTIMENTO EM TUBO DE AÇO, TESTE DE VAZÃO E ANÁLISE FÍSICA, QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DE ÁGUA. O POÇO DEVERÁ SER PERFURADO NOP BAIRRO SÃO LUCAS e**. Tendo como responsável técnico da empresa contratada a Engenheira de Minas - Camila Nunes da Silva, CREA-MG 245094/D RPN: 1418767131, os serviços prestados estão conforme a ART nº MG20221023553 e ART MG20221210931.

Data de início da obra: 29/03/2022

Data de término da obra: 31/03/2022

A obra iniciou no dia 29/03/2022, no Bairro São Lucas. A perfuração do poço tubular teve início no diâmetro de 8" (oito polegadas) no sedimento, sendo perfurado 42 metros até atingir a rocha. Após atingir a rocha o diâmetro do furo foi reduzido para 6" (seis polegadas) até atingir a profundidade total de 150 metros. Foi instalado um tubo de revestimento de aço carbono na profundidade de 42 metros. A perfuração do poço foi finalizada no mesmo dia. No dia 30/03/2022, foi realizado o teste de bombeamento, para medir a vazão, rebaixamento e recuperação do poço tubular. No início do teste de bombeamento foram coletadas amostras de água para envio da análise, física, química e bacteriológica. No poço tubular foi instalado um conjunto motobomba submerso 18 estágios 18hp - 220v trifásico, com motor refrigerado à água, vazão 12m³ a 244mca e 22m³ a 132mca e quadro de comando.

Tocantins, 15 de junho de 2022.

Silas Fortunato de Carvalho
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINS | CNPJ: 18.128.223/0001-02
SILAS FORTUNATO DE CARVALHO | CPF: 382.509.776-53
CARGO: PREFEITO



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2934335/2022, emitida em 25/07/2022



Certidão nº 2934335/2022
25/07/2022, 14:56
Chave de Impressão: WY722

O documento neste ato registrado foi emitido em 22/07/2022 e contém 1 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-
MG

Impresso em: 25/07/2022, às 14:56
Agrupamento de Minas Gerais





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2938335/2022

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **CAMILA NUNES DA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CAMILA NUNES DA SILVA**Registro: **MG0000245094D MG** RNP: **1418767131**Título profissional: **ENGENHEIRA DE MINAS, ENGENHEIRA DE MINAS**

Número da ART: **MG20221007905** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **22/03/2022** Baixada em: **05/08/2022**
Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUIMARÃIA**
Endereço do contratante: **RUA GUIMARÃES**

CPF/CNPJ: **18.602.052/0001-01**
Nº: **280**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **GUIMARÃIA**UF: **MG**CEP: **38730000**Contrato: **04/2022**Celebrado em: **09/02/2022**Valor do contrato: **R\$ 35.000,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **OUTROS COMUNIDADE DO BORGES**Nº: **S/N**Complemento: **ESCOLA MUNICIPAL JAHYR NUNES PERES**Bairro: **ZONA RURAL**Cidade: **GUIMARÃIA**UF: **MG**CEP: **38730000**Data de início: **23/03/2022**Conclusão efetiva: **23/09/2022**Finalidade: **AMBIENTAL**Proprietário: **MUNICÍPIO DE GUIMARÃIA**CPF/CNPJ: **18.602.052/0001-01**

Atividade Técnica: **16 - Execução HIDROGEOLOGIA > POÇOS TUBULARES > DE POÇOS TUBULARES > #27.4.1.9 - PERFURAÇÃO 55 -**
Execução de serviço técnico **100.00 metro;**

Observações

PERFURACAO E INSTALAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM VAZÃO MÍNIMA 3000 L/HORA, COM PERFURAÇÃO ESTIMADA 100 METROS.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2938335/2022

05/08/2022, 13:27

85734

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 85734

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br

CREA-MG

Impresso em: 05/08/2022, às 14:08



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE GUIMARÃS**, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº: **18.602.052/0001-01**, com sede à **Rua Guimarães, nº 280, Bairro Centro, Guimarães/MG, CEP 38.730-000**, declara e atesta em atendimento ao Contrato de nº **04/2022**, celebrado em: 09/02/2022 no valor contratual de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)** sendo este atestado referente aos serviços prestados do número de contrato acima citado, em que a empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, inscrita no CNPJ: **16.600.086/0001-23 INSC. ESTADUAL: 141/13**, com sede à **Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália no município de Várzea da Palma/MG, CEP 39.260-000**. **Objetivo do contrato:** OBJETO DO PRESENTE CONTRATO PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM VAZÃO MÍNIMA 3000 L/HORA, COM PERFURAÇÃO ESTIMADA 100 METROS. Tendo como responsável técnico da empresa contratada a Engenheira de Minas - Camila Nunes da Silva, CREA-MG 245094/D RPN: 1418767131, os serviços prestados estão conforme a ART nº MG20221007905.

Data de início da obra: 23/03/2022

Data de término da obra: 26/03/2022

A obra foi executada na Escola Municipal Jahyr Nunes Peres, localizada na Comunidade dos Borges, Zona Rural, Guimarães/MG. A perfuração teve início com equipamento de 8" (oito polegadas), sendo perfurados 54 metros no sedimento até atingir a rocha. Após atingir a rocha o diâmetro do equipamento foi reduzido para 6" (seis polegadas) sendo perfurado até a profundidade de 120 metros, finalizando a perfuração do poço tubular.

Atestamos ainda que a empresa contratada e o responsável técnico demonstraram capacidade técnica, que os serviços foram executados de acordo com os prazos e nas condições contratuais estabelecidas, nada havendo em nossos registros, até a presente data, que possa desaboná-la.

Guimarães, 08 de julho de 2022.



Município de Guimarães
 CNPJ: 18.602.052/0001-01
 Adílio Alex dos Reis
 Prefeito Municipal

Adílio Alex dos Reis
 Prefeito Municipal de Guimarães - MG

Rua Guimarães n.º 280 | Centro | CEP 38.730-000 | Guimarães/MG | Tel: (34) 3834.2000

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2938335/2022, emitida em 05/08/2022



Certidão nº 2938335/2022
 05/08/2022, 14:08

Chave de Impressão: 85734

O documento neste ato registrado foi emitido em 05/08/2022 e contém 1 folhas





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
 Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
 Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
 Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2931385/2022

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **CAMILA NUNES DA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CAMILA NUNES DA SILVA**Registro: **MG0000245094D MG** RNP: **1418767131**Título profissional: **ENGENHEIRA DE MINAS, ENGENHEIRA DE MINAS**Número da ART: **MG20221262339**Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**Registrada em: **29/06/2022**Baixada em: **05/07/2022**Forma de registro: **INICIAL**Participação técnica: **INDIVIDUAL**Empresa contratada: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**Contratante: **POLLYANA LINA TRANSPORTES**CPF/CNPJ: **32.192.540/0001-00**Endereço do contratante: **RUA MESTRE PEREIRA**Nº: **168**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **LASSANCE**UF: **MG**CEP: **39250000**Contrato: **0045/2022**Celebrado em: **29/06/2022**Valor do contrato: **R\$ 6.000,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **RUA MESTRE PEREIRA**Nº: **168**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **LASSANCE**UF: **MG**CEP: **39250000**Data de início: **30/06/2022**Conclusão efetiva: **05/07/2022**Finalidade: **AMBIENTAL**Proprietário: **POLLYANA LINA TRANSPORTES**CPF/CNPJ: **32.192.540/0001-00**

Atividade Técnica: **16 - Execução HIDROGEOLOGIA > POÇOS TUBULARES > DE POÇOS TUBULARES > #27.4.1.8 - PERFIL GEOFÍSICO 55 - Execução de serviço técnico 1.00 unidade;**

Observações

Objeto do presente contrato é a prestação dos serviços, pela CONTRATADA, de um estudo geofísico para Locação de poço artesiano no município de Lassance/MG.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2931385/2022

07/07/2022, 10:05

7b0B1

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 7b0B1

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br

CREA-MG

Impresso em: 07/07/2022, às 10:06.

Agenciado de Minas Gerais





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **POLLYANA LINA TRANSPORTES**, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº: **32.192.540/0001-00**, com sede à **Rua Mestre Pereira, nº 168, Bairro Centro Lassance/MG, CEP 39.250-000**, declara e atesta em atendimento ao Contrato de nº **0045/2022**, celebrado em: 29/06/2022 no valor contratual de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** sendo este atestado referente aos serviços prestados do número de contrato acima citado, em que a empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, inscrita no CNPJ: **16.600.086/0001-23 INSC. ESTADUAL: 141/13**, com sede à **Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, bairro Jardim Itália no município de Várzea da Palma/MG, CEP 39.260-000**. Objetivo do contrato: **OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PELA CONTRATADA, DE UM ESTUDO GEOFÍSICO PARA LOCAÇÃO DE POÇO ARTESIANO NO MUNICÍPIO DE LASSANCE/MG.** Tendo como responsável técnico da empresa contratada a Engenheira de Minas - Camila Nunes da Silva, CREA-MG 245094/D RPN: 1418767131, os serviços prestados estão conforme a ART nº MG20221262339.

Data de início da obra: **30/06/2022**

Data de término da obra: **30/06/2022**

A obra foi executada no imóvel localizado à Rua Mestre Pereira, nº 168, Bairro Centro, município de Lassance/MG. O estudo Geofísico foi realizado em três etapas principais:

I) Primeira Etapa: foi executada no escritório e envolveu uma análise da área pesquisada com formação de equipe, preparação de equipamentos e levantamento de informações geológicas, hidrogeológicas e geográficas.

II) Segunda Etapa: consistiu no levantamento geofísico de campo com execução de 6 (seis) caminhamentos elétricos com arranjo dipolo-dipolo. O equipamento utilizado para medições de campo foi um eletrorresistivímetro. Também foram utilizados cabos de fiação flexível 1,5 mm², eletrodos de aço inoxidável maciço e bateria (12V) como fonte de carga elétrica.

III) Terceira Etapa: consistiu no processamento, modelagem, interpretação geológicas dos dados e confecção do relatório final. Para a modelagem dos dados.

Informamos ainda que a prestação dos serviços citados, apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data

Lassance, 01 de julho de 2022.

POLLYTRANSPORTES
C.N.P.J. nº 32.192.540/0001-00
Pollyana Lina Soares Campos Hudson
084.331.626-83

POLLYANA LINA SOARES CAMPOS HUDSON – Pessoa Jurídica de direito privado – CNPJ:
32.192.540/0001-00 – Lassance/MG

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2931385/2022, emitida em 07/07/2022



Certidão nº 2931385/2022
07/07/2022, 10:06
Chave de Impressão: 7b0B1

O documento neste ato registrado foi emitido em 05/07/2022 e contém 1 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 07/07/2022, às 10:06





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2764139/2021

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **CAMILA NUNES DA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CAMILA NUNES DA SILVA**Registro: **MG0000245094D MG** RNP: **1418767131**

Título profissional: ENGENHEIRA DE MINAS, ENGENHEIRA DE MINAS

Número da ART: **1420200000005978373** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: _____ Baixada em: _____
Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **POCOS ARTESIANOS MINAS LTDA EPP**

Contratante: **SOMAI NORDESTE S.A**Endereço do contratante: **Rodovia BR-365**Complemento: **KM 14**Cidade: **Montes Claros**

Contrato: _____

Valor do contrato: **R\$ 4.750,00**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **Rodovia BR-365**Complemento: **KM 14**Cidade: **Montes Claros**Data de início: **14/04/2020**Conclusão efetiva: **17/04/2020**Finalidade: **AMBIENTAL**Proprietário: **SOMAI NORDESTE S.A**CPF/CNPJ: **22.673.347/0001-38**

Nº: _____

Bairro: **ZONA RURAL**UF: **MG**CEP: **39403203**

Celebrado em: _____

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Nº: _____

Bairro: **ZONA RURAL**UF: **MG**CEP: **39403203**CPF/CNPJ: **22.673.347/0001-38**Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO #1001-923 - SONDAGEM PARA AGUA SUBTERRANEA 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 1 unidade;**

Observações: _____

TESTE DE VAZÃO, REBAIXAMENTO E RECUPERAÇÃO 24 HORAS DE POÇO TUBULAR PROFUNDO.

Informações Complementares: _____

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2764139/2021

24/02/2021, 15:28

4xb9a

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 4xb9a

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 Fax: 0800 031 2732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br

CREA-MG

Impresso em: 24/02/2021, às 15:41.





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A SOMAI NORDESTE S.A, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas CNPJ: 22.673.347/0001-38, com sede à Rodovia BR 365, Km 14, Zona Rural, Montes Claros – MG CEP: 39.403-203 declara e atesta em atendimento ao Pedido de Compra nº 983597/1, valor contratual R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) em que a empresa POCOS ARTESIANOS MINAS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ: 09.511.840/0001-93 INSC. ESTADUAL: 00108226800-33, com sede à Avenida Deputado Esteves Rodrigues, nº 446, Bairro João Gordo, Município de Montes Claros – MG – CEP 39.400-616. Objetivo do pedido de compra: serviço de teste de vazão, tendo como responsável técnico da empresa contratada a Engenheira de Minas - Camila Nunes da Silva, CREA-MG 245094/D RPN: 1418767131, os serviços prestados estão conforme a ART nº 5978373.

Data de início da obra: 24/04/2020.

Data de conclusão da obra: 25/04/2020.

Poço Jovino

Teste de bombeamento com o uso de uma bomba submersa, medindo a vazão, rebaixamento e recuperação do poço tubular, com duração de 24 horas.

Montes Claros, 21 de janeiro de 2021.

Sara Rayana Costa Souza

SOMAI NORDESTE S.A
Sara Rayana Costa Souza
Supervisora de Meio Ambiente
CPF.: 088.413.556-03

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2764139/2021, emitida em 24/02/2021



Certidão nº 2764139/2021
 24/02/2021, 15:41
 Chave de Impressão: 4xb9a

O documento neste ato registrado foi emitido em 22/02/2021 e contém 1 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
 Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
 Tel: 08000312732 Fax: 0800 031 2732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 24/02/2021, às 15:41





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
 Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
 Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
 Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2764116/2021

Atividade concluída

FLS.: 452

Assinatura

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **CAMILA NUNES DA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CAMILA NUNES DA SILVA**Registro: **MG0000245094D MG** RNP: **1418767131**Título profissional: **ENGENHEIRA DE MINAS, ENGENHEIRA DE MINAS**Número da ART: **1420200000005995754**Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**

Registrada em:

Baixada em: **22/02/2021**Forma de registro: **INICIAL**Participação técnica: **INDIVIDUAL**Empresa contratada: **POCOS ARTESIANOS MINAS LTDA EPP**Contratante: **SOMAI NORDESTE S.A**CPF/CNPJ: **22.673.347/0001-38**Endereço do contratante: **Rodovia BR-365**

Nº:

Complemento: **KM 14**Bairro: **ZONA RURAL**Cidade: **Montes Claros**UF: **MG**CEP: **39403203**

Contrato:

Celebrado em:

Valor do contrato: **R\$ 24.184,00**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **Rodovia BR-365**

Nº:

Complemento: **KM 14**Bairro: **ZONA RURAL**Cidade: **Montes Claros**UF: **MG**CEP: **39403203**Data de início: **27/04/2020**Conclusão efetiva: **29/05/2020**Finalidade: **AMBIENTAL**Proprietário: **SOMAI NORDESTE S.A**CPF/CNPJ: **22.673.347/0001-38**

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO #1001-923 - SONDAGEM PARA AGUA SUBTERRANEA 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 1 unidade; 7 - EXECUÇÃO #1013-1276 - OUTORGA DE AGUAS(DETALHAR NO CAMPO OBSERVACOES) 31 - LAUDO 1 unidade;**

Observações

PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR. TESTE DE VAZÃO, REBAIXAMENTO E RECUPERAÇÃO 24 HORAS DE POÇO TUBULAR PROFUNDO E OUTORGA DE ÁGUA SUBTERRÂNEA.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2764116/2021

24/02/2021, 14:58

yDw36

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publica/>, com a chave: yDw36

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 Fax: 0800 031 2732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br

CREA-MG

Impresso em: 24/02/2021, às 16:02

Agropecuária de Minas Gerais





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A SOMAI NORDESTE S.A, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas CNPJ: 22.673.347/0001-38, com sede à Rodovia BR 365, Km 14, Zona Rural, Montes Claros – MG CEP: 39.403-203 declara e atesta em atendimento ao Pedido de Compra nº 983596/1, valor contratual R\$ 24.184,00 (vinte e quatro mil cento e oitenta e quatro reais) em que a empresa POCOS ARTESIANOS MINAS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ: 09.511.840/0001-93 INSC. ESTADUAL: 00108226800-33, com sede à Avenida Deputado Esteves Rodrigues, nº 446, Bairro João Gordo, Município de Montes Claros – MG – CEP 39.400-616. Objetivo do pedido de compra: serviço execução construção do poço teste de vazão, tendo como responsável técnico da empresa contratada a Engenheira de Minas - Camila Nunes da Silva, CREA-MG 245094/D RPN: 1418767131, os serviços prestados estão conforme a ART nº 5995754.

Data de início da obra: 27/04/2020.

Data de conclusão da obra: 05/05/2020.

Poço Eustáquio

Perfuração em sedimento no diâmetro de 10 polegadas de 0,00 a 18,00 metros de profundidade, perfuração em rocha maciça no diâmetro de 8½ polegadas de 18 a 100,00 metros de profundidade. Instalação de 18 metros de tubo de revestimento em aço carbono no diâmetro de 8 polegadas. Preenchimento do espaço anelar. Construção da laje sanitária. Teste de bombeamento com o uso de uma bomba submersa, medindo a vazão, rebaixamento e recuperação do poço tubular, com duração de 24 horas.

Perfuração total: 100 metros.

Montes Claros, 21 de janeiro de 2021.

Sara Rayana Costa Souza

SOMAI NORDESTE S.A
Sara Rayana Costa Souza
Supervisora de Meio Ambiente
CPE.: 088.413.556-03

Certidão nº 2764116/2021
 24/02/2021, 15:02

Chave de Impressão: yDw36
 O documento neste ato registrado foi emitido em 22/02/2021 e contém 1 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2764116/2021, emitida em 24/02/2021



[Handwritten signatures]

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
 Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
 Tel: 08000312732 Fax: 0800 031 2732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 24/02/2021, 15:02





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2885737/2022

Atividade em andamento

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

FLS.: **454**
Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **CAMILA NUNES DA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CAMILA NUNES DA SILVA**

Registro: **MG0000245094D MG** RNP: **1418767131**

Título profissional: ENGENHEIRA DE MINAS, ENGENHEIRA DE MINAS

Número da ART: **1420200000005804108** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 20/01/2020

Forma de registro: COMPLEMENTAR

Participação técnica: INDIVIDUAL

Empresa contratada: **POCOS ARTESIANOS MINAS LTDA EPP**

Contratante: **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS G.**

CPF/CNPJ: **04.888.232/0001-89**

Endereço do contratante: Rodovia PAPA JOÃO PAULO II

Nº: 4000

Complemento: ED. GERAIS, 8º ANDAR

Bairro: SERRA VERDE (VENDA NOVA)

Cidade: Belo Horizonte

UF: MG

CEP: 31630901

Contrato: 24

Celebrado em:

Valor do contrato: R\$ 1.199.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Outros

Endereço da obra/serviço: Comunidade DIVERSAS

Nº:

Complemento:

Bairro:

Cidade: Governador Valadares

UF: MG

CEP: 35010230

Data de início: 09/12/2019

Situação: atividade em andamento

Finalidade: INFRAESTRUTURA

Proprietário: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS G.

CPF/CNPJ: 04.888.232/0001-89

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO MINERAÇÃO > #1001-923 - SONDAGEM PARA AGUA SUBTERRANEA 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 30 unidade; 7 - EXECUÇÃO MEIO AMBIENTE > #1013-1276 - OUTORGA DE AGUAS(DETALHAR NO CAMPO OBSERVACOES) 31 - LAUDO 30 unidade;**

Observações

- CRISOLITA(COM.CALDO DE CANA);G.VALADARES(COM.ALTO STA HELENA E CHONIM DE CIMA);ITUETA(COM.VILA NIETZEL);STA RITA DE MINAS(COM.SAIBREIRA E CORREGO DO TABULEIROII;S. SEBASTIÃO DO ANTA(COM.NOVA BRASILIA)

Informações Complementares

- CERTIFICAMOS MAIS, QUE O VINCULO DA PROFISSIONAL ENGENHEIRA DE MINAS CAMILA NUNES DA SILVA COM A EMPRESA CONTRATADA POÇOS ARTESIANOS MINAS LTDA INICIOU EM 19/09/2019 E FINALIZOU-SE EM 12/05/2021.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2885737/2022

11/03/2022, 15:02

6wDB3

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 6wDB3

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 11/03/2022, às 15:03





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Gerência de Inclusão Produtiva



Declaração - IDENE/GIP - 2020

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2020.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, inscrito no Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº: 04.888.232/0001-89, com sede à Rodovia Papa João Paulo II, N° 4000, Ed. Gerais, 8º Andar, Bairro Serra Verde (Venda Nova) CEP: 31.630-901 declara e atesta em atendimento ao Número de Contrato nº 24, valor contratual R\$ 1.199.000,00 (um milhão, cento e noventa e nove mil reais) sendo este atestado referente aos serviços prestados do número de contrato acima citado, em que a empresa POÇOS ARTESIANOS MINAS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ: 09.511.840/0001-93 INSC. ESTADUAL: 00.108.226.800-33, com sede à Rua Álvaro Cruz, nº 28, Bairro Centro, Espinosa/MG – CEP 39.510-000. **Objetivo do contrato:** contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução dos serviços de locação, perfuração, construção, equipagem, análise físico-química e bacteriológica da água e licenciamento ambiental de 30 (trinta) poços tubulares (LOTE 4) com profundidades estimadas em até 150 metros, em áreas de rochas cristalinas e/ou sedimentares na área de abrangência do Sistema SEDINOR/IDENE, no Estado de Minas Gerais no âmbito da Estratégia do Plano para Enfrentamento da Seca, de acordo com as especificações e detalhamentos do Anexo I do Pregão Eletrônico nº2421020000026/2017 que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independente de transcrição, tendo como responsável técnico da empresa contratada a Engenheira de Minas - Camila Nunes da Silva, CREA-MG 245094/D RPN: 1418767131, os serviços prestados estão conforme a ART nº 5725701 e ART complementar 5804108. Até a presente data a obra foi realizada parcialmente em duas comunidades, sendo perfurados 2 poços tubulares profundos, conforme será descrito abaixo.

Data de início da obra: 07/10/2019

Poço 1 – Município Santa Rita de Minas – Comunidade Saibreira.

Perfuração em sedimento no diâmetro de 8 polegadas de 0,00 a 20,00 metros de profundidade, perfuração em rocha ígnea no diâmetro de 6 polegadas de 20,00 a 62,00 metros de profundidade. Instalação de 21 metros de tubo de revestimento em aço carbono no diâmetro de 6 polegadas. Preenchimento do espaço anelar. Aplicação de 7 kg de produto químico para remoção de fluido de perfuração e limpeza do poço tubular profundo. Teste de Bombeamento com o uso de uma bomba submersa com duração de 24 horas. Emissão de Certidão de Cadastro Para Abastecimento de Pequenos Núcleos Populacionais Rurais.

Perfuração total: 62 metros.**Poço 2 – Município Santa Rita de Minas – Córrego do Tabuleiro II.**

Perfuração em sedimento no diâmetro de 8 polegadas de 0,00 a 29,00 metros de profundidade, perfuração em rocha ígnea no diâmetro de 6 polegadas de 29,00 a 132,00 metros de profundidade. Instalação de 30 metros de tubo de revestimento em aço carbono no diâmetro de 6 polegadas. Preenchimento do espaço anelar. Aplicação de 7 kg de produto químico para remoção de fluido de perfuração e limpeza do poço tubular profundo. Teste de Bombeamento com o uso de uma bomba submersa com duração de 24 horas. Emissão de Certidão de Cadastro Para Abastecimento de Pequenos Núcleos Populacionais Rurais.

Perfuração total: 132 metros.

Documento assinado eletronicamente por **Diego Victor Cezar, Servidor(a) Público(a)**, em 10/11/2020, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21590643** e o código CRC **29556489**.

https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=25346134&infra_siste... 1/2

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2885737/2022, emitida em 11/03/2022



Certidão nº 2885737/2022
11/03/2022, 15:03

Chave de Impressão: 6WDB3

O documento neste ato registrado foi emitido em 22/02/2022 e contém 2 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 11/03/2022, às 15:03





Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2885737/2022, emitida em 11/03/2022



Certidão nº 2885737/2022
11/03/2022, 15:03

Chave de Impressão: 6WDB3

O documento neste ato registrado foi emitido em 22/02/2022 e contém 2 folhas

https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=25346134&infra_siste... 2/2

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



**CREA-
MG**

Impresso em: 11/03/2022, às 15:03
Agrupamento de Minas Gerais





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2886883/2022

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

FLS.: 457

Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG o Acervo Técnico do profissional **LORENA APARECIDA DA SILVA LUCIO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **LORENA APARECIDA DA SILVA LUCIO**
Registro: **MG0000194792D MG** RNP: **1414591268**
Título profissional: ENGENHEIRA CIVIL, ENGENHEIRA CIVIL

Número da ART: **MG20220984798** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 17/03/2022 Baixada em: 18/03/2022
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE** CPF/CNPJ: **18.279.125/0001-68**
Endereço do contratante: RUA NOSSA SENHORA DO CARMO Nº: 726
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: LASSANCE UF: MG CEP: 39250000
Contrato: Celebrado em: 14/03/2022
Valor do contrato: R\$ 25.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: DISTRITO COMUNIDADE BEBEDOURO Nº: SN
Complemento: Bairro: BEBEDOURO
Cidade: LASSANCE UF: MG CEP: 39250000
Data de início: 14/03/2022 Conclusão efetiva: 14/03/2022
Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE CPF/CNPJ: 18.279.125/0001-68

Atividade Técnica: **16 - Execução SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA > DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA > #6.1.3.5 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA** 49 - Execução de obra 2215.00 metro; **6 - Condução de equipe SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA > DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA > #6.1.3.5 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA** 14 - Condução de equipe de instalação 2215.00 metro; **6 - Condução de equipe SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA > DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA > #6.1.3.5 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS EM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA** 16 - Condução de equipe de montagem 2215.00 metro;

Observações
essa ART é em regularização à ART 14201800000004557827

Informações Complementares
• A ART Nº 14201800000004557827 CITADA NO ATESTADO EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE DATADO DE 21/02/2022, FOI CANCELADA E SUBSTITUÍDA PELA ART Nº MG20220984798.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2886883/2022
18/03/2022, 15:35
ww729

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: ww729

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 21/03/2022, às 11:05
Agência de Minas Gerais





PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE
ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Obras e Urbanismo

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



Eu, Caio Filipe de Paula Rodrigues, portador da Carteira profissional CREA/MG nº 210933/D, Secretário de Obras do Município de LASSANCE/MG, atesto, para os devidos fins que, a profissional, Lorena Aparecida da Silva Lúcio, engenheira civil, portadora da Carteira Profissional do CREA MG nº 194.792/D, inscrito no CPF sob o nº 105.582.896-65, residente e domiciliada à Gardênia, nº 55, Bairro Cidade Nova, na cidade de Várzea da Palma/MG, executou serviços técnicos especializados em Construção Civil à Prefeitura Municipal de Lassance/MG, inscrita no CNPJ sob nº 18.279.125/0001-68, endereço à Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 726, Bairro Centro, na cidade de Lassance/MG - CEP 39.250-000.

Os trabalhos foram iniciados em 06 de Junho de 2018 e finalizados em 06 de Junho de 2019, sob a ART nº 4557827.

OBJETO DO CONTRATO E SERVIÇOS EXECUTADOS:

Prestação de serviço no ramo da construção civil para sistema de abastecimento de água com extensão de 2215 metros na comunidade do bebedouro contemplando execução, com fornecimento total de materiais interligando o poço profundo ao reservatório elevado.

Os serviços executados constituem: Condução de equipe de instalação, execução e montagem de estruturas de concreto e concreto armado FCK – 35 MPA, tubulações e execução de obra nessa mesma área.

Informo ainda que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom serviços operacionais, tendo a profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constado que a desabone, técnica e comercialmente, até a presente data.

Lassance 21 de Fevereiro de 2022.

Caio Filipe de Paula Rodrigues
CREA 210933/D
Secretário de Obras de Lassance/MG



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2886883/2022, emitida em 18/03/2022

Certidão nº 2886883/2022
21/03/2022, 11:05
Chave de Impressão: ww729
O documento neste ato registrado foi emitido em 24/02/2022 e contém 1 folhas



LE GALOP
HOTEL



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Atesto para os devidos fins de direitos, que a empresa contratada **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, com endereço na Rua PROFESSORA DEUSANA FERRAZ, 92, JARDIM ITALIA, VÁRZEA DA PALMA/MG, CNPJ 16600086000123, tendo como responsável técnico a Engenheira Civil **LORENA APARECIDA DA SILVA LUCIO**, CREA 194792D e CPF 105.582.896-654, executou para empresa contratante **BARBARA MARTINS MEIRELES – HOTEL LE GALOP**, com CNPJ 07.973.120/0001-14, estabelecimento este localizado rua Adelino Aguiar, 285, Caiçara, Várzea da Palma – MG, no período de 10/03/2021 a 15/03/2021 a obra/serviço abaixo relacionado:

Endereço/local da obra: Adelino Aguiar, 285, Caiçara, Várzea da Palma – MG, CEP 39.260.00.

Data da obra: Início da perfuração; 10/03/2021 – término dos serviços: 15/03/2021.

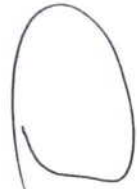
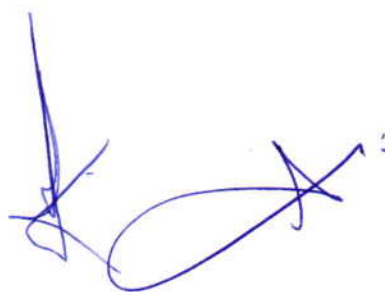
Descrição da obra/serviço: Execução de perfuração de Poço artesiano com 100 metros de profundidade em rocha sã – diâmetro do furo 6", com 32 metros de revestimento geomecânico incluso instalação de conjunto moto bomba com vazão de 50m³/h, teste de vazão e cerca em alambrado fio 22 com postes de concreto armado – 12 metros lineares. Fornecimento de Mão de obra, equipamentos e materiais para Execução de Poço artesiano, em seu endereço na cidade de Várzea da Palma em Minas Gerais - MG, sob a modalidade de Preço Unitário, com detalhamento as seguir:

- Execução de 100 Metros de Perfuração de Poço Artesiano rocha sã 6 polegadas
- Perfuração em camadas inconsistentes com fornecimento e instalação de tubo geomecânico – 32 metros
- Instalação de conjunto moto bomba com painel de comando com vazão de 50m³
- Teste de Vazão do poço artesiano.
- Construção de cerca em alambrado fio 22 com postes de concreto armado – 12 metros lineares

Atestamos ainda que a empresa contratada e o responsável técnico demonstraram capacidade técnica, que os serviços foram executados de acordo com os prazos e nas condições contratuais estabelecidas, nada havendo em nossos registros, até a presente data, que possa desaboná-la. A Responsável técnica acompanhou em tempo integral a realização dos serviços para garantir as boas práticas de execução, bem como garantia das qualidades.

Várzea da Palma, 01 de junho de 2021.


BARBARA MARTINS MEIRELES
HOTEL LE GALOP
CNPJ 07.973.120/0001
Barbara Martins Meireles
Sócia - Proprietária



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 30 / 08 / 22

FUNÇÃOÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - TJMS - COMARCA DE VÁRZEA DA PALMA
SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO DE VÁRZEA DA PALMA
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
em testemunho da verdade.
(FNF69702) BARBARA MARTINS MEIRELES
Várzea da Palma, 27/06/2022 11:54:47 23047
SELO DE CONSULTA: FNF69702
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3306.6673.0567.4410
Quantidade de atos praticados: 01
Atos praticado(s) por: MARIA ALZIRA LACERDA MARTINS - TABELA SUBSTITUTA
Emol: R\$7,04 TFL: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,20
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjms.jus.br>
Nº DA ETIQUETA: ABO377053

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]



[Handwritten signature]



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Atesto para os devidos fins de direitos, que a empresa contratada **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, com endereço na PROFESSORA DEUSANA FERRAZ, 92, JARDIM ITALIA, VÁRZEA DA PALMA/MG, CNPJ 16600086000123, tendo como responsável técnico o Engenheira Civil **LORENA APARECIDA DA SILVA LUCIO**, CREA 194792D e CPF 105.582.896-654, executou para empresa contratante **AUTO POSTO MM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.** com CNPJ 29.356.121/0001-52, estabelecimento este localizado rua K, 70 Bairro Novo Cruzeiro em Lassance-MG – MG, no período de 20/09/2021 a 29/09/2021 a obra/serviço abaixo relacionado:

Endereço/local da obra: rua K, 70 Bairro Novo Cruzeiro em Lassance-MG – MG, CEP 39.250.00.

Descrição da obra/serviço: Execução de Poço artesiano com 100 metros de profundidade, com 44 metros de revestimento em tubo de aço carbono com instalação de bomba de vazão de 50m³/h, incluindo teste de vazão.

ART nº MG20210616513: Fornecimento de Mão de obra, equipamentos e materiais para Execução de Poço artesiano, em seu endereço na cidade de Lassance-MG em Minas Gerais - MG, sob a modalidade de Preço Unitário, com detalhamento a seguir:

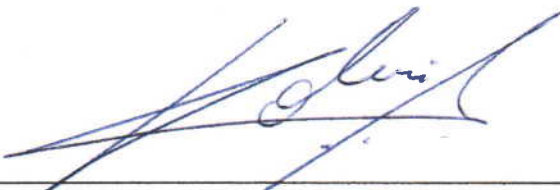
- Execução de 100 Metros de Perfuração em rocha sã (diâmetro de 06") de Poço Artesiano
- Perfuração de 40 Metros em aluvião e camadas inconsistentes (diâmetro de 08 1/2")
- Instalação de 40 Metros de Revestimento em aço carbono c/ costura.
- Execução de piso de concreto FCK 30 MPA – 30M²
- Instalação de Bomba com vazão de 50m³ incluso quadro de comando/ cabos de cobre flexíveis/ conjunto barrilete e hidrômetro.
- Teste de Vazão do poço artesiano

29.356.121/0001-52
Auto Posto M & M Comércio
de Combustíveis LTDA
Rua K, Nº 70
Cruzeiro - CEP 39.250-000



Atestamos ainda que a empresa contratada e o responsável técnico demonstraram capacidade técnica, que os serviços foram executados de acordo com os prazos e nas condições contratuais estabelecidas, nada havendo em nossos registros, até a presente data, que possa desaboná-la. A Responsável técnica acompanhou em tempo integral a realização dos serviços para garantir as boas práticas de execução, bem como garantia das qualidades.

Lassance, 01 de outubro de 2021.


AUTO POSTO MM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

29.356.121/0001-52
Vladson de Oliveira
CPF nº 074202226-90
Representante Legal

PODER JUDICIÁRIO - TJ-MG - COMARCA DE VÁRZEA DA PALMA

SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO DE VÁRZEA DA PALMA
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
em testemunho da verdade.
(FNF69698) VADSON DE OLIVEIRA *****

Várzea da Palma, 27/06/2022 11:53:13 1880
SELO DE CONSULTA: FNF69698
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8836.7407.2808.3857
Quantidade de atos praticados: 01

Ato(s) praticado(s) por:
MARIA ALZIRA LACERDA MARTINS - TABELA SUBSTITUTA
Emol: R\$7,04 TF: R\$2,19 Total: R\$9,23 I\$7: R\$0,20
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>


Nº DA ETIQUETA: ABC377049

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 30 / 08 / 22
FUNÇÃO

29.356.121/0001-52
Auto Posto M & M Comércio
de Combustíveis LTDA
Rua K, Nº 70
Cruzeiro - CEP 39.250-000
LASSANCE - MG

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

A empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, na pessoa de seu procurador legalmente constituído o Sr. **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000, DECLARA, PARA FINS DE DIREITO, EM ATENDIMENTO AO INCISO II E III DO ART. 30 DA LEI 8.666/93, QUE caso vencedora do objeto licitado, dispomos de aparelhamento e pessoal técnico especializado e qualificado para a execução da obra e/ou serviço objeto desta licitação.

Os profissionais indicados para exercer as atividades nos serviços objeto da licitação em referência:

NOME	FUNÇÃO	EXPERIÊNCIA	CIENTE
CAMILA NUNES DA SILVA	Engenheira de Minas CPF nº 089.603.326-07 CREA/MG nº 245094/D	03 anos	
LORENA APARECIDA DA SILVA LÚCIO	Engenheira Civil CPF nº 105.582.896-65 CREA/MG nº 194792D/D	04 anos	
VICTOR SANTOS DE OLIVEIRA	Motorista Ajudante Geral CPF nº 116.628.366-60	02 anos	
WILLIAN JULIO DA SILVA	Operador de Máquina Perfuratriz Motorista CPF nº 057.674.216-33	09 anos	
KAYQUE LORRAN ANDRADE SILVA	Encarregado Geral CPF nº 124.253.646-92	04 anos	
MÁRCIO HELIODORIO GOMES DA SILVA	Ajudante Geral CPF nº 081.631.115-02	04 anos	

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.

NOTAS
LASSANCE-MG


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME
Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23

CPF nº 038.813.916-14

MATHEUS HENRIQUE HUDSON

CPF nº 075.773.796-03

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /
CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Itália, Várzea da Palma - MG - 39260-000



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

VÁRZEA DA PALMA



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
CNPJ: 16.600.086/0001-23

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 06 de Julho de 2022 às 10:12

VÁRZEA DA PALMA, 06 de Julho de 2022 às 10:12

Código de Autenticação: 2207-0610-1251-0165-2113

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31802331977

Código da Natureza Jurídica

2135

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2200673605

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	223			BALANÇO
		048	1	RE-RATIFICACAO

VARZEA DA PALMA

Local

29 JULHO 2022

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME**, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/389.424-9	MGE2200673605	29/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Nome da Conta	Valor(D/C)	Nome da Conta	Valor(D/C)
ATIVO	1.654.375,71 D	PASSIVO	1.654.375,71 C
ATIVO CIRCULANTE	1.654.375,71 D	PASSIVO CIRCULANTE	303.136,70 C
ATIVO CIRCULANTE	1.654.375,71 D	EXIGIBILIDADES DIVS	279.061,64 C
DISPONIVEL	1.654.375,71 D	CONTAS A PAGAR	279.061,64 C
CAIXA GERAL	1.654.375,71 D	OUTRAS CONTAS A PAGAR	279.061,64 C
		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	24.075,06 C
		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB A	24.075,06 C
		IMPOSTOS A PAGAR OU A	24.075,06 C
		PATRIMONIO LIQUIDO	1.351.239,01 C
		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	1.400.000,00 C
		LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	48.760,99 D
		LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	48.760,99 D
		LUCROS DO EXERCICIO EM CURSO	48.760,99 D

JUSTIFICATIVA DE RETIFICAÇÃO DO BALANÇO

O Balanço anterior teve que ser retificado pelo motivo que no momento de anexá-lo ao processo foi anexado um balanço indevido incorretamente por tanto o mesmo já foi corrigido e anexado novamente devidamente em documento principal.

1 - DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, SOB AS PENAS DA LEI QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR ELAS.

Várzea da Palma, 29 de julho de 2022.

Reginaldo Gomes da Mota
Contador
CRCMG:070611/O



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

DATA CEMPRO

ContabMilenium - V: 6.48A

NIRE: 31802331977

173 - ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614

CNPJ: 16.600.086/0001-23

Balanco Patrimonial

Periodo: 01/01/2022 a 31/07/2022



Folha: 2

28/10/2021 16:11

MOTEA CONTABILIDADE

Em REAL

Nome da Conta

Valor(D/C) Nome da Conta

Valor(D/C)

VARZEA DA PALMA / MG, 31 de Julho de 2022

Responsável:

ADRAIANO RICARDO MALTA MENDES

CPF: 038.813.916-14

203 - Diretor

Responsável contábil:

REGINALDO GOMES DA MOTA

CPF: 033.779.866-42 CRC: MG-070611/0-3

Contador



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/389.424-9	MGE2200673605	29/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
033.779.866-42	REGINALDO GOMES DA MOTA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, REGINALDO GOMES DA MOTA, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 70611, expedida em 17/03/2017, inscrito no CPF nº 033.779.866-42, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. BALANCO - 2 página(s)

Varzea Da Palma/MG , 01 de agosto de 2022.

Nome do declarante que assina digitalmente: REGINALDO GOMES DA MOTA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Estrutura Item	Movimento	01/01/2022 a 31/07/2022	01/01/2021 a 31/07/2021
1.5 VENDA DE PRODUTOS			
2 (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
2.10 IMPOSTO S/ VENDAS E SERVIÇOS	444,00 D		444,00 D
3 (=) RECEITA LÍQUIDA	444,00 D		444,00 D
4.5 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS			
5 (=) LUCRO BRUTO	444,00 D		444,00 D
8 (=) LUCRO OU PREJ LIQ. OPERACIONAL	444,00 D		444,00 D
11 (=) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR	444,00 D		444,00 D
14 (=) LUCRO OU PREJ DO EXERCÍCIO	49.204,99 D		49.204,99 D

VARZEA DA PALMA / MG, 31 de Julho de 2022

Responsável:
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
CPF: 038.813.916-14
203 - Diretor

Responsável contábil:
REGINALDO GOMES DA MOTA
CPF: 033.779.866-42 CRC: MG-070611/0-3
Contador



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CB8BB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/389.424-9	MGE2200673605	29/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
033.779.866-42	REGINALDO GOMES DA MOTA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CB BBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS

Eu, REGINALDO GOMES DA MOTA nacionalidade brasileiro, estado civil casado, profissão CONTADOR, Carteira de Identidade (RG) nº M – 7.851.792, CPF nº 033.779.866-42, residente e domiciliado (a) no endereço Avenida Brasil, 2090, bairro Serrinha, cidade Várzea da Palma, CEP: 39.260-000, DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, SOB AS PENAS DA LEI QUE AS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS SÃO VERDADEIRAS E NOS RESPONSABILIZAMOS POR ELAS. Relação de documentos apresentados:

1. BALANÇO PATRIMONIAL
2. DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCICIO - DRE

Várzea da Palma, 29 de Julho de 2022

REGINALDO GOMES DA MOTA
CONTADOR
CRCMG:070611/O

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
EMPRESARIO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/389.424-9	MGE2200673605	29/07/2022

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
033.779.866-42	REGINALDO GOMES DA MOTA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE REGISTRO DIGITAL

Eu, REGINALDO GOMES DA MOTA, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 70611, expedida em 17/03/2017, inscrito no CPF nº 033.779.866-42, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. DRE - 1 página(s)

Varzea Da Palma/MG, 01 de agosto de 2022.

Nome do declarante que assina digitalmente: REGINALDO GOMES DA MOTA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, de NIRE 3180233197-7 e protocolado sob o número 22/389.424-9 em 29/07/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9501702, em 01/08/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Rosângela de Lourdes Ferreira Azevedo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
033.779.866-42	REGINALDO GOMES DA MOTA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
033.779.866-42	REGINALDO GOMES DA MOTA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.813.916-14	ADRIANO RICARDO MALTA MENDES
033.779.866-42	REGINALDO GOMES DA MOTA

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
033.779.866-42	REGINALDO GOMES DA MOTA



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumentos.jsf) informando o número do protocolo 22/389.424-9.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
033.779.866-42	REGINALDO GOMES DA MOTA

Belo Horizonte, segunda-feira, 01 de agosto de 2022



Documento assinado eletronicamente por Rosangela de Lourdes Ferreira Azevedo, Servidor(a) Público(a), em 01/08/2022, às 17:23 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 22/389.424-9.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 223894249 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 01 de agosto de 2022

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9501702 em 01/08/2022 da Empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 -ME, Nire 31802331977 e protocolo 22/389.424-9 - 29/07/2022. Autenticação: DD66CDAE5E5EC0D139DEBEA1771E6370F6CBBBB2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/389.424-9 e o código de segurança iSzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

DATA CEMPRO

ContabMilenium - V. 6.48B

NIRE: 31802331977

Moeda: REAL

173 - ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614

CNPJ: 16.600.086/0001-23

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período 01/01/2022 a 31/07/2022

31/01/2022

12:53

Folha: 1

Assinatura

MOTTA CONTABILIDADE

Estrutura	Item	Índice
10	ÍNDICES DE LIQUIDEZ	
10.10	Liquidez Corrente	4,04
10.20	Liquidez Imediata	4,04
10.30	Liquidez Seca	4,04
10.40	Liquidez Geral	4,04
10.50		
20	ÍNDICES DE ESTRUTURA	
20.10	Endividamento	
20.10.10.10	Grau de Endividamento	R\$ 0,24
20.10.10.20	Composição do Endividamento	1,00
20.10.10.30	Garantia de Capital de Terceiros	3,15
20.10.10.40		
20.20	Imobilizações	
20.20.10.10	Imobilização Técnica	
20.20.10.30	Imob. Recursos Perman	
20.20.10.40	Imob. Patrimônio Líquido	
20.20.10.50	Imobilização Total	
20.20.10.60		
30	ÍNDICES DE RENTABILIDADE	
30.10	Giro do Ativo	0,02
30.20	Margem Líquida	2,03
30.30	Margem Bruta	1,00
30.40	Margem Operacional	2,03
30.50	Rentabilidade do Ativo	0,05
30.60	Rentabilidade do P. Líquido	0,07
30.70	Rentab Lq. Invest. em Estoque	
30.80		
40	ÍNDICES DE ROTATIVIDADE	
40.10	ROI - Retorno s/Investimentos	
40.15	Retorno s/P. Líquido	48.760,99
40.20	Lucro por Ação	1.413.091,67
40.25	Valor Patrimonial da Ação	

VARZEA DA PALMA / MG, 31 de Janeiro de 2022

Responsável:

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES

CPF: 038.813.916-14

203 - Diretor

Assinado de forma digital por REGINALDO GOMES DA MOTA:03377986642

DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=17024763000175, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=presencial, cn=REGINALDO GOMES DA MOTA:03377986642

Responsável contabil:

REGINALDO GOMES DA MOTA

CPF: 033.779.866-42 CRC: MG-070611/0-3

Contador



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.600.086/0001-23 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/07/2012
NOME EMPRESARIAL ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TATU POCOS ARTESIANOS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.71-7-04 - Comércio varejista de medicamentos veterinários 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R PROFESSORA DEUSANA FERRAZ	NÚMERO 92	COMPLEMENTO *****
CEP 39.260-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM ITALIA	MUNICÍPIO VARZEA DA PALMA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CASADOFAZENDEIROLASSANCE@GMAIL.COM		UF MG
TELEFONE (38) 9738-8528		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/07/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/08/2022 às 08:59:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Secretaria de Estado de
Fazenda
de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL



DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002153449.00-27

CPF/CNPJ: 16.600.086/0001-23

NOME/NOME EMPRESARIAL: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614

NOME FANTASIA: TATU POCOS ARTESIANOS

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / 4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

DESMEMBRAMENTO:

NATUREZA JURIDICA: EMPRESARIO (INDIVIDUAL)

REGIME DE RECOLHIMENTO: SIMPLES NACIONAL

CATEGORIA: Filial

DATA INSCRIÇÃO: 22/05/2013

MEI: não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo

DATA DA SITUAÇÃO DA 20/04/2022

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 39260000

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: VARZEA DA PALMA

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: JARDIM ITALIA

LOGRADOURO: R - PROFESSORA DEUSANA FERRAZ

NUMERO: 92

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO:

EMITIDO EM

29/08/2022 12:50:55

Assinaturas manuscritas em azul.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614**
CNPJ: **16.600.086/0001-23**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

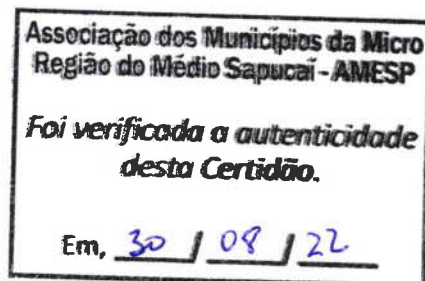
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:36:33 do dia 01/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/11/2022.


Código de controle da certidão: **7160.0862.7A91.A3F1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Assinaturas manuscritas em azul.



			SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa			CERTIDÃO EMITIDA EM: 24/06/2022		
			CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 22/09/2022		
NOME/NOME EMPRESARIAL: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614					
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002153449.00-27		CNPJ/CPF: 16.600.086/0001-23		SITUAÇÃO: Ativo	
LOGRADOURO: R PROFESSORA DEUSANA FERRAZ				NÚMERO: 92	
COMPLEMENTO:		BAIRRO: JARDIM ITALIA		CEP: 39260000	
DISTRITO/POVOADO:		MUNICÍPIO: VARZEA DA PALMA		UF: MG	
<p>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</p> <p>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</p> <p>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</p> <p>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</p>					
IDENTIFICAÇÃO		NÚMERO DO PTA		DESCRIÇÃO	
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos					
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2022000554406507					

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP

*Foi verificada a autenticidade
desta Certidão.*

Em, 30 / 08 / 22



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA DA PALMA - MG

18.279.059/0001-26

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

SEC DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXERCÍCIO: 2022



IDENTIFICAÇÃO DA CND

Número: 00000446/2022

Emissão: 25/08/2022 00:00:00

Validade: 24/10/2022

Controle: A28092-020018-726501-000248-019A

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Código: 90017672

Nome: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614

Insc. Mun.: 141/13

CNPJ/CPF: 16.600.086/0001-23

IE/RG:

Endereço: RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ(19) - 92

Bairro: JARDIM ITALIA

Cidade: VÁRZEA DA PALMA/MG

CEP: 39260-000

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS para os devidos fins e da parte interessada, que revendo as inscrições no Cadastro Tributário do Município verificamos, que o contribuinte acima está quite com os cofres municipais com referência ao pagamento de taxa de Licença para localização e Funcionamento e quaisquer outros débitos cobrados por este município. CERTIFICAMOS na forma da Lei nº 1.800, de 27/12/2005, Código Tributário do Município, e conforme o Art. 229 esta certidão negativa não exclui o direito de o Município exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

FINALIDADE

PARTICIPAR DE PROCESSOS LICITATORIOS E OUTROS

ASSINATURA

VARZEA DA PALMA, 25 de Agosto de 2022

Funcionário(a) Responsável
TRIBUTÁRIA

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP

Foi verificada a autenticidade
desta Certidão.

Em, 30 / 08 / 22

U-381

Síntese Tecnologia e Informática Ltda.





Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 16.600.086/0001-23**Razão Social:** ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614**Endereço:** RUA PROFESSORA DEUSANA FERRAZ 92 CS / JARDIM ITALIA / VARZEA
DA PALMA / MG / 39260-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/08/2022 a 13/09/2022**Certificação Número:** 2022081504320452438605

Informação obtida em 24/08/2022 10:03:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP***Foi verificada a autenticidade
desta Certidão.*Em, 30 / 08 / 22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 16.600.086/0001-23

Certidão nº: 16265561/2022

Expedição: 23/05/2022, às 07:04:06

Validade: 19/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES 03881391614 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **16.600.086/0001-23**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP

Foi verificada a autenticidade
desta Certidão.

Em, 3 / 08 / 22

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

A Sra. **CAMILA NUNES DA SILVA**, brasileira, solteira, Engenheira de Minas, portadora do CPF nº 089.603.326-07 e do Registro Profissional no CREA/MG nº 245094/D e a Sra. **LORENA APARECIDA DA SILVA LÚCIO**, brasileira, solteira, Engenheira Civil, portadora do CPF nº 105.582.896-65 e do Registro Profissional no CREA/MG nº 194792D/D DECLARAM que integrarão a equipe técnica responsável pela execução dos serviços e serão as responsáveis técnicas pelas perfurações e obras correlatas, objeto do **Pregão Presencial nº 010/2022 - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG**, caso seja declarada vencedora do certame a empresa licitante **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, na pessoa de seu procurador legalmente constituído o Sr. **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000.

Caso seja necessária a substituição destas, esta far-se-á por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante a aprovação prévia pela contratante.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 02 de Agosto de 2022.


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME

Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23

CPF nº 038.813.916-14

MATHEUS HENRIQUE HUDSON

CPF nº 075.773.796-03


CAMILA NUNES DA SILVA

Engenheira de Minas

CPF nº 089.603.326-07

CREA/MG nº 245094/D


LORENA APARECIDA DA SILVA LÚCIO

Engenheira Civil

CPF nº 105.582.896-65

CREA/MG nº 194792D/D

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /

CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Itália, Várzea da Palma - MG - 39260-000

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENINENTE IMPEDITIVO
DE SUA HABILITAÇÃO

A empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, na pessoa de seu procurador legalmente constituído o Sr. **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000, DECLARA para fins de habilitação no processo licitatório em epígrafe, que obedece rigorosamente o disposto no § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, ou seja, que até a presente data não existe fato superveniente impeditivo à sua habilitação e que não se encontra em situação de inadimplência ou impedida de licitar, nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta, bem como está ciente de que deve declará-los quando ocorridos durante ou após o certame.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.

NOTAS
LASSANCE-MG


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME
Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23
CPF nº 038.813.916-14

MATHEUS HENRIQUE HUDSON
CPF nº 075.773.796-03

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

A empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, na pessoa de seu procurador legalmente constituído o Sr. **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000, DECLARA que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital do Pregão Presencial nº 010/2022, estando ciente de que caso não sejam verificadas as condições acima mencionadas, estaremos sujeitos as sanções administrativas previstas nas leis que regem o presente Edital de Licitação.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.

NOTAS
LASSANCE-MG


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME
Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23
CPF nº 038.813.916-14

MATHEUS HENRIQUE HUDSON
CPF nº 075.773.796-03


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /
CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Itália, Várzea da Palma - MG - 39260-000

Pregão Presencial nº 010/2022
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP /MG

DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

A empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.600.086/0001-23, com sede na Rua Professora Deusana Ferraz, nº 92, Bairro Jardim Itália, Várzea da Palma - MG, CEP nº 39260-000, neste ato representada por seu sócio proprietário o Sr. **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES**, brasileiro, casado, profissional autônomo, portador do CPF nº 038.813.916-14, na pessoa de seu procurador legalmente constituído o Sr. **MATHEUS HENRIQUE HUDSON**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº MG 14078822 SSP/MG e do CPF nº 075.773.796-03, residente e domiciliado na rua Mestre Pereira, nº 172, Centro, Lassance, MG, CEP: 39250-000, DECLARA, que NÃO visitou o local onde seria executado o serviço objeto da licitação, por opção própria, assumindo assim que CONCORDA com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que, ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da minha omissão na verificação das condições dos locais de execução do objeto do referido Processo Licitatório **Pregão Presencial nº 010/2022**.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração sob as penas da Lei.

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.

NOTAS
LASSANCE-MG


ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME
Sócio-Proprietário

CNPJ nº 16.600.086/0001-23
CPF nº 038.813.916-14

MATHEUS HENRIQUE HUDSON
CPF nº 075.773.796-03

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL – CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS.

Ata nº 13/2022

Data: 30 de Agosto de 2022.Horário: 09h00mins.Licitação: **Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 10/2022.**Critério de julgamento: Menor Preço Global.Local da Abertura: Sala de Licitações da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP.

Objeto: LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Prazo de execução: 12 meses.Órgão solicitante: AMESP.Validade da proposta: 60 diasPregoeiro e Equipe de Apoio:

Wagner do Couto – Pregoeiro.

José Vitor Rosa – Equipe de Apoio.

Roque José dos Santos – Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	CNPJ Nº
EDICARLOS FERREIRA LOPES ME	26.376.501/0001-60
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME	16.600.086/0001-23

ASSESSOR JURIDICO
José Otávio Ferreira Amaral – OAB nº 74.071B

DIRETOR EXECUTIVO DA AMESP
Moacir Franco

CONSULTOR TÉCNICO

O pregão nº 10/2022 foi publicado, em primeira chamada, no Jornal Diário Oficial dos Municípios Mineiros na data de 19/07/2022, no Jornal Diário de Pouso Alegre/MG na data de 19/07/2022 no site amesp.mg.gov.br, bem como o aviso de edital foi fixado no quadro de avisos da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP; Em segunda chamada, no Jornal Diário Oficial dos Municípios Mineiros na data de 17/08/2022, no Jornal Diário de Pouso Alegre/MG na data de 17/08/2022 no site amesp.mg.gov.br, bem como o aviso de edital foi fixado no quadro de avisos da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. No dia e hora supramencionados, realizou-se a sessão pública para o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas comerciais das empresas, na presença do pregoeiro e de sua equipe de apoio. Foi aberta a

sessão pública, iniciando o período de recebimento dos elementos necessários à habilitação preliminar (envelopes de proposta comercial e documentação) e de identificação/credenciamento dos representantes legais, para procederem às atividades pertinentes ao presente pregão, conforme previsto no edital, tendo sido recebidos os envelopes das empresas acima elencadas. O pregoeiro e sua equipe de apoio efetuaram a verificação do atendimento das condições estabelecidas para a habilitação preliminar por parte das empresas participantes nada tendo a registrar. O pregoeiro e sua equipe de apoio iniciaram, imediatamente, a abertura dos envelopes de propostas comerciais. O pregoeiro e equipe de apoio informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do pregão, e ressaltou que a ausência quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicaria na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. As propostas comerciais apresentadas pelas licitantes foram analisadas pelo pregoeiro e equipe de apoio, tendo como base de avaliação as determinações do caderno convocatório. Chegou-se à fase de lances, ocasião em que as empresas classificadas tiveram a oportunidade de reduzir os preços ofertados. Foi prosseguida a sessão, onde se verificou os valores apresentados e seus lances. Levando em consideração o critério de julgamento à empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME, CNPJ Nº 16.600.086/0001-23, vencedora do **ÚNICO ITEM** pelo menor preço global de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais). Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope nº 02 – DOCUMENTOS, da empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME, CNPJ Nº 16.600.086/0001-23, onde se constatou que a mesma cumpriu com todos os documentos solicitados no edital, sendo, portanto, declarada **HABILITADA**. Os representantes das empresas participantes declaram, neste ato, não terem interesse de interponem recurso administrativo. Nada mais havendo a tratar e para constar, eu, José Vitor da Rosa Júnior, membro da equipe de apoio, lavro a presente ata conforme termos e elementos a mim apresentados no ato desta reunião, que, tendo sido lida e achada de conforme, segue assinada pelos presentes.

Pouso Alegre/MG, aos 30 de Agosto de 2022.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:

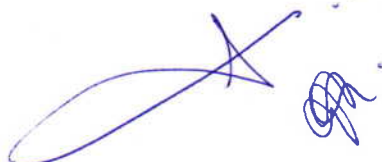


Wagner do Couto – Pregoeiro.

José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.

Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	ASSINATURA DOS REPRESENTANTES
EDICARLOS FERREIRA LOPES ME	
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME	



ATA Nº 13/2022

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

O Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP e a equipe de apoio, após análise da proposta apresentada pela empresa participante deste certame, tendo em vista o MENOR PREÇO GLOBAL da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022**, cujo objeto é a **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**. Resolve ratificar o resultado do presente pregão e adjudicar a seguinte empresa:

EMPRESA
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME, CNPJ Nº 16.600.086/0001-23, Valor Global de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais).

O resultado do presente certame será levado ao conhecimento da autoridade superior para a devida homologação se achar de conforme.

Pouso Alegre/MG, aos 30 de Agosto de 2022.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO


Wagner do Couto – Pregoeiro.


José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.


Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.



ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATUPOÇOS ARTESANOS /
CNPJ nº 16600086/0001-23 / Professora Deusina Ferraz, nº 92, Jardim Itália, Varzea da Palma – MG – 39260-000

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - BDI 23,66%
POÇO ARTESIANO

SUB-ITEM	REFERENCIA	CODIGO	SERVICO	UN	QTD	MEMORIAL DE ESTIMA DE QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO QUANT SEM BDI	PREÇO DO SERVIÇO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO DO SERVIÇO COM BDI
1. PRELIMINARES											
1.1 DOCUMENTAÇÃO											
1.1.1	COPASA - MA/22	65 001 073	INTERVENÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO JUNTO AOS ORÇADOS AMBIENTAIS	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 168,12	R\$ 14.122,08	R\$ 207,89	R\$ 17.482,76	R\$ 104.021,40
1.1.2	COPASA - MA/22	65 001 115	ANÁLISE BACTERIOLÓGICA	UN	168,00	ESTIMADO 6 UNIDADES POR MUNICÍPIO (3 PARA CADA ANTES E 3 PARA CADA DEPOIS)	R\$ 103,76	R\$ 17.095,68	R\$ 125,83	R\$ 21.139,44	
1.1.3	COPASA - MA/22	65 001 114	ANÁLISE FÍSICO QUÍMICA	UN	168,00	ESTIMADO 6 UNIDADES POR MUNICÍPIO (3 PARA CADA ANTES E 3 PARA CADA DEPOIS)	R\$ 314,90	R\$ 52.906,51	R\$ 389,40	R\$ 65.419,2	
1.2 SERVIÇOS E INSTALAÇÃO											
1.2.1	SETOP - MAR/22	ED-16660	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #16, ESP. 0,45 MM, PLOTADA COM ADESOVO VINÍLICO, AFIXADA COM REBITES 4x40 MM, LIMPEZA DE TERRENO COM ROÇADEIRA MECÂNICA	M2	378,00	ESTIMADO PLACA DE 1,5x3,0 M, TOTALIZANDO 4,5 M² POR CADA OBRA (3 POR CADA ANTES E 3 POR CADA DEPOIS)	R\$ 185,99	R\$ 70.304,22	R\$ 230,00	R\$ 86.940,00	R\$ 326.867,01
1.2.2	COPASA - MA/22	65 000 055	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS PARA BARRAÇÃO DE OBRAS PARA PERFURAÇÃO DE POÇO	M2	420,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 0,43	R\$ 181,55	R\$ 0,53	R\$ 222,60	
1.2.3	COPASA - MA/22	65 001 069	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS PARA BARRAÇÃO DE OBRAS PARA PERFURAÇÃO DE POÇO	UN	140,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 656,12	R\$ 91.856,80	R\$ 811,36	R\$ 113.590,40	
1.2.4	COPASA - MA/22	65 001 070	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DAS EQUIPES, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E FERRAMENTAS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS COM SONDAS ROTO-PNEUMÁTICA	KM	5.192,70	ESTIMADO A DISTÂNCIA MÉDIA DAS CIDADES PARTINDO DE FÓSSO	R\$ 19,64	R\$ 101.984,63	R\$ 24,29	R\$ 126.130,68	
1.3 INSTALAÇÃO ELÉTRICA											
1.3.1	SETOP - MAR/22	ED-20084	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, TIPO CA, PAIXÃO GEMIN, CARGA INSTALADA DE 27,10VA ATÉ 30VA, TRAFEGO COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CALHA	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 3.435,74	R\$ 288.602,16	R\$ 4.248,64	R\$ 356.885,76	R\$ 356.885,76
2. PERFURAÇÃO											
2.1 PERFURAÇÃO DO POÇO E ACESSÓRIOS											
2.1.1	COPASA - MA/22	65 001 092	PERFURAÇÃO ROTATIVA PARA POÇO PROFUNDO EM ALUVIÃO E CAMADAS INCONSISTENTES - DIÂMETRO DO FURO = 12" (300MM)	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 202,13	R\$ 2.546.838,00	R\$ 249,95	R\$ 3.149.370,00	R\$ 17.646.871,96
2.1.2	COPASA - MA/22	65 001 093	PERFURAÇÃO ROTO-PNEUMÁTICA PARA POÇO PROFUNDO EM ROCHA SA - DIÂMETRO DO FURO = 12" (300MM)	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 181,31	R\$ 2.284.526,93	R\$ 224,21	R\$ 2.875.046,00	
2.1.3	COMPOSIÇÃO	COMP-HS-001	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 6", E=4 Bx16 MM PARA REVESTIMENTO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	25.200,00	CONFORME A METRAGEM DO ITEM 2.1.2	R\$ 360,90	R\$ 9.094.702,60	R\$ 446,29	R\$ 11.246.508,00	
2.1.4	COPASA - MA/22	65 001 101	CONCRETO PARA O ESPAÇO ANELAR COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRILHO DE 1,3	M	168,00	ESTIMADO 2 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 22,40	R\$ 3.764,58	R\$ 27,71	R\$ 4.655,28	
2.1.5	COPASA - MA/22	65 001 107	LOQUE EM CONCRETO SIMPLES, CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO DE 200 KG/M³, ESPESURA = 20 CM, DIÂMETRO = 2,50 M	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 637,27	R\$ 53.530,68	R\$ 788,05	R\$ 66.196,20	
2.1.6	COPASA - MA/22	65 001 106	DESINFECÇÃO DE POÇO COM UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 38,26	R\$ 3.213,84	R\$ 47,31	R\$ 3.974,04	
2.1.7	COPASA - MA/22	65 001 105	PRE-FILTRO COM PEDRA BRITA	M3	168,00	ESTIMADO 2 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 166,50	R\$ 27.972,00	R\$ 205,90	R\$ 34.591,20	R\$ 17.646.871,96
2.1.8	COPASA - MA/22	65 001 110	DESENVOLVIMENTO E TESTE DE VAZÃO COM COMPRESSOR DE ATÉ 150 PCM	H	2.520,00	ESTIMADO 30 H PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 101,57	R\$ 255.956,40	R\$ 125,60	R\$ 316.531,24	
2.2 EQUIPAMENTOS DE BOMBAMENTO E ACESSÓRIOS											
2.2.1	COTAÇÃO A		BOMBA DE 1HP MONOFÁSICA 120V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 3.005,65	R\$ 252.474,60	R\$ 3.716,79	R\$ 312.210,93	R\$ 3.631.943,46
2.2.2	COTAÇÃO B		BOMBA DE 2HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 3.769,34	R\$ 316.624,56	R\$ 4.661,17	R\$ 391.538,64	
2.2.3	COTAÇÃO C		BOMBA DE 3HP MONOFÁSICA 220V	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 4.515,09	R\$ 379.867,56	R\$ 5.583,37	R\$ 469.003,08	
2.2.4	SETOP - MAR/22	ED-49508	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 1,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 223,80	R\$ 18.799,20	R\$ 276,75	R\$ 23.247,09	
2.2.5	SETOP - MAR/22	ED-49510	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 2,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 274,02	R\$ 23.017,68	R\$ 338,86	R\$ 28.464,24	
2.2.6	SETOP - MAR/22	ED-49512	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA P = 3,0 CV, RECALQUE	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 304,21	R\$ 25.553,64	R\$ 344,83	R\$ 28.965,72	
2.2.7	SETOP - MAR/22	ED-49504	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO EP/REPR, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMPA, TERMOFÓRICO, UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM², 90°C, 0,6/1KV	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 27,77	R\$ 349.902,00	R\$ 34,34	R\$ 431.684,00	R\$ 3.631.943,46
2.2.8	SETOP - MAR/22	ED-48976	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO SH/ATOX, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMPA, TERMOPLÁSTICO UNIPOLAR, SEÇÃO 25 MM², 70°C, 450/750V	M	12.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 25,21	R\$ 317.646,00	R\$ 31,18	R\$ 392.868,00	
2.2.9	SINAPI - ABR/22	92335	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO BANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - AC 1,0/2020	M	17.600,00	ESTIMADO 150 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 98,65	R\$ 1.742.990,00	R\$ 121,99	R\$ 1.557.074,00	
2.2.10	SETOP - MAR/22	ED-49978	REGISTRO DE GAVETA, TIPO BRUTO, ROSCÁVEL 1 1/2" PARA TUBO SOLDADO, OU PPR DN 50MM/CPVC DN 42MM, INCLUSIVE VOLANTE PARA ACOMODAMENTO	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 57,53	R\$ 4.832,52	R\$ 71,14	R\$ 5.975,76	
2.2.11	SETOP - MAR/22	ED-50003	REGISTRO DE ESFERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 50MM (1 1/2"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACOMODAMENTO	UN	168,00	ESTIMADO 6 UNIDADES POR MUNICÍPIO (2 PARA CADA OBRA)	R\$ 35,31	R\$ 5.932,08	R\$ 43,67	R\$ 7.336,56	

Assinado de forma digital por ADRIANO RICARDO MALTA MENDES:03881391614
91614
Dados: 2022.09.02 15:50:26 -03'00'



PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2022

2.3 FECHAMENTO DO POÇO											
2.3.1	COPASA - MA/22	65.001.116	-	RELATÓRIOS FINAIS DE POÇO (BOMBAMENTO E RECUPERAÇÃO DE NÍVEL, PERFIL GEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PERFURAÇÃO)	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 131,88	R\$ 11.077,92	R\$ 163,09	R\$ 13.698,95
2.3.2	COPASA - MA/22	65.002.508	-	RECUPERAÇÃO E LIMPEZA DE POÇOS ARTESIANOS COM A UTILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO AQUÍDUA A BASE DE ORTO-FOSFATO, ESTABILIZANTES, ANTICORROSIVOS E DESINCrustANTES	L	470,00	ESTIMADO 15 L POR MUNICÍPIO (5 L PARA CADA OBRA)	R\$ 28,04	R\$ 11.776,80	R\$ 34,67	R\$ 14.561,40
2.3.3	COPASA - MA/22	65001108	-	TAMPA DE PROTEÇÃO DO POÇO PROFUNDO EM AÇO PRETO USO DIN2440	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 74,87	R\$ 6.289,08	R\$ 92,59	R\$ 7.777,56
3. INTALKAÇÕES HIDRÁULICAS											
3.1 ITENS E SERVIÇOS											
3.1.1	SINAPI - ABR/22	93358	-	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M, AF_02/2021	M3	168,00	ESTIMADO 2 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 62,88	R\$ 10.563,84	R\$ 77,76	R\$ 13.063,68
3.1.2	SETOP - MAR/22	ED-51122	-	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO MANUAL, COM SOQUETE	M2	252,00	ESTIMADO 3 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 7,71	R\$ 1.942,92	R\$ 9,53	R\$ 2.401,56
3.1.3	SINAPI - ABR/22	100323	-	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLA, ESPESSURA DE 10 CM, AF_07/2019	M3	252,00	ESTIMADO 3 M³ PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 117,53	R\$ 29.617,37	R\$ 145,34	R\$ 36.625,44
3.1.4	SINAPI - ABR/22	92335	-	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRIMÁRIAS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_10/2020	M	840,00	ESTIMADO 10 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 98,65	R\$ 82.846,00	R\$ 121,99	R\$ 102.471,60
3.1 ITENS E SERVIÇOS (Continuação)											
3.1.5	SINAPI - ABR/22	91788	-	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM, INSTALADO EM PRIMÁRIAS, INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIAÇÕES, PARA PRÉDIOS, AF_10/2015	M	1.680,00	ESTIMADO 20 M PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 45,15	R\$ 75.852,00	R\$ 55,83	R\$ 91.794,40
3.1.6	SINAPI - ABR/22	99623	-	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_08/2021	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 193,19	R\$ 16.227,96	R\$ 238,90	R\$ 20.067,60
3.1.7	SETOP - MA/22	ED-50182	-	ADAPTADOR EM LATÃO PARA INSTALAÇÃO PREDIAL DE COMBATE A INCÊNDIO ENGATE RÁPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 71,13	R\$ 5.974,92	R\$ 87,95	R\$ 7.387,80
3.1.8	SINAPI - ABR/22	94800	-	TORNEIRA DE BOIA PARA CAXA DE ÁGUA, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_08/2021	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 179,18	R\$ 15.051,12	R\$ 221,58	R\$ 18.612,72
3.1.9	SINAPI - ABR/22	96995	-	BEATERIO MANUAL APLICADO COM SOQUETE, AF_10/2017	M3	126,00	ESTIMADO 1,5 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 38,13	R\$ 4.804,38	R\$ 47,15	R\$ 5.940,90
3.1.10	SETOP - MAR/22	ED-51131	-	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	84,00	ESTIMADO 1,0 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 31,92	R\$ 2.681,28	R\$ 39,47	R\$ 3.315,48
3.1.11	SETOP - MAR/22	RO 41376	-	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE >= 50,10 KM	TKM	10.385,40	ESTIMADO PESO ESPECÍFICO DO SOLO EM 2 T/M², ENCONTRANDO (78 M² x 2 T/M²) 156 T, SENDO ESTE VALOR MULTIPLICADO PELA DISTÂNCIA MÉDIA	R\$ 0,61	R\$ 6.335,09	R\$ 0,75	R\$ 7.789,05
3.2 RESERVATÓRIO											
3.2.1	SINAPI - ABR/22	102619	-	CAXA DE ÁGUA EM POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, 10000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_06/2021	UN	84,00	ESTIMADO 3 UNIDADES POR MUNICÍPIO	R\$ 5.611,26	R\$ 471.345,84	R\$ 6.938,88	R\$ 582.865,92
4. ACABAMENTOS											
4.1 LIMPEZA GERAL											
4.1.1	SETOP - JUL/21	ED-50266	-	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	M2	420,00	ESTIMADO 5,0 M² PARA CADA OBRA, SENDO 3 EM CADA MUNICÍPIO	R\$ 5,67	R\$ 2.381,40	R\$ 7,01	R\$ 2.944,20
TOTAL SEM BDI:											R\$ 18.599.385,42
TOTAL COM BDI:											R\$ 23.000.000,00

ADRIANO
RICARDO
MALTA
MENDES:03881
391614



CNPJ nº 16.600.086/0001-23 / Professora Deusana Ferraz, nº 92, Jardim Ilídia, Várzea da Palma — MG — 39260-000

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES - ME / TATU POÇOS ARTESIANOS /

Pouso Alegre/MG, 30 de Agosto de 2022.

ADRIANO
RICARDO MALTA
MENDES:038813
91614

Assinado de forma
digital por ADRIANO
RICARDO MALTA
MENDES:03881391614
Dados: 2022.09.02
15:50:59 -03'00'

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES – ME
Sócio-Proprietário
CNPJ nº 16.600.086/0001-23
CPF nº 038.813.916-14
MATHEUS HENRIQUE HUDSON
CPF nº 075.773.796-03

CAMILA NUNES DA SILVA
Engenheira de Minas
CPF nº 089.603.325-07
CREA/MG nº 245094/D

LORENA APARECIDA DA SILVA LÚCIO
Engenheira Civil
CPF nº 105.582.895-65
CREA/MG nº 194792/D



ATA Nº 13/2022

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

O Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP e a equipe de apoio, após análise da proposta apresentada pela empresa participante deste certame, tendo em vista o MENOR PREÇO GLOBAL da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2022**, cujo objeto é a **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**. Resolve ratificar o resultado do presente pregão e adjudicar a seguinte empresa:

EMPRESA
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME, CNPJ Nº 16.600.086/0001-23, Valor Global de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais).

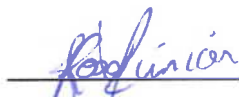
O resultado do presente certame será levado ao conhecimento da autoridade superior para a devida homologação se achar de conforme.

Pouso Alegre/MG, aos 08 de Setembro de 2022.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO



Wagner do Couto – Pregoeiro.



José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.



Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

ATA Nº 13/2022

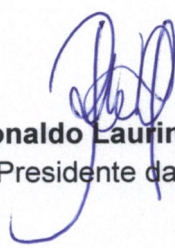
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

O Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno**, no uso de suas atribuições legais, e ciente do parecer procedido pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, achando-o de conforme, homologa a seguinte empresa:

EMPRESA VENCEDORA

ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME, CNPJ Nº 16.600.086/0001-23, Valor Global de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais).

a qual foi a vencedora do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022**, cujo objeto é a **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**. Autorizando assim que seja realizado o contrato entre as partes licitantes.



Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente da AMESP

Homologado em 08/09/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022**PROCESSO Nº 61/2022****PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022**

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno**, brasileiro, casado, professor, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-8.347.682 SSP/MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 962.095.006-25, **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de ANDRADAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Vinte e Dois de Fevereiro s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.884.412/0001-34, representado pela Prefeita Municipal, Margot Navarro Graziani Pioli, brasileira, casada, psicóloga, portadora do CPF nº 271.764.526-87; **Município de BANDEIRA DO SUL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Dias Araújo nº 305, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.175.794/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Edervan Leandro de Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 972.797.576-34; **Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAMPESTRE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.631.604/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, Marco Antônio Messias Franco, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 623.401.666-91; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA**

CACHOEIRA – MG, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hécio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, ° 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do

CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ÓRGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa **ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Avenida Professora Deusna Ferraz, nº 92, Jardim Itália, no Município de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 16.600.086/0001-23, neste ato representado pelo **Sr. Adriano Ricardo Malta Mendes**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-5.977.698 SSP/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 038.813.916-14, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS**

ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ORGÃO GERENCADOR, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO GERENCADOR.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

14.3. A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

14.4. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais)**, que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme fornecimento do concreto usinado pela DETENTORA e aprovado a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.2. Caberá ao ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa DETENTORA pelo concreto usinado fornecido, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelo material entregue.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal

devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;

b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;

c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrealizáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou

ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da **DETENTORA** primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro

classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa DETENTORA.

7.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto da contratação.

7.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa DETENTORA através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber serviços executados.

7.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

8.1. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.2. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução da Ata de Registro de Preços;

8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante;

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços, sem a prévia e expressa concordância do ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO CONTRATANTE.

8.6. Os serviços - objeto da contratação - deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal DO ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

8.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa DETENTORA não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

8.8. O não comparecimento da DETENTORA para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência, acarretará a aplicação de sanções à DETENTORA.

8.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

8.10. A DETENTORA deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de

segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável - vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

8.11. Os veículos e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

8.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

8.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

8.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃOS PARTICIPANTE.

8.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

8.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços e Obras executados.

8.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL.

9.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as

remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato, resultante da presente Ata de Registro de Preços, poderá ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

10.7. Quando a DETENTORA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA multa, conforme tabela 3 a seguir:

• Tabela 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início da obra.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente

	rescisão contratual.
--	----------------------

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

a) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

c) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;

d) apresentação, ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

e) f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

12.1 Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CMA Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos".


Pouso Alegre/MG, aos 12 de Setembro de 2022.




AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Ronaldo Laurindo Bueno



ANDRADAS
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli



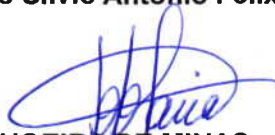
BANDEIRA DO SUL
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Edervan Leandro de Freitas



BORDA DA MATA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza



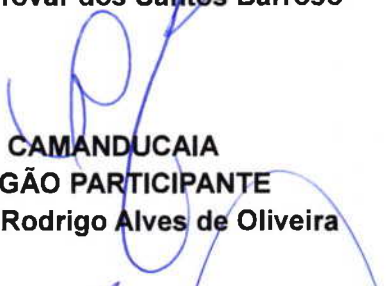
BUENO BRANDÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvano Antônio Félix



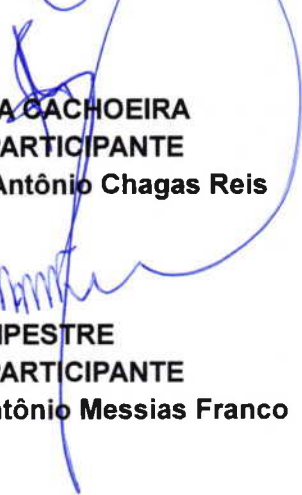
CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria



CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso



CAMANDUCAIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira



CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hécio Antônio Chagas Reis



CAMPESTRE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Marco Antônio Messias Franco



CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro



Moisés Ferreira Vaz
CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

Adalto Luiz Leal
ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal

Vagner Abílio Belizário
ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário

Rosângela Maria Dantas
INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

Elder Cássio de Souza Oliva
IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva


Melquiades de Araújo
JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquiades de Araújo


José Pocai Júnior
MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior



NATÉRGIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas


PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira


POCO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima


SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves


SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza


SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz


SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

Am
SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

J.B.
SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

A.S.
TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

J.N.M.
TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

ADRIANO RICARDO
MALTA
MENDES:03881391614

Assinado de forma digital por
ADRIANO RICARDO MALTA
MENDES:03881391614
Dados: 2022.09.14 15:32:21 -03'00'

Adriano Ricardo Malta Mendes
ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME
TATU POÇOS ARTESIANOS
EMPRESA DETENTORA



ANEXO I
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - BDI 23,66%
POÇO ARTESIANO

[illegible]

Assinado de forma digital
por ADRIANO RICARDO
MALTA
MENDES:03881391614
Dados: 2022.09.14 15:03:38
-03'00'

ADRIANO
RICARDO MALTA
MENDES:0388139
1614



Ronaldo Laurindo Bueno

TATU POÇOS ARTESIANOS

Assinado de forma digital por
ADRIANO RICARDO MALTA
MENDES:03881391614
Dados: 2022.09.14 15:04:00

ADRIANO RICARDO
MALTA
MENDES:0388139161

22

2

1

①

~~Ad~~

[illegible]



ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – Ata de Registro de Preços nº 11/2022, com a empresa ADRIANO RICARDO MALTA MENDES ME, CNPJ nº 16.600.086/0001-23 – Processo Licitatório nº 61/2022 – Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 10/2022 na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA – Objeto: LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP. Valor Total da Ata de Registro de Preços: valor de referência para o fornecimento objeto da Ata de Registro de Preços é de **R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais). Vigência: **O prazo de vigência, objeto da Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.** De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 12/09/2022. Dotações orçamentárias: As despesas referentes à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE** signatário da Ata de Registro de Preços.**

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:749A6E31

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 16/09/2022. Edição 3350
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>